

**Relatório Circunstanciado da Tomada de Subsídios n° 001/2022:**

Sobre a alteração e a modernização da estrutura tarifária dos serviços públicos de saneamento básico prestados pela Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR

**Sumário**

1. Introdução.....	2
2. Contribuições recebidas .....	2
3. Conclusão.....	354

Curitiba, 26 de abril de 2022.

## 1. Introdução

O presente relatório circunstanciado trata das contribuições, considerações, subsídios e questionamentos recebidos que atenderam às condições e requisitos elencados no site da AGEPAR, disponível no link: <http://www.https://www.agepar.pr.gov.br/Pagina/Tomada-de-Subsidios>. A sua elaboração e disponibilização busca atender a Lei Complementar nº 222/2020, conforme disposto em seu art. 45, §4º: *“As críticas e as sugestões encaminhadas pelos interessados deverão ser disponibilizadas na sede da agência e no respectivo sítio na internet em até dez dias úteis após o término do prazo da consulta pública”*.

Ressalta-se que todas as contribuições recebidas estão transcritas *ipsis Litteris* para maior transparência e os dados referentes aos documentos pessoais e contatos foram ocultados.

## 2. Contribuições recebidas

Entre os dias 15 de março e 14 de abril de 2022 foram recebidos 332 contribuições, as quais são apresentados a seguir na ordem cronológica em que foram submetidas à Agepar.

Diretoria de Regulação Econômica - DRE

**Contribuição nº: 1**

CPF/CNPJ: [REDACTED]

Nome/Razão Social: Crislayne Ramos de Oliveira

E-mail: [REDACTED]

Contribuição ao tema 1:

d) Substituir a tarifa em blocos com consumo mínimo por tarifa binômica (tarifa de custos fixo, sem consumo mínimo atrelado, somada a uma tarifa variável, de acordo com o volume efetivamente consumido);

Contribuição ao tema 2:

b) Implantar diferenciação de tarifas por região.

Contribuição ao tema 3:

e) Diferenciação de tarifas de acordo com diferentes padrões de uso ou qualidade requerida.

Contribuição ao tema 4:

d) Reduzir a quantidade de faixas (blocos) de consumo.

Contribuição ao tema 5:

d) Reduzir a quantidade de categorias de usuários.

Contribuição ao tema 6:

b) Reduzir a diferença de valor dentre a tarifa social e as residenciais normais.

Contribuição ao tema 7:

c) Adoção de tarifas dinâmicas, considerando situações de escassez hídrica ou outras situações que requeiram maiores ou menores incentivos sobre o consumo.

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 2**

CPF/CNPJ: [REDACTED]

Nome/Razão Social: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS D E PRANCHITA

E-mail: [REDACTED]

Contribuição ao tema 1:

Alternativa B, pois quando trocaram a tarifa de 10m para 5m, não houve baixa par

Diretoria de Regulação Econômica - DRE

a pagamento. Isto quer dizer que aumentou a agua mais de 50%.

Contribuição ao tema 2:

B

Contribuição ao tema 3:

D

Contribuição ao tema 4:

D

Contribuição ao tema 5:

A

Contribuição ao tema 6:

B

Contribuição ao tema 7:

A

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 3**

CPF/CNPJ: ██████████

Nome/Razão Social: MARCELO RIGONI REINAUER

E-mail: ██████████

Contribuição ao tema 1:

É ridículo o sistema de cobrança da sanepar, vc não consome e paga do mesmo jeito, isso é pior que roubar.

Contribuição ao tema 2:

Imóveis de veraneio que ficam vazios a maior parte do ano deveriam ter tarifa reduzida fora da temporada.

Contribuição ao tema 3:

-

Contribuição ao tema 4:

-

Diretoria de Regulação Econômica - DRE

Contribuição ao tema 5:

-

Contribuição ao tema 6:

Quem paga a diferença da tarifa social é o usuário normal e não a sanepar.

Contribuição ao tema 7:

-

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 4**

CPF/CNPJ: ██████████

Nome/Razão Social: Gabriel Eugenio Fonseca dos Santos

E-mail: ██████████

Contribuição ao tema 1:

A melhor opção me parece a "d)", pois cada contribuinte estaria pagando mais efetivamente pelo o que consumiu, porém os custos fixos e a tarifa variável deveriam ser mais acessíveis, não há menor sentindo na cobrança atual, onde usuários que vivem sozinhos ou consomem muito pouco, pagam 70 reais ao mês, para cobrir de despesas que efetivamente não consumiu, uma verdadeira aberração na forma de cobrar daqueles que menos consomem.

Contribuição ao tema 2:

Creio que é necessário a diferenciação regional da tarifa, haja vista que é completamente incondizente com a realidade cobrar de municípios interioranêos com menor poder econômico que a população de Curitiba e com um consumo muito menor de água, possuírem o mesmo tratamento nas tarifas, assim como os municípios cobrados com cobrança majorada, haja visto que o consumo destas cidades seria menor do resto do Estado do Paraná, que de nada tem a haver com o consumo destes.

Contribuição ao tema 3:

O mínimo a se fazer é o cenário "e) Diferenciação de tarifas de acordo com diferentes padrões de uso ou qualidade requerida.", novamente, não há sentindo que uma pessoa que more sozinha em uma pequena kitnet, paga a mesma taxa que uma família de 5 pessoas que more em uma casa grande. Buscando a equidade e a razoabilidade das taxas, é claro.

Contribuição ao tema 4:

**Diretoria de Regulação Econômica - DRE**

Creio que seria melhor c) Ampliar a quantidade de faixas (blocos) de consumo; Tendo faixas de 30-40; 40-50, e assim por diante até os 100m cúbicos, diluindo a tarifa atual de até 30m pelos próximos níveis.

Contribuição ao tema 5:

c) Ampliar a quantidade de categorias de usuários; Cobrando mais de quem tem mais e gasta mais e cobrando menos de quem tem menos e consome menos.

Contribuição ao tema 6:

a) Ampliar a diferença de valor dentre a tarifa social e as residenciais normais, seria bom, contudo é um cálculo que deve ser pautado estrategicamente e não apenas traçado de qualquer maneira.

Contribuição ao tema 7:

Creio que não há muita vantagem para implementação destes aos usuários, apenas uma desculpa para tarifar mais, o único cenário que se apresenta plausível seria o "c) Adoção de tarifas dinâmicas, considerando situações de escassez hídrica ou outras situações que requeiram maiores ou menores incentivos sobre o consumo." Pois as outras opções são claramente desculpas esfarrapadas para aumentar a conta, haja vista que as pessoas que trabalham segundo o horário comercial irão tomar banho e utilizar água no mesmo horário, pois PRECISAM usar naqueles horários, não porque há um delírio coletivo para utilizar água nestes horários, a implementação das outras tarifas seria cobrar mais pelo banho daqueles que não possuem a possibilidade de tomar banho em outros horários.

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 5**

CPF/CNPJ: [REDACTED]

Nome/Razão Social: GERSON LUIS SCHWAB

E-mail: [REDACTED]

Contribuição ao tema 1:

d) Substituir a tarifa em blocos com consumo mínimo por tarifa binômica (tarifa de custos fixo, sem consumo mínimo atrelado, somada a uma tarifa variável, de acordo com o volume efetivamente consumido);

Contribuição ao tema 2:

b) Implantar diferenciação de tarifas por região.

Contribuição ao tema 3:

Diretoria de Regulação Econômica - DRE

b) Definir uma tarifa específica para os serviços de esgoto;

Contribuição ao tema 4:

c) Ampliar a quantidade de faixas (blocos) de consumo;

Contribuição ao tema 5:

b) Intensificar a diferenciação dos valores tarifários cobrados das diferentes categorias de usuários;

Contribuição ao tema 6:

b) Reduzir a diferença de valor dentre a tarifa social e as residenciais normais.

Contribuição ao tema 7:

c) Adoção de tarifas dinâmicas, considerando situações de escassez hídrica ou outras situações que requeiram maiores ou menores incentivos sobre o consumo.

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 6**

CPF/CNPJ: ██████████

Nome/Razão Social: Henrique J. G. Ulbrich

E-mail: ██████████

Contribuição ao tema 1:

Sou favorável à opção c) Manter tarifa em blocos e reduzir o consumo mínimo, mas manter algum nível consumo mínimo, nos casos em que o imóvel já incorpora captação de água de chuva. Em outras palavras: um tratamento diferenciado para imóveis que já tiverem comprovada a instalação de captação de água de chuva. Um proprietário de um imóvel como esse demonstra preocupação com a redução de consumo, tendo inclusive aprimorado isso durante a recente crise hídrica. Se não houver estímulos a pessoas assim poderá haver um retrocesso, com muitas pessoas deixando de se preocupar com a oferta de água limpa. Isso traria reflexos negativos já na próxima crise hídrica.

Contribuição ao tema 2:

Sou favorável a implantar diferenciação de tarifas. O motivo: o comportamento dos veranistas, quando na alta temporada ocorre um consumo desenfreado e irresponsável. Seria uma forma de educar as pessoas, lembrando que, para algumas delas, a solução só funciona quando "dói no bolso". Pegando um gancho no tema 1, seria uma excelente oportunidade de lançar uma campanha dirigida aos proprietários de imóveis no litoral, no sentido de implantarem sistemas de captação de água de

Diretoria de Regulação Econômica - DRE

chuva.

Contribuição ao tema 3:

Sou favorável à opção a) - Manter a forma de cobrança da tarifa de esgoto, como percentual da tarifa de água. Entendo que é uma solução já comprovada e que não deve mudar. Tenho também uma sugestão neste aspecto: Dar algum tipo de desconto (mesmo muito pequeno) para imóveis que comprovadamente já tiverem instaladas caixas de gordura.

Contribuição ao tema 4:

Sem comentários a esse tema

Contribuição ao tema 5:

Acho que deve ficar mais ou menos como está, lembrando da importância de consumidores de maior renda subsidiar os de menor renda.

Contribuição ao tema 6:

Indiferente, desde que as pessoas de menor renda não sejam afetadas.

Contribuição ao tema 7:

Sou favorável ao cenário c)

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 7**

CPF/CNPJ: [REDACTED]

Nome/Razão Social: Paulo Guilherme Ferreira Ribeiro

E-mail: [REDACTED]

Contribuição ao tema 1:

O consumo mínimo, deveria ser de 10m<sup>3</sup>, pois grande parte da população de menor renda, se encaixa neste seguimento. A tarifa variável, é uma forma de subsídio das classes mais altas, para as mais baixas. Mas famílias de baixa renda, podem ser penalizadas, pelo maior número de pessoas no imóvel, e maior consumo total de água.

Contribuição ao tema 2:

Opção b; regiões com melhor oferta de recursos hídricos, devem ter menor tarifa. A oferta do recurso hídrico, está ligada ao processo de captação, tratamento e distribuição. O custo deve ser referência para a tarifa

**Diretoria de Regulação Econômica - DRE**

Contribuição ao tema 3:

Opção a. O consumo de água de uma unidades consumidora, não está vinculada diretamente, à utilização da rede e tratamento de esgoto. Unidades residenciais, não sobrecarregam estações de coleta. Unidades industriais, podem exigir tratamentos diferenciados, de modo que deve haver diferenciação de tarifas

Contribuição ao tema 4:

Opção b. Progressividade do aumento de tarifa é injusto e penalizador, para cama das menos favorecidas.

Contribuição ao tema 5:

Opção C. Maior amplitudes de categorias permite distribuir de forma mais equânim e e justa as tarifas, em função do consumo

Contribuição ao tema 6:

Opção b. A tarifa social deve ser baseada em critérios objetivos, mas deve considerar a capacidade de renda das unidades neste segmento

Contribuição ao tema 7:

Opção c, com ressalvas. O recurso hídrico, pode sofrer escassez ou abundância, segundo fenômenos climáticos imprevisíveis. Visto que o acesso à água é um direito básico da vida, deve haver margens de adaptação para não penalizar os consumidores em períodos críticos

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 8**

CPF/CNPJ: ██████████

Nome/Razão Social: MARCIO VICENTE DE OLIVEIRA

E-mail: ██████████

Contribuição ao tema 1:

Opção b: Manter tarifa em blocos e ampliar o consumo mínimo para 10m<sup>3</sup>, conforme estrutura tarifária anterior.

Contribuição ao tema 2:

opção A

Contribuição ao tema 3:

opção e: com redução para 40% do valor do percentual de água.

Diretoria de Regulação Econômica - DRE

Contribuição ao tema 4:

Opção A

Contribuição ao tema 5:

Opção C.

Contribuição ao tema 6:

Opção B.

Contribuição ao tema 7:

Melhoria nos investimentos pela empresa, com opção para cada município atendido o ser implantado o PSA: Pagamento de Serviços Ambientais para os produtores de água, independente do tamanho da área de cada proprietário. Incentivo técnico e financeiro para cuidados com o solo e terreno (microbacias e curvas de nível), melhor aproveitamento do solo pelos agricultores e pecuaristas, conservação das estradas e onde for possível pavimentar para que possa ter o mínimo de movimentação de terra. Incentivar plantio e escoamento de safra nas propriedades onde tem as nascentes de água com plantio sustentável.

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 9**

CPF/CNPJ: ████████

Nome/Razão Social: Vânia Regina Luiz

E-mail: ████████

Contribuição ao tema 1:

C

Contribuição ao tema 2:

B

Contribuição ao tema 3:

B

Contribuição ao tema 4:

B

Contribuição ao tema 5:

A

Diretoria de Regulação Econômica - DRE

Contribuição ao tema 6:

B

Contribuição ao tema 7:

C

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 10**

CPF/CNPJ: ██████████

Nome/Razão Social: Mario Mituo Igami

E-mail: ██████████

Contribuição ao tema 1:

a-Manter tarifa em blocos com o consumo mínimo de 5m<sup>3</sup>.

Contribuição ao tema 2:

- Regionalização de tarifas mantidas como atualmente aplicadas.

Contribuição ao tema 3:

- Manter a forma de cobrança de tarifa de esgoto, como percentual de tarifas de água.

Contribuição ao tema 4:

-Manter os blocos de consumo como está na atualidade.

Contribuição ao tema 5:

- Reduzir usuários da tarifa social.

Contribuição ao tema 6:

-A tarifa social deve ser caiculada com um percentual acima de 26% da tarifa aplicada á categoria residencial normal na primeira faixa de consumo

Contribuição ao tema 7:

-Manter o processo com reajustes tarifários e revisões justas, sem interferencias e populismo político que prejudiquem a empresa como tem acontecido , refletindo muito negativamente no valor das ações. Um setor que deveria ser caracterizado pela PERENIDADE tem ultimamente caracterizado pela IMPREVISIBILIDADE decepcionando e afastando os investidores.

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 11**

CPF/CNPJ: ██████████

Nome/Razão Social: Luiz Claudio Junkes Reichmann

E-mail: ██████████

Contribuição ao tema 1:

Sem consumo mínimo e verificar se já não está sendo cobrado novamente parte da infra estrutura (encanamento), cobrar coleta e tratamento com base no consumo.

Contribuição ao tema 2:

Tarifa uniforme, o Estado é único!

Contribuição ao tema 3:

Exorbitante isso, uma vez que a tubulação de esgoto é antiga e esta paga! a água é recurso natural e não é paga pela Sanepar, o tratamento e coleta seria o mínimo a fazer, mas não com a intenção de fazer caixa para o Estado e lucros acionistas!

Contribuição ao tema 4:

As famílias mais pobres seguramente tem sob o mesmo teto um número maior de familiares, pelas dificuldades, dessa forma o nível de consumo só enriquece mais o abastado em detrimento do pobre (famílias grandes, 4,5,6,etc... pessoas por residência.)

Contribuição ao tema 5:

Elevar as categorias com base no rendimento do trabalho (IRPF e IRPJ)

Contribuição ao tema 6:

Ampliar pois 26% sobre um valor abusivo é muito!

Contribuição ao tema 7:

A Empresa tem que "criar água (poços artesianos!?", vai culpar a natureza pelo preço!!!! Fica fácil enriquecer assim.

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 12**

Diretoria de Regulação Econômica - DRE

CPF/CNPJ: [REDACTED]

Nome/Razão Social: Julita A. Beninca

E-mail: [REDACTED]

Contribuição ao tema 1:

Olá. Não estou utilizando o serviço no apto e pago a tarifa mínima além do rateio da tarifa sobre o consumo do condomínio. O justo seria pagar apenas o rateio do condomínio e não pagar por consumo da unidade quando não utilizo o serviço. Assim é como faz a Copel.

Contribuição ao tema 2:

-

Contribuição ao tema 3:

-

Contribuição ao tema 4:

-

Contribuição ao tema 5:

-

Contribuição ao tema 6:

-

Contribuição ao tema 7:

-

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 13**

CPF/CNPJ: [REDACTED]

Nome/Razão Social: Lucas Amarildo de Almeida de Souza

E-mail: [REDACTED]

Contribuição ao tema 1:

a) A tarifa mínima com o consumo mínimo de 5 m<sup>2</sup> deveria ser considerado como prioritário, pois tem praticamente 65% da população que não recebe os 100% do salário mínimo Nacional, que é 1202 reais. A cobrança justa seria de 1%, a qual dá 12 reais, isso sem contar com o esgoto. b) Ampliar o consumo mínimo para 10m<sup>2</sup>.

## Diretoria de Regulação Econômica - DRE

### Contribuição ao tema 2:

a) Segue na íntegra da constituição brasileira de 1988: Artigo 5º. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes.

### Contribuição ao tema 3:

Os devidos reajustes nos últimos anos são completamente irrealistas, sem as devidas justificativas, uma vez que a LEI Nº 14.026, DE 15 DE JULHO DE 2020 nos dá o respaldo que é o governo tem que garantir que o acesso seja para todos os cidadãos brasileiros, lembrando que saneamento básico é garantia de melhor qualidade de vida. Atualmente a pauta de definir uma tarifa específica de esgoto, por si não cumpre os princípios de garantia de saneamento básico, dando a entender que trata-se de tentativa de ameaça de ficar sem saneamento básico. Não esquecendo que diante do artigo 5º da Constituição Federal de 1988. Distinguir tarifas e diferenciar tarifas de acordo com padrões e qualidade fere o princípio da igualdade e isonomia ... Lembrando que o salário mínimo que é de 1202, a cobrança mínima de 5 m<sup>2</sup> é no valor de 12 reais, já a cobrança do esgoto tem ser atrelado em relação ao valor mínimo: 2%, a qual será 12,25 reais no total. Caso de valor distinta, cobrar somente em taxa única com o percentual de 5% acima dos 5 m<sup>2</sup>.

### Contribuição ao tema 4:

As regras que regem como os recursos hídricos no Brasil são gerenciadas estão previstas na Lei 9.433/97, conhecida como Lei das Águas. Ela determina que o serviço de abastecimento de água seja cobrado para, entre outros objetivos, custear a captação e a distribuição para o consumo. Adicionalmente, o Decreto 7.217/10 determina que os serviços de saneamento básico sejam mantidos pela cobrança de tarifas, e que sejam definidas categorias de usuários em faixas de consumo, além de um custo mínimo para a disponibilidade e o consumo da água. No Brasil, são cerca de 50 agências reguladoras que definem questões relativas ao abastecimento de água, o que inclui as tarifas. Assim, o valor mínimo no estado do Paraná é um dos mais altos, solicitar uma cobrança mínima de 1% do salário mínimo, e posteriormente cobrar outros 1% cada metro cúbico é justo, por exemplo um cidadão da cidade de Ibiporã gastou 12 metros cúbicos, irá pagar R\$ 24,50, assim como outro cidadão da cidade litorânea, Matinhos, gastou 23 metros cúbicos, irá pagar R\$ 36,75 reais. O Decreto 82.587/78 determinava o mínimo de 10m<sup>3</sup>. Ainda que o decreto tenha sido revogado posteriormente, é com base nele que a maioria dos municípios segue esse padrão de cobrança. Algumas cidades, por sua vez, fizeram legislações específicas para substituir a cobrança de tarifa mínima do serviço de abastecimento de água, de modo que se paga um valor específico por cada m<sup>3</sup> gasto. No estado do Paraná, nos últimos 5 anos houve um aumento de percentual de 50% das tarifas de saneamento básico, a qual o acionista majoritário não se preocupa com as classes menos favorecidas financeiramente, a qual podemos interpretar que o Governo do Paraná está despreocupado com o povo, arrecadando valores recor

## Diretoria de Regulação Econômica - DRE

des dos usuários, podemos afirmar que a Sanepar no ultimo anos obteve um lucro de 1,2 bilhões de reais, ignorando os efeitos negativos da pandemia, a qual muitos não puderam trabalhar e nem puderam receber os salários para realizar o pagamento do consumo de água e esgoto. É nosso dever lembrar que as contas de luz e água têm pesado cada vez mais no bolso do consumidor paranaense, com aumentos constantes acima da inflação. Nos últimos cinco anos, considerando junho de 2016 a julho de 2021, e já com a inclusão da bandeira tarifária, a tarifa de energia elétrica subiu 49,55%. A inflação no período foi de 22,98%. Portanto, houve um aumento real de 21,61%. Na água não foi muito diferente. De abril de 2016 a abril de 2021, a conta subiu 47,47%. No mesmo período, a inflação ficou em 23,45%, o que configura um aumento real de 19,46%. Os dados são do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese). Enquanto os consumidores pagam cada vez mais caro pela conta de luz e água os acionistas das duas companhias colhem os frutos dos altos lucros. Entre 2016 e 2020, a Copel distribuiu R\$ 4,3 bilhões em dividendos e a Sanepar, R\$ 1,7 bilhão. “Em plena pandemia, em 2020, a Copel pagou o maior valor em dividendos da sua história, 65% do lucro líquido. Isso é muita coisa”, observa Fabiano Camargo da Silva, economista do Dieese. Deveriam ter uma maior preocupação com o encarecimento das tarifas públicas que comprometem cada vez mais a renda da população, especialmente dos mais pobres que já sofrem os efeitos da pandemia, com o aumento do desemprego e queda da renda, além do elevado custo dos alimentos. Por isso, é necessário ter consciência que altos valores cobrados, não garante lucro, mas sim gera mais inadimplentes, e quanto menos recebimento maior é o prejuízo da empresa. Por isso é preciso defender a caso da cobrança de uma tarifa mínima para os primeiros 10m<sup>3</sup> (dez mil litros), gastando-se 1m<sup>3</sup> ou 9 m<sup>3</sup>, a tarifa será a mesma. A partir de 10m<sup>3</sup>, porém, haverá uma cobrança com base no consumo, acrescentando um determinado valor a cada 10m<sup>3</sup> (mil litros) a mais gastos, independente se será gasto 11 m<sup>3</sup> ou se é gasto 19m<sup>3</sup> o valor será o mesmo. Independente da estrutura tarifária adotada, o cálculo da tarifa de água é feito a cada mês com base na leitura do hidrômetro que está na sua casa. Na conta que chega até você, são detalhadas todas as informações sobre o consumo, de modo que é possível fazer um cálculo manual e verificar o seu padrão de consumo, fazendo comparativos mensais e anuais. Atualmente, a Lei 11.445/07 — Lei Federal do Saneamento — prevê também que a tarifa de água pode variar conforme o porte do imóvel, a sua localização e a faixa de consumo. As categorizações utilizadas pelas companhias geralmente são residencial (os valores normais que já mencionamos), comercial e industrial. Os custos cobrados também podem ser diferenciados para contratos especiais que têm alta demanda de fornecimento de água ou coleta de esgoto. A cobrança nos serviços de abastecimento de água tem por objetivo motivar o uso racional da água e a valorização desse bem tão essencial pra preservação da vida. Mas não é só isso. Por meio da tarifa, recursos são arrecadados para investir em programas de preservação dos mananciais, e na expansão dos serviços de saneamento básico. Além disso, as companhias utilizam esses valores para custear as operações e assegurar a continuidade do abastecimento seguro à população. Entre esses custos, estão: - energia elétrica; - custos de insumos necessários para o tratamento da água; - equipamentos

## Diretoria de Regulação Econômica - DRE

de segurança individuais e coletivos (EPIs e EPCs);- compra e manutenção de peças e equipamentos;- salários da mão de obra;- combustível;- manutenção de toda a rede de distribuição,- investimentos para a ampliação da rede;- transporte.Essas são apenas algumas despesas envolvidas nos serviços de captação, tratamento e distribuição de água para a população. Ou seja, se as contas não são pagas, o abastecimento pode ficar inviabilizado e sem investimento na manutenção da infraestrutura, em novas tecnologias e em recursos humanos qualificados. No entanto os lucros nos últimos anos, podemos entender que as contas estão sendo pagas.Porém listar alguns desses desafios caso haja aumento de tarifas:- desequilíbrio no orçamento;- incapacidade de atrair técnicos capacitados;- abastecimento de água precário e intermitente;- dificuldade de ampliar a rede e alcançar uma parcela maior da população;- desperdício e índice de perdas de água acima da média.Todos os que se beneficiam dos serviços de abastecimento precisam se conscientizar que o pagamento da tarifa de água é necessário para permitir um serviço autossuficiente, eficiente e de qualidade.

### Contribuição ao tema 5:

Atualmente a Sanepar classifica suas tarifas em categorias: Residencial, Comercial, Industrial, Utilidade Pública e Poder Público. Faltando apenas a categoria Social. Manter as categorias sem a mudança de valores tarifários.

### Contribuição ao tema 6:

Completamente injusto em que a tarifa social é calculada como um percentual de cerca de 26% da tarifa de água aplicada à categoria residencial normal na primeira faixa de consumo. No entanto o correto é reduzir os valores da tarifa social e as residências normais para 1% do valor do salário mínimo nacional. Segundo o censo da IBGE temos uma população de 11.597.484. A qual entre eles, a População Economicamente Ativa (PEA) temos, aproximadamente, 6.958.490 de pessoas, uma vez que ao colocarmos na hipótese em que esses PEA pagarão o valor da taxa mínima de 5m<sup>3</sup> teremos arrecadado R\$ 83.501.884,00 descontando com os custos de serviços e salários temos uma média de 40% dos insumos, a qual restará o "lucro" de R\$ 33.400.753,00 sem contar a aplicação de investimentos e pagamento ao acionista majoritário.

### Contribuição ao tema 7:

A estrutura tarifária tem manter-se como era cobrado antes de 2014, pois o lucro da empresa ainda seria superior, porém a tomada de subsídios tem ser pensando no impacto financeiro à população mais pobre.

### Anexos:

[https://www.agepar.pr.gov.br/system/files/webform/tomada\\_de\\_subsidios\\_no\\_01\\_2022\\_a/1264/Consulta%20p%C3%BAblica%20para%20Tomada%20de%20Subs%C3%ADdios.docx](https://www.agepar.pr.gov.br/system/files/webform/tomada_de_subsidios_no_01_2022_a/1264/Consulta%20p%C3%BAblica%20para%20Tomada%20de%20Subs%C3%ADdios.docx)

## Diretoria de Regulação Econômica - DRE

### Consulta pública para Tomada de Subsídios

#### Tema 1 - Modelo de composição tarifária

x

**Contexto:** Atualmente o modelo de composição vigente é o de tarifa "simples" por meio de blocos crescentes de consumo, sendo o bloco inicial o que se refere ao "consumo mínimo faturável" de 5m<sup>3</sup>. Na 1ª RTP foi aventada a possibilidade de sua alteração para um modelo de tarifa binômia na 2ª RTP, porém outras possibilidades podem ser avaliadas.

Cenários a serem avaliados/receberem contribuições:

- a) Manter tarifa em blocos com o consumo mínimo em 5m<sup>3</sup>;
- b) Manter tarifa em blocos e ampliar o consumo mínimo para 10m<sup>3</sup>, conforme estrutura tarifária anterior;
- c) Manter tarifa em blocos e reduzir o consumo mínimo, mas manter algum nível consumo mínimo;
- d) Substituir a tarifa em blocos com consumo mínimo por tarifa binômia (tarifa de custos fixo, sem consumo mínimo atrelado, somada a uma tarifa variável, de acordo com o volume efetivamente consumido);
- e) Outras formas de tarifação.

Contribuições ao tema 1

- a) A tarifa mínima com o consumo mínimo de 5 m<sup>2</sup> deveria ser considerado como prioritário, pois tem praticamente 65% da população que não recebe os 100% do salário mínimo Nacional, que é 1202 reais. A cobrança justa seria de 1%, a qual dá 12 reais, isso sem contar com o esgoto.
- b) Ampliar o consumo mínimo para 10m<sup>2</sup>.

#### Tema 2 – Regionalização de tarifas

x

**Contexto:** A estrutura tarifária em vigor apresenta diferenciação regional para a tarifa de esgoto na cidade de Curitiba, mais onerosa que das demais localidades. Adicionalmente, para os municípios abastecidos pelos sistemas dos balneários de Pontal do Paraná, Guaratuba e de Matinhos ocorre uma cobrança sazonal, majorada em 20% em janeiro, fevereiro, março e dezembro, sendo reduzida no mesmo percentual nos meses de abril a novembro.

Cenários a serem avaliados/receberem contribuições:

- a) Manutenção do sistema de tarifa uniforme;
- b) Implantar diferenciação de tarifas por região.

Contribuições ao tema 2

- a) Segue na íntegra da constituição brasileira de 1988: Artigo 5º. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à

## Diretoria de Regulação Econômica - DRE

vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes.

### Tema 3 – Tipo de serviço

x

**Contexto:** As tarifas vigentes são distintas para água e esgoto, sendo para a última, um percentual do valor da primeira.

Cenários a serem avaliados/receberem contribuições:

- a) Manter a forma de cobrança da tarifa de esgoto, como percentual da tarifa de água;
- b) Definir uma tarifa específica para os serviços de esgoto;
- c) Manter unificados as tarifas para coleta e tratamento de esgoto;
- d) Distinguir tarifas para coleta e tratamento de esgoto;
- e) Diferenciação de tarifas de acordo com diferentes padrões de uso ou qualidade requerida.

Contribuições ao tema 3

Os devidos reajustes nos últimos anos são completamente irreais, sem as devidas justificativas, uma vez que a LEI Nº 14.026, DE 15 DE JULHO DE 2020 nos dá o respaldo que é o governo tem garantir que o acesso seja para todos os cidadãos brasileiros, lembrando que saneamento básico é garantia de melhor qualidade de vida. Atualmente a pauta de definir uma tarifa específica de esgoto, por si não cumpre os princípios de garantia de saneamento básico, dando a entender que trata-se de tentativa uma ameaça de ficar sem saneamento básico. Não esquecendo que diante do artigo 5º da Constituição Federal de 1988. Distinguir tarifas e diferenciar tarifas de acordo com padrões e qualidade fere o princípio da igualdade e isonomia... Lembrando que o salário mínimo que é de 1202, a cobrança mínima de 5 m<sup>2</sup> é no valor de 12 reais, já a cobrança do esgoto tem ser atrelado em relação ao valor mínimo: 2%, a qual será 12,25 reais no total. Caso do valor distinta, cobrar somente em taxa única com o percentual de 5% acima dos 5 m<sup>2</sup>.

### Tema 4 – Faixas de consumo

x

**Contexto:** Com exceção da tarifa social, que dispõe de três faixas de consumo, para as demais categorias de usuários são definidas seis faixas de consumo (ou blocos de consumo), dispostos como: até 5m<sup>3</sup>; 6 a 10m<sup>3</sup>; 11 a 15m<sup>3</sup>; 16 a 20m<sup>3</sup>; 21 a 30m<sup>3</sup>; maior que 30m<sup>3</sup>.

Cenários a serem avaliados/receberem contribuições:

- a) Intensificar o nível de progressividade do aumento das tarifas nas faixas (blocos) de consumo;

## Diretoria de Regulação Econômica - DRE

- b) Atenuar o nível de progressividade do aumento das tarifas nas faixas (blocos) de consumo;
- c) Ampliar a quantidade de faixas (blocos) de consumo;
- d) Reduzir a quantidade de faixas (blocos) de consumo.

### Contribuições ao tema 4

As regras que regem como os recursos hídricos no Brasil são gerenciadas estão pautadas na Lei 9.433/97, conhecida como Lei das Águas. Ela determina que o serviço de abastecimento de água seja cobrado para, entre outros objetivos, custear a captação e a distribuição para o consumo.

Adicionalmente, o Decreto 7.217/10 determina que os serviços de saneamento básico sejam mantidos pela cobrança de tarifas, e que sejam definidas categorias de usuários em faixas de consumo, além de um custo mínimo para a disponibilidade e o consumo da água.

No Brasil, são cerca de 50 agências reguladoras que definem questões relativas ao abastecimento de água, o que inclui as tarifas. Assim, o valor mínimo no estado do Paraná é um dos mais altos, solicitar uma cobrança mínima de 1% do salário mínimo, e posteriormente cobrar outros 1% cada metro cúbico é justo, por exemplo um cidadão da cidade de Ibiporã gastou 12 metros cúbicos, irá pagar R\$ 24,50, assim como outro cidadão da cidade litorânea, Matinhos, gastou 23 metros cúbicos, irá pagar R\$ 36,75 reais.

O Decreto 82.587/78 determinava o mínimo de 10m<sup>3</sup>. Ainda que o decreto tenha sido revogado posteriormente, é com base nele que a maioria dos municípios segue esse padrão de cobrança. Algumas cidades, por sua vez, fizeram legislações específicas para substituir a cobrança de tarifa mínima do serviço de abastecimento de água, de modo que se paga um valor específico por cada m<sup>3</sup> gasto. No estado do Paraná, nos últimos 5 anos houve um aumento de percentual de 50% das tarifas de saneamento básico, a qual o acionista majoritário não se preocupa com as classes menos favorecidas financeiramente, a qual podemos interpretar que o Governo do Paraná está despreocupado com o povo, arrecadando valores recordes dos usuários, podemos afirmar que a Sanepar no último anos obteve um lucro de 1,2 bilhões de reais, ignorando os efeitos negativos da pandemia, a qual muitos não puderam trabalhar e nem puderam receber os salários para realizar o pagamento do consumo de água e esgoto.

É nosso dever lembrar que as contas de luz e água têm pesado cada vez mais no bolso do consumidor paranaense, com aumentos constantes acima da inflação. Nos últimos cinco anos, considerando junho de 2016 a julho de 2021, e já com a inclusão da bandeira tarifária, a tarifa de energia elétrica

## Diretoria de Regulação Econômica - DRE

subiu 49,55%. A inflação no período foi de 22,98%. Portanto, houve um aumento real de 21,61%.

Na água não foi muito diferente. De abril de 2016 a abril de 2021, a conta subiu 47,47%. No mesmo período, a inflação ficou em 23,45%, o que configura um aumento real de 19,46%. Os dados são do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese).

Enquanto os consumidores pagam cada vez mais caro pela conta de luz e água os acionistas das duas companhias colhem os frutos dos altos lucros. Entre 2016 e 2020, a Copel distribuiu R\$ 4,3 bilhões em dividendos e a Sanepar, R\$ 1,7 bilhão. “Em plena pandemia, em 2020, a Copel pagou o maior valor em dividendos da sua história, 65% do lucro líquido. Isso é muita coisa”, observa Fabiano Camargo da Silva, economista do Dieese.

Deveriam ter uma maior preocupação com o encarecimento das tarifas públicas que comprometem cada vez mais a renda da população, especialmente dos mais pobres que já sofrem os efeitos da pandemia, com o aumento do desemprego e queda da renda, além do elevado custo dos alimentos.

Por isso, é necessário ter consciência que altos valores cobrados, não garante lucro, mas sim gera mais inadimplentes, e quanto menos recebimento maior é o prejuízo da empresa.

Por isso é preciso defender a caso da cobrança de uma tarifa mínima para os primeiros 10m<sup>3</sup> (dez mil litros), gastando-se 1m<sup>3</sup> ou 9 m<sup>3</sup>, a tarifa será a mesma. A partir de 10m<sup>3</sup>, porém, haverá uma cobrança com base no consumo, acrescentando um determinado valor a cada 10m<sup>3</sup> (mil litros) a mais gastos, independente se será gasto 11 m<sup>3</sup> ou se é gasto 19m<sup>3</sup> o valor será o mesmo.

Independente da estrutura tarifária adotada, o cálculo da tarifa de água é feito a cada mês com base na leitura do hidrômetro que está na sua casa. Na conta que chega até você, são detalhadas todas as informações sobre o consumo, de modo que é possível fazer um cálculo manual e verificar o seu padrão de consumo, fazendo comparativos mensais e anuais.

Atualmente, a Lei 11.445/07 — Lei Federal do Saneamento — prevê também que a tarifa de água pode variar conforme o porte do imóvel, a sua localização e a faixa de consumo.

## Diretoria de Regulação Econômica - DRE

As categorizações utilizadas pelas companhias geralmente são residencial (os valores normais que já mencionamos), comercial e industrial. Os custos cobrados também podem ser diferenciados para contratos especiais que têm alta demanda de fornecimento de água ou coleta de esgoto.

A cobrança nos serviços de abastecimento de água tem por objetivo motivar o uso racional da água e a valorização desse bem tão essencial pra preservação da vida. Mas não é só isso. Por meio da tarifa, recursos são arrecadados para investir em programas de preservação dos mananciais, e na expansão dos serviços de saneamento básico.

Além disso, as companhias utilizam esses valores para custear as operações e assegurar a continuidade do abastecimento seguro à população. Entre esses custos, estão:

- energia elétrica;
- custos de insumos necessários para o tratamento da água;
- equipamentos de segurança individuais e coletivos (EPIs e EPCs);
- compra e manutenção de peças e equipamentos;
- salários da mão de obra;
- combustível;
- manutenção de toda a rede de distribuição,
- investimentos para a ampliação da rede;
- transporte.

Essas são apenas algumas despesas envolvidas nos serviços de captação, tratamento e distribuição de água para a população. Ou seja, se as contas não são pagas, o abastecimento pode ficar inviabilizado e sem investimento na manutenção da infraestrutura, em novas tecnologias e em recursos humanos qualificados. No entanto os lucros nos últimos anos, podemos entender que as contas estão sendo pagas.

Porém listar alguns desses desafios caso haja aumento de tarifas:

- desequilíbrio no orçamento;
- incapacidade de atrair técnicos capacitados;

## Diretoria de Regulação Econômica - DRE

- abastecimento de água precário e intermitente;
- dificuldade de ampliar a rede e alcançar uma parcela maior da população;
- desperdício e índice de perdas de água acima da média.

Todos os que se beneficiam dos serviços de abastecimento precisam se conscientizar que o pagamento da tarifa de água é necessário para permitir um serviço autossuficiente, eficiente e de qualidade.

### Tema 5 – Categorias de usuários

x

**Contexto:** A estrutura tarifária atual distingue valores para cinco categorias de usuários, sendo uma delas a da tarifa social.

Cenários a serem avaliados/receberem contribuições:

- a) Aproximar os valores tarifários cobrados das diferentes categorias de usuários;
- b) Intensificar a diferenciação dos valores tarifários cobrados das diferentes categorias de usuários;
- c) Ampliar a quantidade de categorias de usuários;
- d) Reduzir a quantidade de categorias de usuários.

Contribuições ao tema 5

Atualmente a Sanepar classifica suas tarifas em categorias: Residencial, Comercial, Industrial, Utilidade Pública e Poder Público. Faltando apenas a categoria Social.

### Tema 6 – Tarifa social

x

**Contexto:** A tarifa social é calculada como um percentual de cerca de 26% da tarifa de água aplicada à categoria residencial normal na primeira faixa de consumo.

Cenários a serem avaliados/receberem contribuições:

- a) Ampliar a diferença de valor dentre a tarifa social e as residenciais normais;
- b) Reduzir a diferença de valor dentre a tarifa social e as residenciais normais.

Contribuições ao tema 6

Completamente injusto em que a tarifa social é calculada como um percentual de cerca de 26% da tarifa de água aplicada à categoria residencial normal na primeira faixa de consumo. No entanto o correto é reduzir os valores da tarifa social e as residências normais para 1% do valor

## Diretoria de Regulação Econômica - DRE

do salário mínimo nacional. Segundo o censo da IBGE temos uma população de 11.597.484. A qual entre eles, a População Economicamente Ativa (PEA) temos, aproximadamente, 6.958.490 de pessoas, uma vez que ao colocarmos na hipótese em que esses PEA pagarão o valor da taxa mínima de 5m<sup>3</sup> teremos arrecadado R\$ 83.501.884,00 descontando com os custos de serviços e salários temos uma média de 40% dos insumos, a qual restará o "lucro" de R\$ 33.400.753,00 sem contar a aplicação de investimentos e pagamento ao acionista majoritário.

### Tema 7 – Outros temas

x

**Contexto:** Caso seja homologada uma nova estrutura tarifária, é possível que seja implantada de forma progressiva, a exemplo de como está sendo realizado pela Arsesp para a prestadora Sabesp. Além disso, é possível a avaliação de novas formas de tarifa, que possam ser diferentes de acordo com situações de escassez hídrica, horário de consumo, características de qualidade, dentre outros itens.

Cenários a serem avaliados/receberem contribuições:

- a) Forma ou momento para a transição da estrutura tarifária vigente para a versão atualizada;
- b) Estabelecimento de tarifa horosazonal, com diferenciação de valores pelo consumo realizado de acordo com o horário do dia e de acordo com a época do ano;
- c) Adoção de tarifas dinâmicas, considerando situações de escassez hídrica ou outras situações que requeiram maiores ou menores incentivos sobre o consumo.

Contribuições ao tema 7

A estrutura tarifária tem manter-se como era cobrado antes de 2014, pois o lucro da empresa ainda seria superior, porém a tomada de subsídios tem ser pensando no impacto financeiro à população mais pobre.

**Contribuição nº: 14**

CPF/CNPJ: [REDACTED]

Nome/Razão Social: Jonatas William Paz

E-mail: [REDACTED]

Contribuição ao tema 1:

E

Contribuição ao tema 2:

-

Contribuição ao tema 3:

E

Contribuição ao tema 4:

D

Contribuição ao tema 5:

C

Contribuição ao tema 6:

A

Contribuição ao tema 7:

C

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 15**

CPF/CNPJ: [REDACTED]

Nome/Razão Social: Eloise Caroline Rodrigues Brand

E-mail: [REDACTED]

Contribuição ao tema 1:

Concordo com o item d

Contribuição ao tema 2:

Concordo com o item b

Diretoria de Regulação Econômica - DRE

Contribuição ao tema 3:  
Concordo com o item a

Contribuição ao tema 4:  
Concordo com o item a

Contribuição ao tema 5:  
Concordo com o item b

Contribuição ao tema 6:  
Concordo com o item b

Contribuição ao tema 7:  
Concordo com os itens b e c

Anexos:  
Sem anexo.

**Contribuição nº: 16**

CPF/CNPJ: [REDACTED]  
Nome/Razão Social: Gabrielly  
E-mail: [REDACTED]

Contribuição ao tema 1:  
Outras formas de tarifação. Tarifação baseada apenas no que consumir!

Contribuição ao tema 2:  
Manutenção do sistema de tarifa uniforme.

Contribuição ao tema 3:  
Diferenciação de tarifas de acordo com diferentes padrões de uso ou qualidade re-  
querida.

Contribuição ao tema 4:  
Ampliar a quantidade de faixas (blocos) de consumo.

Contribuição ao tema 5:  
Ampliar a quantidade de categorias de usuários.

Contribuição ao tema 6:  
Reduzir a diferença de valor dentre a tarifa social e as residenciais normais.

Contribuição ao tema 7:

**Diretoria de Regulação Econômica - DRE**

Adoção de tarifas dinâmicas, considerando situações de escassez hídrica ou outras situações que requeiram maiores ou menores incentivos sobre o consumo.

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 17**

CPF/CNPJ: [REDACTED]

Nome/Razão Social: Lilian Nadalin

E-mail: [REDACTED]

Contribuição ao tema 1:

Pago o ano todo 5 m<sup>3</sup> ao mes para casa na praia. Vou 1 vez ao ano, fico 20 a 30 dias e ainda enfrento falta de água. Sou contra pagar pelo que não uso. Tarifa zero para consumo zero.

Contribuição ao tema 2:

Hoje já existe uma tarifa mais alta no litoral na temporada o que acho um absurdo pois pago o ano todo sem consumir.

Contribuição ao tema 3:

-

Contribuição ao tema 4:

-

Contribuição ao tema 5:

-

Contribuição ao tema 6:

-

Contribuição ao tema 7:

-

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 18**

## Diretoria de Regulação Econômica - DRE

CPF/CNPJ: [REDACTED]

Nome/Razão Social: RENI DOS SANTOS WALTRICH

E-mail: [REDACTED]

Contribuição ao tema 1:

Acho que deve se eliminar a TARIFA MÍNIMA, cobrar por m2, o consumidor deve pagar SOMENTE o que utiliza.

Contribuição ao tema 2:

-

Contribuição ao tema 3:

-

Contribuição ao tema 4:

-

Contribuição ao tema 5:

-

Contribuição ao tema 6:

-

Contribuição ao tema 7:

-

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 19**

CPF/CNPJ: [REDACTED]

Nome/Razão Social: MIRIAN DE BONA BOLIGON

E-mail: [REDACTED]

Contribuição ao tema 1:

Só cobrar o q realmente consome. Sem taxa diferenciada

Contribuição ao tema 2:

Manter a tarifa uniforme

Contribuição ao tema 3:

Manter o percentual da tarifa de esgoto ou diminuir

Diretoria de Regulação Econômica - DRE

Contribuição ao tema 4:

Não deve haver faixas de consumo. Deve só pagar o q consome

Contribuição ao tema 5:

As categorias de usuários devem ser iguais

Contribuição ao tema 6:

Mantendo como está as tarifas devem ser mantidas normais independentemente do que acontece

Contribuição ao tema 7:

A tarifa deve ser igual independentemente do que acontecer

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 20**

CPF/CNPJ: ██████████

Nome/Razão Social: Ana Paula

E-mail: ██████████

Contribuição ao tema 1:

Porque a gente tem que pagar pelo que não usa. Tem que ser justo para todos tirar essas tarifas paga só pelo que usar mesmo.

Contribuição ao tema 2:

Tinha que tirar essas tarifas

Contribuição ao tema 3:

Definir uma tarifa barata

Contribuição ao tema 4:

E aí em cada caso com

Contribuição ao tema 5:

Concordo com a letra C para mais gente poder ter direito a essa tarifa social

Contribuição ao tema 6:

Ser mais justo para todos

Contribuição ao tema 7:

Não concordo com mais para pagar

Diretoria de Regulação Econômica - DRE

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 21**

CPF/CNPJ: [REDACTED]

Nome/Razão Social: Leonildo Luis Simões

E-mail: [REDACTED]

Contribuição ao tema 1:

Resposta (e) Minha opinião é que agente deveria pagar o que a gente usa e não ter tarifa mínima pois se a gente não usa a gente paga do mesmo jeito então nós somos lesados e minha opinião é que para nós paga pelo água que agente usa sem tarifa mínima

Contribuição ao tema 2:

Não deveria ter tarifa mínima nós tem que paga só o que a gente usa

Contribuição ao tema 3:

(b)

Contribuição ao tema 4:

Não deveria ter tarifa mínima nós deveria pagar pelo que a gente usa

Contribuição ao tema 5:

Não deveria ter tarifa mínima nós deveria pagar pelo que a gente usa

Contribuição ao tema 6:

Não deveria ter tarifa mínima nós deveria pagar pelo que a gente usa

Contribuição ao tema 7:

Não deveria ter tarifa mínima nós deveria pagar pelo que a gente usa

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 22**

CPF/CNPJ: [REDACTED]

Nome/Razão Social: Ana Caroline Wendland

Diretoria de Regulação Econômica - DRE

E-mail: [REDACTED]

Contribuição ao tema 1:

D

Contribuição ao tema 2:

B

Contribuição ao tema 3:

E

Contribuição ao tema 4:

C

Contribuição ao tema 5:

C

Contribuição ao tema 6:

B

Contribuição ao tema 7:

C

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 23**

CPF/CNPJ: [REDACTED]

Nome/Razão Social: Mário Luís Guadagnin

E-mail: [REDACTED]

Contribuição ao tema 1:

E - outras formas...Deve ser fixado o valor por consumo. Ex: faturamento mínimo 5 m<sup>3</sup> = 40 Assim, o valor por m<sup>3</sup> consumido é de R\$ 8...Logo, no mês em que eu consumo apenas 1 m<sup>3</sup>, só pagarei R\$ 8.Quanto ao esgoto, pé só que a proporção é exagerada... eu mesmo reaproveito absolutamente a água, para lavar calçadas, carro, limpar a casa, etc... logo, a proporção de água que vai diretamente para o esgoto é bem menor que 80%.Essa conta não fecha.Se eu tiver consumo, que seja tarifado apenas o consumo real, fração exata... (como as companhias de gás, que cobram pelo consumo real). Mas sem aumentar o valor por m<sup>3</sup>. Como acima, se o valor mínimo para ser pago é de R\$ 40 por 5m<sup>3</sup>,o valor por metro é de R\$ 8, o valor a cada cm é de R\$ 0,08... E assim por diante. É o mais justo.

Diretoria de Regulação Econômica - DRE

Contribuição ao tema 2:

A

Contribuição ao tema 3:

B

Contribuição ao tema 4:

-

Contribuição ao tema 5:

Deve ser igual para todos

Contribuição ao tema 6:

-

Contribuição ao tema 7:

-

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 24**

CPF/CNPJ: ██████████

Nome/Razão Social: Marcus Vinícius Rodrigues

E-mail: ██████████

Contribuição ao tema 1:

D

Contribuição ao tema 2:

B

Contribuição ao tema 3:

E

Contribuição ao tema 4:

B

Contribuição ao tema 5:

A

Diretoria de Regulação Econômica - DRE

Contribuição ao tema 6:

A

Contribuição ao tema 7:

C

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 25**

CPF/CNPJ: ██████████

Nome/Razão Social: givanildo cavalheiro

E-mail: ██████████

Contribuição ao tema 1:

D

Contribuição ao tema 2:

B

Contribuição ao tema 3:

E

Contribuição ao tema 4:

Nenhuma das anteriores....valor por metro cubico

Contribuição ao tema 5:

Valor por metro cubico

Contribuição ao tema 6:

B

Contribuição ao tema 7:

C

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 26**

Diretoria de Regulação Econômica - DRE

CPF/CNPJ: [REDACTED]

Nome/Razão Social: TECNOLOLAR André Maykon Figueiredo do Nascimento

E-mail: [REDACTED]

Contribuição ao tema 1:

E- tem que cobrar correto Fica meses sem consumo pagando mínimo certo seria p agar consumo somente sem taxa minima

Contribuição ao tema 2:

B- tem ser consumo se for zerado não cobrar

Contribuição ao tema 3:

D

Contribuição ao tema 4:

D

Contribuição ao tema 5:

D

Contribuição ao tema 6:

B

Contribuição ao tema 7:

C

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 27**

CPF/CNPJ: [REDACTED]

Nome/Razão Social: Jessica retka

E-mail: [REDACTED]

Contribuição ao tema 1:

D

Contribuição ao tema 2:

B

Contribuição ao tema 3:

E

Diretoria de Regulação Econômica - DRE

Contribuição ao tema 4:

C

Contribuição ao tema 5:

C

Contribuição ao tema 6:

B

Contribuição ao tema 7:

C

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 28**

CPF/CNPJ: ██████████

Nome/Razão Social: Viviane de Souza Uemura Bosquetti

E-mail: ██████████

Contribuição ao tema 1:

Isentar a tarifa mínima, assim cada consumidor vai pagar pelo que utilizar. Contudo, não transferindo esse valor que deixará de receber para os consumidores que pagarão pelo que consumiram. Mas

Contribuição ao tema 2:

Implantar diferenciação de tarifas por região.

Contribuição ao tema 3:

Definir uma tarifa específica para esgoto.

Contribuição ao tema 4:

Atenuar o nível de progressividade do aumento das tarifas.

Contribuição ao tema 5:

-

Contribuição ao tema 6:

-

Contribuição ao tema 7:

-

Anexos:  
Sem anexo.

**Contribuição nº: 29**

CPF/CNPJ: [REDACTED]  
Nome/Razão Social: CLAUDIA ROSIANI DE ALENCAR PEREIRA DA SILVA  
E-mail: [REDACTED]

Contribuição ao tema 1:  
C

Contribuição ao tema 2:  
B

Contribuição ao tema 3:  
B

Contribuição ao tema 4:  
A

Contribuição ao tema 5:  
C

Contribuição ao tema 6:  
A

Contribuição ao tema 7:  
A

Anexos:  
Sem anexo.

**Contribuição nº: 30**

CPF/CNPJ: [REDACTED]  
Nome/Razão Social: Leônidas Magaldi  
E-mail: [REDACTED]

Diretoria de Regulação Econômica - DRE

Contribuição ao tema 1:

Deveria diminuir a faixa de consumo mínimo pois com a escassez hídrica reduzi o consumo para 3 metros cúbicos mas a Sanepar tarifou por 5 metros.

Contribuição ao tema 2:

Manter para estas regiões o atual sistema

Contribuição ao tema 3:

Manter o sistema atual

Contribuição ao tema 4:

Atenuar as faixas de consumo iniciando com 2 metros cúbicos

Contribuição ao tema 5:

Manter o sistema atual

Contribuição ao tema 6:

Manter o sistema atual

Contribuição ao tema 7:

Opção "b"

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 31**

CPF/CNPJ: [REDACTED]

Nome/Razão Social: Inês Aparecida Barbosa Guimarães

E-mail: [REDACTED]

Contribuição ao tema 1:

6 o consumidor deveria pagar pelo que consome, pois não consumo a tarifa mínima mas pago a tarifa de água e esgoto proporcional ao mínimo acredito que ficaria mais honesto pagar proporcional ao seu consumo tanto de água quanto do esgoto

Contribuição ao tema 2:

B

Contribuição ao tema 3:

E

Contribuição ao tema 4:

## Diretoria de Regulação Econômica - DRE

D

Contribuição ao tema 5:

C

Contribuição ao tema 6:

D

Contribuição ao tema 7:

-

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 32**

CPF/CNPJ: ██████████

Nome/Razão Social: Laércio dos Santos Freitas

E-mail: ██████████

Contribuição ao tema 1:

Pagar o qto consome sem cobrança mínima.

Contribuição ao tema 2:

Alternativa "b"

Contribuição ao tema 3:

Definir uma tarifa separada para esgoto já que é um serviço diferente não tem o p orque ser calculado sob tarifa água.

Contribuição ao tema 4:

Cobrar o que é gasto sem faixas.

Contribuição ao tema 5:

Cobra o que casa um consome,simples assim.Não tem porque separar.

Contribuição ao tema 6:

Define uma faixa e quem consumir dentro desta faixa pagar tarifa social caso contr ário paga a mais dependendo do que exceder.

Contribuição ao tema 7:

Começar o qto antes a cobrança justa que é cada um paga pelo que consome e n ão a injustiça que é até hoje.

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 33**

CPF/CNPJ: [REDACTED]

Nome/Razão Social: CRISTIAN ELVIS WENDLAND

E-mail: [REDACTED]

Contribuição ao tema 1:

D

Contribuição ao tema 2:

B

Contribuição ao tema 3:

A

Contribuição ao tema 4:

Ba

Contribuição ao tema 5:

A

Contribuição ao tema 6:

B

Contribuição ao tema 7:

C

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 34**

CPF/CNPJ: [REDACTED]

Nome/Razão Social: Rodrigo Marques Soares

E-mail: [REDACTED]

Contribuição ao tema 1:

**Diretoria de Regulação Econômica - DRE**

A anos atrás a tarifa mínimo era de 10 m<sup>3</sup> e o valor era de entorno de 40 reais mais esgoto, porém foi reduzido para 5 e mantiveram o valor acho que tem coisa errada na última mudança

Contribuição ao tema 2:

Tarifa diferenciada, e incentivar o a economia

Contribuição ao tema 3:

Reduzir a tarifa de esgoto

Contribuição ao tema 4:

O metro cúbico tem que ter o mesmo valor ou indiferente se gaste 1 m<sup>3</sup> ou 20m<sup>3</sup> pois se vc aumentou o consumo tem uma justificativa, as vezes está com visitas, estava fazendo reforma na casa, e se está fazendo reforma para esgoto sem usar

Contribuição ao tema 5:

Pode ser ampliado a categoria ou manter um única categoria, o social não pode ser custeado pelo demais usuários e é um benefício do governo ele deve para essas contas pois foi ele que criou isso

Contribuição ao tema 6:

Acho que tem que igualar fazer e aplicar um valor de desconto para quem tem tarifa social, pois hoje para conceder a tarifa e analisando o tamanho do imóvel, e pode ser que nesse imóvel more somente um casal e devido ao tamanho do imóvel não o direto a tarifa social

Contribuição ao tema 7:

Implantação deve ser gradativamente, e os contratos entre as prefeitura e Sanepar deveria ser por meio de licitação, com prazos menores de duração

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 35**

CPF/CNPJ: ██████████

Nome/Razão Social: JUVENAL COELHO PIERIN

E-mail: ██████████

Contribuição ao tema 1:

Sou a favor de pagar somente o que é consumido, dessa maneira a gente vai buscar consumir menos, minha opção é pela letra "d" , pagar somente o que consome

Diretoria de Regulação Econômica - DRE

Contribuição ao tema 2:

b) Implantar diferenciação de tarifas por região.

Contribuição ao tema 3:

Diminuir o percentual cobrado sobre o valor do consumo.

Contribuição ao tema 4:

b)

Contribuição ao tema 5:

a)

Contribuição ao tema 6:

b)

Contribuição ao tema 7:

c)

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 36**

CPF/CNPJ: ██████████

Nome/Razão Social: Luiz Carlos Vissoci

E-mail: ██████████

Contribuição ao tema 1:

Não sou contra cobranças de consumo mínimo. Tenho umas observações ou sugestões: 1 - Fiscalização efetiva sobre gasto de água tratada em atividade menos nobre, como lavagem de calçadas e carros etc 2 - Bonificar consumidor que captam água da chuva para usos gerais! 3 - Cobrar consumo de água de poços semi artesianos por tratar-se de bem comum e essa prática tem se alastrado em residências de forma desordenada! A vossa apreciação AttLuiz

Contribuição ao tema 2:

-

Contribuição ao tema 3:

-

Contribuição ao tema 4:

Diretoria de Regulação Econômica - DRE

-

Contribuição ao tema 5:

-

Contribuição ao tema 6:

-

Contribuição ao tema 7:

-

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 37**

CPF/CNPJ: ██████████

Nome/Razão Social: Wagner Luis Decanini

E-mail: ██████████

Contribuição ao tema 1:

c) Manter tarifa em blocos e reduzir o consumo mínimo, mas manter algum nível c onsumo mínimo; Reduzir consumo mínimo para 1m<sup>3</sup> de água e 0,85 m<sup>3</sup> de esgoto (se tiver esgoto)

Contribuição ao tema 2:

c) Manter tarifa em blocos e reduzir o consumo mínimo, mas manter algum nível c onsumo mínimo; Reduzir consumo mínimo para 1m<sup>3</sup> de água e 0,85 m<sup>3</sup> de esgoto (se tiver esgoto)

Contribuição ao tema 3:

a) Manter a forma de cobrança da tarifa de esgoto, como percentual da tarifa de á gua;

Contribuição ao tema 4:

d) Reduzir a quantidade de faixas (blocos) de consumo.

Contribuição ao tema 5:

c) Ampliar a quantidade de categorias de usuários;

Contribuição ao tema 6:

b) Reduzir a diferença de valor dentre a tarifa social e as residenciais normais.

Diretoria de Regulação Econômica - DRE

Contribuição ao tema 7:

c) Adoção de tarifas dinâmicas, considerando situações de escassez hídrica ou outras situações que requeiram maiores ou menores incentivos sobre o consumo.

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 38**

CPF/CNPJ: ██████████

Nome/Razão Social: MARIA LUIZA LUPION ORTEGA

E-mail: ██████████

Contribuição ao tema 1:

A cobrança deve ser pelo consumo real, sem taxa mínima. A suspensão do forno deve ser um direito do proprietário quando assim desejar. Tenho casa em Matinhos mas fica fechada por vários meses, sem consumo de água. É injusto pagar sem consumo.

Contribuição ao tema 2:

Resido em Matinhos-pr. É absurda a cobrança de adicional nos meses de alta temporada. Basta cobrar pelo consumo.

Contribuição ao tema 3:

-

Contribuição ao tema 4:

Estipular um valor por m<sup>3</sup> consumido e cobrar pelo volume consumido.

Contribuição ao tema 5:

-

Contribuição ao tema 6:

-

Contribuição ao tema 7:

-

Anexos:

Sem anexo.

Diretoria de Regulação Econômica - DRE

**Contribuição nº: 39**

CPF/CNPJ: [REDACTED]  
Nome/Razão Social: Marcos inacio peixoto  
E-mail: [REDACTED]

Contribuição ao tema 1:

Olá deveria ser cobrado o que consome. Não tarifa mínima..pagar o que foi usado. Aço que seria o mais justo..por ex..quem mora sozinho...paga tarifa de 5 metrô..e consome. 2 metrô..aço que não é justo..isso sem falar quando falta água. Paga igualmente.

Contribuição ao tema 2:

B.

Contribuição ao tema 3:

(B) definir uma tarifa pro esgoto .justa.

Contribuição ao tema 4:

D

Contribuição ao tema 5:

D

Contribuição ao tema 6:

Ba

Contribuição ao tema 7:

C

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 40**

CPF/CNPJ: [REDACTED]  
Nome/Razão Social: Marcelo Ivassessen  
E-mail: [REDACTED]

Contribuição ao tema 1:

Manter sem consumo mínimo, e lançar o custo real do metro cúbico.

Contribuição ao tema 2:

Diretoria de Regulação Econômica - DRE

Manter tarifa de esgoto diferenciado por região. Mas, com diminuição da poluição dos rios, pois estes recebem esgoto sem tratamento

Contribuição ao tema 3:

Manter a forma atual, mas desde que ocorra o efetivo tratamento, não somente a cobrança. Todos conhecem pelo menos um rio ou córrego poluído

Contribuição ao tema 4:

Faixas iniciais excluir o consumo mínimo

Contribuição ao tema 5:

-

Contribuição ao tema 6:

Manter a tarifa social, com limite de consumo por indivíduo morador

Contribuição ao tema 7:

Não diferenciar valores pois custo normal já deve estar contido no custo. E aplicar se em novas ampliações de rede de captação

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 41**

CPF/CNPJ: ██████████

Nome/Razão Social: Rafaela Baumel Ferreira

E-mail: ██████████

Contribuição ao tema 1:

C

Contribuição ao tema 2:

B

Contribuição ao tema 3:

E

Contribuição ao tema 4:

C

Contribuição ao tema 5:

C

Diretoria de Regulação Econômica - DRE

Contribuição ao tema 6:

B

Contribuição ao tema 7:

B

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 42**

CPF/CNPJ: ██████████

Nome/Razão Social: Joceli de Fátima de Oliveira

E-mail: ██████████

Contribuição ao tema 1:

D OuE. Onde o pagamento somente se houver consumo. No caso de pedir desligamento, ser feito de imediato e sem tarifas em qualquer cidade do PR, inclusive no LITORAL. onde o consumidor tem obstáculos para desligamento do serviço.

Contribuição ao tema 2:

ANão entendo essas tarifas por região, sendo que não temos alteração salarial pra pagar essas contas e que nunca vemos a efetiva manutenção no sistema, é visto que quando chove o transtorno todos os anos são os mesmos

Contribuição ao tema 3:

Cd

Contribuição ao tema 4:

D OuE. Onde o pagamento somente se houver consumo. No caso de pedir desligamento, ser feito de imediato e sem tarifas em qualquer cidade do PR, inclusive no LITORAL. onde o consumidor tem obstáculos para desligamento do serviço.

Contribuição ao tema 5:

D OuE. Onde o pagamento somente se houver consumo. No caso de pedir desligamento, ser feito de imediato e sem tarifas em qualquer cidade do PR, inclusive no LITORAL. onde o consumidor tem obstáculos para desligamento do serviço.

Contribuição ao tema 6:

B OuE. Onde o pagamento somente se houver consumo. No caso de pedir desligamento, ser feito de imediato e sem tarifas em qualquer cidade do PR, inclusive no LITORAL. onde o consumidor tem obstáculos para desligamento do serviço.

Diretoria de Regulação Econômica - DRE

Contribuição ao tema 7:

Onde o pagamento somente se houver consumo. No caso de pedir desligamento, ser feito de imediato e sem tarifas em qualquer cidade do PR, inclusive no LITORAL onde o consumidor tem obstáculos para desligamento do serviço.

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 43**

CPF/CNPJ: ██████████

Nome/Razão Social: maycon fernandes

E-mail: ██████████

Contribuição ao tema 1:

e) no ponto de vista e ponto de vista de nosso bolso. .. Nos povo de classe média baixa. Creio eu que todos enquadrado ou a baixo desta classe, concordamos de que o correto é a cobrança de consumo, não desta cobrança de taxa mínima . Pois sabemos que não maioria das residências ,Na grande maioria não permanece o dia em suas residências e sim em seus trabalhos . A maioria cuida até do tempo de banho ...Por exemplo aqui em minha casa somos em 4 sendo 2 adultos e 2 crianças. .. banhos de 10 minutos no máximo sendo duas mulheres minha esposa e minha filha de 6 anos ... lavam o cabelo a cada 3 ou 4 dias sendo assim nos dias de lavar o cabelo o banho dura no máximo 15 a 20 minutos. ...Por isso exploramos pelo povo Curitibano ...Chega de cobrança abusiva. ..Chega de taxa mínima. ...Não aos 7 4,48\$ Por que devemos pagar se nem sequer usamos

Contribuição ao tema 2:

A) Redução da taxa de no mínimo 57% .Ou apenas cobrança de quantidade utilizada. ..

Contribuição ao tema 3:

C) Porém é um absurdo o calor que pagamos pelos serviços prestados taxa sobre taxa isso é um roubo .

Contribuição ao tema 4:

?

Contribuição ao tema 5:

A)

Contribuição ao tema 6:

Diretoria de Regulação Econômica - DRE

B)

Contribuição ao tema 7:

C)

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 44**

CPF/CNPJ: ██████████

Nome/Razão Social: Deise Cristina Nasser

E-mail: ██████████

Contribuição ao tema 1:

E- cobrar o metro cúbico um valor único, e pagar apenas pelo consumo independente se 6, 10 ou 15 metros cúbicos, e a taxa de esgoto um valor mais barato

Contribuição ao tema 2:

a- desde que mais barato que o atual valor,

Contribuição ao tema 3:

B e E... esgoto cobrado de uma empresa ou condomínio tem que ser mais caro do que residencial

Contribuição ao tema 4:

B e D- diferença de valor entre faixas discrepantes Voltar a taxa mínima para 10 metros cúbicos, e dar algum incentivo para reduzir consumo

Contribuição ao tema 5:

C - cobrar mais de quem tem piscina, empresa de grande porte , jardim ,

Contribuição ao tema 6:

A - tarifa social é para quem tem que escolher em comer ou pagar água, ampliar o u isentar

Contribuição ao tema 7:

Nenhuma das alternativas, essa tarifa de escassez hídrica virou piada na tarifa de energia, é preciso investimento , e estar preparado para essas situações, o que não dá é dividir o prejuízo ou fazer caridade com o dinheiro do consumidor,

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 45**

CPF/CNPJ: [REDACTED]

Nome/Razão Social: José Leandro Gonçalves

E-mail: [REDACTED]

Contribuição ao tema 1:

Moro sozinho há mais de vinte anos e sempre paguei a tarifa mínima, embora sempre tenha consumido menos de 5,00m<sup>3</sup>. Não sei em que se baseia esse método, só sei dizer que não passa de cobrança ilegal e imoral. Cada consumidor deve pagar por aquilo que realmente utiliza.

Contribuição ao tema 2:

Idem tema 1.

Contribuição ao tema 3:

Idem tema 1.

Contribuição ao tema 4:

Idem tema 1.

Contribuição ao tema 5:

Idem tema 1.

Contribuição ao tema 6:

Idem tema 1.

Contribuição ao tema 7:

Idem tema 1.

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 46**

CPF/CNPJ: [REDACTED]

Nome/Razão Social: Wanderson Vieira Costa

E-mail: [REDACTED]

Contribuição ao tema 1:

## Diretoria de Regulação Econômica - DRE

O cenário correto é o da letra "D", pois existe o custo fixo da empresa para manter o serviço funcionando e ela deve receber por isso. No atual cenário que estamos cada vez mais preocupados com o meio ambiente, devemos modernizar esse tipo de cobrança. Sermos cobrados pelo que realmente consumimos é o mais justo e incentivará a todos a utilizarem a água de maneira mais racional, pois terão o incentivo de pagar menos. Venho da cidade de Canoas no Rio Grande do Sul, apesar de já morar a 12 anos aqui, e a cobrança lá era realizada dessa forma (uma tarifa fixa e outra variável ligada ao consumo efetivo do mês. Mas deve se cuidar para que uma pessoa que gaste os 5m<sup>3</sup> atualmente continue pagando o mesmo valor e não mais caro como muitas vezes acontece nessa repactuações.

### Contribuição ao tema 2:

A tarifa deve ser uniforme.

### Contribuição ao tema 3:

Letra "A". Se você utiliza mais água, você precisará que o sistema realize um maior tratamento dessa água, então é justo que essa cobrança de esgoto esteja atrelada ao seu gasto de água. Quanto mais água você utiliza, maior é o tratamento de esgoto então você deve pagar mais por isso. Incentiva ainda mais você economizar trazendo benefícios para o meio ambiente como um todo.

### Contribuição ao tema 4:

Letra A. Acho que quanto mais se gasta, maior deve ser a cobrança para que essas pessoas ou empresas pensem em políticas para redução desse gasto de água.

### Contribuição ao tema 5:

Letra "A". Se todos nós dividirmos a conta ela ficará mais barata para todos. No momento que se cria benefícios, os beneficiados acabam por não se preocuparem com o gasto por saberem que estão pagando menos. Acho que essa diferença sendo menor, faz com que todos se preocupam com gastos desnecessários beneficiando a todos e ao meio ambiente.

### Contribuição ao tema 6:

Letra "B". Se todos nós dividirmos a conta ela ficará mais barata para todos. No momento que se cria benefícios, os beneficiados acabam por não se preocuparem com o gasto por saberem que estão pagando menos. Acho que essa diferença sendo menor, faz com que todos se preocupam com gastos desnecessários beneficiando a todos e ao meio ambiente.

### Contribuição ao tema 7:

Com relação a letra "B", não vejo porque realizar essa distinção de cobrança por horário do dia, pois as pessoas trabalham em diferentes horários e serem penalizadas por algo que elas não possuem controle acho errado e injusto. Com relação a letra "C", em situações de crises hídricas muito bem justificadas pode-se implantar tarifas extras assim como é realizado com a luz, mas no caso de a empresa ter que

Diretoria de Regulação Econômica - DRE

realizar algum gasto extra por essa situação, pois caso contrário não vejo sentido ter cobrança extra se a empresa não precisou realizar nenhum investimento adicional devido a situação.

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 47**

CPF/CNPJ: ██████████

Nome/Razão Social: Suzane Bezner

E-mail: ██████████

Contribuição ao tema 1:

O cenário correto é o da letra "D", pois existe o custo fixo da empresa para manter o serviço funcionando e ela deve receber por isso. No atual cenário que estamos cada vez mais preocupados com o meio ambiente, devemos modernizar esse tipo de cobrança. Seremos cobrados pelo que realmente consumimos é o mais justo e incentivará a todos a utilizarem a água de maneira mais racional, pois terão o incentivo de pagar menos.

Contribuição ao tema 2:

Letra "A".

Contribuição ao tema 3:

Letra "A". Se você utiliza mais água, você precisará que o sistema realize um maior tratamento dessa água, então é justo que essa cobrança de esgoto esteja atrelada ao seu gasto de água. Quanto mais água você utiliza, maior é o tratamento de esgoto então você deve pagar mais por isso. Incentiva ainda mais você economizar trazendo benefícios para o meio ambiente como um todo.

Contribuição ao tema 4:

Letra A. Acho que quanto mais se gasta, maior deve ser a cobrança para que essas pessoas ou empresas pensem em políticas para redução desse gasto de água.

Contribuição ao tema 5:

Letra "A". Se todos nós dividirmos a conta ela ficará mais barata para todos. No momento que se cria benefícios, os beneficiados acabam por não se preocuparem com o gasto por saberem que estão pagando menos. Acho que essa diferença sendo menor, faz com que todos se preocupam com gastos desnecessários beneficiando a todos e ao meio ambiente.

Contribuição ao tema 6:

**Diretoria de Regulação Econômica - DRE**

Letra "B". Se todos nós dividirmos a conta ela ficará mais barata para todos. No momento que se cria benefícios, os beneficiados acabam por não se preocuparem com o gasto por saberem que estão pagando menos. Acho que essa diferença sendo menor, faz com que todos se preocupam com gastos desnecessários beneficiando a todos e ao meio ambiente.

Contribuição ao tema 7:

Com relação a letra "B", não vejo porque realizar essa distinção de cobrança por horário do dia, pois as pessoas trabalham em diferentes horários e serem penalizadas por algo que elas não possuem controle acho errado e injusto. Com relação a letra "C", em situações de crises hídricas muito bem justificadas pode-se implantar tarifas extras assim como é realizado com a luz, mas no caso de a empresa ter que realizar algum gasto extra por essa situação, pois caso contrário não vejo sentido ter cobrança extra se a empresa não precisou realizar nenhum investimento adicional devido a situação.

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 48**

CPF/CNPJ: [REDACTED]

Nome/Razão Social: Célio Vitorino de Souza

E-mail: [REDACTED]

Contribuição ao tema 1:

E: DEVERIAMOS PAGAR APENAS O QUE CONSUMIMOS, NÃO É JUSTO EU TER QUE PAGAR POR USO ILEGAL ALHEIO. CONSOME 1 METRO POIS PAGA UM METRO E ASSIM POR DIANTE E SEM TARIFA MÍNIMA.

Contribuição ao tema 2:

B: SE EU MORO EM PIRAQUARA ONDE SAI A MAIORIA DAS AGUAS DE CURITIBA E REGIÃO, PORQUE EU TENHO QUE PAGAR O MESMO VALOR, QUE OUTRAS REGIOES QUE NÃO PRODUZEM? ASSIM COMO OUTROS PRODUTOS QUE É FEITO EM OUTRAS REGIÕES QUE PRODUZEM CERTOS PRODUTOS E CHEGA SUPER TARIFADOS PARA NÓS, ENTÃO NAO ACHO JUSTO EU TER QUE PAGAR POR OUTROS.

Contribuição ao tema 3:

A: MANTER PERCENTUAL, PORÉM, TERIAM QUE INVESTIR MAIS EM CAPTAÇÃO, COLETA, E TRATAMENTO DE ESGOTO. TEMOS UMA RIQUEZA QUE POUCOS MUNICIPIOS DO BRASIL TEM ENTÃO DEVERIA SER MELHOR CAPITADO E TRATADO, APÓS ISSO O DESPEJO NOS RIOS. TRABALHAR MELHOR A

Diretoria de Regulação Econômica - DRE

S AGUAS PORQUE SERÁ NOSSO FUTURO EM QUESTÃO.

Contribuição ao tema 4:

D: SE FOR REDUZIR A FAIXA DE BAIXA RENDA TERÁ UM MAIOR CONSUMO, SE VC PAGA PELO QUE CONSOME NÃO HAVERIA A NECESSIDADE DE TARIFA SOCIAL, JA QUE ESTARIA PAGANDO PELO QUE CONSOME COMO TODOS.

Contribuição ao tema 5:

D: JA RESPONDI NA QUESTÃO 4

Contribuição ao tema 6:

ESTA QUESTÃO INCLUI NA QUESTÃO 4 QUE SE PAGA PELO QUE CONSOME E NÃO HAVERIA A NECESSIDADE DE TARIFA SOCIAL.

Contribuição ao tema 7:

C: NESTE CASO SERIA CLARO MANTER UMA FORMA DE COBRANÇA EXTRA SIM, POREM DEVERIA SER INSTALADO NAS ENTRADAS DOS REGISTROS ALGUM MÉTODO PARA EVITAR A ENTRADA DE AR, ISSO FAZ SUBIR MUITO O CONSUMO A ENTRADA DE AR, QUANDO ACABA A AGUA VEM AR NA TUBULAÇÃO E TEMOS QUE PAGAR POR ISSO TAMBÉM. ENTÃO VOCES TEM MUITOS ENGENHEIROS PÕE UM PARA DESENVOLVER UM SISTEMA PARA EVITAR A ENTRADA DE AR NOS REGISTROS, POR EXEMPLO EM CASA EU DESLIGO REGISTRO QUANDO ACABA A AGUA PORQUE EU SEI QUE QUANDO VOLTAR A AGUA VIRÁ UMA BOA PERCENTUAL DE AR DEPOIS QUE SEI QUE PASSAR O PERIODO DE UMAS 4 HORAS DA CHEGADA EU ABRO O REGISTRO MESMO ASSIM ENTRA MUITO AR.

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 49**

CPF/CNPJ: ██████████

Nome/Razão Social: Elymar André Stemposki

E-mail: ██████████

Contribuição ao tema 1:

e) Outras formas de tarifação: Sugestões: 1) Reduzir a zero a tarifa mínima quando o consumo for igual a 0 (zero). 2) Separar a tarifa mínima em consumo de água (referente a todos os sistemas relacionados ao processo de tornar a água potável) e serviços de manutenção do sistema de distribuição de água as residências. Quando o consumo de água for igual a 0 (zero) somente a taxa para a manutenção dos s

Diretoria de Regulação Econômica - DRE

erviços de distribuição será cobrada.

Contribuição ao tema 2:

-

Contribuição ao tema 3:

-

Contribuição ao tema 4:

-

Contribuição ao tema 5:

-

Contribuição ao tema 6:

-

Contribuição ao tema 7:

-

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 50**

CPF/CNPJ: ██████████

Nome/Razão Social: Nael da Silva

E-mail: ██████████

Contribuição ao tema 1:

O ideal é cobrar apenas o que é consumido. Se tirar esse consumo mínimo, com certeza aqueles que gastam em torno de 5 metros cúbicos mensais vão passar a economizar. Eu armazeno a água da chuva para usar na descarga do meu banheiro. Uso uma caixa de mil litros mais dois tambores de 260litros cada um. Com a intenção de economizar e contribuir com o meio ambiente. e) outras formas de tarifação

.

Contribuição ao tema 2:

Cobrar conforme o consumo de água é justo, porém cobrar onde nem tem tratamento de esgoto não acho correto.b) implantar diferenciação de tarifas por região.

Contribuição ao tema 3:

Concordo com a resposta de opção E.

Diretoria de Regulação Econômica - DRE

Contribuição ao tema 4:

Não usar faixas nenhuma, tarifar por metros cúbicos.

Contribuição ao tema 5:

Não usar categorias, cobrar conforme o consumo. Enquanto um consumidor sofre para pagar a água para o consumo, outros lavam carro, calçadas e desperdiçam água.

Contribuição ao tema 6:

Sem tarifa social, quem tem menos condição economiza mais.

Contribuição ao tema 7:

Concordo com as opções b e c.

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 51**

CPF/CNPJ: ██████████

Nome/Razão Social: PRISCILA ALBINI AGRAMUNT

E-mail: ██████████

Contribuição ao tema 1:

-

Contribuição ao tema 2:

-

Contribuição ao tema 3:

-

Contribuição ao tema 4:

-

Contribuição ao tema 5:

Sou dentista e não disponho de condições de manter consultório em outro local, e desta forma atendo em consultório anexo a minha própria residência. Possuo apenas uma entrada de água e duas caixas, no entanto por este motivo a Sanepar considera minha casa como endereço comercial e MESMO COM CONSUMO MÍNIMO (resido em companhia de minha filha apenas e consultório dentário não consumo e mais do que 2 m<sup>3</sup> / mês) sou cobrada com tarifa mínima que chega a R\$ 198,00.

Diretoria de Regulação Econômica - DRE

Peço encarecidamente que analisem o que considero cobrança abusiva e permitam que nos seja cobrada APENAS UMA TARIFA, mesmo que seja a comercial. Trata-se apenas de uma questão de justiça.

Contribuição ao tema 6:

-

Contribuição ao tema 7:

-

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 52**

CPF/CNPJ: ██████████

Nome/Razão Social: HEVELEN MOREIRA DE ASSIS

E-mail: ██████████

Contribuição ao tema 1:

Ola!Acho importantíssimo rever e/ou analisar individualmente quando solicitado, os critérios da Tarifa Social/Baixa renda.Pois tenho CadUnico, me encaixo no baixa renda de luz, porém da água não passei, por 4metros excedidos de metragem da casa, que é cedida a mim e minhas duas filhas, hoje estou sem renda e em desespero.Vendo pelo histórico, podem constatar que negociei varias contas, mal comecei a pagar, ja tenho novas em aberto desde ano passado, tem sido impossível manter comida na mesa e contas em dia. Ainda atrasando tem faltado e conto com ajuda em alimentos.

Contribuição ao tema 2:

Ola!Acho importantíssimo rever e/ou analisar individualmente quando solicitado, os critérios da Tarifa Social/Baixa renda.Pois tenho CadUnico, me encaixo no baixa renda de luz, porém da água não passei, por 4metros excedidos de metragem da casa, que é cedida a mim e minhas duas filhas, hoje estou sem renda e em desespero.Vendo pelo histórico, podem constatar que negociei varias contas, mal comecei a pagar, ja tenho novas em aberto desde ano passado, tem sido impossível manter comida na mesa e contas em dia. Ainda atrasando tem faltado e conto com ajuda em alimentos.

Contribuição ao tema 3:

Ola!Acho importantíssimo rever e/ou analisar individualmente quando solicitado, os critérios da Tarifa Social/Baixa renda.Pois tenho CadUnico, me encaixo no baixa renda de luz, porém da água não passei, por 4metros excedidos de metragem da

## Diretoria de Regulação Econômica - DRE

casa, que é cedida a mim e minhas duas filhas, hoje estou sem renda e em desespero. Vendo pelo histórico, podem constatar que negocie várias contas, mal comecei a pagar, já tenho novas em aberto desde ano passado, tem sido impossível manter comida na mesa e contas em dia. Ainda atrasando tem faltado e conto com ajuda em alimentos.

### Contribuição ao tema 4:

Ola! Acho importantíssimo rever e/ou analisar individualmente quando solicitado, os critérios da Tarifa Social/Baixa renda. Pois tenho CadÚnico, me encaixo no baixa renda de luz, porém da água não passei, por 4 metros excedidos de metragem da casa, que é cedida a mim e minhas duas filhas, hoje estou sem renda e em desespero. Vendo pelo histórico, podem constatar que negocie várias contas, mal comecei a pagar, já tenho novas em aberto desde ano passado, tem sido impossível manter comida na mesa e contas em dia. Ainda atrasando tem faltado e conto com ajuda em alimentos.

### Contribuição ao tema 5:

Ola! Acho importantíssimo rever e/ou analisar individualmente quando solicitado, os critérios da Tarifa Social/Baixa renda. Pois tenho CadÚnico, me encaixo no baixa renda de luz, porém da água não passei, por 4 metros excedidos de metragem da casa, que é cedida a mim e minhas duas filhas, hoje estou sem renda e em desespero. Vendo pelo histórico, podem constatar que negocie várias contas, mal comecei a pagar, já tenho novas em aberto desde ano passado, tem sido impossível manter comida na mesa e contas em dia. Ainda atrasando tem faltado e conto com ajuda em alimentos.

### Contribuição ao tema 6:

Ola! Acho importantíssimo rever e/ou analisar individualmente quando solicitado, os critérios da Tarifa Social/Baixa renda. Pois tenho CadÚnico, me encaixo no baixa renda de luz, porém da água não passei, por 4 metros excedidos de metragem da casa, que é cedida a mim e minhas duas filhas, hoje estou sem renda e em desespero. Vendo pelo histórico, podem constatar que negocie várias contas, mal comecei a pagar, já tenho novas em aberto desde ano passado, tem sido impossível manter comida na mesa e contas em dia. Ainda atrasando tem faltado e conto com ajuda em alimentos.

### Contribuição ao tema 7:

Ola! Acho importantíssimo rever e/ou analisar individualmente quando solicitado, os critérios da Tarifa Social/Baixa renda. Pois tenho CadÚnico, me encaixo no baixa renda de luz, porém da água não passei, por 4 metros excedidos de metragem da casa, que é cedida a mim e minhas duas filhas, hoje estou sem renda e em desespero. Vendo pelo histórico, podem constatar que negocie várias contas, mal comecei a pagar, já tenho novas em aberto desde ano passado, tem sido impossível manter comida na mesa e contas em dia. Ainda atrasando tem faltado e conto com ajuda em alimentos.

Diretoria de Regulação Econômica - DRE

Anexos:

[https://www.agepar.pr.gov.br/system/files/webform/tomada\\_de\\_subsidios\\_no\\_01\\_2022\\_a/1387/image%20to%20pdf\\_23032022\\_200936\\_0.pdf](https://www.agepar.pr.gov.br/system/files/webform/tomada_de_subsidios_no_01_2022_a/1387/image%20to%20pdf_23032022_200936_0.pdf)



The screenshot shows a mobile application interface with a blue header bar containing a back arrow and the text 'CASA Consultar Débitos'. Below the header is a table with three columns: 'Referência (mês/ano)', 'Vencimento (data)', and 'Valor (R\$)'. Each row in the table includes a small PDF icon with a red arrow pointing down, indicating a download link for each entry.

Referência (mês/ano)	Vencimento (data)	Valor (R\$)
09/2021	05/10/2021	103,12
10/2021	05/11/2021	95,74
11/2021	05/12/2021	116,81
12/2021	05/01/2022	103,12
01/2022	05/02/2022	98,20
02/2022	05/03/2022	103,12
03/2022	05/04/2022	100,66

**Contribuição nº: 53**

CPF/CNPJ: ██████████

Nome/Razão Social: Solange Montanari

E-mail: ██████████

Contribuição ao tema 1:

B

Contribuição ao tema 2:

B

Contribuição ao tema 3:

E

Contribuição ao tema 4:

C

Diretoria de Regulação Econômica - DRE

Contribuição ao tema 5:

C

Contribuição ao tema 6:

B

Contribuição ao tema 7:

B

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 54**

CPF/CNPJ: ██████████

Nome/Razão Social: Emerson Massoqueto Batista

E-mail: ██████████

Contribuição ao tema 1:

D) Minha situação é não concordar com a cobrança atual. No meu caso tenho uma entrada e 03 apartamentos. São cobrados equivalente a 03 tarifas mínimas. Ocorr e que geralmente não consumimos isso, além disso é somente um único ponto de entrada de água e esgoto ou seja, somente possui 01 serviço e não 03 (três).

Contribuição ao tema 2:

B) Manter por região.

Contribuição ao tema 3:

B) No meu caso a época estava construindo, não utilizando esgoto a água era utilizada somente para uso no preparo de massa e na construção em geral. A época a empreiteira instalou banheiro químico, ou seja, não tinha esgoto. Fui várias vezes na Sanepar, porém nunca consegui excluir o valor do esgoto.

Contribuição ao tema 4:

B) Na realidade a empresa vai totalmente contra o meio ambiente e a principal matéria-prima (água), quanto maior o consumo, menor é o valor unitário, ou seja, incentiva o alto consumo e não a preservação dos recursos hídricos.

Contribuição ao tema 5:

C) acho totalmente descabível, vou citar um exemplo. No caso de uma única entrada se o local possui residência e comércio. Sempre é cobrado pelo valor mais alto que seria o comércio. Totalmente injusto, pois no caso da minha empresa que é d

Diretoria de Regulação Econômica - DRE

e Prestação de Serviço, o consumo de água é muito baixo.

Contribuição ao tema 6:

Nada a contribuir.

Contribuição ao tema 7:

C) Tarifas dinâmicas.

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 55**

CPF/CNPJ: ██████████

Nome/Razão Social: Emerson Massoqueto Batista & Cia Ltda

E-mail: ██████████

Contribuição ao tema 1:

D) Minha situação é não concordar com a cobrança atual. No meu caso tenho uma entrada e 02 comércios. A Sanepar está pretendendo cobrar o equivalente a 02 tarifas mínimas. Ocorre que geralmente não consumimos isso, além disso é somente um único ponto de entrada de água e esgoto ou seja, somente possui 01 serviço e não 02 (dois).

Contribuição ao tema 2:

B) Manter por região.

Contribuição ao tema 3:

B) No meu caso a época estava construindo, não utilizando esgoto a água era utilizada somente para uso no preparo de massa e na construção em geral. A época a empreiteira instalou banheiro químico, ou seja, não tinha esgoto. Fui várias vezes na Sanepar, porém nunca consegui excluir o valor do esgoto.

Contribuição ao tema 4:

B) Na realidade a empresa vai totalmente contra o meio ambiente e a principal matéria-prima (água), quanto maior o consumo, menor é o valor unitário, ou seja, incentiva o alto consumo e não a preservação dos recursos hídricos.

Contribuição ao tema 5:

C) Acho totalmente descabível, vou citar um exemplo. No caso de uma única entrada se o local possui residência e comércio. Sempre é cobrado pelo valor mais alto que seria o comércio. Totalmente injusto, pois no caso da minha empresa que é de Prestação de Serviço, o consumo de água é muito baixo.

Diretoria de Regulação Econômica - DRE

Contribuição ao tema 6:

Nada a contribuir.

Contribuição ao tema 7:

C) Tarifas dinâmicas. De acordo com o tipo de Comércio, exemplo, uma indústria a utilização da água é totalmente diferente de uma empresa que Presta Serviços. Poderia diferenciar as tarifas po CNAE.

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 56**

CPF/CNPJ: ██████████

Nome/Razão Social: Celso Vinhas De Souza

E-mail: ██████████

Contribuição ao tema 1:

Sou contra qualquer tarifa mínima.

Contribuição ao tema 2:

Sou contra qualquer tarifa prévia.

Contribuição ao tema 3:

Clausula e),diferenciação de tarifas,baseando se nos gastos mensal registrado no relógio.

Contribuição ao tema 4:

Clausula b)

Contribuição ao tema 5:

Clausula c) Ampliar e reduzir tarifas para as classes mais baixas e aumento das tarifas das classes mais altas,nas regiões de classe alta,e média alta

Contribuição ao tema 6:

b) abrir discussão

Contribuição ao tema 7:

-

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 57**

CPF/CNPJ: ██████████

Nome/Razão Social: Fernando Gonçalves Opalinski

E-mail: ██████████

Contribuição ao tema 1:

D

Contribuição ao tema 2:

A

Contribuição ao tema 3:

B

Contribuição ao tema 4:

D

Contribuição ao tema 5:

C

Contribuição ao tema 6:

B

Contribuição ao tema 7:

B

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 58**

CPF/CNPJ: ██████████

Nome/Razão Social: Maria Assunção Gonçalves

E-mail: ██████████

Contribuição ao tema 1:

E) retirar a taxa mínima e cobrar o consumo gasto.

Contribuição ao tema 2:

A

Contribuição ao tema 3:

E

Contribuição ao tema 4:

B

Contribuição ao tema 5:

C

Contribuição ao tema 6:

A

Contribuição ao tema 7:

C

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 59**

CPF/CNPJ: ██████████

Nome/Razão Social: REINALDO GOUVEA

E-mail: ██████████

Contribuição ao tema 1:

só cobrar consumo mínimo se houver consumo. Alugo minha casa e sempre tenho que pagar pelo consumo de 5m<sup>3</sup> sem ter usado nada. Se eu mandar desligar preciso pagar um valor muito maior do que o consumo mínimo e se precisar religar também. A SANEPAR deveria seguir o modelo da COPEL que não cobra para ligar ou religar mesmo sendo um equipamento muito mais caro e sofisticado. Para mim bastaria não cobrar para retirar o relógio/registro.

Contribuição ao tema 2:

-

Contribuição ao tema 3:

d) Distinguir tarifas para coleta e tratamento de esgoto;

Contribuição ao tema 4:

c) Ampliar a quantidade de faixas (blocos) de consumo; incluindo bloco de consumo menor para aqueles que usam menos.

Diretoria de Regulação Econômica - DRE

Contribuição ao tema 5:

c) Ampliar a quantidade de categorias de usuários; visando facilitar os diferentes categorias de usuarios

Contribuição ao tema 6:

-

Contribuição ao tema 7:

a) Forma ou momento para a transição da estrutura tarifária vigente para a versão atualizada; Se beneficia o consumidor precisa ter impacto o mais rápido possível.

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 60**

CPF/CNPJ: ██████████

Nome/Razão Social: Adriele Barbosa Viana

E-mail: ██████████

Contribuição ao tema 1:

E) cada um paga o que consome, sem taxa mínima

Contribuição ao tema 2:

A- o fato de morar em uma região não significa que a pessoa tem condições

Contribuição ao tema 3:

B) não é justo pagar esgoto tão caro

Contribuição ao tema 4:

Não tem ter faixas, isso é um roubo! O valor precisa ser exato de acordo com o consumido! As pessoas desperdiçam água pq não faz diferença no valor economizar

Contribuição ao tema 5:

C

Contribuição ao tema 6:

A/ entendo que são poucas pessoas elegíveis

Contribuição ao tema 7:

B/ tarifas condizentes com a realidade

Diretoria de Regulação Econômica - DRE

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 61**

CPF/CNPJ: ██████████

Nome/Razão Social: Adilson alves machado

E-mail: ██████████

Contribuição ao tema 1:

E, A tarifa deveria ser por consumo sem consumo mínimo, pois em caso de racionamento por exemplo a cobrança torna-se indevida pois mesmo economizando é gerado duas cobranças de água e esgoto sendo o consumidor enganado a economizar.

Contribuição ao tema 2:

B

Contribuição ao tema 3:

D, pois não é toda água registrada no hidrometro em determinada residencia que retorna para tratamento, pois qual seria a base para cobrança , deveria ter uma tarifa para água e outra basica para tratamento de esgoto.

Contribuição ao tema 4:

D, pois se a intenção é tarifamento justo com exceção da tarifa social , deveria ter somente uma base de tarifamento ja wue quando ocorre correções abrange todas as faixas.

Contribuição ao tema 5:

D, reduzir pois qual seria a intenção do controle de consumo ganhos exorbitantes ou tarifamento justo pelo gasto.

Contribuição ao tema 6:

B, pois a tarifa por si distingue a diferença de valor.

Contribuição ao tema 7:

C, se é corrigido os valores em época de escassez ou horários de alto consumo também deveria ter incentivo ou redução para o oposto em horários de menos consumo e em tempo de normalidade no abastecimento.

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 62**

CPF/CNPJ: ██████████

Nome/Razão Social: Lucimara do Rocio da Cruz

E-mail: ██████████

Contribuição ao tema 1:

E - Na minha opinião, o justo seria cada família pagar apenas o que consome e essa análise ser feita mês a mês. Se em um mês a família gastou mais ela paga mais e se não paga menos.

Contribuição ao tema 2:

A - a tarifa poderia ser uniforme desde que fosse um preço justo para todos.

Contribuição ao tema 3:

D - Na minha opinião, a SANEPAR deveria mostrar a cada cidadão CLARAMENTE o que ele gasta e o que ele paga na sua conta.

Contribuição ao tema 4:

C - Acho que deveria ter uma ampliação das faixas de consumo para que a SANEPAR pudesse "enxergar" quem gasta muito e quem não gasta. Quem gasta muito por exemplo lavando calçadas, pode muito bem pagar mais. É justo.

Contribuição ao tema 5:

C - Eu acho que poderia se ampliar as categorias. Ficar nivelado em uma categoria de tarifa social por exemplo, exclui pessoas como eu que não tenho filhos e não posso pagar uma tarifa de água tão alta todo mês, não é justo.

Contribuição ao tema 6:

A- Eu acho que a tarifa social deveria se ampliar, e não ficar somente àqueles beneficiários do bolsa família por exemplo.

Contribuição ao tema 7:

Existe a boa intenção de V.S.as para saber a opinião do questionário que vocês oferecem, porém, como a população mais humilde e que sofre mais com preços absurdos cobrados em suas tarifas vai responder um questionário tão complicado e cheio de palavras inexplicáveis como esse? Não adianta vocês "chamarem" a população para participar de uma coisa que cabe à vocês fazerem o melhor para todos. Uma pessoa que não tem informação jamais saberá responder um questionário desses e ela é a mais precisa de ajuda.

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 63**

CPF/CNPJ: ██████████

Nome/Razão Social: ALDACIR JUNIOR BRASIL INCORPORADORA EIRELLI

E-mail: ██████████

Contribuição ao tema 1:

COBRAR PELO CONSUMO APENAS, POIS IMOVEIS FECHADOS AINDA PAGA TAXA SEM CONSUMIR.

Contribuição ao tema 2:

a) Manutenção do sistema de tarifa uniforme; COBRAR O MESMO PREÇO PELO CONSUMO O ANO TODO, SALARIO MINIMO DO PARANÁ VALE PARA TODO TERRITORIO DO PARANA E A AGUA E IGUAL PARA TODOS EM QUALIDADE, T ARIFA IGUAL EM TODO ESTADO.

Contribuição ao tema 3:

a) Manter a forma de cobrança da tarifa de esgoto, como percentual da tarifa de água; A MANEIRA QUE É COBRADO O ESGOTO AO MEU ESTA DENTRO DO CONSUMO, SE QUE SO O CONSUMO É ZERO NÃO TEM PORQUE COBRAR O ESGOTO EM AGUA.

Contribuição ao tema 4:

-

Contribuição ao tema 5:

a) Aproximar os valores tarifários cobrados das diferentes categorias de usuários; CENÁRIO DO TRABALHADOR MUDOU, EXISTE MUITA RENDA INFORMAL.

Contribuição ao tema 6:

b) Reduzir a diferença de valor entre a tarifa social e as residenciais normais. SERÁ QUE 1/4 DA POPULAÇÃO ESTA DESEMPREGADA.

Contribuição ao tema 7:

a) Forma ou momento para a transição da estrutura tarifária vigente para a versão atualizada; PAGAR PELO QUE GASTA E O MAIS QUE JUSTO, GASTA MAIS PAGA MAIS, NÃO GASTOU NADA NÃO PAGA NADA

Anexos:

Sem anexo.

Diretoria de Regulação Econômica - DRE

**Contribuição nº: 64**

CPF/CNPJ: [REDACTED]  
Nome/Razão Social: João Meneguete  
E-mail: [REDACTED]

Contribuição ao tema 1:

Deveria ser a cobrança pelo consumo mensal, designar uma tarifa única, mais justa.  
.Te

Contribuição ao tema 2:

Tenho uma residência em Guaratuba, e não acho justo, a cobrança com vem sendo feita. Vou lá de umas três vezes por ano e fico pagando, água e esgoto sem usar todos os meses. Teriam que fazer uma análise, para melhorar este sistema de cobrança. Quando eu não vou até lá, não gasto água e nem puxo descarga, então como é justo pagar não faço uso desses serviços

Contribuição ao tema 3:

Criar uma tarifa mais justa para Esgoto e Água.

Contribuição ao tema 4:

Manter o consumo entre 1 a 10 m<sup>3</sup> e diminuir o vlr da tarifa Red

Contribuição ao tema 5:

Resposta,: DR

Contribuição ao tema 6:

Resposta:B

Contribuição ao tema 7:

Resposta: A, hoje a tarifa é muito cara

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 65**

CPF/CNPJ: [REDACTED]  
Nome/Razão Social: Guilherme Lipiensi  
E-mail: [REDACTED]

Contribuição ao tema 1:

Diretoria de Regulação Econômica - DRE

Já tive oportunidade de morar em SC por algum tempo, e presenciei a transição do modelo tarifário da empresa CASAN, e como consumidor me sentia motivado a acompanhar o consumo mensal na fatura, a efetivamente encontrar maneiras de reduzir meu consumo pessoal. Por isso acredito que a tarifa binômica seja o modelo mais adequado, por economia e consciência do usuário.

Contribuição ao tema 2:

-

Contribuição ao tema 3:

-

Contribuição ao tema 4:

-

Contribuição ao tema 5:

-

Contribuição ao tema 6:

-

Contribuição ao tema 7:

Considerando o momento de incerteza econômica e diminuição do poder de renda, a mudança tarifária e conseqüente economia na fatura mensal poderia servir para amenizar o problema, garantir um certo alívio para muitas pessoas em situação de necessidade, sem onerar o poder público ou a empresa de distribuição. Quanto as possibilidades da tarifa dinâmica, acredito ser necessário considerar as conseqüências e impactos das mudanças climáticas no abastecimento de água. Por mais que este não seja o local apropriado para esse tipo de decisão, seria possível considerar ou prever algum tipo de estrutura legal para recepcionar projetos (municipais, estaduais, terceiro setor..) de incentivo a economia e reutilização de água, como por exemplo um momento de escassez em todo o território do estado ou uma situação mais local como uma prefeitura com problemas de enchentes em determinada região que gostaria de incentivar de alguma forma aqueles moradores a adotarem projetos de coleta de água da chuva em suas casas para amenizar o problema de toda a comunidade. Seria este o momento de pensar em algo assim, uma possibilidade no âmbito das discussões sobre a tarifa?

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 66**

Diretoria de Regulação Econômica - DRE

CPF/CNPJ: [REDACTED]  
Nome/Razão Social: André Luiz Matras  
E-mail: [REDACTED]

Contribuição ao tema 1:

b)

Contribuição ao tema 2:

b)

Contribuição ao tema 3:

b)

Contribuição ao tema 4:

c)

Contribuição ao tema 5:

c)

Contribuição ao tema 6:

b)

Contribuição ao tema 7:

a)

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 67**

CPF/CNPJ: [REDACTED]  
Nome/Razão Social: Davi Ivanowski  
E-mail: [REDACTED]

Contribuição ao tema 1:

Considero que o correto é utilizar a cobrança por volume consumido, sem um bloc o tarifário. É injusto para uma pessoa consumir 1m<sup>3</sup> e pagar por 5m<sup>3</sup>. Desta forma , uma pessoa que consumir entre 5 e 10m<sup>3</sup>, acaba pagando de forma comparativa , menos que a pessoa que consome 1m<sup>3</sup>

Contribuição ao tema 2:

Alternativa B

Diretoria de Regulação Econômica - DRE

Contribuição ao tema 3:

Considero o correto um percentual, mas desde que seja aplicado ao que a residência consumiu, não sobre os blocos tarifários

Contribuição ao tema 4:

Para mim não deve existir faixa de consumo, isso acaba entrando na questão dos blocos que no meu entendimento não deve existir. A cobrança tem que ser pelo que é consumido.

Contribuição ao tema 5:

Alternativa A

Contribuição ao tema 6:

Alternativa A ou não tarifar para pessoas que tem renda muito baixa.

Contribuição ao tema 7:

Considero a alternativa C, porém é salutar salientar que se por motivo de uma escassez hídrica ocorrer aumento, ao final dessa escassez, a tarifa DEVE retornar aos valores anteriores.

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 68**

CPF/CNPJ: ██████████

Nome/Razão Social: Rael Henrique da Silva

E-mail: ██████████

Contribuição ao tema 1:

A

Contribuição ao tema 2:

A

Contribuição ao tema 3:

B

Contribuição ao tema 4:

B

Contribuição ao tema 5:

B

Contribuição ao tema 6:

B

Contribuição ao tema 7:

C

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 69**

CPF/CNPJ: ██████████

Nome/Razão Social: Sidneia Antosz Carvalho

E-mail: ██████████

Contribuição ao tema 1:

Proporcional ao gasto.

Contribuição ao tema 2:

Proporcionar ao gasto efetuado.

Contribuição ao tema 3:

E.

Contribuição ao tema 4:

D

Contribuição ao tema 5:

A

Contribuição ao tema 6:

B

Contribuição ao tema 7:

C

Anexos:

Sem anexo.

Diretoria de Regulação Econômica - DRE

**Contribuição nº: 70**

CPF/CNPJ: ██████████

Nome/Razão Social: Rosangela Faria Schechtel

E-mail: ██████████

Contribuição ao tema 1:

D

Contribuição ao tema 2:

B

Contribuição ao tema 3:

B

Contribuição ao tema 4:

B

Contribuição ao tema 5:

B

Contribuição ao tema 6:

B

Contribuição ao tema 7:

C

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 71**

CPF/CNPJ: ██████████

Nome/Razão Social: Fabiano Palhano

E-mail: ██████████

Contribuição ao tema 1:

Temos que pagar pelo que consumimos como é a energia elétrica é inaceitável para por algo que não gastamos.

Contribuição ao tema 2:

Bd

Contribuição ao tema 3:

D

Contribuição ao tema 4:

C

Contribuição ao tema 5:

B

Contribuição ao tema 6:

A

Contribuição ao tema 7:

C

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 72**

CPF/CNPJ: ██████████

Nome/Razão Social: BATTISTI E BATTISTI FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE PADARIA LTDA

E-mail: ██████████

Contribuição ao tema 1:

D

Contribuição ao tema 2:

A

Contribuição ao tema 3:

B / DDEFINIR TABELA DE USO DE AGUA POR RAMO DE ATIVIDADE NO CASO DE EMPRESAS. EX: NÓS DO RAMO DE PANIFICAÇÃO USAMOS CERCA DE 60% DA ÁGUA PARA PRODUÇÃO, SENDO QUE A MESMA NÃO VAI PARA O ESGOTO E SOMOS TARIFADOS NO TOTAL DE CONSUMO.

Contribuição ao tema 4:

B

Contribuição ao tema 5:

B

Diretoria de Regulação Econômica - DRE

Contribuição ao tema 6:

B

Contribuição ao tema 7:

C

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 73**

CPF/CNPJ: ██████████

Nome/Razão Social: PANIFICADORA E CONFEITARIA PANTUCCI

E-mail: ██████████

Contribuição ao tema 1:

D

Contribuição ao tema 2:

A

Contribuição ao tema 3:

B / DDEFINIR TABELA DE USO DE AGUA POR RAMO DE ATIVIDADE NO CASO DE EMPRESAS. EX: NÓS DO RAMO DE PANIFICAÇÃO USAMOS CERCA DE 60% DA ÁGUA PARA PRODUÇÃO, SENDO QUE A MESMA NÃO VAI PARA O ESGOTO E SOMOS TARIFADOS NO TOTAL DE CONSUMO.

Contribuição ao tema 4:

B

Contribuição ao tema 5:

B

Contribuição ao tema 6:

B

Contribuição ao tema 7:

C

Anexos:

Sem anexo.

Diretoria de Regulação Econômica - DRE

**Contribuição nº: 74**

CPF/CNPJ: [REDACTED]

Nome/Razão Social: BATTISTI E BATTISTI FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE PADARIA LTDA

E-mail: [REDACTED]

Contribuição ao tema 1:

D

Contribuição ao tema 2:

A

Contribuição ao tema 3:

B / DDEFINIR TABELA DE USO DE AGUA POR RAMO DE ATIVIDADE NO CASO DE EMPRESAS. EX: NÓS DO RAMO DE PANIFICAÇÃO USAMOS CERCA DE 60% DA ÁGUA PARA PRODUÇÃO, SENDO QUE A MESMA NÃO VAI PARA O ESGOTO E SOMOS TARIFADOS NO TOTAL DE CONSUMO.

Contribuição ao tema 4:

B

Contribuição ao tema 5:

B

Contribuição ao tema 6:

B

Contribuição ao tema 7:

C

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 75**

CPF/CNPJ: [REDACTED]

Nome/Razão Social: BATTISTI E LORENZATTO ALIMENTOS LTDA

E-mail: [REDACTED]

Contribuição ao tema 1:

D

Diretoria de Regulação Econômica - DRE

Contribuição ao tema 2:

A

Contribuição ao tema 3:

B / DDEFINIR TABELA DE USO DE AGUA POR RAMO DE ATIVIDADE NO CASO DE EMPRESAS. EX: NÓS DO RAMO DE PANIFICAÇÃO USAMOS CERCA DE 60% DA ÁGUA PARA PRODUÇÃO, SENDO QUE A MESMA NÃO VAI PARA O ESGOTO E SOMOS TARIFADOS NO TOTAL DE CONSUMO.

Contribuição ao tema 4:

B

Contribuição ao tema 5:

B

Contribuição ao tema 6:

B

Contribuição ao tema 7:

C

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 76**

CPF/CNPJ: ██████████

Nome/Razão Social: R. BATTISTI COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA

E-mail: ██████████

Contribuição ao tema 1:

D

Contribuição ao tema 2:

A

Contribuição ao tema 3:

B / DDEFINIR TABELA DE USO DE AGUA POR RAMO DE ATIVIDADE NO CASO DE EMPRESAS. EX: NÓS DO RAMO DE PANIFICAÇÃO USAMOS CERCA DE 60% DA ÁGUA PARA PRODUÇÃO, SENDO QUE A MESMA NÃO VAI PARA O ESGOTO E SOMOS TARIFADOS NO TOTAL DE CONSUMO.

## Diretoria de Regulação Econômica - DRE

Contribuição ao tema 4:

B

Contribuição ao tema 5:

B

Contribuição ao tema 6:

B

Contribuição ao tema 7:

C

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 77**

CPF/CNPJ: ██████████

Nome/Razão Social: HERMES E BATTISTI COMERCIO DE PRODUTOS DE PADARIA LTDA

E-mail: ██████████

Contribuição ao tema 1:

D

Contribuição ao tema 2:

A

Contribuição ao tema 3:

B / DDEFINIR TABELA DE USO DE AGUA POR RAMO DE ATIVIDADE NO CASO DE EMPRESAS. EX: NÓS DO RAMO DE PANIFICAÇÃO USAMOS CERCA DE 60% DA ÁGUA PARA PRODUÇÃO, SENDO QUE A MESMA NÃO VAI PARA O ESGOTO E SOMOS TARIFADOS NO TOTAL DE CONSUMO.

Contribuição ao tema 4:

B

Contribuição ao tema 5:

B

Contribuição ao tema 6:

B

Diretoria de Regulação Econômica - DRE

Contribuição ao tema 7:

C

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 78**

CPF/CNPJ: ██████████

Nome/Razão Social: PANTUCCI TRATTORIA LTDA

E-mail: ██████████

Contribuição ao tema 1:

D

Contribuição ao tema 2:

A

Contribuição ao tema 3:

B / DDEFINIR TABELA DE USO DE AGUA POR RAMO DE ATIVIDADE NO CASO DE EMPRESAS. EX: NÓS DO RAMO DE PANIFICAÇÃO USAMOS CERCA DE 60% DA ÁGUA PARA PRODUÇÃO, SENDO QUE A MESMA NÃO VAI PARA O ESGOTO E SOMOS TARIFADOS NO TOTAL DE CONSUMO.

Contribuição ao tema 4:

B

Contribuição ao tema 5:

B

Contribuição ao tema 6:

B

Contribuição ao tema 7:

C

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 79**

Diretoria de Regulação Econômica - DRE

CPF/CNPJ: [REDACTED]  
Nome/Razão Social: Emerson Luiz Mendes  
E-mail: [REDACTED]

Contribuição ao tema 1:

Pagar pelo que é consumido e não ter tarifa mínima. Dessa forma ficaria uma tarifa democrática e não favorecendo ninguém.

Contribuição ao tema 2:

Implantar diferenciação de tarifas por região.

Contribuição ao tema 3:

Diferenciação de tarifas de acordo com diferentes padrões de uso ou qualidade requerida. Quem produz mais esgoto paga mais.

Contribuição ao tema 4:

Atenuar o nível de progressividade do aumento das tarifas nas faixas (blocos) de consumo;

Contribuição ao tema 5:

Ampliar a quantidade de categorias de usuários

Contribuição ao tema 6:

Reduzir a diferença de valor dentro a tarifa social e as residenciais normais.

Contribuição ao tema 7:

-

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 80**

CPF/CNPJ: [REDACTED]  
Nome/Razão Social: Rubens Lemberg  
E-mail: [REDACTED]

Contribuição ao tema 1:

Tarifa cobrança pelo consumo simples sem índice mínimo. Pagar pelo que consumiu somente.

Contribuição ao tema 2:

Manutenção do sistema de tarifa uniforme.

Diretoria de Regulação Econômica - DRE

Contribuição ao tema 3:

Distinguir as tarifas de coleta e tratamento do esgoto. 6 a 10 m3

Contribuição ao tema 4:

Ampliar a quantidade de faixas (blocos) de consumo. Ampliar

Contribuição ao tema 5:

Ampliar a quantidade de categorias de usuários .

Contribuição ao tema 6:

Reduzir a diferença de valor dentre a tarifa social e as residências normais.

Contribuição ao tema 7:

Adoção de tarifas dinâmicas, considerando situações de escassez hídrica ou outras situações que requeiram maiores ou menores incentivos sobre o consumo.

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 81**

CPF/CNPJ: ██████████

Nome/Razão Social: Juliana Aparecida Perdomo

E-mail: ██████████

Contribuição ao tema 1:

Acabar com a tarifa mínima. Pagar conforme o consumo. Sendo um valor justo pelo metro cúbico de água. Passar a água para o CPF de quem aluga imóvel.

Contribuição ao tema 2:

Igual para todos

Contribuição ao tema 3:

b

Contribuição ao tema 4:

-

Contribuição ao tema 5:

-

Contribuição ao tema 6:

Diretoria de Regulação Econômica - DRE

-

Contribuição ao tema 7:

-

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 82**

CPF/CNPJ: ██████████

Nome/Razão Social: Maria Teresa Azolin

E-mail: ██████████

Contribuição ao tema 1:

Substituir a tarifa em blocos, moro só, não consumo o que pago de água, nem esgoto. Um absurdo, sem contar quando ficamos sem água pela crise hídrica ou manutenção. E ter que utilizar água que em algumas vezes vem parecendo leite ou barrenta. Um absurdo....quero pagar o que consumo.

Contribuição ao tema 2:

-

Contribuição ao tema 3:

-

Contribuição ao tema 4:

-

Contribuição ao tema 5:

-

Contribuição ao tema 6:

-

Contribuição ao tema 7:

-

Anexos:

Sem anexo.

**Diretoria de Regulação Econômica - DRE**

**Contribuição nº: 83**

CPF/CNPJ: [REDACTED]  
Nome/Razão Social: Neoli Lopes Medeiros  
E-mail: [REDACTED]

Contribuição ao tema 1:

Outras formas de tarifação. Para pessoas que moram sozinhas e trabalham o dia todo, ou seja, usa o mínimo, nenhuma destas alternativas se encaixam ao perfil.

Contribuição ao tema 2:

Implantar diferenciação de tarifas por região.

Contribuição ao tema 3:

Diferenciação de tarifas de acordo com diferentes padrões de uso ou qualidade requerida, pque resíduo doméstico de edifício é diferente de resíduo doméstico de residência única.

Contribuição ao tema 4:

Atenuar o nível de progressividade do aumento das tarifas nas faixas (blocos) de consumo, Para pessoas que moram sozinhas e trabalham o dia todo.

Contribuição ao tema 5:

Aproximar os valores tarifários cobrados das diferentes categorias de usuários. Para pessoas que moram sozinhas e trabalham o dia todo.

Contribuição ao tema 6:

Reduzir a diferença de valor dentre a tarifa social e as residenciais normais. Para pessoas que moram sozinhas e trabalham o dia todo.

Contribuição ao tema 7:

Adoção de tarifas dinâmicas, considerando situações de escassez hídrica ou outras situações que requeiram maiores ou menores incentivos sobre o consumo. Pelo motivo de pessoas que moram sozinhas e trabalham o dia todo, ou seja, consome o mínimo.

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 84**

CPF/CNPJ: [REDACTED]  
Nome/Razão Social: Laurival Alves Martins

Diretoria de Regulação Econômica - DRE

E-mail: [REDACTED]

Contribuição ao tema 1:

Substituir a tarifa em blocos com consumo mínimo por tarifa binômia (tarifa de custo fixo, sem consumo mínimo atrelado, somada a uma tarifa variável, de acordo com o volume efetivamente consumido);

Contribuição ao tema 2:

-

Contribuição ao tema 3:

-

Contribuição ao tema 4:

-

Contribuição ao tema 5:

-

Contribuição ao tema 6:

-

Contribuição ao tema 7:

-

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 85**

CPF/CNPJ: [REDACTED]

Nome/Razão Social: James Artur Boehm

E-mail: [REDACTED]

Contribuição ao tema 1:

Pra mim o item d é o mais adequado, sem consumo mínimo atrelado.

Contribuição ao tema 2:

Pra mim o item b é o mais adequado.

Contribuição ao tema 3:

Pra mim o item e é o mais adequado.

Diretoria de Regulação Econômica - DRE

Contribuição ao tema 4:

Pra mim o item b é o mais adequado.

Contribuição ao tema 5:

Pra mim o item c é o mais adequado.

Contribuição ao tema 6:

Pra mim o item b é o mais adequado.

Contribuição ao tema 7:

O item a é o mais adequado

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 86**

CPF/CNPJ: ██████████

Nome/Razão Social: TELAS SCHMITT LTDA

E-mail: ██████████

Contribuição ao tema 1:

outras formas de tarifação injusto cobrar pelo mínimo de 5m<sup>3</sup> deveria ser consumo real,,,,,1m<sup>3</sup> mínimo

Contribuição ao tema 2:

manutencao do sistema de tarifa uniforme

Contribuição ao tema 3:

b

Contribuição ao tema 4:

d

Contribuição ao tema 5:

d

Contribuição ao tema 6:

b

Contribuição ao tema 7:

c

Diretoria de Regulação Econômica - DRE

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 87**

CPF/CNPJ: [REDACTED]

Nome/Razão Social: Lorena Menetrier

E-mail: [REDACTED]

Contribuição ao tema 1:

Pagar somente o que gasta. Se for um consumo pequeno pode até ser cobrada a cada 3 meses. Porém o mais importante é pagar SOMENTE o que consome.

Contribuição ao tema 2:

tarifa de esgoto igual para todos com preços bem melhores.

Contribuição ao tema 3:

o item E parece razoável, talvez explicar melhor como funciona essa tarifa de esgoto. como é realmente calculada.

Contribuição ao tema 4:

pagar somente o que utiliza com o consumo mínimo de 2m3

Contribuição ao tema 5:

explicar melhor quais são as categorias de usuários, número de pessoas vivendo em uma residência? loca? bairro? nível social?

Contribuição ao tema 6:

manter como esta.

Contribuição ao tema 7:

o item B parece interessante, e adicionar algum incentivo para quem economiza. independente do momento. Conscientização mesmo.

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 88**

CPF/CNPJ: [REDACTED]

Nome/Razão Social: Fabrício Otto

## Diretoria de Regulação Econômica - DRE

E-mail: [REDACTED]

Contribuição ao tema 1:

D

Contribuição ao tema 2:

BR

Contribuição ao tema 3:

E

Contribuição ao tema 4:

C

Contribuição ao tema 5:

A

Contribuição ao tema 6:

B

Contribuição ao tema 7:

C

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 89**

CPF/CNPJ: [REDACTED]

Nome/Razão Social: Luciana Vendruscolo Grisa

E-mail: [REDACTED]

Contribuição ao tema 1:

e) Outras formas de tarifação. O consumidor pague apenas pelo consumo real, e que em imóveis fechados (sem locação) onde hoje é pago a taxa mínima exigida pela Sanepar, não tenha cobrança sem ter consumo.

Contribuição ao tema 2:

b) Implantar diferenciação de tarifas por região.

Contribuição ao tema 3:

Caso tenha taxa mínima, não cobrar taxa de esgoto

**Diretoria de Regulação Econômica - DRE**

Contribuição ao tema 4:

b) Atenuar o nível de progressividade do aumento das tarifas nas faixas (blocos) de consumo;

Contribuição ao tema 5:

a) Aproximar os valores tarifários cobrados das diferentes categorias de usuários;

Contribuição ao tema 6:

b) Reduzir a diferença de valor entre a tarifa social e as residenciais normais.

Contribuição ao tema 7:

b) Estabelecimento de tarifa horosazonal, com diferenciação de valores pelo consumo realizado de acordo com o horário do dia e de acordo com a época do ano;

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 90**

CPF/CNPJ: ██████████

Nome/Razão Social: KARINA GISELLI PIMENTA JORGE

E-mail: ██████████

Contribuição ao tema 1:

d) Substituir a tarifa em blocos com consumo mínimo por tarifa binômica (tarifa de custos fixo, sem consumo mínimo atrelado, somada a uma tarifa variável, de acordo com o volume efetivamente consumido); A forma como atualmente está estabelecida potencializa lucros da Sanepar ou de quem venha lhe substituir, principalmente em épocas de crise hídrica e de restrição de consumo.

Contribuição ao tema 2:

Com certeza deve-se implantar diferenciação de tarifas por região, de acordo com a disponibilidade do produto a ser efetivamente fornecido.

Contribuição ao tema 3:

Diferenciação de tarifas de acordo com diferentes padrões de uso ou qualidade requerida, pois os serviços são diferentes e importam em custos diferenciados, requerem produtos químicos diferentes.

Contribuição ao tema 4:

Sugiro extinção de blocos de consumo, e pagamento de acordo com o consumo efetivo de cada unidade consumidora.

Diretoria de Regulação Econômica - DRE

Contribuição ao tema 5:

Ampliar a quantidade de categorias de usuários, de modo que cada família pague o que efetivamente consumiu.

Contribuição ao tema 6:

Sugiro extinguir a tarifa social.

Contribuição ao tema 7:

Adoção de tarifas dinâmicas, considerando situações de escassez hídrica ou outras situações que requeiram maiores ou menores incentivos sobre o consumo.

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 91**

CPF/CNPJ: [REDACTED]

Nome/Razão Social: Alexandre Henrique

E-mail: [REDACTED]

Contribuição ao tema 1:

b

Contribuição ao tema 2:

b

Contribuição ao tema 3:

b

Contribuição ao tema 4:

-

Contribuição ao tema 5:

-

Contribuição ao tema 6:

b

Contribuição ao tema 7:

a

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 92**

CPF/CNPJ: ██████████

Nome/Razão Social: MARISON DA SILVA PRADO

E-mail: ██████████

Contribuição ao tema 1:

A minha opção é pela letra D, acredito que nada mais junto que o cidadão pague e exatamente por aquilo que consome, mas que não seja fixado um valor muito alto por metro cúbico, pois desse modo cairíamos na mesma na mesma armadilha que foi a alteração da tarifa mínima de 10 metros cúbicos para 5 metros cúbicos, onde o valor da tarifa foi mantida ou seja a população passou a pagar mais por menos. Caso seja impossível a aplicação deste modelo, acredito que a volta para a tarifa mínima em 10 metros já possa beneficiar muitas famílias paranaenses que são numerosas dentro de suas residências, e que por isso automaticamente consomem mais água para suas necessidades diárias, mas que no entanto não dispõe de renda privilegiada, então essa forma já seria uma boa ajuda para essas famílias. Obrigada pela oportunidade em poder expor a minha opinião neste canal, ótima iniciativa.

Contribuição ao tema 2:

Acredito que se em uma determinada região recebe tratamento diferenciado no qual gera custo elevado em relação a outras regiões, deve-se sim ter uma tarifa também diferenciada. Seria uma questão de justiça, tanto para a empresa que fornece o serviço, quanto aos usuários que pagam as tarifas que entenderiam que pagam tarifa maior pelo fato de receber um serviço que custou mais caro.

Contribuição ao tema 3:

Acredito que o modo mais adequado seria instituir uma tarifa para os serviços de esgoto.

Contribuição ao tema 4:

Acredito que o método mais justo seria a cobrança pelo real consumo ou seja um valor para cada metro cúbico, porém que se não puder ser assim, o método utilizado estaria mais adequado, apenas alteraria a tarifa mínima de 5 para 10 metros cúbicos e a partir disso alteração no valor de 5 em 5 mesmo.

Contribuição ao tema 5:

Acredito que a cobrança deveria ser equiparada pois trata-se do uso da mesma água, não trata-se de produto diferente então o valor cobrado por metro cúbico deveria ser o mesmo, independente de quem está utilizando, a qualidade do produto é o mesmo, então cobrar valores diferentes para o mesmo produto acho injusto.

**Diretoria de Regulação Econômica - DRE**

Contribuição ao tema 6:

Acredito que do jeito que está já está muito bom, porém se for para alterar aí teria que ampliar a diferença pois estamos falando de famílias com menor poder aquisitivo onde qualquer real a mais no bolso, pode representar a segurança de um prato de comida na mesa.

Contribuição ao tema 7:

Acredito que deve ser incentivado um consumo consciente de forma educativa para que se reduza o desperdício desse bem finito, porém cobrar mais caro em determinado horário ou época do ano entendo ser até monstruoso, exemplo como você vai dizer para uma criança que ela não pode beber água em determinado horário, ou vai deixá-la sem tomar banho ao voltar de um passeio, ou das brincadeiras com os amiguinhos as vezes até podendo dormir sem banho, só porque naquele horário o litro da água é mais caro. Essa possibilidade de cobrança diferenciada acho totalmente inviável.

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 93**

CPF/CNPJ: ██████████

Nome/Razão Social: Sonia Aparecida Wagner de Almeida

E-mail: ██████████

Contribuição ao tema 1:

d) Substituir a tarifa em blocos com consumo mínimo por tarifa binômica (tarifa de custos fixo, sem consumo mínimo atrelado, somada a uma tarifa variável, de acordo com o volume efetivamente consumido).

Contribuição ao tema 2:

a) Manutenção do sistema de tarifa uniforme;

Contribuição ao tema 3:

A

Contribuição ao tema 4:

D

Contribuição ao tema 5:

C

Contribuição ao tema 6:

Diretoria de Regulação Econômica - DRE

B

Contribuição ao tema 7:

C

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 94**

CPF/CNPJ: ██████████

Nome/Razão Social: Jose Adriano Epaminondas

E-mail: ██████████

Contribuição ao tema 1:

D

Contribuição ao tema 2:

A

Contribuição ao tema 3:

A

Contribuição ao tema 4:

D

Contribuição ao tema 5:

C

Contribuição ao tema 6:

B

Contribuição ao tema 7:

C

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 95**

CPF/CNPJ: ██████████

Diretoria de Regulação Econômica - DRE

Nome/Razão Social: ALBINO LAGINSKI JUNIOR

E-mail: [REDACTED]

Contribuição ao tema 1:

Parece ser mais justa a opção e) Outras formas de tarifação:1) SEM tarifa de custos fixo, SEM consumo mínimo atrelado, somente a uma tarifa variável, de acordo com o volume efetivamente consumido pois a infraestrutura já foi implantada e subsidiada com verbas governamentais, a sua manutenção cabe apenas a quem usufrui efetivamente dela;2) Isenção fiscal e tributária, seja municipal, estadual ou federal.

Contribuição ao tema 2:

Manutenção do sistema de tarifa uniforme e universal, pois deve-se considerar o custo operacional global do sistema para um serviço público. Por exemplo, se houver regionalização para as tarifas dos Correios, nesta lógica então seria justo cobrar mais caro dos cidadãos do Amazonas enviarem correspondência ao Paraná ?

Contribuição ao tema 3:

a) Manter a forma de cobrança da tarifa de esgoto, como percentual da tarifa de água, porém com revisão justa destes percentuais, que atualmente considera quase que 90% da água consumida é drenada aos esgotos. Usar de processos estatísticos, de análise de dados e métricas adequadas.

Contribuição ao tema 4:

Sem faixa alguma, cobrança proporcional ao consumo em uma tarifa única para m<sup>3</sup> de água consumidos.

Contribuição ao tema 5:

Sem categoria alguma, cobrança proporcional ao consumo em uma tarifa única para m<sup>3</sup> de água consumidos.

Contribuição ao tema 6:

A tarifa social onera os demais consumidores. Buscar subsidiar este custo de outras formas.

Contribuição ao tema 7:

Nenhuma destas. Cobra-se o que se consome, independente de perfil, horário, localidade, apenas o volume de m<sup>3</sup> de água consumidos.

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 96**

## Diretoria de Regulação Econômica - DRE

CPF/CNPJ: [REDACTED]  
Nome/Razão Social: Alice Balhan  
E-mail: [REDACTED]

Contribuição ao tema 1:

-

Contribuição ao tema 2:

-

Contribuição ao tema 3:

-

Contribuição ao tema 4:

-

Contribuição ao tema 5:

-

Contribuição ao tema 6:

-

Contribuição ao tema 7:

-

Anexos:  
Sem anexo.

**Contribuição nº: 97**

CPF/CNPJ: [REDACTED]  
Nome/Razão Social: AndersonViecelli DellaBetta  
E-mail: [REDACTED]

Contribuição ao tema 1:

C ou E, sendo que não deveria ter tarifa mínima e somente deveria ser pago pelo consumo.

Contribuição ao tema 2:

-

Contribuição ao tema 3:

## Diretoria de Regulação Econômica - DRE

A.

Contribuição ao tema 4:

-

Contribuição ao tema 5:

-

Contribuição ao tema 6:

-

Contribuição ao tema 7:

-

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 98**

CPF/CNPJ: ██████████

Nome/Razão Social: Omar Abbud

E-mail: ██████████

Contribuição ao tema 1:Abaixo de 5 m<sup>3</sup>, adotar 1,5 % do salário mínimo nacional, para água + esgoto. Manter os blocos crescentes de consumo, a partir de 5 m<sup>3</sup>. Para todas as localidades.Contribuição ao tema 2:

Igualar a de Curitiba, com as das cidades prósperas do Paraná. Diferenciação para os pequenos municípios, que tem pouca renda própria. A margem do litoral, poderia cair para 13 %.

Contribuição ao tema 3:

Manter a forma de água e esgoto

Contribuição ao tema 4:Talvez, mais algumas faixas, acima de 30 m<sup>3</sup>Contribuição ao tema 5:

-

Contribuição ao tema 6:

Manter

Diretoria de Regulação Econômica - DRE

Contribuição ao tema 7:  
Estabelecimento de tarifa horozonal...

Anexos:  
Sem anexo.

**Contribuição nº: 99**

CPF/CNPJ: ██████████  
Nome/Razão Social: Roberto Severino dos Santos Junior  
E-mail: ██████████

Contribuição ao tema 1:  
D

Contribuição ao tema 2:  
B

Contribuição ao tema 3:  
D

Contribuição ao tema 4:  
B

Contribuição ao tema 5:  
B

Contribuição ao tema 6:  
B

Contribuição ao tema 7:  
C

Anexos:  
Sem anexo.

**Contribuição nº: 100**

CPF/CNPJ: ██████████  
Nome/Razão Social: Narioflasio de Souza

Diretoria de Regulação Econômica - DRE

E-mail: [REDACTED]

Contribuição ao tema 1:

-

Contribuição ao tema 2:

-

Contribuição ao tema 3:

-

Contribuição ao tema 4:

-

Contribuição ao tema 5:

-

Contribuição ao tema 6:

-

Contribuição ao tema 7:

-

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 101**

CPF/CNPJ: [REDACTED]

Nome/Razão Social: Anderson Lipi

E-mail: [REDACTED]

Contribuição ao tema 1:

D

Contribuição ao tema 2:

A

Contribuição ao tema 3:

Teria q diminuir o valor da tarifa de tratamento

Contribuição ao tema 4:

-

Diretoria de Regulação Econômica - DRE

Contribuição ao tema 5:

-

Contribuição ao tema 6:

-

Contribuição ao tema 7:

-

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 102**

CPF/CNPJ: [REDACTED]

Nome/Razão Social: Valdinei MOREIRA

E-mail: [REDACTED]

Contribuição ao tema 1:

e) Outras formas de tarifação. A tarifa por mais que seja mínima, é injusta pela consideração de 'média'; ou seja, se nos ausentamos por algum período do imóvel, o bviamente deixamos de consumir e em contrapartida, se consumimos mais em determinado período, demais contribuintes pagam pela diferença ou nós contribuintes que economizamos, exemplo típico foi no período de racionamento. Nesse período utilizamos a água de banho (restante) e demais não operacionalizaram nesse mesmo procedimento!

Contribuição ao tema 2:

a) Manutenção do sistema de tarifa uniforme; Equalizar obrando preços mínimos a os que realmente consomem o mínimo de forma diferenciada!

Contribuição ao tema 3:

e) Diferenciação de tarifas de acordo com diferentes padrões de uso ou qualidade requerida. Taxa de lixo é totalmente injusta!

Contribuição ao tema 4:

d) Reduzir a quantidade de faixas (blocos) de consumo.

Contribuição ao tema 5:

d) Reduzir a quantidade de categorias de usuários.

Contribuição ao tema 6:

Diretoria de Regulação Econômica - DRE

b) Reduzir a diferença de valor dentre a tarifa social e as residenciais normais.

Contribuição ao tema 7:

c) Adoção de tarifas dinâmicas, considerando situações de escassez hídrica ou outras situações que requeiram maiores ou menores incentivos sobre o consumo.

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 103**

CPF/CNPJ: ██████████

Nome/Razão Social: Andrey Pedroso

E-mail: ██████████

Contribuição ao tema 1:

A cobrança pelo real consumo é a forma mais justa de cobrança pela prestação de serviços públicos. Premia também o consumidor adepto do consumo consciente de energia e água, em tempo de escassez hídrica cada vez mais recorrente nos últimos anos. Como empresa pública - mesmo que com capital aberto - a empresa deve priorizar uma política de maiores investimentos em contrapartida a divisão de lucros integrais aos acionistas. Considerado

Contribuição ao tema 2:

Considerando que o Paraná apresenta diferentes condições geográficas - que impactam no planejamento e custo do transporte e tratamento do esgoto, convém considerar a diferenciação de tarifas, visando a curto prazo a redução da tarifa cobrada.

Contribuição ao tema 3:

A atual tarifação é onerosa ao consumidor. Justo seria uma tarifa fixa para os serviços de esgoto ( coleta e tratamento), que não ultrapasse 40% do valor médio de consumo da localidade nos últimos 24 meses, diferenciando residenciais, prediais e comerciais. Considerando que - conforme informes oficiais - o PR possui quase a totalidade de localidades atendidas por redes de esgoto, o custo geral do sistema deve ser revisto, pois a necessidade de investimentos para ampliação diminuiu consideravelmente.

Contribuição ao tema 4:

Considerando a aceitação da cobrança da tarifa pelo consumo real - sem tarifa mínima - atenuar o nível de progressividade para o intervalo de 3 em 3m<sup>3</sup>, pois muitas vezes o consumo excede em meio metro cúbico - por exemplo - e o consumidor acaba pagando a tarifa sobre o dobro do consumo real.

Diretoria de Regulação Econômica - DRE

Contribuição ao tema 5:

Aproximar os valores tarifários cobrados, mantendo uma tendência de redução global.

Contribuição ao tema 6:

Reduzir a diferença de valor (item 'c'), porém com controle mais periódico dos itens/condições condicionantes para a concessão da tarifa social. Implementar ferramentas digitais para facilitar as comprovações de habilitação ao acesso da tarifa social.

Contribuição ao tema 7:

Associado ao item 01 -alínea D; adoção de tarifas dinâmicas irá premiar os consumidores que habitualmente realizam o consumo consciente; com reflexo em propaganda gratuita a favor do consumo consciente.

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 104**

CPF/CNPJ: ██████████

Nome/Razão Social: MARCIO DA SILVA

E-mail: ██████████

Contribuição ao tema 1:

d) Substituir a tarifa em blocos com consumo mínimo por tarifa binômica (tarifa de custos fixo, sem consumo mínimo atrelado, somada a uma tarifa variável, de acordo com o volume efetivamente consumido);

Contribuição ao tema 2:

b) Implantar diferenciação de tarifas por região.

Contribuição ao tema 3:

a) Manter a forma de cobrança da tarifa de esgoto, como percentual da tarifa de água;

Contribuição ao tema 4:

b) Atenuar o nível de progressividade do aumento das tarifas nas faixas (blocos) de consumo;

Contribuição ao tema 5:

d) Reduzir a quantidade de categorias de usuários.

Diretoria de Regulação Econômica - DRE

Contribuição ao tema 6:

a) Ampliar a diferença de valor dentre a tarifa social e as residenciais normais;

Contribuição ao tema 7:

c) Adoção de tarifas dinâmicas, considerando situações de escassez hídrica ou outras situações que requeiram maiores ou menores incentivos sobre o consumo.

Anexos:

[https://www.agepar.pr.gov.br/system/files/webform/tomada\\_de\\_subsidios\\_no\\_01\\_2022\\_a/1549/Sugest%C3%A3o.pdf](https://www.agepar.pr.gov.br/system/files/webform/tomada_de_subsidios_no_01_2022_a/1549/Sugest%C3%A3o.pdf)

## Diretoria de Regulação Econômica - DRE

Olá tudo bem!

Meu nome é Marcio da Silva, sou morador no bairro Jardim Cecilia, rua Paraíba n° 64, Campo Magro.

Neste lote eu possuo uma casa a qual moro e outra em construção, mas com as dificuldades a construção está demorando para sair, acredito eu que quando eu terminar irei conseguir demolir a casa velha e ir morar na casa nova.

Mas por ter duas casas no lote estou sendo cobrado da Sanepar, a tarifa de duas residências no lote, o que me prejudica muito, pagar duas tarifas de 5 metros cúbicos, sendo que não gasto uma.

Minha média de consumo é de 4 metros por mês, dói no bolso pagar 10 metros sem usar, mesmo que eu deixar a torneira aberta e lavar o carro todos os dias não conseguiria usar 10 metros.

O valor da tarifa em minha residência é de R\$ 203,06; sendo que moro sozinho na residência, me são cobrados água 86,22, esgoto 68,98 e serviços 47,86 com total de 203,06

Gostaria muito de pagar somente uma taxa, de 5 metros, já fui na Sanepar, mas não aceitam por ter duas casas no lote. Já pensei em procurar o Procom ou solicitar uma reportagem mas não teria tempo para isso, está audiência pública será muito importante para mim

Estou muito feliz em estar participando desta política de atendimento, espero resolver meu problema, sendo que já pago por 10 metros cúbicos a mais de dois anos e uso 4 metros.

Por fim minha sugestão seria pagar o que gastar por metro ou algo justo.

**Contribuição nº: 105**

CPF/CNPJ: [REDACTED]  
Nome/Razão Social: José Augusto Emilio  
E-mail: [REDACTED]

Contribuição ao tema 1:

Voltar ao sistema de 10m<sup>3</sup>. Que nem deveria ter sido mudado.

Contribuição ao tema 2:

b- reduzir pra 20% o ano todo.

Contribuição ao tema 3:

Unificar com a coleta de lixo. Isto é um valor percentual da taxa de coleta. Sem aumento para o consumidor.

Contribuição ao tema 4:

Sem opinião. Nem sabia que existia isso.

Contribuição ao tema 5:

C- ampliar

Contribuição ao tema 6:

Sem opinião, devido não entender a questão.

Contribuição ao tema 7:

Tb, não entendi a questão

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 106**

CPF/CNPJ: [REDACTED]  
Nome/Razão Social: FABIANO NEVES  
E-mail: [REDACTED]

Contribuição ao tema 1:

Queremos pagar apenas o que gastamos.

Contribuição ao tema 2:

## Diretoria de Regulação Econômica - DRE

Queremos pagar apenas o que gastamos.

Contribuição ao tema 3:

Queremos pagar apenas o que gastamos.

Contribuição ao tema 4:

Queremos pagar apenas o que gastamos.

Contribuição ao tema 5:

Queremos pagar apenas o que gastamos.

Contribuição ao tema 6:

Queremos pagar apenas o que gastamos.

Contribuição ao tema 7:

Queremos pagar apenas o que gastamos.

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 107**

CPF/CNPJ: ██████████

Nome/Razão Social: Sandro

E-mail: ██████████

Contribuição ao tema 1:

D

Contribuição ao tema 2:

B

Contribuição ao tema 3:

B

Contribuição ao tema 4:

C

Contribuição ao tema 5:

A

Contribuição ao tema 6:

B

Diretoria de Regulação Econômica - DRE

Contribuição ao tema 7:

C

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 108**

CPF/CNPJ: ██████████

Nome/Razão Social: MILTON DE OLIVEIRA RUIZ JUNIOR

E-mail: ██████████

Contribuição ao tema 1:

A cobrança precisa ser justa, remunerando-se a companhia de saneamento pelo total exato do serviço utilizado. Deste modo, a tarifa justa e correta a ser cobrada é pelo consumo real efetivado. Diante disto, deve-se estabelecer o valor individual para o m<sup>3</sup>, cobrando o valor exato por m<sup>3</sup> consumido, sem tarifa mínima ou consumo mínimo. Além de se proporcionar uma cobrança mais justa, ainda incentivará o consumidor a economizar água, posto que será visível em sua fatura tal economia, o que contribui para a preservação do planeta.

Contribuição ao tema 2:

Tarifa regionalizada, de acordo com a realizada hídrica da cada região.

Contribuição ao tema 3:

a) Manter a forma de cobrança da tarifa de esgoto, como percentual da tarifa de água;

Contribuição ao tema 4:

Ampliar a quantidade de faixas de consumo.

Contribuição ao tema 5:

b) Intensificar a diferenciação dos valores tarifários cobrados das diferentes categorias de usuários; A água deve ser vista como um mineral raro e precioso, de modo que quem consome mais, quem extrai riquezas desse bem, deve pagar mais por isso.

Contribuição ao tema 6:

Ampliar a diferença de valor dentre a tarifa social e as residenciais normais;

Diretoria de Regulação Econômica - DRE

Contribuição ao tema 7:

Adoção de tarifas dinâmicas, considerando situações de escassez hídrica ou outras situações que requeiram maiores ou menores incentivos sobre o consumo.

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 109**

CPF/CNPJ: [REDACTED]

Nome/Razão Social: Heraldo Ortiz Costa Moreira

E-mail: [REDACTED]

Contribuição ao tema 1:

-

Contribuição ao tema 2:

-

Contribuição ao tema 3:

-

Contribuição ao tema 4:

-

Contribuição ao tema 5:

-

Contribuição ao tema 6:

-

Contribuição ao tema 7:

-

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 110**

CPF/CNPJ: [REDACTED]

Nome/Razão Social: Claudionor de Moraes Lira

## Diretoria de Regulação Econômica - DRE

E-mail: [REDACTED]

Contribuição ao tema 1:

Tem cobrar tarifa que gasta

Contribuição ao tema 2:

N

Contribuição ao tema 3:

Pagar o que gastar

Contribuição ao tema 4:

Pagar o que gastar

Contribuição ao tema 5:

Tarifa pagar o que gastar.

Contribuição ao tema 6:

Pagar o que gasta

Contribuição ao tema 7:

Cada pergunta tem ser simples paga o que gasta.

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 111**

CPF/CNPJ: [REDACTED]

Nome/Razão Social: Gilberto Fagundes Cordeiro

E-mail: [REDACTED]

Contribuição ao tema 1:

Cobrar pelo que gasta não e justo pagar o que vc não consome

Contribuição ao tema 2:

Cobrar pelo que usa

Contribuição ao tema 3:

Cobrar pelo que usa

Contribuição ao tema 4:

Cobrar pelo que usa

## Diretoria de Regulação Econômica - DRE

Contribuição ao tema 5:

Cobrar pelo que usa

Contribuição ao tema 6:

Cobrar pelo que usa

Contribuição ao tema 7:

Cobrar pelo que usa

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 112**

CPF/CNPJ: [REDACTED]

Nome/Razão Social: Izael da Silva teodoro

E-mail: [REDACTED]

Contribuição ao tema 1:

d

Contribuição ao tema 2:

b

Contribuição ao tema 3:

e

Contribuição ao tema 4:

a

Contribuição ao tema 5:

b

Contribuição ao tema 6:

b

Contribuição ao tema 7:

a

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 113**

CPF/CNPJ: [REDACTED]

Nome/Razão Social: Anderson Aparecido Cavichio

E-mail: [REDACTED]

Contribuição ao tema 1:

D

Contribuição ao tema 2:

B

Contribuição ao tema 3:

E

Contribuição ao tema 4:

C

Contribuição ao tema 5:

B

Contribuição ao tema 6:

B

Contribuição ao tema 7:

C

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 114**

CPF/CNPJ: [REDACTED]

Nome/Razão Social: Marcos Antônio kühne

E-mail: [REDACTED]

Contribuição ao tema 1:

D

Diretoria de Regulação Econômica - DRE

Contribuição ao tema 2:

Eee

Contribuição ao tema 3:

Dd

Contribuição ao tema 4:

Dd

Contribuição ao tema 5:

Bb

Contribuição ao tema 6:

C

Contribuição ao tema 7:

C

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 115**

CPF/CNPJ: ██████████

Nome/Razão Social: Leonel Cristian Marques Pires

E-mail: ██████████

Contribuição ao tema 1:

Tarifar por m<sup>3</sup> utilizado, desonrando a unidades consumidoras do alto custo do sistema

Contribuição ao tema 2:

-

Contribuição ao tema 3:

Minimizar o custo da tarifa de esgoto tendo em vista que a água que volta pro esgoto é bem menor que o consumo diário tendo em vista locais com bastante calçadas, ou indústrias que utilizam a água no processo produtivo.

Contribuição ao tema 4:

Ampliar os blocos de consumo e diminuir o preço de quem usa menos água.

Diretoria de Regulação Econômica - DRE

Contribuição ao tema 5:

Unidades residencial com custo menor da tarifa

Contribuição ao tema 6:

Ampliar a tarifa social a bairros de mais pobres

Contribuição ao tema 7:

-

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 116**

CPF/CNPJ: ██████████

Nome/Razão Social: JOSÉ ANSELMO NAVI

E-mail: ██████████

Contribuição ao tema 1:

Aqui em Maringá, condomínios de Kit Nets, com um único hidrômetro, a SANEPAR cobra além da tarifa mínima mesmo que os apartamentos estejam desocupados, com consumo "zero"! Isso, além de injusto é um absurdo!...

Contribuição ao tema 2:

-

Contribuição ao tema 3:

A SANEPAR também cobra, em forma de tarifa de esgoto, a água de retro-lavagem de filtros de piscinas que são esgotados diretamente pelas galerias de águas pluviais! Outra injustiça para o bolso do consumidor!

Contribuição ao tema 4:

-

Contribuição ao tema 5:

-

Contribuição ao tema 6:

Entendo que as residências individuais do tipo Kit Net deveriam ser enquadradas no segmento de tarifa popular, haja vista que quase a totalidade dessas habitações são ocupadas por moradores de baixa renda!...

Contribuição ao tema 7:

-

Anexos:  
Sem anexo.

**Contribuição nº: 117**

CPF/CNPJ: [REDACTED]  
Nome/Razão Social: Marilza Aparecida Fernandes  
E-mail: [REDACTED]

Contribuição ao tema 1:

Tarifa com consumo mínimo; variável conforme consumo efetivo de água. Desatrelar água e esgoto, pois se meu imóvel está fechado, não há uso de água e nem de esgoto.

Contribuição ao tema 2:

Onde há esgoto a céu aberto não deveria nem ter cobrança de tarifa. Exemplo disso é o bairro Tatuquara, onde as valetas confluem com o esgoto perto da minha casa ao lado do bosque.

Contribuição ao tema 3:

Distinguir tarifas para coleta e tratamento de esgoto

Contribuição ao tema 4:

Reduzir o preço de qualquer faixa de consumo, pois se economizarmos ou não o preço é muito alto para termos água tratada que em muitas vezes chega as torneiras com gosto ruim de barro.Regionalizar a tarifação. Quem mora em regiões nobres , gastam muito mais que os q

Contribuição ao tema 5:

Regionalizar e diferenciar os usuários, pois os que moram nas regiões nobres e ricas de Curitiba, usam muito mais o água e serviço de esgoto do que os que moram nos bairros populares e pobres.

Contribuição ao tema 6:

Reduzir a diferença de valor dentre a tarifa social e as residenciais normais.

Contribuição ao tema 7:

Adoção de tarifas dinâmicas, considerando o efetivo consumo por parte das residências.

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 118**

CPF/CNPJ: [REDACTED]

Nome/Razão Social: Sirlene

E-mail: [REDACTED]

Contribuição ao tema 1:

-

Contribuição ao tema 2:

-

Contribuição ao tema 3:

-

Contribuição ao tema 4:

-

Contribuição ao tema 5:

-

Contribuição ao tema 6:

-

Contribuição ao tema 7:

-

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 119**

CPF/CNPJ: [REDACTED]

Nome/Razão Social: Alessio de oliveira pereira

E-mail: [REDACTED]

Contribuição ao tema 1:

-

Diretoria de Regulação Econômica - DRE

Contribuição ao tema 2:

- -

Contribuição ao tema 3:

-

Contribuição ao tema 4:

-

Contribuição ao tema 5:

-

Contribuição ao tema 6:

-

Contribuição ao tema 7:

-

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 120**

CPF/CNPJ: ██████████

Nome/Razão Social: Rosangela Cristina Ramos

E-mail: ██████████

Contribuição ao tema 1:

Opção C - Tenho um imóvel que deixo para alugar e tem meses que fica vazia e sem consumo. Mas, pago a tarifa mínima de água e esgoto. E em minha residência consumo bem abaixo do mínimo, pois trabalho o dia todo e só volto a noite. Acho que deveriam colocar a tarifa mínima de 2 a 3 metros cúbicos. Pois, entendo que mesmo não consumindo água, a necessidade de fazer a manutenção das tubulações e demais recursos.

Contribuição ao tema 2:

-

Contribuição ao tema 3:

-

Diretoria de Regulação Econômica - DRE

Contribuição ao tema 4:

-

Contribuição ao tema 5:

-

Contribuição ao tema 6:

-

Contribuição ao tema 7:

-

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 121**

CPF/CNPJ: ██████████

Nome/Razão Social: Vilmar Debiasi

E-mail: ██████████

Contribuição ao tema 1:

Letra eMinha sugestão e manter o consumo mínimo 5m<sup>2</sup>, mas cobrar a tarifa de e sgoto sobre o volume real consumido.

Contribuição ao tema 2:

Letra a

Contribuição ao tema 3:

Letra dManter o consumo mínimo 5m<sup>2</sup>, mas cobrar a tarifa de esgoto sobre o volume real consumido.

Contribuição ao tema 4:

Letra C

Contribuição ao tema 5:

letra B

Contribuição ao tema 6:

Letra b

Contribuição ao tema 7:

Letra b

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 122**

CPF/CNPJ: [REDACTED]

Nome/Razão Social: Andreza Pflanzer

E-mail: [REDACTED]

Contribuição ao tema 1:

d

Contribuição ao tema 2:

a

Contribuição ao tema 3:

e

Contribuição ao tema 4:

b

Contribuição ao tema 5:

d

Contribuição ao tema 6:

b

Contribuição ao tema 7:

c

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 123**

CPF/CNPJ: [REDACTED]

Nome/Razão Social: Daniele Aparecida Novak Gritten

E-mail: [REDACTED]

Diretoria de Regulação Econômica - DRE

Contribuição ao tema 1:

letra D Cobrar somente a quantidade de água que realmente foi gasta no mês, e ter uma tarifa baixa.

Contribuição ao tema 2:

Letra B

Contribuição ao tema 3:

LETRA E. Abaixar o valor da tarifa da água, cobrando somente o consumo realmente gasto e desse valor cobrar uma percentagem para o esgoto

Contribuição ao tema 4:

LETRA B

Contribuição ao tema 5:

Letra c

Contribuição ao tema 6:

Letra A

Contribuição ao tema 7:

letra 7

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 124**

CPF/CNPJ: ██████████

Nome/Razão Social: antonio carlos kempe

E-mail: ██████████

Contribuição ao tema 1:

b - consumo minimo 10m3

Contribuição ao tema 2:

-

Contribuição ao tema 3:

-

Contribuição ao tema 4:

-

Contribuição ao tema 5:

-

Contribuição ao tema 6:

-

Contribuição ao tema 7:

-

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 125**

CPF/CNPJ: ██████████

Nome/Razão Social: CARLOS FROTE

E-mail: ██████████

Contribuição ao tema 1:

e) Tarifar conforme o consumo de cada residência.

Contribuição ao tema 2:

a

Contribuição ao tema 3:

e

Contribuição ao tema 4:

e) Eliminar as faixas de consumo.

Contribuição ao tema 5:

c

Contribuição ao tema 6:

a

Contribuição ao tema 7:

c

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 126**

CPF/CNPJ: [REDACTED]  
Nome/Razão Social: Luciano  
E-mail: [REDACTED]

Contribuição ao tema 1:

d

Contribuição ao tema 2:

a

Contribuição ao tema 3:

b

Contribuição ao tema 4:

c

Contribuição ao tema 5:

d

Contribuição ao tema 6:

b

Contribuição ao tema 7:

b

Anexos:  
Sem anexo.

**Contribuição nº: 127**

CPF/CNPJ: [REDACTED]  
Nome/Razão Social: Claudio Jesus de Oliveira Esteves  
E-mail: [REDACTED]

Contribuição ao tema 1:

Manter tarifa em blocos e reduzir o consumo mínimo, mas manter algum nível con sumo mínimo, com nível de consumo mínimo de 1m<sup>3</sup> x, sucessivamente escalona do a cada m<sup>3</sup>.

**Diretoria de Regulação Econômica - DRE**

Contribuição ao tema 2:

Diferenciação por região, mas levando em consideração outros recortes geográficos, tais como bairros, microbacias hidrográficas e tendo como critério a diferenciação sócio-econômica destas áreas. É injusto em Curitiba se pagar taxas iguais no Batel e no Tatuquara. Estabelecer também taxaço diferenciada para grandes usuários, tais como indústria, shoppings etc...

Contribuição ao tema 3:

Manter a forma de cobrança da tarifa de esgoto, como percentual da tarifa de água, desde que se reduza o intervalo mínimo dos blocos para a cobrança.

Contribuição ao tema 4:

Ampliar a quantidade de faixas (blocos) de consumo, intensificando o nível de progressividade de aumento das tarifas nas faixas mais elevadas

Contribuição ao tema 5:

Ampliar a quantidade de categorias (blocos com faixas a cada 1m<sup>3</sup>, variando de zero até o nível máximo real de consumo), mantendo a tarifa social para os mais pobres

Contribuição ao tema 6:

Ampliar a diferença, diminuindo o valor a ser pago pelas famílias que pagam a tarifa social e não onerando aquelas que consomem menos de 10m<sup>3</sup>.

Contribuição ao tema 7:

Na transição deve ser levado em consideração o nível socioeconômico e de consumo. Aos de menor nível em ambas variáveis maiores tempos e menores ônus. Quanto a horários, é uma medida interessante mas que acaba punindo o trabalhador que tem os seus momentos de utilização dos serviços condicionado a fatores que o levam a utilizar a água nos momentos de maior demanda. Quanto a escassez hídrica, a primeira observação: se continuar com blocos tão elásticos (intervalos de 5m<sup>3</sup>) e um teto baixo de pagamento do consumo (30m<sup>3</sup>) continuará existindo uma certa desmotivação para a economia. Quem se motivar a economizar se vai pagar a mesma tarifa se consumir 3m<sup>3</sup> ou 5m<sup>3</sup>? Ou se consumir 31m<sup>3</sup> ou 50m<sup>3</sup>? E acrescenta-se a isto campanhas permanentes de conscientização e educação ambiental (educação no seu sentido amplo).

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 128**

CPF/CNPJ: ██████████

Diretoria de Regulação Econômica - DRE

Nome/Razão Social: Harison Vinícius Dallazen Silva

E-mail: [REDACTED]

Contribuição ao tema 1:

e) Somente tarifa variável, sem custo fixo. Visto que mensalidade é paga para cobrir manutenções. Caso haja necessidade de complementação para alguma manutenção, que seja em casos esporádicos (como de fato acontece) e não uma cobrança fixa todo mês.

Contribuição ao tema 2:

b

Contribuição ao tema 3:

e

Contribuição ao tema 4:

c

Contribuição ao tema 5:

c

Contribuição ao tema 6:

b

Contribuição ao tema 7:

c) Sugiro também, que passem a interromper a distribuição de água esporadicamente. Talvez em torno de 2 vezes ao mês possa ser o suficiente para economizar água e também conscientizar os cidadãos, de forma responsável. Pois a crise hídrica que tivemos, foi, em boa parte, culpa da má administração da Sanepar, visto que não executaram nenhum plano de ação antes de chegarmos à baixos níveis, mesmo sabendo que estávamos em uma pandemia e vendo lojas e empresas fechando. Com isso, funcionários, obviamente, passaram a gastar mais água. Poderia ter sido evitada essa crise, ou ao menos, amenizada. Fazer racionamento "irracional", além de prejudicar os menos favorecidos (que não têm caixa d'água, ou que tem, porém, pequena), ainda despertou uma imensa ira e decepção nos cidadãos. A administração precisa trabalhar com planos preventivos e de forma responsável!

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 129**

CPF/CNPJ: [REDACTED]

Diretoria de Regulação Econômica - DRE

Nome/Razão Social: Carlos Chagas do Nascimento

E-mail: [REDACTED]

Contribuição ao tema 1:

D

Contribuição ao tema 2:

B

Contribuição ao tema 3:

E

Contribuição ao tema 4:

B

Contribuição ao tema 5:

B

Contribuição ao tema 6:

B

Contribuição ao tema 7:

C

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 130**

CPF/CNPJ: [REDACTED]

Nome/Razão Social: Antonio Aparecido Diogo

E-mail: [REDACTED]

Contribuição ao tema 1:

Opção D com o fim e eliminação completa da tarifa de consumo mínimo. Só pagar o que efetivamente consumo a um custo fixo igual a todas as pessoas e com a cobrança de esgoto de apenas 10% do consumo de água.

Contribuição ao tema 2:

Eliminar a diferenciação regional e por meses. Só pagaria 10% equivalente ao consumo de água referente a esgoto. Nada mais que isso. Todos pagariam.

Contribuição ao tema 3:

**Diretoria de Regulação Econômica - DRE**

A tarifa de esgoto deveria ser única, com percentual de 10% do consumo de água.

Contribuição ao tema 4:

eliminar as faixas. Todos pagam a mesma tarifa unica por metro consumido.

Contribuição ao tema 5:

Eliminar a cobrança de tarifa social. Eliminar a categoria de usuários. Todos com tratamento igual.

Contribuição ao tema 6:

Eliminar essa tarifa social.

Contribuição ao tema 7:

A empresa de água e esgoto tem que cobrar de acordo com seu custo e só. Nada de estabelecer novos custos ou tarifas de acordo com o tempo se chove ou não. A Empresa tem essa função e precisa fazer investimentos para prestar o melhor serviço. Se não consegue saia do mercado e deixe outros fazerem. Ela não é para ter lucro e sim dar um serviço essencial a população.

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 131**

CPF/CNPJ: ██████████

Nome/Razão Social: José Luiz Marochi

E-mail: ██████████

Contribuição ao tema 1:

Modelo D - Considero que não deve haver uma cobrança minima e cada consumidor pagar conforme o uso, sem discriminar pequeno ou grande consumidor. A tarifa por m<sup>3</sup> deve igualitória a todos consumidores. Atualmente tenho um pequeno comércio e água é rateada em condominio. Caso fosse individual, eu haveria de pagar uma taxa minima o dobro da residencial, para usar, de vez em quando, banheirinho... ou seja... o cúmulo do absurdo... usar 1, 2m<sup>3</sup>/ mês e pagar uma taxa minima dobrado se comparada ao residencial. Tudo isto deve ser revisto, uma vez que o modelo atual é injusto e desproporcional. Outra coisa que tem q mudar é esses subsídios dados a baixa renda... acredito que eles também deve pagar, menos, mas de vem, caso contrário, quem paga essa conta normalmente é a população de classe e mediana, quem sente mais o impacto de sucessivos aumentos em relação a classe alta.

Contribuição ao tema 2:

Diretoria de Regulação Econômica - DRE

modelo A - como já citado no tema 1, não deve haver diferenciação de cobranças.

Contribuição ao tema 3:

A tarifa de esgoto deve ser diferenciada ao consumo de água tratada. Creio que 70 a 80% sobre o consumo EFETIVAMENTE UTILIZADO (mesmo se mantida a cobrança mínima). No modelo atual, mesmo que se consuma 1m<sup>3</sup>, por exemplo, o consumidor paga no mínimo 80% sobre 5m<sup>3</sup>.

Contribuição ao tema 4:

-

Contribuição ao tema 5:

A - baixa renda pode ter uma diferenciação, mas não isenção total.

Contribuição ao tema 6:

B)

Contribuição ao tema 7:

-

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 132**

CPF/CNPJ: ██████████

Nome/Razão Social: Renato Barreto Sandrini

E-mail: ██████████

Contribuição ao tema 1:

DTarifa mínima é um roubo e aumenta muito o consumo de água da população. Meu consumo não chega a 1m<sup>3</sup>, mas não tenho porque economizar se vou pagar por 5m<sup>3</sup>. Imagino que meu caso não seja único.

Contribuição ao tema 2:

a

Contribuição ao tema 3:

a

Contribuição ao tema 4:

-

Diretoria de Regulação Econômica - DRE

Contribuição ao tema 5:

c

Contribuição ao tema 6:

mantenha igual

Contribuição ao tema 7:

a

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 133**

CPF/CNPJ: ██████████

Nome/Razão Social: Sergio

E-mail: ██████████

Contribuição ao tema 1:

D

Contribuição ao tema 2:

-

Contribuição ao tema 3:

-

Contribuição ao tema 4:

-

Contribuição ao tema 5:

-

Contribuição ao tema 6:

-

Contribuição ao tema 7:

-

Anexos:

Sem anexo.

Diretoria de Regulação Econômica - DRE

**Contribuição nº: 134**

CPF/CNPJ: [REDACTED]

Nome/Razão Social: Paulo Victor Alves

E-mail: [REDACTED]

Contribuição ao tema 1:

Eu não compro serviço da Sanepar e sim a água que é um produto e tenho que pagar apenas o que consumo, se quiser aumentar o valor por m<sup>3</sup>, que aumente.

Contribuição ao tema 2:

b) Implantar diferenciação de tarifas por região. Apesar de a tarifa uniforme ser a mais justa para a população em geral, para o indivíduo seria mais interessante tarifas por região.

Contribuição ao tema 3:

a) Manter a forma de cobrança da tarifa de esgoto, como percentual da tarifa de água; d) Distinguir tarifas para coleta e tratamento de esgoto;

Contribuição ao tema 4:

d) Reduzir a quantidade de faixas (blocos) de consumo.

Contribuição ao tema 5:

b) Intensificar a diferenciação dos valores tarifários cobrados das diferentes categorias de usuários;

Contribuição ao tema 6:

b) Reduzir a diferença de valor entre a tarifa social e as residenciais normais.

Contribuição ao tema 7:

a) Forma ou momento para a transição da estrutura tarifária vigente para a versão atualizada;

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 135**

CPF/CNPJ: [REDACTED]

Nome/Razão Social: Matias Diniz de Moraes

E-mail: [REDACTED]

Contribuição ao tema 1:

D

Contribuição ao tema 2:

A

Contribuição ao tema 3:

D

Contribuição ao tema 4:

-

Contribuição ao tema 5:

-

Contribuição ao tema 6:

-

Contribuição ao tema 7:

-

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 136**

CPF/CNPJ: ██████████

Nome/Razão Social: Vanderlei Bonato

E-mail: ██████████

Contribuição ao tema 1:

Substituir a tarifa em blocos por volume efetivamente consumido.

Contribuição ao tema 2:

Implantar diferenciação de tarifas por região

Contribuição ao tema 3:

Diferenciação de tarifas de acordo com diferentes padrões de uso ou qualidade requerida

Contribuição ao tema 4:

ampliar a quantidade de faixas de consumo

Diretoria de Regulação Econômica - DRE

Contribuição ao tema 5:

ampliar a quantidade de categorias de usuarios

Contribuição ao tema 6:

reduzir a diferença de valor dentre a tarifa social e as residencias normais

Contribuição ao tema 7:

adoção de tarifas dinamicas.

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 137**

CPF/CNPJ: [REDACTED]

Nome/Razão Social: Gustavo Izidoro Gonçalves

E-mail: [REDACTED]

Contribuição ao tema 1:

d) Substituir a tarifa em blocos com consumo mínimo por tarifa binômia (tarifa de custos fixo, sem consumo mínimo atrelado, somada a uma tarifa variável, de acordo com o volume efetivamente consumido);

Contribuição ao tema 2:

b) Implantar diferenciação de tarifas por região.

Contribuição ao tema 3:

a) Manter a forma de cobrança da tarifa de esgoto, como percentual da tarifa de água;

Contribuição ao tema 4:

-

Contribuição ao tema 5:

-

Contribuição ao tema 6:

-

Contribuição ao tema 7:

-

Diretoria de Regulação Econômica - DRE

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 138**

CPF/CNPJ: [REDACTED]

Nome/Razão Social: Paulo Jose Noga

E-mail: [REDACTED]

Contribuição ao tema 1:

Manter a tarifa em blocos com o consumo mínimo de 5 metros cúbicos do jeito que esta.

Contribuição ao tema 2:

Manutenção do sistema de tarifas uniforme.

Contribuição ao tema 3:

Manter a forma de tarifa de cobrança de esgoto.

Contribuição ao tema 4:

Reduzir a quantidade de faixas de consumo

Contribuição ao tema 5:

Reduzir a quantidade de categorias de usuários.

Contribuição ao tema 6:

Ampliar a diferença.

Contribuição ao tema 7:

C

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 139**

CPF/CNPJ: [REDACTED]

Nome/Razão Social: Sindy makiolka

E-mail: [REDACTED]

Contribuição ao tema 1:

**Diretoria de Regulação Econômica - DRE**

DTroca dos relógios antigos, onde a legislação obriga a serem trocados com 10 anos e muitos já estão com mais de 20 anos. Relógios que não computem entrada de ar. Casos de vazamentos esdrúxulos, causado por sujeira levantando boias e rompimento de canos por ar nos canos devem ser indenizado os consumidores

Contribuição ao tema 2:

a manutenção das tarifas uniforme

Contribuição ao tema 3:

e) Diferenciação de tarifas de acordo com diferentes padrões de uso ou qualidade requerida.

Contribuição ao tema 4:

d) Reduzir a quantidade de faixas (blocos) de consumo Condomínios antigos que não tem como individualizar devem pagar a taxa com a tarifa reduzida.. esse aumento gradativo pune as residências que estão em grandes conglomerados sem subdivisão.

Contribuição ao tema 5:

c) Ampliar a quantidade de categorias de usuários; indústrias, mercados e grandes empreendimentos, devem pagar diferente de imóveis residenciais sejam eles em condomínios com um único hidrômetro

Contribuição ao tema 6:

b) Reduzir a diferença de valor entre a tarifa social e as residenciais normais

Contribuição ao tema 7:

c) Adoção de tarifas dinâmicas, considerando situações de escassez hídrica ou outras situações que requeiram maiores ou menores incentivos sobre o consumo.

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 140**

CPF/CNPJ: ██████████

Nome/Razão Social: Eduardo Augusto Labegalini

E-mail: ██████████

Contribuição ao tema 1:

d

Contribuição ao tema 2:

b

Contribuição ao tema 3:

d

Contribuição ao tema 4:

a

Contribuição ao tema 5:

b

Contribuição ao tema 6:

b

Contribuição ao tema 7:

c

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 141**

CPF/CNPJ: ██████████

Nome/Razão Social: Andréia Cristina Andrioli Silva Silveira

E-mail: ██████████

Contribuição ao tema 1:

Minha opinião o mais correto é a "d" Ou seja pagar pelo consumo real, sem consumo mínimo.

Contribuição ao tema 2:

Na minha opinião "b"

Contribuição ao tema 3:

Na minha opinião "a"

Contribuição ao tema 4:

Na minha opinião "d"

Contribuição ao tema 5:

Na minha opinião "d"

Contribuição ao tema 6:

Diretoria de Regulação Econômica - DRE

Na minha opinião "b"

Contribuição ao tema 7:

Na minha opinião "c"

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 142**

CPF/CNPJ: ██████████

Nome/Razão Social: CARLOS ALBERTO MERLINI

E-mail: ██████████

Contribuição ao tema 1:

Substituir a tarifa em blocos com consumo mínimo por tarifa binômia (tarifa de custo fixo, sem consumo mínimo atrelado, somada a uma tarifa variável, de acordo com o volume efetivamente consumido, válido também para o esgoto).

Contribuição ao tema 2:

-

Contribuição ao tema 3:

Definir uma tarifa específica para os serviços de esgoto;

Contribuição ao tema 4:

Ampliar a quantidade de faixas (blocos) de consumo;

Contribuição ao tema 5:

Reduzir a quantidade de categorias de usuários.

Contribuição ao tema 6:

Reduzir a diferença de valor entre a tarifa social e as residenciais normais.

Contribuição ao tema 7:

-

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 143**

Diretoria de Regulação Econômica - DRE

CPF/CNPJ: [REDACTED]  
Nome/Razão Social: Ricardo Oliveira Santos  
E-mail: [REDACTED]

Contribuição ao tema 1:

D

Contribuição ao tema 2:

B

Contribuição ao tema 3:

A

Contribuição ao tema 4:

A

Contribuição ao tema 5:

D

Contribuição ao tema 6:

BA

Contribuição ao tema 7:

A

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 144**

CPF/CNPJ: [REDACTED]  
Nome/Razão Social: Aderbal Silveira  
E-mail: [REDACTED]

Contribuição ao tema 1:

d

Contribuição ao tema 2:

b

Diretoria de Regulação Econômica - DRE

Contribuição ao tema 3:

a

Contribuição ao tema 4:

d

Contribuição ao tema 5:

d

Contribuição ao tema 6:

b

Contribuição ao tema 7:

c

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 145**

CPF/CNPJ: ██████████

Nome/Razão Social: JERSON STRAUBE DE CASTRO

E-mail: ██████████

Contribuição ao tema 1:

Tarifa de acordo com o consumo, se gata 1m paga 1m, acredito que nenhuma em presa vende 1kg de produto e cobra 5kg como faz a Sanepar acho um abuso ou mais um roubo aos usuários e garantido pelos órgãos fiscalizadores, uma vergonha.

Contribuição ao tema 2:

A tarifa deve ser de acordo com a dificuldade encontrada para o fornecimento de água para a região em questão.

Contribuição ao tema 3:

A cobrança esta correta pois nem todo consumo vai para o esgoto.

Contribuição ao tema 4:

Sem blocos, para aquilo que consome e nada a mais.

Contribuição ao tema 5:

Tarifa única igual para todos, direitos iguais independente da situação financeira.

Diretoria de Regulação Econômica - DRE

Contribuição ao tema 6:

Tarifas iguais, somos todos iguais...

Contribuição ao tema 7:

Qual motivo de tarifa diferenciada na escassez? A Sanepar opera com racionamento oq não aumenta custos, diferente da Copel que aciona usinas termoelétricas.

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 146**

CPF/CNPJ: ██████████

Nome/Razão Social: Josenei Alves Gonçalves

E-mail: ██████████

Contribuição ao tema 1:

A

Contribuição ao tema 2:

B

Contribuição ao tema 3:

A

Contribuição ao tema 4:

B

Contribuição ao tema 5:

D

Contribuição ao tema 6:

A

Contribuição ao tema 7:

B

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 147**

Diretoria de Regulação Econômica - DRE

CPF/CNPJ: [REDACTED]  
Nome/Razão Social: Omar Sallum Filho  
E-mail: [REDACTED]

Contribuição ao tema 1:

D

Contribuição ao tema 2:

B

Contribuição ao tema 3:

E

Contribuição ao tema 4:

D

Contribuição ao tema 5:

D

Contribuição ao tema 6:

B

Contribuição ao tema 7:

B

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 148**

CPF/CNPJ: [REDACTED]  
Nome/Razão Social: marcio ferreira  
E-mail: [REDACTED]

Contribuição ao tema 1:

cobrar pelo metro cubico consumido, sem essa de tarifa minima... ex.: se hoje a tarifa minima é de 5 metros por +-R\$82, então 1 metro cubico custaria R\$16,00...

Contribuição ao tema 2:

nenhum e nem outro

Diretoria de Regulação Econômica - DRE

Contribuição ao tema 3:

b ou d

Contribuição ao tema 4:

n/a.

Contribuição ao tema 5:

n/a

Contribuição ao tema 6:

n/a

Contribuição ao tema 7:

sim

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 149**

CPF/CNPJ: ██████████

Nome/Razão Social: Scharles José de Oliveira

E-mail: ██████████

Contribuição ao tema 1:

Acho super justo esse projeto, pago por algo que não usamos não é justo. Espero que o projeto seja aprovado e a Sanepar faça como a Copel, cobre apenas o que for usado.

Contribuição ao tema 2:

-

Contribuição ao tema 3:

-

Contribuição ao tema 4:

-

Contribuição ao tema 5:

-

Contribuição ao tema 6:

Diretoria de Regulação Econômica - DRE

-

Contribuição ao tema 7:

-

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 150**

CPF/CNPJ: ██████████

Nome/Razão Social: Emerson da Silva Dias

E-mail: ██████████

Contribuição ao tema 1:

sou a favor do cenário B isso sem a crise hídrica, mas isso só é justo no valor cobrado pela tarifa mínima.

Contribuição ao tema 2:

sou a favor do cenário A, pois a chance de redução da tarifa existe, já que as outras cidades que não tem diferenciação de sazonal pague a diferença daqueles que tem.

Contribuição ao tema 3:

Sou a favor do cenário A.

Contribuição ao tema 4:

Sou a favor do cenário A.

Contribuição ao tema 5:

Sou a favor do cenário A.

Contribuição ao tema 6:

Sou a favor do cenário B.

Contribuição ao tema 7:

Sou a favor do cenário A.

Anexos:

Sem anexo.

Diretoria de Regulação Econômica - DRE

**Contribuição nº: 151**

CPF/CNPJ: ██████████

Nome/Razão Social: Guilherme Kamogawa dupin

E-mail: ██████████

Contribuição ao tema 1:

D

Contribuição ao tema 2:

B

Contribuição ao tema 3:

E

Contribuição ao tema 4:

C

Contribuição ao tema 5:

C

Contribuição ao tema 6:

B

Contribuição ao tema 7:

C

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 152**

CPF/CNPJ: ██████████

Nome/Razão Social: Leonardo Willian Marchiori zaminelli

E-mail: ██████████

Contribuição ao tema 1:

D

Contribuição ao tema 2:

A

Contribuição ao tema 3:

E

Contribuição ao tema 4:

D

Contribuição ao tema 5:

C

Contribuição ao tema 6:

B

Contribuição ao tema 7:

C

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 153**

CPF/CNPJ: ██████████

Nome/Razão Social: Josana Gonçalves da Silva

E-mail: ██████████

Contribuição ao tema 1:

Somente ser cobrado o valor que foi utilizado. E a Sanepar demonstrar os custos dos serviços que faz.

Contribuição ao tema 2:

Implantar tarifa diferenciado

Contribuição ao tema 3:

Diferenciação de tarifas de acordo com diferentes padrões de uso ou qualidade requerida.

Contribuição ao tema 4:

Intensificar o nível de progressividade do aumento das tarifas nas faixas (blocos) de consumo;

Contribuição ao tema 5:

Ampliar a quantidade de categorias de usuários

Contribuição ao tema 6:

Ampliar a diferença de valor dentro da tarifa social e as residenciais normais;

Diretoria de Regulação Econômica - DRE

Contribuição ao tema 7:

Estabelecimento de tarifa horosazonal, com diferenciação de valores pelo consumo realizado de acordo com o horário do dia e de acordo com a época do ano;

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 154**

CPF/CNPJ: [REDACTED]

Nome/Razão Social: Ulisses Vinicius Amiz

E-mail: [REDACTED]

Contribuição ao tema 1:

A, não. B não. C não, D não. E Pagar pelo que foi consumido.

Contribuição ao tema 2:

A, não. B sim.

Contribuição ao tema 3:

A não. B sim. C sim. D sim. E sim.

Contribuição ao tema 4:

A<B<C<D não

Contribuição ao tema 5:

-

Contribuição ao tema 6:

-

Contribuição ao tema 7:

-

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 155**

CPF/CNPJ: [REDACTED]

Diretoria de Regulação Econômica - DRE

Nome/Razão Social: Jaime Antônio da Silva

E-mail: [REDACTED]

Contribuição ao tema 1:

-

Contribuição ao tema 2:

-

Contribuição ao tema 3:

Ótimo concordo plenamente

Contribuição ao tema 4:

-

Contribuição ao tema 5:

-

Contribuição ao tema 6:

-

Contribuição ao tema 7:

-

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 156**

CPF/CNPJ: [REDACTED]

Nome/Razão Social: Edison Luiz Antonievicz

E-mail: [REDACTED]

Contribuição ao tema 1:

Opção d

Contribuição ao tema 2:

opção b

Contribuição ao tema 3:

opção e

Diretoria de Regulação Econômica - DRE

Contribuição ao tema 4:

opção d

Contribuição ao tema 5:

opção d

Contribuição ao tema 6:

opção b

Contribuição ao tema 7:

opção c

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 157**

CPF/CNPJ: [REDACTED]

Nome/Razão Social: Francisco Carlos Binhares

E-mail: [REDACTED]

Contribuição ao tema 1:

D

Contribuição ao tema 2:

B

Contribuição ao tema 3:

B

Contribuição ao tema 4:

D

Contribuição ao tema 5:

A

Contribuição ao tema 6:

B

Contribuição ao tema 7:

C

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 158**

CPF/CNPJ: [REDACTED]

Nome/Razão Social: André Luis Polytowski Gonçalves

E-mail: [REDACTED]

Contribuição ao tema 1:

D

Contribuição ao tema 2:

A

Contribuição ao tema 3:

D

Contribuição ao tema 4:

D

Contribuição ao tema 5:

D

Contribuição ao tema 6:

B

Contribuição ao tema 7:

C

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 159**

CPF/CNPJ: [REDACTED]

Nome/Razão Social: ROSANA MANUEL BERNARDES HACK

E-mail: [REDACTED]

Contribuição ao tema 1:

**Diretoria de Regulação Econômica - DRE**

Resposta C, sim cobrança mínima. Substituir a tarifa em blocos com consumo mínimo por tarifa binômica (tarifa de custos fixo, sem consumo mínimo atrelado, somada a uma tarifa variável, de acordo com o volume efetivamente consumido);

Contribuição ao tema 2:

Implantar diferenciação de tarifas por região.

Contribuição ao tema 3:

Distinguir tarifas para coleta e tratamento de esgoto;

Contribuição ao tema 4:

Atenuar o nível de progressividade do aumento das tarifas nas faixas (blocos) de consumo;

Contribuição ao tema 5:

Intensificar a diferenciação dos valores tarifários cobrados das diferentes categorias de usuários;

Contribuição ao tema 6:

Ampliar a diferença de valor dentre a tarifa social e as residenciais normais;

Contribuição ao tema 7:

Estabelecimento de tarifa horosazonal, com diferenciação de valores pelo consumo realizado de acordo com o horário do dia e de acordo com a época do ano;

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 160**

CPF/CNPJ: █████

Nome/Razão Social: isaldo bomjardim de souza

E-mail: █████

Contribuição ao tema 1:

-

Contribuição ao tema 2:

-

Contribuição ao tema 3:

-

## Diretoria de Regulação Econômica - DRE

Contribuição ao tema 4:

-

Contribuição ao tema 5:

-

Contribuição ao tema 6:

-

Contribuição ao tema 7:

-

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 161**

CPF/CNPJ: ██████████

Nome/Razão Social: Andre

E-mail: ██████████

Contribuição ao tema 1:

D

Contribuição ao tema 2:

A

Contribuição ao tema 3:

E

Contribuição ao tema 4:

B D

Contribuição ao tema 5:

B

Contribuição ao tema 6:

-

Contribuição ao tema 7:

BC

Diretoria de Regulação Econômica - DRE

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 162**

CPF/CNPJ: [REDACTED]

Nome/Razão Social: Dalila Jardim da Silva Carvalho

E-mail: [REDACTED]

Contribuição ao tema 1:

D

Contribuição ao tema 2:

B

Contribuição ao tema 3:

E

Contribuição ao tema 4:

C

Contribuição ao tema 5:

A

Contribuição ao tema 6:

B

Contribuição ao tema 7:

C

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 163**

CPF/CNPJ: [REDACTED]

Nome/Razão Social: Henrique de Los Santos Brand

E-mail: [REDACTED]

Diretoria de Regulação Econômica - DRE

Contribuição ao tema 1:

Adotar custo fixo por m3 consumido.

Contribuição ao tema 2:

Manutenção do sistema de tarifa uniforme

Contribuição ao tema 3:

Diferenciação de tarifas de acordo com diferentes padrões de uso ou qualidade requerida.

Contribuição ao tema 4:

Ampliar a quantidade de faixas (blocos) de consumo;

Contribuição ao tema 5:

Ampliar a quantidade de categorias de usuários;

Contribuição ao tema 6:

Reduzir a diferença de valor dentre a tarifa social e as residenciais normais.

Contribuição ao tema 7:

Estabelecimento de tarifa horosazonal, com diferenciação de valores pelo consumo realizado de acordo com o horário do dia e de acordo com a época do ano;

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 164**

CPF/CNPJ: ██████████

Nome/Razão Social: Jose ricardo cardoso

E-mail: ██████████

Contribuição ao tema 1:

D

Contribuição ao tema 2:

A

Contribuição ao tema 3:

A

Contribuição ao tema 4:

B

Diretoria de Regulação Econômica - DRE

Contribuição ao tema 5:

D

Contribuição ao tema 6:

B

Contribuição ao tema 7:

C

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 165**

CPF/CNPJ: ██████████

Nome/Razão Social: Ana Daniela de Oliveira Chruscielski

E-mail: ██████████

Contribuição ao tema 1:

E. Outras formas de tarifação. Acho o justo cobrar somente pelo que se consumir.

Contribuição ao tema 2:

Não há porque ter tarifa

Contribuição ao tema 3:

-

Contribuição ao tema 4:

Cobrar somente pelo que é usado. Sem tarifa mínima

Contribuição ao tema 5:

Mesma tarifa para todos

Contribuição ao tema 6:

B

Contribuição ao tema 7:

Sempre a mesma tarifa.

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 166**

CPF/CNPJ: ██████████

Nome/Razão Social: Letícia konschak

E-mail: ██████████

Contribuição ao tema 1:

D

Contribuição ao tema 2:

A

Contribuição ao tema 3:

E

Contribuição ao tema 4:

C

Contribuição ao tema 5:

C

Contribuição ao tema 6:

A

Contribuição ao tema 7:

B,D

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 167**

CPF/CNPJ: ██████████

Nome/Razão Social: Letícia konschak

E-mail: ██████████

Contribuição ao tema 1:

d

Contribuição ao tema 2:

Diretoria de Regulação Econômica - DRE

a

Contribuição ao tema 3:

e

Contribuição ao tema 4:

c

Contribuição ao tema 5:

b

Contribuição ao tema 6:

b

Contribuição ao tema 7:

-

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 168**

CPF/CNPJ: ██████████

Nome/Razão Social: José Guilherme Souza Ricetti

E-mail: ██████████

Contribuição ao tema 1:

D

Contribuição ao tema 2:

Uma cobrança única mais justa pela qualidade atual da água e o péssimo despejo de resíduos nos rios estamos pagando caro.

Contribuição ao tema 3:

D

Contribuição ao tema 4:

C

Contribuição ao tema 5:

C

Diretoria de Regulação Econômica - DRE

Contribuição ao tema 6:

B

Contribuição ao tema 7:

B

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 169**

CPF/CNPJ: ██████████

Nome/Razão Social: ILSON FRANCISCO GONÇALVES

E-mail: ██████████

Contribuição ao tema 1:

É totalmente injusta o sistema de tarifação atual. Como motivar a população a economizar se vai pagar o mesmo valor dentro das faixas que atualmente são cobradas pela Sanepar.

Contribuição ao tema 2:

Sou a favor de implantar tarifa diferenciada por região. Vejo mais justa essa alternativa.

Contribuição ao tema 3:

A alternativa D me parece ser a mais justa.

Contribuição ao tema 4:

Ampliar a quantidade de faixas e valores distintos e reduzir os valores atuais.

Contribuição ao tema 5:

Ampliar a quantidade de categorias me parece mais justo. Cada usuário tem suas peculiaridades.

Contribuição ao tema 6:

A tarifa social tem que ser melhor direcionada para a faixa econômica da população.

Contribuição ao tema 7:

Incentivar a economia com descontos progressivos seria o mais aconselhável.

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 170**

CPF/CNPJ: [REDACTED]

Nome/Razão Social: Rogerio da Silva Rizzo

E-mail: [REDACTED]

Contribuição ao tema 1:

D

Contribuição ao tema 2:

B

Contribuição ao tema 3:

E

Contribuição ao tema 4:

C

Contribuição ao tema 5:

D

Contribuição ao tema 6:

B

Contribuição ao tema 7:

B

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 171**

CPF/CNPJ: [REDACTED]

Nome/Razão Social: Mauricio Casagrande

E-mail: [REDACTED]

Contribuição ao tema 1:

D)

Diretoria de Regulação Econômica - DRE

Contribuição ao tema 2:

B)÷

Contribuição ao tema 3:

E

Contribuição ao tema 4:

A

Contribuição ao tema 5:

A

Contribuição ao tema 6:

B

Contribuição ao tema 7:

C

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 172**

CPF/CNPJ: ██████████

Nome/Razão Social: Sergio Lambrecht

E-mail: ██████████

Contribuição ao tema 1:

D

Contribuição ao tema 2:

B

Contribuição ao tema 3:

B

Contribuição ao tema 4:

D

Contribuição ao tema 5:

D

## Diretoria de Regulação Econômica - DRE

Contribuição ao tema 6:

B

Contribuição ao tema 7:

A

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 173**

CPF/CNPJ: ██████████

Nome/Razão Social: Leonilsa Pedro

E-mail: ██████████

Contribuição ao tema 1:

D

Contribuição ao tema 2:

A

Contribuição ao tema 3:

A

Contribuição ao tema 4:

A

Contribuição ao tema 5:

B

Contribuição ao tema 6:

B

Contribuição ao tema 7:

A

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 174**

Diretoria de Regulação Econômica - DRE

CPF/CNPJ: [REDACTED]

Nome/Razão Social: Nelson Theodoro Mudrovitsch Schneider

E-mail: [REDACTED]

Contribuição ao tema 1:

Uma tarifa única, independente do consumo realizado, cobrando pelo consumo real.

Contribuição ao tema 2:

Manutenção do sistema de tarifa uniforme.

Contribuição ao tema 3:

Definir uma tarifa específica para os serviços de esgoto.

Contribuição ao tema 4:

A faixa de consumo é completamente arbitrária e socialista, devemos ter um custo único por metro cúbico consumido, assim como é realizado no pedágio rodoviário, na conta ou uso da telefonia móvel ou fixa, no custo do álcool ou gasolina, ou ainda no diesel, no preço do insumo básico (arroz, feijão, no frango, na carne, no macarrão, no leite, no remédio, etc.), não se deve socializar um custo de um insumo básico para sobrevivência humana.

Contribuição ao tema 5:

Não socializem o custo do metro cúbico da água distribuída pela concessionária!!!

Contribuição ao tema 6:

Tarifa social é socialização e discriminação da sociedade.

Contribuição ao tema 7:

C

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 175**

CPF/CNPJ: [REDACTED]

Nome/Razão Social: ANTONIO OSMARIO RANGEL AGUSTINHO

E-mail: [REDACTED]

Contribuição ao tema 1:

concordo com a não cobrança da tarifa mínima !

Diretoria de Regulação Econômica - DRE

Contribuição ao tema 2:

É injusto cobrar tarifa mínima ! A cobrança deve ser feita pelo consumo !

Contribuição ao tema 3:

Cobrança pelo consumo!

Contribuição ao tema 4:

Cobrança pelo consumo.

Contribuição ao tema 5:

Cobrança pelo consumo.

Contribuição ao tema 6:

Cobrança pelo consumo !

Contribuição ao tema 7:

-

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 176**

CPF/CNPJ: ██████████

Nome/Razão Social: valmir da Cruz

E-mail: ██████████

Contribuição ao tema 1:

D

Contribuição ao tema 2:

Bb

Contribuição ao tema 3:

B

Contribuição ao tema 4:

D

Contribuição ao tema 5:

D

Diretoria de Regulação Econômica - DRE

Contribuição ao tema 6:

B

Contribuição ao tema 7:

C

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 177**

CPF/CNPJ: ██████████

Nome/Razão Social: Fernanda Elisa Foggiato

E-mail: ██████████

Contribuição ao tema 1:

Cada um paga pelos metros cúbicos consumidos

Contribuição ao tema 2:

A

Contribuição ao tema 3:

A

Contribuição ao tema 4:

D. Eu nunca consumo 5 m3. Pago por serviço não prestado, o que é abusivo. Vc compra 5 camisetas e leva 2 ou 3?

Contribuição ao tema 5:

C. Cada 1 paga pelo que consome.

Contribuição ao tema 6:

B.

Contribuição ao tema 7:

Está chovendo pra caramba

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 178**

Diretoria de Regulação Econômica - DRE

CPF/CNPJ: [REDACTED]  
Nome/Razão Social: Juliana  
E-mail: [REDACTED]

Contribuição ao tema 1:

E

Contribuição ao tema 2:

A

Contribuição ao tema 3:

B

Contribuição ao tema 4:

C

Contribuição ao tema 5:

C

Contribuição ao tema 6:

A

Contribuição ao tema 7:

B

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 179**

CPF/CNPJ: [REDACTED]  
Nome/Razão Social: Ademir Boing  
E-mail: [REDACTED]

Contribuição ao tema 1:

e) Outras formas de tarifação. Tarifar somente o consumo real registrado no hidrômetro é a medida justa. Só assim o consumidor sentir-se-á recompensado pela redução no consumo, em atendimento às solicitações e recomendações da empresa prestadora do serviço de abastecimento de água e coleta/tratamento de esgoto. Exemplificando: que estímulo, como consumidor, terei para racionalizar o consumo de água, quando meu consumo nos últimos dois a três meses consumi abaixo de cinco m<sup>3</sup> e minha conta foi tarifada pelo consumo de 10 m<sup>3</sup> ??? Não é justo pagar mais d

Diretoria de Regulação Econômica - DRE

o que o consumo efetivamente registrado (pagar o dobro) para que a Sanepar satisfaça a ganância dos acionistas. Atenciosamente Ademir Boing

Contribuição ao tema 2:

b) Implantar diferenciação de tarifas por região. Ademir Boing

Contribuição ao tema 3:

b) Definir uma tarifa específica para os serviços de esgoto; Ademir Boing

Contribuição ao tema 4:

b) Atenuar o nível de progressividade do aumento das tarifas nas faixas (blocos) de consumo; Ademir Boing

Contribuição ao tema 5:

Manter a estrutura atual. Ademir Boing

Contribuição ao tema 6:

a) Ampliar a diferença de valor entre a tarifa social e as residenciais normais para 28%; Ademir Boing

Contribuição ao tema 7:

c) Adoção de tarifas dinâmicas, considerando situações de escassez hídrica ou outras situações que requeiram maiores ou menores incentivos sobre o consumo. Ademir Boing

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 180**

CPF/CNPJ: [REDACTED]

Nome/Razão Social: Daniel De Carvalho Siciliano

E-mail: [REDACTED]

Contribuição ao tema 1:

D

Contribuição ao tema 2:

A

Contribuição ao tema 3:

A

Contribuição ao tema 4:

C

Contribuição ao tema 5:

A

Contribuição ao tema 6:

B

Contribuição ao tema 7:

C

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 181**

CPF/CNPJ: ██████████

Nome/Razão Social: Hugo F S Collodel

E-mail: ██████████

Contribuição ao tema 1:

Tem que existir uma faixa de consumo mínima a valores mínimos, as necessidades sanitárias tem que ser atendidas. Volta do consumo de 10m<sup>3</sup>, que atende às demandas sanitárias na média. Alternativa B)

Contribuição ao tema 2:

Sistema diferenciado por bacia geográfica. B)

Contribuição ao tema 3:

Alternativa E)

Contribuição ao tema 4:

Alternativa D)

Contribuição ao tema 5:

C) - redefinir as categorias por uso ...

Contribuição ao tema 6:

A tarifa social, para 10m<sup>3</sup> deveria ser % fixo apurado pela renda mínima da família ...

Contribuição ao tema 7:

C)

Anexos:  
Sem anexo.

**Contribuição nº: 182**

CPF/CNPJ: [REDACTED]  
Nome/Razão Social: Mario Matheus  
E-mail: [REDACTED]

Contribuição ao tema 1:

Finalidade fim da empresa atender o povo paranaense e não gerar lucros exorbitantes aos investidores E UMA EMPRESA DE UTILIDADE PÚBLICA.

Contribuição ao tema 2:

-

Contribuição ao tema 3:

-

Contribuição ao tema 4:

-

Contribuição ao tema 5:

-

Contribuição ao tema 6:

-

Contribuição ao tema 7:

-

Anexos:  
Sem anexo.

**Contribuição nº: 183**

CPF/CNPJ: [REDACTED]  
Nome/Razão Social: Jacy Osório franco  
E-mail: [REDACTED]

Contribuição ao tema 1:

-

Contribuição ao tema 2:

-

Contribuição ao tema 3:

-

Contribuição ao tema 4:

-

Contribuição ao tema 5:

-

Contribuição ao tema 6:

-

Contribuição ao tema 7:

-

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 184**

CPF/CNPJ: ██████████

Nome/Razão Social: Paulo César De Almeida

E-mail: ██████████

Contribuição ao tema 1:

Alternativa D.

Contribuição ao tema 2:

Alternativa A.

Contribuição ao tema 3:

Alternativa B

Contribuição ao tema 4:

Alternativa B

## Diretoria de Regulação Econômica - DRE

Contribuição ao tema 5:

B

Contribuição ao tema 6:

A

Contribuição ao tema 7:

C

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 185**

CPF/CNPJ: ██████████

Nome/Razão Social: Carlos Staub

E-mail: ██████████

Contribuição ao tema 1:

Injusto e desonesto

Contribuição ao tema 2:

A tarifa deve ser a mesma em qualquer região

Contribuição ao tema 3:

Ter uma tarifa específica pra esgoto

Contribuição ao tema 4:

Reduzir a tarifa para os mais necessitados e cobrar mais dos bairros com maior poder aquisitivo

Contribuição ao tema 5:

Tarifa social eh urgente e necessária

Contribuição ao tema 6:

Ampliar a diferença eh urgente e necessária. Os mais necessitados precisam além da água esgoto já

Contribuição ao tema 7:

Em momentos de crise hídrica cobrar mais

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 186**

CPF/CNPJ: ██████████

Nome/Razão Social: Solange do Rocio Selinski Gonçalves

E-mail: ██████████

Contribuição ao tema 1:

Letra D

Contribuição ao tema 2:

A

Contribuição ao tema 3:

Não temos rede de esgoto portanto não devemos pagar essa taxa

Contribuição ao tema 4:

C

Contribuição ao tema 5:

C

Contribuição ao tema 6:

B

Contribuição ao tema 7:

C

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 187**

CPF/CNPJ: ██████████

Nome/Razão Social: Karine Kramer

E-mail: ██████████

Contribuição ao tema 1:

D

## Diretoria de Regulação Econômica - DRE

Contribuição ao tema 2:

B

Contribuição ao tema 3:

A

Contribuição ao tema 4:

B

Contribuição ao tema 5:

A

Contribuição ao tema 6:

B

Contribuição ao tema 7:

C

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 188**

CPF/CNPJ: ██████████

Nome/Razão Social: Everton Bernardes

E-mail: ██████████

Contribuição ao tema 1:

C

Contribuição ao tema 2:

B

Contribuição ao tema 3:

D

Contribuição ao tema 4:

D

Contribuição ao tema 5:

B

Contribuição ao tema 6:

## Diretoria de Regulação Econômica - DRE

B

Contribuição ao tema 7:

C

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 189**

CPF/CNPJ: [REDACTED]

Nome/Razão Social: Everton Bernardes

E-mail: [REDACTED]

Contribuição ao tema 1:

C

Contribuição ao tema 2:

B

Contribuição ao tema 3:

D

Contribuição ao tema 4:

D

Contribuição ao tema 5:

B

Contribuição ao tema 6:

B

Contribuição ao tema 7:

C

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 190**

CPF/CNPJ: [REDACTED]

Diretoria de Regulação Econômica - DRE

Nome/Razão Social: Valmor Luiz D Ambros

E-mail: [REDACTED]

Contribuição ao tema 1:

B

Contribuição ao tema 2:

B

Contribuição ao tema 3:

E

Contribuição ao tema 4:

C

Contribuição ao tema 5:

C

Contribuição ao tema 6:

Bcc

Contribuição ao tema 7:

C

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 191**

CPF/CNPJ: [REDACTED]

Nome/Razão Social: ADRIANO SILVERIO DA SILVA

E-mail: [REDACTED]

Contribuição ao tema 1:

Sou a favor do tópico " d "

Contribuição ao tema 2:

Sou a favor do tópico " b "

Contribuição ao tema 3:

Sou a favor do tópico " e "

Contribuição ao tema 4:

Diretoria de Regulação Econômica - DRE

Sou a favor do tópico " d "

Contribuição ao tema 5:

Sou a favor do tópico " c "

Contribuição ao tema 6:

Sou a favor do tópico " b "

Contribuição ao tema 7:

Sou a favor do tópico " b "

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 192**

CPF/CNPJ: ██████████

Nome/Razão Social: roberto I netz

E-mail: ██████████

Contribuição ao tema 1:

Tarifa simples sobre consumo efetivo.

Contribuição ao tema 2:

b

Contribuição ao tema 3:

eRever parcela correspondente a "esgoto". Habitos e equipamentos modernos dev em ter mudado a equação.

Contribuição ao tema 4:

a

Contribuição ao tema 5:

ba

Contribuição ao tema 6:

avolto a insistir. Tarifa pelo consumo real.

Contribuição ao tema 7:

c

Diretoria de Regulação Econômica - DRE

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 193**

CPF/CNPJ: [REDACTED]

Nome/Razão Social: Rosangela Dias

E-mail: [REDACTED]

Contribuição ao tema 1:

Deixar de existir tarifa mínima, pagar exatamente o que se consome.

Contribuição ao tema 2:

Manutenção do sistema de tarifa uniforme

Contribuição ao tema 3:

Definir uma tarifa específica para os serviço de esgoto

Contribuição ao tema 4:

Deixar de existir a faixas de consumo, pagar exatamente o que se consome

Contribuição ao tema 5:

Deixar de ter tarifa social, pagar o que se consome

Contribuição ao tema 6:

Deixar de existir esse percentual

Contribuição ao tema 7:

-

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 194**

CPF/CNPJ: [REDACTED]

Nome/Razão Social: Giovane da Silva

E-mail: [REDACTED]

Contribuição ao tema 1:

Opção d

Diretoria de Regulação Econômica - DRE

Contribuição ao tema 2:

Opção a

Contribuição ao tema 3:

opção e

Contribuição ao tema 4:

opção d

Contribuição ao tema 5:

opção c

Contribuição ao tema 6:

opção b

Contribuição ao tema 7:

opção c

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 195**

CPF/CNPJ: ██████████

Nome/Razão Social: GUILHERME HATSCHBACH GLIR

E-mail: ██████████

Contribuição ao tema 1:

Manter a tarifa em blocos com consumo mínimo em 5m<sup>3</sup> não estimula a população a gastar menos de 5m<sup>3</sup>. O mesmo ocorre para consumo mínimo de 10m<sup>3</sup>. Reduzir o consumo mínimo para 1 ou 2m<sup>3</sup> faria sentido, mas não acredito ser a melhor solução. Substituir a tarifa em blocos para uma tarifa binômica faz sentido, mas precisamos verificar a divisão entre custos de água e esgoto. Portanto, acredito que o ideal seria a cobrança de um custo fixo pelo tratamento de esgoto mais um custo variável de acordo com o volume de água, e um custo fixo pelo fato de estar ligado à rede de água tratada e então custos variáveis de acordo com o consumo. É importante salientar que, para condomínios, é injusta uma única cobrança em blocos para todo o empreendimento, pois isto aumenta o custo para todos os moradores. O correto seria manter um único medidor de água, porém a tarifação deveria levar em conta o número de unidades, assim cada unidade teria direito ao "consumo mínimo".

Diretoria de Regulação Econômica - DRE

Contribuição ao tema 2:

A estrutura tarifária de tratamento de esgoto deveria ser uniforme para qualquer região (bairro/cidade). Não há diferença na prestação do serviço para nenhuma cidade que justifique uma diferenciação na cobrança.

Contribuição ao tema 3:

Como já dito no Tema 1, o melhor seria a seguinte estrutura de cobrança: Esgoto = custo fixo + custo variável de acordo com o consumo de água e Água = custo fixo + custo variável de acordo com o consumo. Tarifas diferenciadas devem ser aplicadas em casos específicos de diferentes padrões de uso ou qualidade requerida, como comércios e indústrias que possuem tratamento próprio de esgoto.

Contribuição ao tema 4:

A tarifação por blocos não é adequada para tarifação.

Contribuição ao tema 5:

Os valores tarifários cobrados das diferentes categorias devem ser aproximados, pois todos os usuários recebem o mesmo produto/serviço.

Contribuição ao tema 6:

Entendo a importância da tarifa social inclusive por questões de saúde pública, mas este formato de tarifação não estimula a economia. A tarifa de esgoto deveria ser zerada para famílias em vulnerabilidade social e até um certo consumo, digamos 5 m<sup>3</sup>, a água deveria ser gratuita. Após este consumo, a tarifa cobrada deveria ser idêntica à dos demais consumidores.

Contribuição ao tema 7:

A transição deve ser feita de forma progressiva, mas em curto espaço de tempo - 6 meses é o suficiente para as pessoas se adequarem a novos hábitos, se necessário. Diferentes tarifas para a época do ano, como ocorre com as bandeiras amarelas/vermelhas na tarifação de energia elétrica, faz sentido, porém tarifação de acordo com o horário do dia não é possível visto que o consumo de água não é instantâneo como o consumo da energia elétrica - o consumo de toda a caixa d'água pode ser dar em um horário de baixa tarifação, mas o enchimento da caixa ocorrer em horário de alta tarifação.

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 196**

CPF/CNPJ: ██████████

Nome/Razão Social: Rosangela da Silva dos Santos

## Diretoria de Regulação Econômica - DRE

E-mail: [REDACTED]

Contribuição ao tema 1:

C

Contribuição ao tema 2:

B

Contribuição ao tema 3:

D

Contribuição ao tema 4:

B

Contribuição ao tema 5:

B

Contribuição ao tema 6:

B

Contribuição ao tema 7:

C

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 197**

CPF/CNPJ: [REDACTED]

Nome/Razão Social: Adaiana dos Santos

E-mail: [REDACTED]

Contribuição ao tema 1:

D

Contribuição ao tema 2:

B

Contribuição ao tema 3:

E

Contribuição ao tema 4:

C

Diretoria de Regulação Econômica - DRE

Contribuição ao tema 5:

C

Contribuição ao tema 6:

B

Contribuição ao tema 7:

C1

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 198**

CPF/CNPJ: ██████████

Nome/Razão Social: Ademar Americo Fornel

E-mail: ██████████

Contribuição ao tema 1:

Substituir a tarifa em blocos com consumo mínimo por tarifa binômia (tarifa de custo fixo, sem consumo mínimo atrelado, somada a uma tarifa variável, de acordo com o volume efetivamente consumido);

Contribuição ao tema 2:

Implantar diferenciação de tarifas por região.

Contribuição ao tema 3:

Definir uma tarifa específica para os serviços de esgoto;

Contribuição ao tema 4:

Atenuar o nível de progressividade do aumento das tarifas nas faixas (blocos) de consumo;

Contribuição ao tema 5:

-

Contribuição ao tema 6:

-

Contribuição ao tema 7:

-

Anexos:

## Diretoria de Regulação Econômica - DRE

[https://www.agepar.pr.gov.br/system/files/webform/tomada\\_de\\_subsidios\\_no\\_01\\_2022\\_a/1831/agepar\\_consulta%20sanepar.docx](https://www.agepar.pr.gov.br/system/files/webform/tomada_de_subsidios_no_01_2022_a/1831/agepar_consulta%20sanepar.docx)

AGEPAR – CONSULTA PÚBLICA - SANEPAR

NOME DO CLIENTE: ADEMAR AMERICO FORNEL

MATRÍCULA 19778096

EXEMPLOS DA COBRANÇA HOJE

Ref.	Leitura	Leitura	cons.fat.	cons.médio	Valor Cobrado
10/2021	21/10/2021	790	15	5	R\$ 288,34
11/2021	22/11/2021	795	15	5	R\$ 276,08
12/2021	21/12/2021	801	15	6	R\$ 276,08
01/2022	20/01/2022	806	15	5	R\$ 276,08
02/2022	18/02/2022	811	15	5	R\$ 276,08
03/2022	22/03/2022		15	5	R\$ 276,08

MÉDIA DO CONSUMO PARA OS ÚLTIMOS 5 MESES: 5

Data/Hora da Solicitação: 26/03/2022 08:06:12

**Contribuição nº: 199**

CPF/CNPJ: XXXXXXXXXX

Diretoria de Regulação Econômica - DRE

Nome/Razão Social: Rodolfo Correa de Barros

E-mail: [REDACTED]

Contribuição ao tema 1:

Sou favorável à proposta "d". É um absurdo termos que pagar por uma quantidade de água que não foi consumida. Ademais, a Sanepar é uma estatal e como tal dev e atender aos interesses dos cidadãos e não gerar lucro para acionistas.

Contribuição ao tema 2:

Sou favorável ao cenário "a", de tarifa uniforme.

Contribuição ao tema 3:

Sou favorável ao cenário "b", onde se cria uma tarifa específica para esgoto, e que essa reflita apenas os custos de coleta e tratamento, sem lucro para acionistas.

Contribuição ao tema 4:

Sou favorável ao cenário "a", uma vez que a água potável está se tornando cada v ez mais escassa são necessários mecanismos que inibam o desperdício.

Contribuição ao tema 5:

Sou favorável ao cenário "c", principalmente entre usuários comerciais. Não é cert o uma pequena empresa pagar o mesmo valor pelo metro cúbico que uma grande indústria.

Contribuição ao tema 6:

Não concordo com nenhum dos cenários, pois sou favorável à manutenção do cen ário atual.

Contribuição ao tema 7:

O custo de tratamento da água é maior em períodos de escassez? Se sim, então é justo que se tenha um valor diferenciado na tarifa em períodos de seca.

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 200**

CPF/CNPJ: [REDACTED]

Nome/Razão Social: Paulo Roberto Cavichiolo

E-mail: [REDACTED]

Contribuição ao tema 1:

d) Substituir a tarifa em blocos com consumo mínimo por tarifa binômia (tarifa de c

**Diretoria de Regulação Econômica - DRE**

ustos fixo, sem consumo mínimo atrelado, somada a uma tarifa variável, de acordo com o volume efetivamente consumido);

Contribuição ao tema 2:

b) Implantar diferenciação de tarifas por região.

Contribuição ao tema 3:

b) Definir uma tarifa específica para os serviços de esgoto;

Contribuição ao tema 4:

d) Reduzir a quantidade de faixas (blocos) de consumo.

Contribuição ao tema 5:

d) Reduzir a quantidade de categorias de usuários.

Contribuição ao tema 6:

b) Reduzir a diferença de valor dentre a tarifa social e as residenciais normais.

Contribuição ao tema 7:

c) Adoção de tarifas dinâmicas, considerando situações de escassez hídrica ou outras situações que requeiram maiores ou menores incentivos sobre o consumo

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 201**

CPF/CNPJ: ██████████

Nome/Razão Social: Adriano Lorena Bruel

E-mail: ██████████

Contribuição ao tema 1:

Cenário D

Contribuição ao tema 2:

Cenário b

Contribuição ao tema 3:

Cenário e

Contribuição ao tema 4:

Cenário c

Diretoria de Regulação Econômica - DRE

Contribuição ao tema 5:

Cenário c

Contribuição ao tema 6:

Cenário b

Contribuição ao tema 7:

Cenário c

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 202**

CPF/CNPJ: ██████████

Nome/Razão Social: José Carlos Bernardes De Oliveira

E-mail: ██████████

Contribuição ao tema 1:

D

Contribuição ao tema 2:

B

Contribuição ao tema 3:

E

Contribuição ao tema 4:

A

Contribuição ao tema 5:

D

Contribuição ao tema 6:

B

Contribuição ao tema 7:

B

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 203**

CPF/CNPJ: [REDACTED]

Nome/Razão Social: Evelyn da Costa

E-mail: [REDACTED]

Contribuição ao tema 1:

D

Contribuição ao tema 2:

B

Contribuição ao tema 3:

B

Contribuição ao tema 4:

D

Contribuição ao tema 5:

B

Contribuição ao tema 6:

B

Contribuição ao tema 7:

C

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 204**

CPF/CNPJ: [REDACTED]

Nome/Razão Social: Joyce cristine meira guimaraes

E-mail: [REDACTED]

Contribuição ao tema 1:

E - Pagar somente o que foi consumido, sem a tx absurda!

Contribuição ao tema 2:

B

Diretoria de Regulação Econômica - DRE

Contribuição ao tema 3:

d

Contribuição ao tema 4:

c

Contribuição ao tema 5:

d

Contribuição ao tema 6:

b

Contribuição ao tema 7:

b

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 205**

CPF/CNPJ: ██████████

Nome/Razão Social: Sergio Santos De Olveira

E-mail: ██████████

Contribuição ao tema 1:

d) Substituir a tarifa em blocos com consumo mínimo por tarifa binômica (tarifa de custos fixo, sem consumo mínimo atrelado, somada a uma tarifa variável, de acordo com o volume efetivamente consumido);

Contribuição ao tema 2:

b) Implantar diferenciação de tarifas por região.

Contribuição ao tema 3:

e) Diferenciação de tarifas de acordo com diferentes padrões de uso ou qualidade requerida.

Contribuição ao tema 4:

d) Reduzir a quantidade de faixas (blocos) de consumo.

Contribuição ao tema 5:

d) Reduzir a quantidade de categorias de usuários.

Contribuição ao tema 6:

Diretoria de Regulação Econômica - DRE

b) Reduzir a diferença de valor dentre a tarifa social e as residenciais normais.

Contribuição ao tema 7:

c) Adoção de tarifas dinâmicas, considerando situações de escassez hídrica ou outras situações que requeiram maiores ou menores incentivos sobre o consumo.

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 206**

CPF/CNPJ: ██████████

Nome/Razão Social: ALCIONE BORGES DOS SANTOS

E-mail: ██████████

Contribuição ao tema 1:

C

Contribuição ao tema 2:

B

Contribuição ao tema 3:

E

Contribuição ao tema 4:

A

Contribuição ao tema 5:

B

Contribuição ao tema 6:

B

Contribuição ao tema 7:

B

Anexos:

Sem anexo.

Diretoria de Regulação Econômica - DRE

**Contribuição nº: 207**

CPF/CNPJ: [REDACTED]

Nome/Razão Social: SANDRO PEREIRA SILVA

E-mail: [REDACTED]

Contribuição ao tema 1:

D

Contribuição ao tema 2:

A

Contribuição ao tema 3:

E

Contribuição ao tema 4:

D

Contribuição ao tema 5:

D

Contribuição ao tema 6:

B

Contribuição ao tema 7:

C

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 208**

CPF/CNPJ: [REDACTED]

Nome/Razão Social: Thais Nunes

E-mail: [REDACTED]

Contribuição ao tema 1:

D

Contribuição ao tema 2:

B

Diretoria de Regulação Econômica - DRE

Contribuição ao tema 3:

E

Contribuição ao tema 4:

B

Contribuição ao tema 5:

A

Contribuição ao tema 6:

B

Contribuição ao tema 7:

B

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 209**

CPF/CNPJ: ██████████

Nome/Razão Social: Rubens Barbieri

E-mail: ██████████

Contribuição ao tema 1:

D

Contribuição ao tema 2:

A

Contribuição ao tema 3:

E

Contribuição ao tema 4:

C

Contribuição ao tema 5:

B

Contribuição ao tema 6:

B

Diretoria de Regulação Econômica - DRE

Contribuição ao tema 7:

C

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 210**

CPF/CNPJ: [REDACTED]

Nome/Razão Social: Helio Yamamoto Fuck

E-mail: [REDACTED]

Contribuição ao tema 1:

Voto pela extinção da cobrança do consumo mínimo, o justo é pagar pelo que consume.

Contribuição ao tema 2:

item b

Contribuição ao tema 3:

item a

Contribuição ao tema 4:

item a

Contribuição ao tema 5:

item a

Contribuição ao tema 6:

item b

Contribuição ao tema 7:

item a

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 211**

CPF/CNPJ: [REDACTED]

Nome/Razão Social: Cristhiane Oliveira Hipólito

Diretoria de Regulação Econômica - DRE

E-mail: [REDACTED]

Contribuição ao tema 1:

D

Contribuição ao tema 2:

A

Contribuição ao tema 3:

E

Contribuição ao tema 4:

B

Contribuição ao tema 5:

B, pois tem uns que faz um atestado de pobreza pra ter o benefício e outros que realmente precisa não tem, como um casal que tem a renda por centavos e um filho especial é preciso ter essa diferenciação

Contribuição ao tema 6:

B

Contribuição ao tema 7:

C

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 212**

CPF/CNPJ: [REDACTED]

Nome/Razão Social: Emerson Elias Chornobay

E-mail: [REDACTED]

Contribuição ao tema 1:

D. Eliminar a taxa de consumo mínimo.

Contribuição ao tema 2:

b

Contribuição ao tema 3:

a

## Diretoria de Regulação Econômica - DRE

Contribuição ao tema 4:

d

Contribuição ao tema 5:

d

Contribuição ao tema 6:

a

Contribuição ao tema 7:

b

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 213**

CPF/CNPJ: ██████████

Nome/Razão Social: Danieli

E-mail: ██████████

Contribuição ao tema 1:

D

Contribuição ao tema 2:

B

Contribuição ao tema 3:

B

Contribuição ao tema 4:

D

Contribuição ao tema 5:

C

Contribuição ao tema 6:

B

Contribuição ao tema 7:

C

Diretoria de Regulação Econômica - DRE

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 214**

CPF/CNPJ: [REDACTED]

Nome/Razão Social: Paulo Shiguemitsu Murai

E-mail: [REDACTED]

Contribuição ao tema 1:

tarifa variável a ser pago de acordo com o volume efetivamente consumido.

Contribuição ao tema 2:

implantar tarifa diferenciado por região e por sazonalidade.

Contribuição ao tema 3:

esgoto deveria ser 50% do valor da água consumida.

Contribuição ao tema 4:

Letra B.

Contribuição ao tema 5:

Letra A

Contribuição ao tema 6:

Letra B

Contribuição ao tema 7:

Letra C

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 215**

CPF/CNPJ: [REDACTED]

Nome/Razão Social: Jorge Kazuo Okubo

E-mail: [REDACTED]

Contribuição ao tema 1:

Diretoria de Regulação Econômica - DRE

d) Substituir a tarifa em blocos com consumo mínimo por tarifa binômia (tarifa de custos fixo, sem consumo mínimo atrelado, somada a uma tarifa variável, de acordo com o volume efetivamente consumido)

Contribuição ao tema 2:

a) Manutenção do sistema de tarifa uniforme

Contribuição ao tema 3:

b) Definir uma tarifa específica para os serviços de esgoto;

Contribuição ao tema 4:

d) Reduzir a quantidade de faixas (blocos) de consumo

Contribuição ao tema 5:

c) Ampliar a quantidade de categorias de usuários

Contribuição ao tema 6:

b) Reduzir a diferença de valor dentre a tarifa social e as residenciais normais

Contribuição ao tema 7:

c) Adoção de tarifas dinâmicas, considerando situações de escassez hídrica ou outras situações que requeiram maiores ou menores incentivos sobre o consumo

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 217**

CPF/CNPJ: ██████████

Nome/Razão Social: Maria Alsenir A Fernandes de Oliveira

E-mail: ██████████

Contribuição ao tema 1:

D

Contribuição ao tema 2:

B

Contribuição ao tema 3:

A

Contribuição ao tema 4:

B

Diretoria de Regulação Econômica - DRE

Contribuição ao tema 5:

D

Contribuição ao tema 6:

B

Contribuição ao tema 7:

B

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 216**

CPF/CNPJ: ██████████

Nome/Razão Social: Paulo Sérgio Castanho Júnior

E-mail: ██████████

Contribuição ao tema 1:

Letra D. Pagar o que realmente consumiu.

Contribuição ao tema 2:

-

Contribuição ao tema 3:

-

Contribuição ao tema 4:

C

Contribuição ao tema 5:

A

Contribuição ao tema 6:

B

Contribuição ao tema 7:

-

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 218**

CPF/CNPJ: ██████████

Nome/Razão Social: RENATO IVAN MACHADO

E-mail: ██████████

Contribuição ao tema 1:

E - Sem consumo mínimo mas com bloco de preços.

Contribuição ao tema 2:

b

Contribuição ao tema 3:

E

Contribuição ao tema 4:

c

Contribuição ao tema 5:

c

Contribuição ao tema 6:

b

Contribuição ao tema 7:

A

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 219**

CPF/CNPJ: ██████████

Nome/Razão Social: Pedro de Jesus de Castro

E-mail: ██████████

Contribuição ao tema 1:

D

Contribuição ao tema 2:

B

## Diretoria de Regulação Econômica - DRE

Contribuição ao tema 3:

E

Contribuição ao tema 4:

B

Contribuição ao tema 5:

C

Contribuição ao tema 6:

A

Contribuição ao tema 7:

C

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 220**

CPF/CNPJ: ██████████

Nome/Razão Social: Nelci

E-mail: ██████████

Contribuição ao tema 1:

Pagar pelos metros consumidos minha mãe gasta 3 e paga 5

Contribuição ao tema 2:

A

Contribuição ao tema 3:

Excluir a tarifa de esgoto

Contribuição ao tema 4:

6 a 10

Contribuição ao tema 5:

D

Contribuição ao tema 6:

B

Diretoria de Regulação Econômica - DRE

Contribuição ao tema 7:

B

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 221**

CPF/CNPJ: [REDACTED]

Nome/Razão Social: KAIQUE MEDEIROS FERREIRA

E-mail: [REDACTED]

Contribuição ao tema 1:

D

Contribuição ao tema 2:

Ab

Contribuição ao tema 3:

B

Contribuição ao tema 4:

Da

Contribuição ao tema 5:

A

Contribuição ao tema 6:

A

Contribuição ao tema 7:

A

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 222**

CPF/CNPJ: [REDACTED]

Nome/Razão Social: Emerson David Taborda

E-mail: [REDACTED]

Diretoria de Regulação Econômica - DRE

Contribuição ao tema 1:

Substituir a tarifa em blocos com consumo mínimo por tarifa binômica (tarifa de custo fixo, sem consumo mínimo atrelado, somada a uma tarifa variável, de acordo com o volume efetivamente consumido);

Contribuição ao tema 2:

b) Implantar diferenciação de tarifas por região.

Contribuição ao tema 3:

a) Manter a forma de cobrança da tarifa de esgoto, como percentual da tarifa de água;

Contribuição ao tema 4:

d) Reduzir a quantidade de faixas (blocos) de consumo.

Contribuição ao tema 5:

b) Intensificar a diferenciação dos valores tarifários cobrados das diferentes categorias de usuários;

Contribuição ao tema 6:

b) Reduzir a diferença de valor dentre a tarifa social e as residenciais normais.

Contribuição ao tema 7:

b) Estabelecimento de tarifa horosazonal, com diferenciação de valores pelo consumo realizado de acordo com o horário do dia e de acordo com a época do ano;

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 223**

CPF/CNPJ: ██████████

Nome/Razão Social: Gustavo badin

E-mail: ██████████

Contribuição ao tema 1:

Um absurdo pagar por algo que vc NAO consumiu No caso dd uma casa fechada n a oraia. Sen consumo paga o nesmo que consumindo. ABSURDO.

Contribuição ao tema 2:

Mudar a cobrança de esgoto

Diretoria de Regulação Econômica - DRE

Contribuição ao tema 3:

Mudar e não atrelar o esgoto ao consumo de água

Contribuição ao tema 4:

Ampliar a faixa

Contribuição ao tema 5:

Ampliar

Contribuição ao tema 6:

-

Contribuição ao tema 7:

Cobrar pelo que vc consome

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 224**

CPF/CNPJ: ██████████

Nome/Razão Social: ADILSON ANTUNES DA ROSA

E-mail: ██████████

Contribuição ao tema 1:

a taxa deve ser cobrada pelo consumo efetivo ,e não tarifa mínima,se gasto 2m cu b.,devo pagar 2m cub.,e não por consumo mínimo,ise tomo um copo de água de o pagar por ele e não pelo que a companhia acha que eu deveria beber.

Contribuição ao tema 2:

-

Contribuição ao tema 3:

percentual cobrado hoje é um absurdo .se gasto 2 mt cub ,devo pagar pelo tratam ento de 2mt cubo.e não pelo mínimo.

Contribuição ao tema 4:

faixa de consumo é um absurdo ,se uso 2 ou mais mts cub,porque tenho que paga r tarifa maior por usar mais .

Contribuição ao tema 5:

-

Diretoria de Regulação Econômica - DRE

Contribuição ao tema 6:

reduzir a diferença ,é óbvio ,também trabalho p pagar pelo meu consumo ,e ainda pagar pelo consumo dos outros .

Contribuição ao tema 7:

não deve ter tarifa dinâmica por conta de situações adversas ,sabemos que no Paraná temos pouca escassez hídrica ,o que falta é investimento em reservatórios .

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 225**

CPF/CNPJ: ██████████

Nome/Razão Social: Erli Cordeiro dos Santos

E-mail: ██████████

Contribuição ao tema 1:

D

Contribuição ao tema 2:

A

Contribuição ao tema 3:

E

Contribuição ao tema 4:

C

Contribuição ao tema 5:

C

Contribuição ao tema 6:

A

Contribuição ao tema 7:

C

Anexos:

Sem anexo.

Diretoria de Regulação Econômica - DRE

**Contribuição nº: 226**

CPF/CNPJ: [REDACTED]

Nome/Razão Social: Leila da Cruz

E-mail: [REDACTED]

Contribuição ao tema 1:

Acho melhor a opção D, pois assim cada cidadão pagará pelo volume de água que consumiu, mais justo.

Contribuição ao tema 2:

Manutenção do sistema de tarifa uniforme.

Contribuição ao tema 3:

Acho mais adequado a letra E, onde a tarifa é de acordo com os padrões de uso.

Contribuição ao tema 4:

Concordo com a letra D, reduzir a quantidade dos blocos de consumo.

Contribuição ao tema 5:

Ampliar a quantidade de categorias com vordo com

Contribuição ao tema 6:

Concordo com a letra b

Contribuição ao tema 7:

Eu prefiro a letra C,

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 227**

CPF/CNPJ: [REDACTED]

Nome/Razão Social: Marco Antonio Dezan

E-mail: [REDACTED]

Contribuição ao tema 1:

D

Contribuição ao tema 2:

B

Diretoria de Regulação Econômica - DRE

Contribuição ao tema 3:

E

Contribuição ao tema 4:

C

Contribuição ao tema 5:

C

Contribuição ao tema 6:

A

Contribuição ao tema 7:

C

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 228**

CPF/CNPJ: ██████████

Nome/Razão Social: Letícia Coutinho

E-mail: ██████████

Contribuição ao tema 1:

-

Contribuição ao tema 2:

-

Contribuição ao tema 3:

-

Contribuição ao tema 4:

-

Contribuição ao tema 5:

-

Contribuição ao tema 6:

-

Contribuição ao tema 7:

-

Anexos:  
Sem anexo.

**Contribuição nº: 229**

CPF/CNPJ: [REDACTED]  
Nome/Razão Social: Claudio a cruz  
E-mail: [REDACTED]

Contribuição ao tema 1:  
Pagar somente o que consome e esgoto tbem somente sobre o que produz

Contribuição ao tema 2:  
B

Contribuição ao tema 3:  
Tarifar sobre o real consumo da agua

Contribuição ao tema 4:  
B

Contribuição ao tema 5:

-

Contribuição ao tema 6:

-

Contribuição ao tema 7:

-

Anexos:  
Sem anexo.

**Contribuição nº: 230**

CPF/CNPJ: [REDACTED]  
Nome/Razão Social: Maria Aparecida Barbosa Dos Santos  
E-mail: [REDACTED]

Diretoria de Regulação Econômica - DRE

Contribuição ao tema 1:

letra D, acho um absurdo a casa da minha mãe está fechada consumo zero e tem que pagar todo mês a taxa, viajei, não ouve consumo de água tive que pagar, DE VEMOS PAGAR PELO CONSUMO .DEVERIA TER MAIS EMPRESA DE SANEAMENTO SEM CONCORRÊNCIA FICAMOS A MERCÊ DA SANEPAR.

Contribuição ao tema 2:

B

Contribuição ao tema 3:

E

Contribuição ao tema 4:

C

Contribuição ao tema 5:

C

Contribuição ao tema 6:

B

Contribuição ao tema 7:

C

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 231**

CPF/CNPJ: ██████████

Nome/Razão Social: Juliana Baena Gomes

E-mail: ██████████

Contribuição ao tema 1:

D

Contribuição ao tema 2:

A

Contribuição ao tema 3:

E

Diretoria de Regulação Econômica - DRE

Contribuição ao tema 4:

D

Contribuição ao tema 5:

D

Contribuição ao tema 6:

B

Contribuição ao tema 7:

A

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 232**

CPF/CNPJ: ██████████

Nome/Razão Social: Luis Osney Volante

E-mail: ██████████

Contribuição ao tema 1:

O valor deve ser cobrado a cada 1.000 lts.

Contribuição ao tema 2:

Não pode ser diferenciada a cobrança do esgoto, pois se deve fazer e o tratamento para TDS e a cobrança tbem

Contribuição ao tema 3:

Deve-se cobrar o esgoto sendo a metade do consumo de água, pois já pagamos a água que não e barata e o esgoto está sendo inflacionado por esse custo elevado

Contribuição ao tema 4:

Deve-se cobrar apenas pelo que se consome , não por faixas, isso e imoral

Contribuição ao tema 5:

Sem faixas, sem tarifas mínimas, somente cobrar o consumo

Contribuição ao tema 6:

As tarifas sociais tem que estar dentro de uma realidade verdadeiramente social, s em hipocrisia

Diretoria de Regulação Econômica - DRE

Contribuição ao tema 7:

O valor deverá ser justo para quem paga, e correto para a empresa ter custeado s eu serviço, com margem para novos investimentos

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 233**

CPF/CNPJ: ██████████

Nome/Razão Social: Veronice Mendonça Benedito

E-mail: ██████████

Contribuição ao tema 1:

E

Contribuição ao tema 2:

A

Contribuição ao tema 3:

E

Contribuição ao tema 4:

D

Contribuição ao tema 5:

D

Contribuição ao tema 6:

B

Contribuição ao tema 7:

C

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 234**

CPF/CNPJ: ██████████

Nome/Razão Social: CAROLINE FRIZZO

## Diretoria de Regulação Econômica - DRE

E-mail: [REDACTED]

Contribuição ao tema 1:

B Quem não economiza deve pagar mais.

Contribuição ao tema 2:

B

Contribuição ao tema 3:

B

Contribuição ao tema 4:

A

Contribuição ao tema 5:

A

Contribuição ao tema 6:

A

Contribuição ao tema 7:

C

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 235**

CPF/CNPJ: [REDACTED]

Nome/Razão Social: Juan Felipe Martinski Rodrigues

E-mail: [REDACTED]

Contribuição ao tema 1:

D

Contribuição ao tema 2:

A

Contribuição ao tema 3:

B

Contribuição ao tema 4:

D

Diretoria de Regulação Econômica - DRE

Contribuição ao tema 5:

D

Contribuição ao tema 6:

B

Contribuição ao tema 7:

C

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 236**

CPF/CNPJ: ██████████

Nome/Razão Social: Luis Henrique Porto de Sampaio

E-mail: ██████████

Contribuição ao tema 1:

Ampliar para 10 m<sup>3</sup>

Contribuição ao tema 2:

Manutenção do sistema de tarifa uniforme

Contribuição ao tema 3:

Definir uma tarifa específica pra os serviços de esgoto

Contribuição ao tema 4:

Atenuar o nível de progressividade do aumento das tarifas nas faixas (blocos) de consumo;

Contribuição ao tema 5:

Ampliar a quantidade de categorias de usuários

Contribuição ao tema 6:

Reduzir a diferença de valor dentre a tarifa social e as residenciais normais.

Contribuição ao tema 7:

Adoção de tarifas dinâmicas, considerando situações de escassez hídrica ou outras situações que requeiram maiores ou menores incentivos sobre o consumo

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 237**

CPF/CNPJ: [REDACTED]

Nome/Razão Social: José Carlos Da Silva Henck

E-mail: [REDACTED]

Contribuição ao tema 1:

D

Contribuição ao tema 2:

A

Contribuição ao tema 3:

E

Contribuição ao tema 4:

D

Contribuição ao tema 5:

A

Contribuição ao tema 6:

B

Contribuição ao tema 7:

C

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 238**

CPF/CNPJ: [REDACTED]

Nome/Razão Social: Orlando Silas De Siqueira

E-mail: [REDACTED]

Contribuição ao tema 1:

D

Contribuição ao tema 2:

B

Contribuição ao tema 3:

B, e também pode ser a

Contribuição ao tema 4:

A

Contribuição ao tema 5:

D

Contribuição ao tema 6:

B

Contribuição ao tema 7:

B

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 239**

CPF/CNPJ: ██████████

Nome/Razão Social: Claudio Rogério de Oliveira Biz

E-mail: ██████████

Contribuição ao tema 1:

Acho que teria que substituir a tarifa em blocos com consumo mínimo por tarifa binômia.

Contribuição ao tema 2:

Manutenção do sistema de tarifa uniforme.

Contribuição ao tema 3:

Manter unificados as tarifas para coleta e tratamento de esgoto.

Contribuição ao tema 4:

Ampliar a quantidade de faixas de consumo.

Contribuição ao tema 5:

Ampliar a quantidade de categorias de usuários.

Contribuição ao tema 6:

Diretoria de Regulação Econômica - DRE

Ampliar a diferença de valor dentre a tarifa social e as residências normais.

Contribuição ao tema 7:

Adoção de tarifas dinâmicas, considerando situações de escassez hídrica ou outras situações que requeiram maiores ou menores incentivos sobre o consumo.

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 240**

CPF/CNPJ: ██████████

Nome/Razão Social: Evelyn

E-mail: ██████████

Contribuição ao tema 1:

Alternativa d. O consumidor deve pagar apenas e somente pelo que consumiu.

Contribuição ao tema 2:

Alternativa a. Tarifa uniforme.

Contribuição ao tema 3:

Alternativa d.

Contribuição ao tema 4:

Nenhuma das alternativas. O consumidor deve pagar exatamente aquilo que consome.

Contribuição ao tema 5:

Nenhuma alternativa. O consumidor deve pagar somente pelo que consome.

Contribuição ao tema 6:

Não deve haver tarifa social. Cada residência deve pagar exatamente pelo que consome.

Contribuição ao tema 7:

O valor da tarifa não deve ser influenciado por horários ou escassez hídrica.

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 241**

CPF/CNPJ: [REDACTED]

Nome/Razão Social: Cledson Alves marinho

E-mail: [REDACTED]

Contribuição ao tema 1:

A

Contribuição ao tema 2:

B

Contribuição ao tema 3:

E

Contribuição ao tema 4:

D

Contribuição ao tema 5:

D

Contribuição ao tema 6:

A

Contribuição ao tema 7:

A

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 242**

CPF/CNPJ: [REDACTED]

Nome/Razão Social: Julio César Melech

E-mail: [REDACTED]

Contribuição ao tema 1:

D A

Contribuição ao tema 2:

A

Contribuição ao tema 3:

## Diretoria de Regulação Econômica - DRE

A

Contribuição ao tema 4:

D

Contribuição ao tema 5:

-

Contribuição ao tema 6:

-

Contribuição ao tema 7:

-

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 243**

CPF/CNPJ: ██████████

Nome/Razão Social: Vilma

E-mail: ██████████

Contribuição ao tema 1:

D

Contribuição ao tema 2:

A

Contribuição ao tema 3:

A

Contribuição ao tema 4:

-

Contribuição ao tema 5:

-

Contribuição ao tema 6:

-

Contribuição ao tema 7:

-

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 244**

CPF/CNPJ: ██████████

Nome/Razão Social: ABNER DIAS ROMANO FAIOLI

E-mail: ██████████

Contribuição ao tema 1:

C

Contribuição ao tema 2:

A

Contribuição ao tema 3:

A

Contribuição ao tema 4:

C

Contribuição ao tema 5:

C

Contribuição ao tema 6:

B

Contribuição ao tema 7:

A

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 245**

CPF/CNPJ: ██████████

## Diretoria de Regulação Econômica - DRE

Nome/Razão Social: Renison Correia de Almeida

E-mail: [REDACTED]

Contribuição ao tema 1:

D) substituir a tarifa...

Contribuição ao tema 2:

B) implantar diferenciação...

Contribuição ao tema 3:

E) diferenciação de tarifas...

Contribuição ao tema 4:

C) ampliar a quantidade...

Contribuição ao tema 5:

B) intensificar a diferenciação...

Contribuição ao tema 6:

A) Ampliar a diferença...

Contribuição ao tema 7:

C) Adoção de tarifas...

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 246**

CPF/CNPJ: [REDACTED]

Nome/Razão Social: Weslei Prestes de Oliveira

E-mail: [REDACTED]

Contribuição ao tema 1:

D

Contribuição ao tema 2:

B

Contribuição ao tema 3:

E

Contribuição ao tema 4:

B

Contribuição ao tema 5:

D

Contribuição ao tema 6:

B

Contribuição ao tema 7:

B

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 247**

CPF/CNPJ: ██████████

Nome/Razão Social: Marcio Augusto Tasca

E-mail: ██████████

Contribuição ao tema 1:

-

Contribuição ao tema 2:

-

Contribuição ao tema 3:

-

Contribuição ao tema 4:

-

Contribuição ao tema 5:

-

Contribuição ao tema 6:

-

Contribuição ao tema 7:

-

Diretoria de Regulação Econômica - DRE

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 248**

CPF/CNPJ: ██████████

Nome/Razão Social: Rozimar

E-mail: ██████████

Contribuição ao tema 1:

-

Contribuição ao tema 2:

-

Contribuição ao tema 3:

-

Contribuição ao tema 4:

-

Contribuição ao tema 5:

-

Contribuição ao tema 6:

-

Contribuição ao tema 7:

-

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 249**

CPF/CNPJ: ██████████

Nome/Razão Social: Shara Cardozo Barbosa

E-mail: ██████████

Contribuição ao tema 1:

## Diretoria de Regulação Econômica - DRE

B

Contribuição ao tema 2:

B

Contribuição ao tema 3:

E

Contribuição ao tema 4:

C

Contribuição ao tema 5:

B

Contribuição ao tema 6:

B

Contribuição ao tema 7:

B

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 250**

CPF/CNPJ: [REDACTED]

Nome/Razão Social: Loreni Maria Novello

E-mail: [REDACTED]

Contribuição ao tema 1:

Letra B

Contribuição ao tema 2:

A

Contribuição ao tema 3:

-

Contribuição ao tema 4:

CD

Contribuição ao tema 5:

DB

Contribuição ao tema 6:

Ba

Contribuição ao tema 7:

A

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 251**

CPF/CNPJ: ██████████

Nome/Razão Social: Silvio César Pidkovich

E-mail: ██████████

Contribuição ao tema 1:

A cobrança deve ser feita proporcional ao consumo.

Contribuição ao tema 2:

Letra a se

Contribuição ao tema 3:

Letra b. Aqui em Campo Mourão, a tarifa de esgoto é 80%, absurdo

Contribuição ao tema 4:

Um valor igualitário para todas as faixas!!!

Contribuição ao tema 5:

Letra d, deixar tarifa única independente do consumo

Contribuição ao tema 6:

Letra a

Contribuição ao tema 7:

Letra a

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 252**

Diretoria de Regulação Econômica - DRE

CPF/CNPJ: [REDACTED]  
Nome/Razão Social: Jorge Jarek  
E-mail: [REDACTED]

Contribuição ao tema 1:

D

Contribuição ao tema 2:

A

Contribuição ao tema 3:

E

Contribuição ao tema 4:

D

Contribuição ao tema 5:

D

Contribuição ao tema 6:

B

Contribuição ao tema 7:

A

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 253**

CPF/CNPJ: [REDACTED]  
Nome/Razão Social: Edilberto vergilino junior  
E-mail: [REDACTED]

Contribuição ao tema 1:

b

Contribuição ao tema 2:

b

Contribuição ao tema 3:

## Diretoria de Regulação Econômica - DRE

b

Contribuição ao tema 4:

b

Contribuição ao tema 5:

c

Contribuição ao tema 6:

a

Contribuição ao tema 7:

a

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 254**

CPF/CNPJ: ██████████

Nome/Razão Social: Tiago Gadonski

E-mail: ██████████

Contribuição ao tema 1:

E

Contribuição ao tema 2:

B

Contribuição ao tema 3:

E

Contribuição ao tema 4:

C

Contribuição ao tema 5:

C

Contribuição ao tema 6:

A

Diretoria de Regulação Econômica - DRE

Contribuição ao tema 7:

C

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 255**

CPF/CNPJ: ██████████

Nome/Razão Social: Andressa Marinho

E-mail: ██████████

Contribuição ao tema 1:

B)

Contribuição ao tema 2:

A)

Contribuição ao tema 3:

E)

Contribuição ao tema 4:

B)

Contribuição ao tema 5:

B)

Contribuição ao tema 6:

B)

Contribuição ao tema 7:

C)

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 256**

Diretoria de Regulação Econômica - DRE

CPF/CNPJ: [REDACTED]  
Nome/Razão Social: Luiz Carlos Zub  
E-mail: [REDACTED]

Contribuição ao tema 1:

b)

Contribuição ao tema 2:

b)

Contribuição ao tema 3:

d)

Contribuição ao tema 4:

c)

Contribuição ao tema 5:

c)

Contribuição ao tema 6:

b)

Contribuição ao tema 7:

a)

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 257**

CPF/CNPJ: [REDACTED]  
Nome/Razão Social: Renata Cristina Matiuzzi  
E-mail: [REDACTED]

Contribuição ao tema 1:

D

Contribuição ao tema 2:

B

Contribuição ao tema 3:

E

Diretoria de Regulação Econômica - DRE

Contribuição ao tema 4:

B

Contribuição ao tema 5:

A

Contribuição ao tema 6:

B

Contribuição ao tema 7:

C

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 258**

CPF/CNPJ: ██████████

Nome/Razão Social: ertes domingos miguel

E-mail: ██████████

Contribuição ao tema 1:

D

Contribuição ao tema 2:

B

Contribuição ao tema 3:

E

Contribuição ao tema 4:

B

Contribuição ao tema 5:

D

Contribuição ao tema 6:

B

Contribuição ao tema 7:

C

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 259**

CPF/CNPJ: [REDACTED]

Nome/Razão Social: Sandro Lanier Favarini

E-mail: [REDACTED]

Contribuição ao tema 1:

D

Contribuição ao tema 2:

Bd

Contribuição ao tema 3:

D

Contribuição ao tema 4:

D

Contribuição ao tema 5:

A

Contribuição ao tema 6:

Ac

Contribuição ao tema 7:

C

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 260**

CPF/CNPJ: [REDACTED]

Nome/Razão Social: GUILHERME LUIZ DE SOUZA

E-mail: [REDACTED]

Diretoria de Regulação Econômica - DRE

Contribuição ao tema 1:

D - PAGAR PELO CUSTO REAL DE CONSUMO

Contribuição ao tema 2:

BB

Contribuição ao tema 3:

B

Contribuição ao tema 4:

C

Contribuição ao tema 5:

C

Contribuição ao tema 6:

B

Contribuição ao tema 7:

C

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 261**

CPF/CNPJ: ██████████

Nome/Razão Social: Paulo André Pizi

E-mail: ██████████

Contribuição ao tema 1:

Pagar só o consumido no mês, é um absurdo cobrar o que não foi gasto.

Contribuição ao tema 2:

Sou de Campo Mourão

Contribuição ao tema 3:

Espero pagar só o consumo assim também pagaremos menos esgoto, 80 % é um a porcentagem muito alta

Contribuição ao tema 4:

Pagar só o consumo, cobrar em bloco é o mesmo que cobrar o que não foi gasto.

Diretoria de Regulação Econômica - DRE

Contribuição ao tema 5:

Quem não tem como pagar, não paga.

Contribuição ao tema 6:

Devem ser iguais

Contribuição ao tema 7:

Não sei como ajudar, aqui em Campo Mourão nunca tivemos falta de água

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 262**

CPF/CNPJ: ██████████

Nome/Razão Social: Alexandre Heitor de Mello Ortiz

E-mail: ██████████

Contribuição ao tema 1:

D) Redução das tarifas, o serviço prestado é péssimo e não cumpre contratualmente e sendo retificado o contrato de tempos em tempos. Visto em outras cidades onde a Sanepar não opera, tarifas muito menores.

Contribuição ao tema 2:

a) Inclusive durante a alta temporada falta água no litoral, sendo injusto a cobrança diferenciada, já que todo ano se repete os mesmos problemas. A Sanepar não investe em soluções, apenas mantém a que tem para aferir lucro cada vez maiores.

Contribuição ao tema 3:

b) Embora minha rua exista há mais de 10 anos ainda não possui esgotamento sanitário.

Contribuição ao tema 4:

Extinguir os blocos. Pagar o que consumir

Contribuição ao tema 5:

Não modificar

Contribuição ao tema 6:

Tarifa social baseada na quantidade de pessoas do imóvel. Sabe-se que 1 pessoa consome em média 2.5m<sup>3</sup> de água por mês. Tarifa social é social. O valor tem que ser o básico e reduzido.

Diretoria de Regulação Econômica - DRE

Contribuição ao tema 7:

Nenhuma. A responsabilidade de manter o fornecimento de água é da concessionária. Ela deve investir para que possa continuar oferecendo serviço de qualidade.

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 263**

CPF/CNPJ: ██████████

Nome/Razão Social: Marcos Augusto de Melo

E-mail: ██████████

Contribuição ao tema 1:

acho justo aumentar para 10m3 pois a maioria paga errado estão pagando sem us ar, muitas vezes paga pelo ar que fica nos canos

Contribuição ao tema 2:

-

Contribuição ao tema 3:

-

Contribuição ao tema 4:

-

Contribuição ao tema 5:

-

Contribuição ao tema 6:

-

Contribuição ao tema 7:

-

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 264**

CPF/CNPJ: ██████████

Diretoria de Regulação Econômica - DRE

Nome/Razão Social: Fabiano Matijevicz Cea Cursos Profissionalizantes MEI  
E-mail: [REDACTED]

Contribuição ao tema 1:

Zerar o valor de taxa mínima. Cobrar um valor de ( 0,001% ) referente a um salário mínimo por metros cúbicos utilizados. Devemos exigir isso da Copel também.

Contribuição ao tema 2:

Voto sim

Contribuição ao tema 3:

Voto sim

Contribuição ao tema 4:

Voto sim

Contribuição ao tema 5:

Voto sim

Contribuição ao tema 6:

Derrubar esta taxa para 1%

Contribuição ao tema 7:

Voto sim

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 265**

CPF/CNPJ: [REDACTED]

Nome/Razão Social: Leocardia Seifert Kliemczak

E-mail: [REDACTED]

Contribuição ao tema 1:

D

Contribuição ao tema 2:

B

Contribuição ao tema 3:

D

## Diretoria de Regulação Econômica - DRE

Contribuição ao tema 4:

A

Contribuição ao tema 5:

A

Contribuição ao tema 6:

B

Contribuição ao tema 7:

C

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 266**

CPF/CNPJ: ██████████

Nome/Razão Social: Elio Moreira Santos

E-mail: ██████████

Contribuição ao tema 1:

D

Contribuição ao tema 2:

A

Contribuição ao tema 3:

B

Contribuição ao tema 4:

B

Contribuição ao tema 5:

D

Contribuição ao tema 6:

B

Contribuição ao tema 7:

C

## Diretoria de Regulação Econômica - DRE

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 267**

CPF/CNPJ: [REDACTED]

Nome/Razão Social: Marcelo GUaracy Santana

E-mail: [REDACTED]

Contribuição ao tema 1:

Reduzir a tarifa do consumo mínimo. Quando eu tinha uma casa em Minas Gerais, pagava menos de R\$ 20 contra os absurdos R\$ 78 no Paraná.

Contribuição ao tema 2:

Implantar a diferenciação.

Contribuição ao tema 3:

Manter.

Contribuição ao tema 4:

Ampliar a quantidade de faixas para além dos 30 m<sup>3</sup>.

Contribuição ao tema 5:

Ampliar a quantidade de categorias.

Contribuição ao tema 6:

Manter.

Contribuição ao tema 7:

Tarifas dinâmicas.

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 268**

CPF/CNPJ: [REDACTED]

Nome/Razão Social: Tony Richard Marcal Fumagalli

E-mail: [REDACTED]

Diretoria de Regulação Econômica - DRE

Contribuição ao tema 1:

D

Contribuição ao tema 2:

A

Contribuição ao tema 3:

E

Contribuição ao tema 4:

D

Contribuição ao tema 5:

-

Contribuição ao tema 6:

-

Contribuição ao tema 7:

-

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 269**

CPF/CNPJ: ██████████

Nome/Razão Social: Alberto Uchida

E-mail: ██████████

Contribuição ao tema 1:

Quando baixou o consumo mínimo de 10m<sup>3</sup> para 5m<sup>3</sup> o valor do m<sup>3</sup> foi aumentado de tal forma que houve reajuste muito grande de tal forma que quem consumia 6m<sup>3</sup> estava pagando o mesmo valor da tarifa de consumo mínimo de 10m<sup>3</sup>. Essa transição foi um grande aumento disfarçado pois se falou na época em economia para o usuário, mas isso só foi verdadeiro para quem consumia 5m<sup>3</sup>. Para quem consumia próximo dos 10m<sup>3</sup> foi um grande aumento. Eu acredito que a tarifa em blocos é a forma mais justa de cobrança, cobrando mais de quem consome mais. Porém acredito que poderia haver possibilidade de contratar o consumo mínimo de zero, 5m<sup>3</sup> e 10m<sup>3</sup> com um bom desconto e sobretaxando apenas quando ultrapasse em 100% do consumo mínimo contratado.

Diretoria de Regulação Econômica - DRE

Contribuição ao tema 2:

-

Contribuição ao tema 3:

-

Contribuição ao tema 4:

-

Contribuição ao tema 5:

-

Contribuição ao tema 6:

A tarifa social devia ser cancelada ou aceita apenas para quem tem consumo inferior a 5m<sup>3</sup>.

Contribuição ao tema 7:

-

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 270**

CPF/CNPJ: ██████████

Nome/Razão Social: Janete do Rocio Ferreira da Silva

E-mail: ██████████

Contribuição ao tema 1:

D

Contribuição ao tema 2:

A

Contribuição ao tema 3:

B

Contribuição ao tema 4:

-

Contribuição ao tema 5:

-

Diretoria de Regulação Econômica - DRE

Contribuição ao tema 6:

-

Contribuição ao tema 7:

C

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 271**

CPF/CNPJ: ██████████

Nome/Razão Social: Luis Antonio Ventura Rodrigues

E-mail: ██████████

Contribuição ao tema 1:

D

Contribuição ao tema 2:

B

Contribuição ao tema 3:

E

Contribuição ao tema 4:

B

Contribuição ao tema 5:

D

Contribuição ao tema 6:

A

Contribuição ao tema 7:

C

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 272**

## Diretoria de Regulação Econômica - DRE

CPF/CNPJ: [REDACTED]

Nome/Razão Social: Jennifer Schmöller

E-mail: [REDACTED]

Contribuição ao tema 1:

D

Contribuição ao tema 2:

A

Contribuição ao tema 3:

As tarifas atuais estão iguais . Mesmo a pessoa não consumindo o mínimo . O certo é cobrar conforme é usado .

Contribuição ao tema 4:

C

Contribuição ao tema 5:

A

Contribuição ao tema 6:

B

Contribuição ao tema 7:

B

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 273**

CPF/CNPJ: [REDACTED]

Nome/Razão Social: Lays Garcia da Silva

E-mail: [REDACTED]

Contribuição ao tema 1:

D

Contribuição ao tema 2:

Bo

Contribuição ao tema 3:

B

Diretoria de Regulação Econômica - DRE

Contribuição ao tema 4:

C

Contribuição ao tema 5:

C

Contribuição ao tema 6:

B

Contribuição ao tema 7:

C

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 274**

CPF/CNPJ: ██████████

Nome/Razão Social: Dirceu

E-mail: ██████████

Contribuição ao tema 1:

O justo é cobrar pela quantidade consumida e não pelo mínimo que muitos nem consomem.

Contribuição ao tema 2:

A

Contribuição ao tema 3:

A

Contribuição ao tema 4:

B

Contribuição ao tema 5:

-

Contribuição ao tema 6:

B

Contribuição ao tema 7:

B

Anexos:  
Sem anexo.

**Contribuição nº: 275**

CPF/CNPJ: [REDACTED]  
Nome/Razão Social: Aguinaldo Macedo  
E-mail: [REDACTED]

Contribuição ao tema 1:  
D

Contribuição ao tema 2:  
B

Contribuição ao tema 3:  
E

Contribuição ao tema 4:  
D

Contribuição ao tema 5:  
C

Contribuição ao tema 6:  
B

Contribuição ao tema 7:  
B

Anexos:  
Sem anexo.

**Contribuição nº: 276**

CPF/CNPJ: [REDACTED]  
Nome/Razão Social: Rafael Êrico Kalluf Pussoli  
E-mail: [REDACTED]

Diretoria de Regulação Econômica - DRE

Contribuição ao tema 1:

Extinção do consumo mínimo ,só se paga o que se consome !

Contribuição ao tema 2:

Se pagar a coleta de esgoto proporcional ao consumo de água tratada

Contribuição ao tema 3:

Definir uma tarifa de esgoto real, medida e não presumida

Contribuição ao tema 4:

Não deve haver faixas de consumo ,simplesmente se consumiu é o que é medido , tarifa assim justa e honesta ,sem enriquecimento sem causa de uma companhia m ista ,que só vida o lucro dos acionistas

Contribuição ao tema 5:

Além da tarifa social não haver distinções de categorias

Contribuição ao tema 6:

Reduzir a diferença

Contribuição ao tema 7:

Imediata implantação para a tarifa de água tratada e de esgoto coletado para ser tratado por ser justo e honesto com os consumidores

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 277**

CPF/CNPJ: ██████████

Nome/Razão Social: Marlon Molinari

E-mail: ██████████

Contribuição ao tema 1:

Pagar pelo que utiliza e consome. Ja e pago IPTU mais caro qdo tem terreno sem casa. Pq cobrar tarifa minima pra ter um ponto de agua????

Contribuição ao tema 2:

B

Contribuição ao tema 3:

B

Diretoria de Regulação Econômica - DRE

Contribuição ao tema 4:

B

Contribuição ao tema 5:

C

Contribuição ao tema 6:

Estruturar e abrir novas possibilidades com concorrentes. Tentar manter se não onerar muito os demais, fazendo cadastramento REAL de cada um.

Contribuição ao tema 7:

Não é o caso no PR. Aqui tem água o suficiente. Falta investimento para ampliar. Basta parar de pagar gente desnecessária e altos salários dos diretores que sobra dinheiro pra investimento!

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 278**

CPF/CNPJ: [REDACTED]

Nome/Razão Social: paulo francisco de souza

E-mail: [REDACTED]

Contribuição ao tema 1:

Eu sugiro acabar com a taxa mínima obrigatória. E cobrar do contribuinte apenas se ele utilizar o serviço

Contribuição ao tema 2:

Teria que cobrar só o que foi consumido. Se não usou o serviço não tem o que pagar

Contribuição ao tema 3:

-

Contribuição ao tema 4:

-

Contribuição ao tema 5:

-

Contribuição ao tema 6:

-

## Diretoria de Regulação Econômica - DRE

Contribuição ao tema 7:

-

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 279**

CPF/CNPJ: ██████████

Nome/Razão Social: Eva Fabiane de Moraes

E-mail: ██████████

Contribuição ao tema 1:

Aprovo

Contribuição ao tema 2:

Sim

Contribuição ao tema 3:

Sim

Contribuição ao tema 4:

Sim

Contribuição ao tema 5:

Sim

Contribuição ao tema 6:

Sim

Contribuição ao tema 7:

Sim

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 280**

CPF/CNPJ: ██████████

Nome/Razão Social: Renato Domanowski

## Diretoria de Regulação Econômica - DRE

E-mail: [REDACTED]

Contribuição ao tema 1:

D

Contribuição ao tema 2:

B

Contribuição ao tema 3:

D

Contribuição ao tema 4:

C

Contribuição ao tema 5:

C

Contribuição ao tema 6:

B

Contribuição ao tema 7:

C

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 281**

CPF/CNPJ: [REDACTED]

Nome/Razão Social: Adão Orival de Moraes

E-mail: [REDACTED]

Contribuição ao tema 1:

Sim

Contribuição ao tema 2:

Sim

Contribuição ao tema 3:

Sim

Contribuição ao tema 4:

## Diretoria de Regulação Econômica - DRE

Sim

Contribuição ao tema 5:

Sim

Contribuição ao tema 6:

Sim

Contribuição ao tema 7:

Sim

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 282**

CPF/CNPJ: ██████████

Nome/Razão Social: Gerson

E-mail: ██████████

Contribuição ao tema 1:

Gostaria que cobrem realmente o que está sendo usado assim as pessoas irão economizar pois vão pagar somente o que usarem então tem que extinguir essas taxas mínimas. obrigado

Contribuição ao tema 2:

-

Contribuição ao tema 3:

-

Contribuição ao tema 4:

-

Contribuição ao tema 5:

-

Contribuição ao tema 6:

-

Contribuição ao tema 7:

-

## Diretoria de Regulação Econômica - DRE

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 283**

CPF/CNPJ: [REDACTED]

Nome/Razão Social: Terezinha de Jesus Domingues Medeiros

E-mail: [REDACTED]

Contribuição ao tema 1:

d) cobrar o que realmente os consumidores usam de água.

Contribuição ao tema 2:

-

Contribuição ao tema 3:

-

Contribuição ao tema 4:Reduzir o valor da tarifa mínimo de acordo com o consumo da água, e iniciar a cobrança de tarifa mínima a partir de 1 m<sup>3</sup>.Contribuição ao tema 5:

-

Contribuição ao tema 6:

-

Contribuição ao tema 7:

-

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 284**

CPF/CNPJ: [REDACTED]

Nome/Razão Social: Valdir

E-mail: [REDACTED]

Contribuição ao tema 1:

**Diretoria de Regulação Econômica - DRE**

EAcabar ou cobrar de todas as instalações de água a taxa de esgoto

Contribuição ao tema 2:

Cobrar por consumo, paga o que consome, preço igual para todos.Acabar ou cobrar de todas as instalações de água a taxa de esgoto

Contribuição ao tema 3:

Cobrar somente água, taxa de esgoto esgoto é um roubo.Acabar ou cobrar de todas as instalações de água a taxa de esgoto

Contribuição ao tema 4:

Consumo gastou pagou igual para todos.Acabar ou cobrar de todas as instalações de água a taxa de esgoto

Contribuição ao tema 5:

Acabar com diferenciado pagar por consumo.EAcabar ou cobrar de todas as instalações de água a taxa de esgoto

Contribuição ao tema 6:

Acabar com tarifa social

Contribuição ao tema 7:

Alterar para gastou pagou EAcabar ou cobrar de todas as instalações de água a taxa de esgotoO correto era cada município administrar e acabar com o monopólio da Sanepar, só visa lucro

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 285**

CPF/CNPJ: ██████████

Nome/Razão Social: Jair Rocha de Sousa

E-mail: ██████████

Contribuição ao tema 1:

Gostaria que fosse pago o que gastamos, igual a luz paga o que consome.

Contribuição ao tema 2:

-

Contribuição ao tema 3:

D

Contribuição ao tema 4:

C

Contribuição ao tema 5:

C

Contribuição ao tema 6:

B

Contribuição ao tema 7:

B

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 286**

CPF/CNPJ: ██████████

Nome/Razão Social: Jaime juvanir Friske

E-mail: ██████████

Contribuição ao tema 1:

E

Contribuição ao tema 2:

A

Contribuição ao tema 3:

B

Contribuição ao tema 4:

D

Contribuição ao tema 5:

A

Contribuição ao tema 6:

B

Contribuição ao tema 7:

A

## Diretoria de Regulação Econômica - DRE

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 287**

CPF/CNPJ: [REDACTED]

Nome/Razão Social: jefferson augusto zerbinate

E-mail: [REDACTED]

Contribuição ao tema 1:

d

Contribuição ao tema 2:

b

Contribuição ao tema 3:

d

Contribuição ao tema 4:

d

Contribuição ao tema 5:

c

Contribuição ao tema 6:

a

Contribuição ao tema 7:

c

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 288**

CPF/CNPJ: [REDACTED]

Nome/Razão Social: César rieter

E-mail: [REDACTED]

Diretoria de Regulação Econômica - DRE

Contribuição ao tema 1:

-

Contribuição ao tema 2:

-

Contribuição ao tema 3:

-

Contribuição ao tema 4:

-

Contribuição ao tema 5:

-

Contribuição ao tema 6:

-

Contribuição ao tema 7:

-

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 289**

CPF/CNPJ: ██████████

Nome/Razão Social: Iule Ruan Tadaieski

E-mail: ██████████

Contribuição ao tema 1:

D

Contribuição ao tema 2:

B

Contribuição ao tema 3:

A

Contribuição ao tema 4:

A

Diretoria de Regulação Econômica - DRE

Contribuição ao tema 5:

C

Contribuição ao tema 6:

A, mais não aumentar mais ainda quem não é tarifa social

Contribuição ao tema 7:

C

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 290**

CPF/CNPJ: ██████████

Nome/Razão Social: Willian Lara Alves

E-mail: ██████████

Contribuição ao tema 1:

-

Contribuição ao tema 2:

-

Contribuição ao tema 3:

-

Contribuição ao tema 4:

-

Contribuição ao tema 5:

-

Contribuição ao tema 6:

-

Contribuição ao tema 7:

-

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 291**

CPF/CNPJ: [REDACTED]

Nome/Razão Social: Marcos Antonio Pereira

E-mail: [REDACTED]

Contribuição ao tema 1:

E

Contribuição ao tema 2:

A

Contribuição ao tema 3:

E

Contribuição ao tema 4:

B

Contribuição ao tema 5:

B

Contribuição ao tema 6:

B

Contribuição ao tema 7:

A

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 292**

CPF/CNPJ: [REDACTED]

Nome/Razão Social: Ricardo Paulo De Jesus

E-mail: [REDACTED]

Contribuição ao tema 1:

Pagar apenas pelo que é consumido sem tarifa mínima!

Diretoria de Regulação Econômica - DRE

Contribuição ao tema 2:

Tarifa uniforme é o certo.

Contribuição ao tema 3:

Diferenciação de tarifa para diferentes padrões de usuários

Contribuição ao tema 4:

-

Contribuição ao tema 5:

-

Contribuição ao tema 6:

-

Contribuição ao tema 7:

-

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 293**

CPF/CNPJ: ██████████

Nome/Razão Social: Haroldo Heitor marschner

E-mail: ██████████

Contribuição ao tema 1:

D

Contribuição ao tema 2:

A

Contribuição ao tema 3:

E

Contribuição ao tema 4:

D

Contribuição ao tema 5:

D

Diretoria de Regulação Econômica - DRE

Contribuição ao tema 6:

Bv

Contribuição ao tema 7:

C

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 294**

CPF/CNPJ: ██████████

Nome/Razão Social: Josué Santos Silva

E-mail: ██████████

Contribuição ao tema 1:

C

Contribuição ao tema 2:

B

Contribuição ao tema 3:

A

Contribuição ao tema 4:

C

Contribuição ao tema 5:

D

Contribuição ao tema 6:

B

Contribuição ao tema 7:

B

Anexos:

Sem anexo.

## Diretoria de Regulação Econômica - DRE

**Contribuição nº: 295**

CPF/CNPJ: [REDACTED]

Nome/Razão Social: ANGELA BLASZCZYK

E-mail: [REDACTED]

Contribuição ao tema 1:

ACHO JUSTO QUE A COBRANÇA SEJA FEITA DO QUE É REALMENTE CONSUMIDO. PAGO TODO MES 5M E MEU CONSUMO É 2. , OU SEJA TODO MES PAGO O CONSUMO DE 2 MESES E MEIO.

Contribuição ao tema 2:

-

Contribuição ao tema 3:

-

Contribuição ao tema 4:

-

Contribuição ao tema 5:

-

Contribuição ao tema 6:

LETRA B

Contribuição ao tema 7:

-

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 296**

CPF/CNPJ: [REDACTED]

Nome/Razão Social: José Luiz Robaina Polakoski

E-mail: [REDACTED]

Contribuição ao tema 1:

Considero ser mais justo manter tarifa em blocos e reduzir o consumo mínimo para 1 metro cúbico.

**Diretoria de Regulação Econômica - DRE**Contribuição ao tema 2:

Manutenção do sistema de tarifa uniforme;

Contribuição ao tema 3:

a) Manter a forma de cobrança da tarifa de esgoto, como percentual da tarifa de água;

Contribuição ao tema 4:

c) Ampliar a quantidade de faixas (blocos) de consumo;

Contribuição ao tema 5:

b) Intensificar a diferenciação dos valores tarifários cobrados das diferentes categorias de usuários;

Contribuição ao tema 6:

b) Reduzir a diferença de valor dentre a tarifa social e as residenciais normais.

Contribuição ao tema 7:

Nenhum

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 297**

CPF/CNPJ: ██████████

Nome/Razão Social: Tarcísio Eduardo Zanlorenzi

E-mail: ██████████

Contribuição ao tema 1:

Extinguir o consumo mínimo e pagar só o que é usado

Contribuição ao tema 2:

A

Contribuição ao tema 3:

E

Contribuição ao tema 4:

B

Contribuição ao tema 5:

A

Contribuição ao tema 6:

B

Contribuição ao tema 7:

C

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 298**

CPF/CNPJ: ██████████

Nome/Razão Social: Mario Fernando Jaworski

E-mail: ██████████

Contribuição ao tema 1:

D

Contribuição ao tema 2:

B

Contribuição ao tema 3:

3

Contribuição ao tema 4:

C

Contribuição ao tema 5:

A

Contribuição ao tema 6:

B

Contribuição ao tema 7:

C

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 299**

Diretoria de Regulação Econômica - DRE

CPF/CNPJ: [REDACTED]  
Nome/Razão Social: Jussara Regina Caye  
E-mail: [REDACTED]

Contribuição ao tema 1:

10m<sup>3</sup> e nada menos que isso. Pagar pelo que foi gasto.

Contribuição ao tema 2:

-

Contribuição ao tema 3:

Baixar o percentual para taxa de esgoto para 20%

Contribuição ao tema 4:

-

Contribuição ao tema 5:

-

Contribuição ao tema 6:

Baixar para 20% o percentual para taxa de esgoto

Contribuição ao tema 7:

-

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 300**

CPF/CNPJ: [REDACTED]  
Nome/Razão Social: Adenilza Oliveira  
E-mail: [REDACTED]

Contribuição ao tema 1:

A melhor forma de cobrança é aquela que se paga pelo que se consome, MAS não adianta mudar e elevar o valor do m<sup>3</sup>. A mudança tem que ser vantajosa pra população. Uma vergonha é ir na televisão pedir pra população economizar água e ver na conta que vc gastou 2, 3 m<sup>3</sup> e a empresa te cobrou 5m<sup>3</sup>. É tão revoltante isso

.

Contribuição ao tema 2:

**Diretoria de Regulação Econômica - DRE**

Outro absurdo! Temos municípios ricos ao redor de Curitiba, porque devemos pagar mais?? O Litoral do PR não tem infraestrutura suficiente para atender a demanda, apesar de já estar melhor, ainda falta muito para melhorar. Gente, é um absurdo ler que o litoral ainda é majorado em MAIS 20%! Ao invés do governo ajudar a melhorar esses municípios, onera ainda mais os contribuintes.

Contribuição ao tema 3:

Para a população o que interessa é sempre pagar menos por um serviço público. Mas entendo que esgoto e água devem ser distinguidos na fatura, bem como constar qual o percentual cobrado para o esgoto, pois não consta na fatura. E se fiz a conta certa, de acordo com minha fatura, a porcentagem do esgoto é 85% da água.

Contribuição ao tema 4:

Se o intuito da população é pagar pelo que se consome, não há necessidade de faixas de consumo. Pelo que entendi se colocar faixas de consumo, por ex.: usando ou não os 5m<sup>3</sup>, terá que pagar os 5m<sup>3</sup>. Se for 3m<sup>3</sup> e usei 4m<sup>2</sup>, aí terá um acréscimo de tanto...A AGEPAR fica mencionando nos TEMAS, faixas de consumo. Já está direcionando a população a não fugir disso. O intuito da consulta pública é deixar a população falar o que ela acha melhor e de que forma. No meu entendimento, sem direcionar. Esse modelo de faixas de consumo já existe. A população não quer isso!

Contribuição ao tema 5:

Tirando a tarifa social, que até hoje me questiono se tem direito apenas quem não pode pagar e não tem até tal renda, que podem ser estudantes bancados pelos pais, que moram sozinhos, porém com condições. Os demais casos deveriam ser uniformes. O empresário também precisa pagar como nós, pra economizar e gerar empregos. Estamos vivendo uma crise financeira onde não há previsão pra uma forte retomada.

Contribuição ao tema 6:

-

Contribuição ao tema 7:

-

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 301**

CPF/CNPJ: ██████████

Nome/Razão Social: DELCIO DRANKA

Diretoria de Regulação Econômica - DRE

E-mail: [REDACTED]

Contribuição ao tema 1:

O gasto referente a água pra uma família de 3 pessoas é absurdo, com a taxa mínima de 5m<sup>3</sup>, e mais o esgoto a 80% da água. Deveria ser um mínimo 15 cúbicos, nessa taxa mínima, e cobranças acima disso por metro mas em um valor razoável, diminuir tbem a tx de esgoto pq não é 80% que vai pra rede de tratamento, exemplo: usamos reuso de água da roupa para lavar calçadas. E pagamos esgoto por isso..

Contribuição ao tema 2:

A) uniforme. Quem desce aí litoral deixa de usar água em sua casa..d)

Contribuição ao tema 3:

D- e diminuir a taxa, se eu reutilizo água, pago como se tivesse indo para o esgoto

Contribuição ao tema 4:

B

Contribuição ao tema 5:

C- acredito que empresas podem pagar um pouco a mais pela água, mas diferenciar de acordo com o tamanho de cada empresa.

Contribuição ao tema 6:

A. Mas sem distribuir a perda da renda dessa cobrança nas outras categorias. Isso deve ser um serviço social oferecido pela companhia

Contribuição ao tema 7:

A transição pode se dar a quer momento, tanto que seja para benefício da população. Pq sempre que há aumento é dia para outro e benefícios leva meses..

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 302**

CPF/CNPJ: [REDACTED]

Nome/Razão Social: Adao batista de melo

E-mail: [REDACTED]

Contribuição ao tema 1:

-

Contribuição ao tema 2:

-

Contribuição ao tema 3:

-

Contribuição ao tema 4:

-

Contribuição ao tema 5:

-

Contribuição ao tema 6:

-

Contribuição ao tema 7:

-

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 303**

CPF/CNPJ: [REDACTED]

Nome/Razão Social: Rovilson Alves Macedo

E-mail: [REDACTED]

Contribuição ao tema 1:

Letra bXomo era anterior com 10 min.

Contribuição ao tema 2:

Sem diferenciacao

Contribuição ao tema 3:

Diferenciar sendo de menor valor o esgoto e nao de valor igual a ÁGUA

Contribuição ao tema 4:

-

Contribuição ao tema 5:

Aproximar os.valores

Diretoria de Regulação Econômica - DRE

Contribuição ao tema 6:

-

Contribuição ao tema 7:

Tarifas dinamicas

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 304**

CPF/CNPJ: ██████████

Nome/Razão Social: Luís Carlos Pongan

E-mail: ██████████

Contribuição ao tema 1:

Cobrar somente o que for consumido.

Contribuição ao tema 2:

Sem tarifas. Cobrar somente o que for consumido.

Contribuição ao tema 3:

E

Contribuição ao tema 4:

Cobrar valores iguais a todos. Baseado no m consumo.

Contribuição ao tema 5:

Sem tarifas. Cobrar somente sobre o consumo.

Contribuição ao tema 6:

Vcs só querem roubar dos cidadãos. Não devem cobrar nada das pessoas de baix a renda.

Contribuição ao tema 7:

Vcs não querem diminuir os valores cobrados e sim aumentar. Não deve ter tarifa alguma. Cobrar somente o que for usado.

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 305**

CPF/CNPJ: [REDACTED]

Nome/Razão Social: Salete Klein

E-mail: [REDACTED]

Contribuição ao tema 1:

-

Contribuição ao tema 2:

-

Contribuição ao tema 3:

-

Contribuição ao tema 4:

-

Contribuição ao tema 5:

-

Contribuição ao tema 6:

-

Contribuição ao tema 7:

-

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 306**

CPF/CNPJ: [REDACTED]

Nome/Razão Social: Cicero Antônio Soares Neto

E-mail: [REDACTED]

Contribuição ao tema 1:

Alternativa D.

Contribuição ao tema 2:

Alternativa B.

Diretoria de Regulação Econômica - DRE

Contribuição ao tema 3:  
Alternativa E.

Contribuição ao tema 4:  
Alternativa C.

Contribuição ao tema 5:  
Alternativa C.

Contribuição ao tema 6:  
Alternativa B.

Contribuição ao tema 7:  
Alternativa B.

Anexos:  
Sem anexo.

**Contribuição nº: 307**

CPF/CNPJ: ██████████  
Nome/Razão Social: CÂMARA MUNICIPAL DE PIRAÍ DO SUL  
E-mail: ██████████

Contribuição ao tema 1:  
Sugestão de abolição da cobrança da tarifa mínima nas faturas de água em respeito ao contido no Código de Defesa do Consumidor e, mais fortemente, por não se mostrar possível que haja cobrança sobre produto não fornecido.

Contribuição ao tema 2:

-

Contribuição ao tema 3:

-

Contribuição ao tema 4:

-

Contribuição ao tema 5:

-

Diretoria de Regulação Econômica - DRE

Contribuição ao tema 6:

-

Contribuição ao tema 7:

Sugestão de abolição da cobrança da tarifa mínima nas faturas de água em respeito ao contido no Código de Defesa do Consumidor e, mais fortemente, por não se mostrar possível que haja cobrança sobre produto não fornecido.

Anexos:

[https://www.agepar.pr.gov.br/system/files/webform/tomada\\_de\\_subsidios\\_no\\_01\\_2022\\_a/2158/20220329085524749.pdf](https://www.agepar.pr.gov.br/system/files/webform/tomada_de_subsidios_no_01_2022_a/2158/20220329085524749.pdf)



## **Câmara Municipal**

Estado do Paraná

Ofício nº. 24/2022

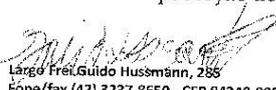
Piraí do Sul, 28 de Março de 2022

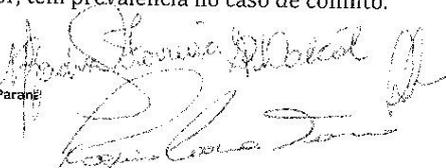
**Referência: Tarifa mínima de consumo de água**

**Ilustríssimo Senhor Reinhold Stephanes**

Com apoio unânime de todos os vereadores desta Casa de Leis, valendo-se do prazo e da oportunidade proporcionados pela Agepar e mais que isso, na legítima defesa dos interesses da população piraiense que discorda frontalmente da política de cobrança da tarifa mínima de consumo de água vimos, através deste, fundamentar a discordância e ainda, ao final, requerer o que será apontado.

1. Em que pese haver autorização legal para definição do sistema tarifário e da política que norteia a cobrança da tarifa mínima pelas agências reguladoras é entendimento dos membros deste Legislativo que referida cobrança fere princípios básicos do Código de Defesa do Consumidor (CDC) e ainda se materializa como método injusto de tarifação uma vez que “cobra-se por algo que, efetivamente, não foi consumido”.
2. Notória a vedação dirigida aos prestadores de serviços, nos termos do art. 39, inciso V do CDC, a respeito da exigência em face do consumidor de “vantagem manifestamente excessiva”, nos parecendo, que a cobrança de produto não utilizado ou de serviço não prestado se amolda ao caso em tela, exatamente como se dá com a tarifa mínima, uma vez que existe cobrança por algo efetivamente não consumido.
3. Para além da vedação legal posta no CDC há ainda conflito entre duas leis federais (Lei 11.445/07 e Lei 8.078/90), uma vez que se há autorização pela primeira quanto à forma de composição tarifária pelas agências reguladoras, a vedação pela segunda, que em se tratando de lei especial que funciona como microsistema de proteção ao consumidor, tem prevalência no caso de conflito.

  
Largo Frei Guido Hussmann, 285  
Fone/fax (42) 3237-8650 - CEP 84240-000 - Piraí do Sul - Paraná  
www.ccmunicipal.com.br - E-mail: cmpps@br10.com.br





## **Câmara Municipal**

Estado do Paraná

4. Uma vez que a lei especial (CDC) prevalece em face em uma lei comum, aos olhos dos vereadores signatários, a solução é simples uma vez observada a vedação do CDC sendo medida necessária a retirada da cobrança da tarifa mínima.
  
5. Pontue-se que em outros estados do país, a exemplo do Mato Grosso do Sul, referida cobrança foi abolida, fator que sinaliza não apenas pela legalidade da medida, mas, sim, pela sua possibilidade.

Do modo sucinto como exposto e visando o benefício da população piraiense, notadamente a mais carente, postulamos pela abolição da cobrança da tarifa mínima nas faturas de água em respeito ao contido no Código de Defesa do Consumidor e, mais fortemente, por não se mostrar possível que haja cobrança sobre produto não fornecido.

Certos da atenção e da adoção de medidas efetivas no sentido de não mais cobrar-se a tarifa mínima de água, assunto desta missiva, nos despedimos com elevados votos de estima e consideração.

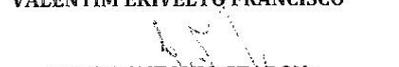
Atenciosamente,



**ROGÉRIO CORREA TORNO**



**VALENTIM ERIVELTO FRANCISCO**



**EDSON ANTONIO STARON**



**JAIRO DOS SANTOS**



**SILVIA REGINA DALCOL**



**PARAÍLIO DE OLIVEIRA KING**



**ANTÔNIO ROGÉRIO DOS SANTOS**



**FRANCISCO CARLOS MAINARDES**



**MARIANA ZADRA GABRIEL FERREIRA**

**Ilustríssimo Senhor Reinhold Stephanes**  
**MD. Diretor Presidente da Agepar**

Largo Frei Guido Hussmann, 285  
Fone/fax (42) 3237-8650 - CEP 84240-000 - Piraí do Sul - Paraná  
[www.cmps.pr.gov.br](http://www.cmps.pr.gov.br) - E-mail: [cmps@br10.com.br](mailto:cmps@br10.com.br)

**Contribuição nº: 308**

CPF/CNPJ: ██████████

Nome/Razão Social: Ricardo Bragança Rodrigues

E-mail: ██████████

Contribuição ao tema 1:

d) Substituir a tarifa em blocos com consumo mínimo por tarifa binômica (tarifa de custos fixo, sem consumo mínimo atrelado, somada a uma tarifa variável, de acordo com o volume efetivamente consumido);

Contribuição ao tema 2:

b) Implantar diferenciação de tarifas por região.

Contribuição ao tema 3:

e) Diferenciação de tarifas de acordo com diferentes padrões de uso ou qualidade requerida.

Contribuição ao tema 4:

d) Reduzir a quantidade de faixas (blocos) de consumo.

Contribuição ao tema 5:

d) Reduzir a quantidade de categorias de usuários.

Contribuição ao tema 6:

b) Reduzir a diferença de valor dentre a tarifa social e as residenciais normais.

Contribuição ao tema 7:

c) Adoção de tarifas dinâmicas, considerando situações de escassez hídrica ou outras situações que requeiram maiores ou menores incentivos sobre o consumo

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 309**

CPF/CNPJ: ██████████

Nome/Razão Social: Vinícios Hyczy do Nascimento

E-mail: ██████████

Contribuição ao tema 1:

Os blocos hoje aplicados favorecem quem gasta mais pois a tarifa por m<sup>3</sup> a partir

Diretoria de Regulação Econômica - DRE

de 5m<sup>3</sup> é bem menor. Não deve ter também a tarifa mínima, a qual é injusta e imoral, contrariando o princípio da moralidade.

Contribuição ao tema 2:

Pode ser a opção b.

Contribuição ao tema 3:

Opção é.

Contribuição ao tema 4:

Não há necessidade de ter blocos mas se tiver que não penaliza quem gasta menos.

Contribuição ao tema 5:

Opção por letra b.

Contribuição ao tema 6:

Ampliar ou manter a diferença mas não adianta se a tarifa na primeira faixa for alta.

Contribuição ao tema 7:

Letra C, porém com relação ao horário de consumo não interfere quase nada pois a maioria das casas já tem caixa d'água. Talvez interfira no esgoto.

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 310**

CPF/CNPJ: ██████████

Nome/Razão Social: Mário Divino Divino

E-mail: ██████████

Contribuição ao tema 1:

D

Contribuição ao tema 2:

B

Contribuição ao tema 3:

D

Contribuição ao tema 4:

Diretoria de Regulação Econômica - DRE

A

Contribuição ao tema 5:

B

Contribuição ao tema 6:

A

Contribuição ao tema 7:

B

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 311**

CPF/CNPJ: ██████████

Nome/Razão Social: Marcos Vieira Ferreira

E-mail: ██████████

Contribuição ao tema 1:

-

Contribuição ao tema 2:

-

Contribuição ao tema 3:

-

Contribuição ao tema 4:

-

Contribuição ao tema 5:

-

Contribuição ao tema 6:

-

Contribuição ao tema 7:

-

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 312**

CPF/CNPJ: [REDACTED]

Nome/Razão Social: João Eduardo Meyer

E-mail: [REDACTED]

Contribuição ao tema 1:

B)a

Contribuição ao tema 2:

A)

Contribuição ao tema 3:

A)

Contribuição ao tema 4:

D)

Contribuição ao tema 5:

D)

Contribuição ao tema 6:

B)

Contribuição ao tema 7:

C)

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 313**

CPF/CNPJ: [REDACTED]

Nome/Razão Social: Murilo nadalin

E-mail: [REDACTED]

Contribuição ao tema 1:

Diretoria de Regulação Econômica - DRE

-

Contribuição ao tema 2:

-

Contribuição ao tema 3:

-

Contribuição ao tema 4:

-

Contribuição ao tema 5:

-

Contribuição ao tema 6:

-

Contribuição ao tema 7:

-

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 314**

CPF/CNPJ: ██████████

Nome/Razão Social: AROLDO CESAR PAGAN

E-mail: ██████████

Contribuição ao tema 1:

-

Contribuição ao tema 2:

-

Contribuição ao tema 3:

-

Contribuição ao tema 4:

-

Contribuição ao tema 5:

Diretoria de Regulação Econômica - DRE

-

Contribuição ao tema 6:

-

Contribuição ao tema 7:

-

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 315**

CPF/CNPJ: ██████████

Nome/Razão Social: Aline lopes woehl

E-mail: ██████████

Contribuição ao tema 1:

A abusiva atarifa minima

Contribuição ao tema 2:

-

Contribuição ao tema 3:

Eu não acho correto cobrar o esgoto conforme o gato da água...

Contribuição ao tema 4:

-

Contribuição ao tema 5:

-

Contribuição ao tema 6:

-

Contribuição ao tema 7:

-

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 316**

CPF/CNPJ: [REDACTED]

Nome/Razão Social: Edmar Rabito da Silva Pinto

E-mail: [REDACTED]

Contribuição ao tema 1:

-

Contribuição ao tema 2:

-

Contribuição ao tema 3:

-

Contribuição ao tema 4:

-

Contribuição ao tema 5:

-

Contribuição ao tema 6:

-

Contribuição ao tema 7:

-

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 317**

CPF/CNPJ: [REDACTED]

Nome/Razão Social: Cleonice Maria Dessetti

E-mail: [REDACTED]

Contribuição ao tema 1:

Pagar somente o que for usado

Diretoria de Regulação Econômica - DRE

Contribuição ao tema 2:

-

Contribuição ao tema 3:

Diminuir para 50% o valor da tarifa de rede de esgoto. E não os 80%

Contribuição ao tema 4:

-

Contribuição ao tema 5:

-

Contribuição ao tema 6:

-

Contribuição ao tema 7:

-

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 318**

CPF/CNPJ: ██████████

Nome/Razão Social: JOÃO ALEXANDRE DA SILVA

E-mail: ██████████

Contribuição ao tema 1:

a) - Não cobrar tarifas de quem não está usando o serviço. Encontrar uma forma para que o usuário não pague pelo (AR) que passa nos canos, se isso é real. Que o usuário possa suspender o serviço pelo tempo que necessitar e depois retornar utilizar o serviço. Precisamos falar sobre INVESTIMENTO em novas captações visto que há muito tempo fala-se na escassez da água precisamos estar preparados, nos antecipar à falta d'água. Estamos preparados? Quais medidas estamos tomando para enfrentar novo episódio de escassez? Precisamos falar sobre se a nossa Sanepar faz o monitoramento da água para residual de pesticidas incluindo os novos liberados pelo governo federal. Pode-se afirmar/confirmar que não existe residual de pesticida algum na água que bebemos? Creio que não a que se falar em tarifa mínima eterna visto que o sistema certamente já foi pago pelos usuários e pelo o governo (usuário/contribuinte novamente) também já deve ter contribuído muito pelas instalações. Precisamos combater com muita eficiência e eficácia os desperdícios investimento em campanhas publicitárias combate ao desperdícios e o mau uso. Mult

## Diretoria de Regulação Econômica - DRE

as pesadas aos infratores. Campanhas sobre o uso racional. sobretaxar o mau uso. Implementar leis que obriguem as novas edificações que no habite-se seja cobrado formas de uso racional da água como cisternas para aproveitar água da chuva etc. Lavar calçadas e descarga do vaso sanitário com água reutilizada. em vários hotéis vc fica alguns minutos esperando vir água quente veja o desperdícios. Punir os maiores desperdiçadores de água. Infelizmente a taxa mínima faz com que o mau cidadão pense da seguinte maneira (já ouvi isso) só gasto 2m<sup>3</sup> de água e a empresa me cobra 10m<sup>3</sup> então deixo vazando ou não economizo visto que de qualquer forma a Sanepar vai cobrar. Infelizmente induz ao desperdício. Também acho um absurdo este pensamento mas por incrível que pareça existe e muito.

### Contribuição ao tema 2:

Creio que o sistema tarifário pode ser diferenciado por município mas sempre levando em consideração fundamentação em planilha de cálculos justos honestos, corretos e sempre auditados.

### Contribuição ao tema 3:

Creio que as perguntas podem contribuir para as respostas...O Estado sabe corretamente/exatamente quanto custa manter este serviço?O Estado sabe exatamente qual é o lucro que a companhia tem? Sabe onde está sendo investido este lucro? É correto? É justo? A companhia faz investimentos no Paraná para melhorar a situação de saneamento? Ou os lucros só servem aos investidores? Em que percentual?Quais medidas estão sendo tomadas para coibir a corrupção fraldas e ingerências políticas?

### Contribuição ao tema 4:

Seria possível fazer justiça social com as tarifas atuais? Só o volume utilizado é capaz de traduzir isso? 10m<sup>3</sup> de uma mansão é o mesmo valor que 10m<sup>3</sup> de um casarão ou uma casa popular?

### Contribuição ao tema 5:

Acho correto a diferenciação por categorias, local etc. a Tarifa precisa contribuir para a redução da desigualdade em nosso país.

### Contribuição ao tema 6:

Que seja justa e o mais proporcional possível.

### Contribuição ao tema 7:

Muitos serviços de responsabilidade do estado que são terceirizados, alguns até terceirizados tem um sistema tarifário que em muitas vezes sobem muito mais que a inflação precisamos ter em mente que o estado permitido isso contribuir sobremaneira com o retorno da hiperinflação o que é extremamente prejudicial ao nosso país extremamente injusto com o usuário trabalhador assalariado. Se o novo sistema for benéfico para o usuário reduzindo as desigualdades que seja implantado o quanto antes. Pergunta a coleta e destino adequado do lixo em todas as cidades do

**Diretoria de Regulação Econômica - DRE**

Pr. está na base de discussão? Os patrimônios ou distritos onde há muito desperdício de água pois muitas vezes não há cobrança pelo serviço de saneamento estão sendo colocados em discussão? Imagino o quão difícil seria responder a todas as perguntas para cada cidadão contribuinte mas... seria possível uma devolutiva online desta tomada de contribuição um condensado das boas ideias e fazer uma devolutiva para os usuários? audiência pública online com as ideias aproveitadas? Tenho muito interesse em ouvir também a Agepar sobre este assunto primordial ao povo Paranaense. Parabéns Agepar por ouvir o povo antes da tomada de decisões. Agora o povo quer ouvir a AGEPAR. FORTE ABRAÇO

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 319**

CPF/CNPJ: [REDACTED]

Nome/Razão Social: Márcia Andrade Borges Pereira

E-mail: [REDACTED]

Contribuição ao tema 1:

e) Outras formas de tarifação A conta da água deve ser igual a da luz, ou seja, cobrar somente o valor gasto, consumido, Sem taxa mínima de consumo é um roubo cobrar o que não usamos nesse sistema haveria economia. Protegendo assim o meio ambiente.

Contribuição ao tema 2:

b) Implantar diferenciação de tarefas por região, somente se o custo dos serviços forem diferentes por região.

Contribuição ao tema 3:

d) Distinguir tarifas para coleta e tratamento de esgoto. sou a favor de atribuir tarifas reais conforme o custo de cada serviço separadamente.

Contribuição ao tema 4:

Nenhuma. Sou a favor de eliminar o consumo mínimo. Pagamento apenas dos m<sup>3</sup> consumidos.

Contribuição ao tema 5:

Se o pagamento for por consumo já iguala os valores entre os usuários. Acredito ser mais justo. O que pode ser diferenciado são os programas de assistência social para as famílias mais pobres.

Contribuição ao tema 6:

Diretoria de Regulação Econômica - DRE

a) Ampliara diferença de valor dentre a tarifa social das das residenciais normais, porém cobrando somente o consumo sem tarifa mínima.

Contribuição ao tema 7:

Mudanças progressivas começando as melhorias para as classes com mais dificuldades financeiras.

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 320**

CPF/CNPJ: ██████████

Nome/Razão Social: Emerson de melo Veríssimo

E-mail: ██████████

Contribuição ao tema 1:

Creio que a alternativa D seria a melhor forma e a mais justa a ser utilizada, uma vez que o consumidor pagara somente o produto utilizado.

Contribuição ao tema 2:

Letra A

Contribuição ao tema 3:

Alternativa A seria a mais justa uma vez que o cliente paga pelo que consome.

Contribuição ao tema 4:

Letra A

Contribuição ao tema 5:

Letra C b

Contribuição ao tema 6:

Alternativa B

Contribuição ao tema 7:

Alternativa A

Anexos:

Sem anexo.

Diretoria de Regulação Econômica - DRE

**Contribuição nº: 321**

CPF/CNPJ: ██████████

Nome/Razão Social: Rosinei Paulucci

E-mail: ██████████

Contribuição ao tema 1:

D

Contribuição ao tema 2:

B

Contribuição ao tema 3:

E

Contribuição ao tema 4:

C

Contribuição ao tema 5:

B

Contribuição ao tema 6:

B

Contribuição ao tema 7:

C

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 322**

CPF/CNPJ: ██████████

Nome/Razão Social: Josemar da Silva

E-mail: ██████████

Contribuição ao tema 1:

Gostaria muito em que acabasse com a tarifa mínima , e cobrasse apenas o consumo de água

Contribuição ao tema 2:

Gostaria muito de que não cobrasse a tarifa mínima, e-sim cobrasse apenas o consumo

Diretoria de Regulação Econômica - DRE

Contribuição ao tema 3:

D, distinguir o tarifa de esgoto,ou cobrar apenas 30% do valor do consumo de água

Contribuição ao tema 4:

D, reduzir taxas ou extirpar a cobrança mínima e cober apenas o consumo

Contribuição ao tema 5:

D . cobrar o mínimo possível ,para todos iguais

Contribuição ao tema 6:

B

Contribuição ao tema 7:

-

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 323**

CPF/CNPJ: ██████████

Nome/Razão Social: Gilmar Jose Tuchinski

E-mail: ██████████

Contribuição ao tema 1:

Manter o consumo mínimo de 5m<sup>3</sup>, contudo, independente de haver 2 residências no terreno, já que muitas vezes, uma segunda residência no terreno não significa uma família, mas membro da mesma família que por melhor qualidade de vida, opta em morar em outra casa no mesmo terreno. Como exemplo, onde moramos em 3 na casa da frente, eu, minha esposa e meu filho, e na casa ao fundo, mora meu cunhado. a Cobrança de 10m<sup>3</sup> por haver duas residencias não colaboradora em nada e não incentiva a redução de consumo. Por qual razão eu deveria fazer reaproveitamento de água se gastamos 8 m<sup>3</sup> de água e temos que pagar 10? Acredito que 5m<sup>3</sup> de água para fins de manutenção, como divulga a sanepar, seja o suficiente.

Contribuição ao tema 2:

b) implantar diferenciação de tarifas por região. Em tempo, intensificar as ações de preservação do meio ambiente bem como tratamento de 100% do esgoto, claro, investir em coleta de esgoto, retirando as ligações que caem em rios e galerias pluviais. Uma boa ação é a conscientização, iniciando pelas escolas por exemplo.

## Diretoria de Regulação Econômica - DRE

### Contribuição ao tema 3:

Manter a forma de tarifa de esgoto com percentual da tarifa de água, pode não ser o mais ideal, mas diante da complexidade, é o menos cruel, contudo, cabe aqui de stacar que deve ser sob o consumo e não sob a tarifa mínima, já que esta já é cob rada na água.

### Contribuição ao tema 4:

Atenuar o nível de progressividade certamente incentivara a redução do consumo, devendo para tanto, para terrenos com 2 residências, ser somente de 5m<sup>3</sup> e o pag amento do excedente, não devendo haver cobrança de quantidade de residências no mesmo terreno. Manter o consumo mínimo de 5m<sup>3</sup>, contudo, independente de haver 2 residências no terreno, já que muitas vezes, uma segunda residência no t erreno não significa uma família, mas membro da mesma família que por melhor q ualidade de vida, opta em morar em outra casa no mesmo terreno. Como exemplo , onde moramos em 3 na casa da frente, eu, minha esposa e meu filho, e na casa ao fundo, mora meu cunhado. a Cobrança de 10m<sup>3</sup> por haver duas residências nã o colaboradora em nada e não incentiva a redução de consumo. Por qual razão eu deveria fazer reaproveitamento de água se gastamos 8 m<sup>3</sup> de água e temos que p agar 10? Acredito que 5m<sup>3</sup> de água para fins de manutenção, como divulga a san epar, seja o suficiente.

### Contribuição ao tema 5:

Aproximar os valores tarifários certamente será mais adequado. Considerando incl usive a baixa renda, a aplicação para terrenos com 2, 3 residências, ser somente d e 5m<sup>3</sup> e o pagamento do excedente, não devendo haver cobrança de quantidade de residências no mesmo terreno. Manter o consumo mínimo de 5m<sup>3</sup>, contudo, ind ependente de haver 2 ou mais residências no terreno, já que muitas vezes, uma s egunda residência no terreno não significa uma família, mas membro da mesma fa mília que por melhor qualidade de vida, opta em morar em outra casa no mesmo t erreno. Como exemplo, onde moramos em 3 na casa da frente, eu, minha esposa e meu filho, e na casa ao fundo, mora meu cunhado. a Cobrança de 10m<sup>3</sup> por hav er duas residências não colaboradora em nada e não incentiva a redução de cons umo. Por qual razão eu deveria fazer reaproveitamento de água se gastamos 8 m <sup>3</sup> de água e temos que pagar 10? Acredito que 5m<sup>3</sup> de água para fins de manuten ção, como divulga a sanepar, seja o suficiente.

### Contribuição ao tema 6:

Reduzir a diferença, já que se há necessidade de investimentos na rede de coleta de esgoto, ampliações em represas para coleta de água, um percentual dessa pop ulação não economiza, uma vez que pagam tarifas bem mais baixas que o restant e da população. Políticas públicas para essa população deve ser dada, contudo, n ecessário uma avaliação quanto ao consumo das mesmas, por exemplo, se há um a tarifa mínima de 5m<sup>3</sup>, aqueles que chegam até essa faixa, ok, mas para aqueles que ultrapassam, deve haver um pagamento maior como grande parte da populaç

Diretoria de Regulação Econômica - DRE

ão.

Contribuição ao tema 7:

C) tarifas dinâmicas, já que, se está falando de cenário de escassez hídrica, de na da adianta um horário, já que no outro, vou gastar o dobro. Em tempo, cabe destacar que a população somente vai economizar se houver uma cobrança justa, por exemplo, um terreno com 3 residências que consome 8 m<sup>3</sup>, mas ser cobrado 3 tarifas de 5m<sup>3</sup>, certamente não vai haver esforço em redução, o mesmo, ocorre para com 2 residências e consome 7m<sup>3</sup>, certamente não vão fazer maior esforço em redução. Para fins de aliviar a escassez hídrica, é necessária conscientização da população e mostrar que ao economizar água, terá alívio no bolso. Se a população sentir que gastar 7m<sup>3</sup> vai pagar esses e não os 10, por exemplo em um terreno com 2 residências, certamente farão economia o que certamente evitará a escassez hídrica.

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 324**

CPF/CNPJ: ██████████

Nome/Razão Social: maria goret giacomini

E-mail: ██████████

Contribuição ao tema 1:

Manter o consumo mínimo de 5m<sup>3</sup> por imóvel, mesmo que o imóvel tenha 2 ou mais residências. Cabe ao proprietário escolher pagar no mesmo relógio ou solicitar o outro para a outra residência. Por exemplo: no mesmo endereço existem 2 casas e o atual consumo for 9m<sup>3</sup> ou abaixo, por que pagar 10m<sup>3</sup>?

Contribuição ao tema 2:

Implantar a diferenciação por região, desde que os municípios majorados em 20% tenham a estrutura completa da rede de esgoto.

Contribuição ao tema 3:

Manter a forma de cobrança da tarifa de esgoto como percentual da tarifa de água

.

Contribuição ao tema 4:

Reduzir a quantidade de faixas de consumo. Por exemplo, 5m<sup>3</sup> e se gastar 9m<sup>3</sup> pagar o excedente.

Contribuição ao tema 5:

**Diretoria de Regulação Econômica - DRE**

Reduzir a quantidade de categorias e deixar por níveis de consumo, residenciais e comerciais.

Contribuição ao tema 6:

Ampliar o valor para tarifa social e oferecer abastecimento as moradias mais humildes, principalmente nas regiões metropolitanas, a fim de evitar ligações clandestinas, e cobrar mais ações das prefeituras no que refere se ao controle de áreas para habitação.

Contribuição ao tema 7:

A nova estrutura tarifaria deveria ser de acordo com o consumo, gastou = pagou. Em cenário de escassez hídrica, estabelecer horário de consumo é equivalente ao rodízio do fornecimento de água, desde que esse horário estabelecido para consumo provavelmente será mais caro. Ou seja, o cliente pagará ainda mais caro mesmo economizando/tendo redução de consumo.

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 325**

CPF/CNPJ: [REDACTED]

Nome/Razão Social: EDMAR RABITO DA SILVA PINTO

E-mail: [REDACTED]

Contribuição ao tema 1:

D) ao meu ver, devo pagar pelo que consumi, e não ser acrescido a cada bloco mínimo que eu consumir.

Contribuição ao tema 2:

b)

Contribuição ao tema 3:

O Valor cobrado de esgoto é no mínimo injustificável, 80% do valor da conta de água? o correto seria ter um valor fixo em reais.

Contribuição ao tema 4:

Sou terminantemente contra os blocos, pois o justo é pagar pelo que consumo e não ser multado cada vez que consumo mais que é determinado pelo bloco. Isso é pode até ser legal, mas é imoral. Inclusive tenho uma conta que demorou três meses para sanear fazer a medição pois havia mudado em janeiro de 2022 fiz a solicitação por meio da troca de titularidade, eles não fizeram. Fui até a unidade física solicitei a troca e eles demoraram três meses e me cobraram todos os acréscimos

Diretoria de Regulação Econômica - DRE

de cada bloco. Injusto, sinto que sou roubado a cada conta de água.

Contribuição ao tema 5:

-

Contribuição ao tema 6:

-

Contribuição ao tema 7:

-

Anexos:

[https://www.agepar.pr.gov.br/system/files/webform/tomada\\_de\\_subsidios\\_no\\_01\\_2022\\_a/2224/sanepar.pdf](https://www.agepar.pr.gov.br/system/files/webform/tomada_de_subsidios_no_01_2022_a/2224/sanepar.pdf)

**Diretoria de Regulação Econômica - DRE**

**Deixe a conta de água por conta do débito automático**

Informe-se na sua agência bancária  
**Dúvidas? Ligue 0800 200 0115**  
Ou vá até uma central de relacionamento



Autorize o débito automático da conta de água na sua conta corrente.

Assim você não precisa se preocupar com a data de vencimento, não fica em filas nem corre o risco de suspensão no abastecimento por atraso.

Se você é proprietário de casa na praia, tem mais uma razão para aproveitar essa facilidade.

É muito mais prático e seguro.



Endereço: Rua Engenheiros Rebouças, nº 1376  
CEP: 80.215-903 Curitiba - PR  
CNPJ MF: 76.494.013/0001-45  
Inscrição Estadual: 101.90390-04  
Site: www.sanepar.com.br  
Teleatendimento: 0800-200-0115

**CONTA**

NOME DO CLIENTE: **EDMAR RABITO DA SILVA PINTO** MATRÍCULA: [REDACTED]  
ENDEREÇO: [REDACTED] NUMERO: [REDACTED] Nº LADO - Nº FRENTE: [REDACTED]  
CEP: [REDACTED] LOCAL: **ARAPONGAS**  
ROTEIRO DE LEITURA: [REDACTED] HIDRÔMETRO: [REDACTED] CAT - RES - COM - IND - UTP - POP: **011 001 000 000 000 000**

QUALIDADE DA ÁGUA DISTRIBUÍDA	Turbidez	Cor	Cloro	Fúor	Coliformes Totais
Nº Mínimo de Amostras Exigidas	117	117	117	-	117
Nº Amostras Realizadas	119	119	119	43	119
Nº Amostras que Atenderam a Legislação	119	119	119	43	119

Conclusão: **TODAS AS AMOSTRAS ATENDERAM A LEGISLAÇÃO**

HISTÓRICO DE PAGAMENTOS												
Ano	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Sep	Out	Nov	Dez
2021	PAGO	X	X									
2022	X	X	X	---	---	---	---	---	---	---	---	---

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS LANÇADOS	VALORES
RELIG. CORTE PEDIDO	15,24

FAIXAS DE CONSUMO	VOLUME	VALOR M3/RS	TOTAIS
		ÁGUA	ÁGUA ESGOTO
RES MÍNIMO	5	43,11	34,49
DE 6 A 10M3	5	1,33	6,65
DE 11 A 15M3	5	7,43	37,15
DE 16 A 20M3	5	7,47	37,35
DE 21 A 30M3	10	7,53	75,30
ACIMA DE 30M3	2	12,74	25,48

HISTÓRICO DE CONSUMO/m³

04/21	05/21	06/21	07/21	08/21	09/21	10/21	11/21	12/21	01/22	02/22	
21	22	21	20	26	16	7	0	0	0	0	
DÍAS DE CONSUMO		DATA LEITURA		LEITURA ANTERIOR		LEITURA ATUAL		CONSUMO/m³		REFERÊNCIA	
0		24/03/2022		0		1038		32		03/2022	
MOTIVO DA AUSÊNCIA DE LEITURA				MÉDIA DE CONSUMO/m³ ÚLTIMOS 5 MESES				VENCIMENTO			
---				7				08/04/2022			
PREVISÃO PRÓXIMA LEITURA ÁGUA		ESGOTO		SERVIÇOS		TOTAL					
25/04/2022		225,04		180,03		15,24		420,31			

RELATORIO DA QUALIDADE DA AGUA: WWW.SANEPAR.COM.BR.  
ATENDIMENTO: ARAPONGAS@SANEPAR.COM.BR  
TRIBUTOS FEDERAIS - LEI 12.741 - VALOR APROXIMADO R\$ 34,76

**INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**

**TURBIDEZ:** ocorre devido às partículas em suspensão na água.  
**COR:** ocorre devido às substâncias dissolvidas na água.  
**CLORO:** produto químico utilizado para eliminar bactérias.  
**FLUOR:** produto químico adicionado à água para prevenir a cárie dentária.  
**COLIFORMES TOTAIS:** bactérias provenientes da natureza.

✳ O Relatório Anual da Qualidade da Água está disponível no site www.sanepar.com.br e pode ser solicitado pelo 0800-200-0115 e nas Centrais de Relacionamento.

✳ De acordo com o Art. 4º da Lei 12.007/2009, o Histórico de Pagamentos, constante nesta conta, substitui as contas mensais para comprovação de quitação, relativos aos meses nela consignados, não quitando outros débitos anteriores ou posteriores aos indicados na conta, nem aqueles questionados judicialmente. Os meses que se encontram com o campo preenchido com a letra (X) significa que a conta está pendente, cancelada ou não existe conta para a referência e com a anotação "pagu" que a conta está quitada.

✳ Autorize o débito automático da sua conta. Informe-se na sua agência bancária.

✳ Contas pagas após o vencimento há incidência de atualização monetária pela variação do IPCA entre as datas de vencimento e pagamento, multa de 2% e juros de mora de 0,333% ao dia, conforme o Art. 125 da Resolução 003/2020 - AGEPAR. A atualização monetária, multa e juros de mora serão incluídos em conta futura.

✳ O não pagamento da conta poderá ocasionar a suspensão do abastecimento, conforme estabelecido no Decreto Federal 7.217/2010 e implicará na sua inscrição no Cadastro Informativo Estadual - CADIN, conforme a Lei Estadual 18.466/2015.

✳ Informações sobre tarifas e onde pagar sua conta, acesse www.sanepar.com.br.

✳ Não há incidência de tributação estadual ou municipal nesta conta.

✳ É vedada a instalação de eliminador de ar, bomba de sucção ou elementos estranhos na ligação de água, bem como a derivação da tubulação, conexão cruzada, violação ou retirada dos lacres da ligação, conforme o Art. 10 da Resolução 003/2020 - AGEPAR.

✳ Para fazer a leitura do hidrômetro, anote somente os números pretos, desprezando os números vermelhos, se houver.

✳ Para comunicar vazamentos, solicitar ou cancelar serviços, informações sobre o bloqueio da cobrança da taxa de lixo, se houver, e outras informações ligue para 0800-200-0115 ou acesse www.sanepar.com.br.

✳ Todos os serviços prestados são lançados e faturados, exclusivamente, via conta. Caso solicitem qualquer valor em dinheiro em nome da Sanepar, não concorde e denuncie pelo site www.canalintegro.com.br/sanepar.

✳ Baixe o aplicativo Sanepar Mobile, disponível no Google Play e App Store.

✳ Mantenha seus dados cadastrais atualizados.

✳ Ouvidoria AGEPAR - telefone: 0800-644-2013.



Mais informações para você ➔

V: 01/2022

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

COMPROVANTE CLIENTE



8268000004-2 20310109202-1 20408226300-3 91032022419-9



MATRÍCULA [REDACTED] REFERÊNCIA 03/2022 VENCIMENTO 08/04/2022 VALOR 420,31

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

COMPROVANTE SANEPAR

**Contribuição nº: 326**

Diretoria de Regulação Econômica - DRE

CPF/CNPJ: [REDACTED]

Nome/Razão Social: Mario Cezar de Oliveira Filho

E-mail: [REDACTED]

Contribuição ao tema 1:

O cenário "d" talvez seja o que traz maior equilíbrio entre os interesses do fornecedor e do consumidor, devendo ser regulado por agência específica, tal qual ocorre no sistema de energia elétrica. Pois, dessa forma, o fornecedor obrigatoriamente e faturará melhorias em seu sistema visando a remuneração pelos investimentos, e o consumidor pagará por um serviço de qualidade e pelo seu efetivo consumo. Além disso, essa modalidade contribui com a economia do recurso, uma vez que o consumidor pagará por seu desperdício.

Contribuição ao tema 2:

-

Contribuição ao tema 3:

Acredito que diferir as tarifas de acordo com o uso é mais adequado. Diferenciando os potenciais poluidores dos padrões de uso comuns.

Contribuição ao tema 4:

-

Contribuição ao tema 5:

-

Contribuição ao tema 6:

-

Contribuição ao tema 7:

-

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 327**

CPF/CNPJ: [REDACTED]

Nome/Razão Social: ivan jaciuk

E-mail: [REDACTED]

Contribuição ao tema 1:

Diretoria de Regulação Econômica - DRE

e) manter as faixas de consumo porém sem a obrigatoriedade de tarifa mínima paga o que usou.

Contribuição ao tema 2:

a) Manutenção do sistema de tarifa uniforme; para evitar que uma localidade pague muito mais do que outra.

Contribuição ao tema 3:

b)

Contribuição ao tema 4:

d)

Contribuição ao tema 5:

d

Contribuição ao tema 6:

b

Contribuição ao tema 7:

c

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 328**

CPF/CNPJ: ██████████

Nome/Razão Social: João Mario Viana

E-mail: ██████████

Contribuição ao tema 1:

Em relação a tarifa, considerando que trata-se de de um serviço que não pode ser interrompido, sendo obrigatório manter a disponibilidade independente da utilização, considerando que todo o mês há necessidade de execução de leitura e processamento das informações relacionadas a ligação existente, creio que deve manter uma tarifa mínima mínima com um valor menor, atribuindo esses custos administrativos para ligações com consumo "0" (zero), e tarifar o valor efetivamente consumido redistribuindo os custos e mantendo a tabela progressiva.

Contribuição ao tema 2:

-

Diretoria de Regulação Econômica - DRE

Contribuição ao tema 3:

Considerando que não existe uma forma mais adequada de cobrança a não ser pelo volume de esgoto, acredito que a melhor forma é manter unificadas as tarifas de água e esgoto, pois se desvincular a tarifa para emissão de fatura em separado da tarifa de água, o sistema ficará inviável tendo em vista que a possibilidade de inadimplência será elevada e também por razões diversas há uma grande dificuldade na interrupção desse serviço.

Contribuição ao tema 4:

Reduzir as faixas de consumo par 3, pois caso aprovado a cobrança por consumo, não haverá subsídio para quem consome menos.

Contribuição ao tema 5:

Manter a categoria de usuários da mesma forma

Contribuição ao tema 6:

Reduzir a diferença, hoje é praticamente um valor simbólico.

Contribuição ao tema 7:

-

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 329**

CPF/CNPJ: ██████████

Nome/Razão Social: José Carlos Coutinho

E-mail: ██████████

Contribuição ao tema 1:

d) Substituir a tarifa em blocos com consumo mínimo por tarifa binômica (tarifa de custos fixo, sem consumo mínimo atrelado, somada a uma tarifa variável, de acordo com o volume efetivamente consumido);. Atrelar soma de tarifa variável somente a partir de 10 m<sup>3</sup> de consumo.

Contribuição ao tema 2:

b) Implantar diferenciação de tarifas por região

Contribuição ao tema 3:

b) Definir uma tarifa específica para os serviços de esgoto;

Contribuição ao tema 4:

Diretoria de Regulação Econômica - DRE

b) Atenuar o nível de progressividade do aumento das tarifas nas faixas (blocos) d e consumo;

Contribuição ao tema 5:

c) Ampliar a quantidade de categorias de usuários;

Contribuição ao tema 6:

b) Reduzir a diferença de valor dentre a tarifa social e as residenciais normais. Baixando a tarifa residencial normal para próximo da tarifa social.

Contribuição ao tema 7:

a) Forma ou momento para a transição da estrutura tarifária vigente para a versão atualizada; Não autorizado aplicação de tarifas diferenciadas em horário do dia, em períodos de escassez ou outras modalidades diferentes das normais.

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 330**

CPF/CNPJ: ██████████

Nome/Razão Social: Jaidette Maria nadalin

E-mail: ██████████

Contribuição ao tema 1:

Motivo que eu moro sozinho estou consumindo 4 m3.

Contribuição ao tema 2:

-

Contribuição ao tema 3:

-

Contribuição ao tema 4:

-

Contribuição ao tema 5:

-

Contribuição ao tema 6:

-

Contribuição ao tema 7:

-

Anexos:

Sem anexo.

**Contribuição nº: 331**

CPF/CNPJ: ██████████

Nome/Razão Social: COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ

E-mail: ██████████

Contribuição ao tema 1:

As contribuições em relação ao tema 1 estão consignadas nas fls. 38/40 do relatório em anexo.

Contribuição ao tema 2:

As contribuições em relação ao tema 2 estão consignadas nas fls. 40/43 do relatório em anexo.

Contribuição ao tema 3:

As contribuições em relação ao tema 3 estão consignadas nas fls. 43/44 do relatório em anexo.

Contribuição ao tema 4:

As contribuições em relação ao tema 4 estão consignadas nas fls. 44/46 do relatório em anexo.

Contribuição ao tema 5:

As contribuições em relação ao tema 5 estão consignadas nas fls. 46/48 do relatório em anexo.

Contribuição ao tema 6:

As contribuições em relação ao tema 6 estão consignadas nas fls. 48/49 do relatório em anexo.

Contribuição ao tema 7:

As contribuições em relação ao tema 7 estão consignadas na fl. 50 do relatório em anexo.

Anexos:

[https://www.agepar.pr.gov.br/system/files/webform/tomada\\_de\\_subsidio](https://www.agepar.pr.gov.br/system/files/webform/tomada_de_subsidio)

Diretoria de Regulação Econômica - DRE

os\_no\_01\_2022\_a/2242/SANEPAR%20CONTRIBUI%C3%87%C3%95ES%20TO  
MADA%20DE%20SUBS%C3%8DDIOS.pdf

## Diretoria de Regulação Econômica - DRE



Carta DP 186/2022  
Curitiba, 13 de abril de 2022.



Ilustríssimo Senhor  
**REINHOLD STEPHANES**  
Agência Reguladora do Paraná – AGEPAR

**Assunto: Tomada de Subsídios nº 001/2022 – Sobre a alteração e a modernização da estrutura tarifária dos serviços públicos de saneamento básico prestados pela Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR.**

Prezado Presidente,

Em atenção à Tomada de Subsídios nº 001/2022 – que objetiva “obter contribuições, sugestões, propostas, críticas e demais manifestações pertinentes, por quaisquer interessados, sobre a alteração e a modernização da estrutura tarifária dos serviços públicos de saneamento básico prestados pela Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR.”, são apresentadas as seguintes contribuições:

### **Tema 1 - Modelo de composição tarifária**

**Contexto:** Atualmente o modelo de composição vigente é o de tarifa “simples” por meio de blocos crescentes de consumo, sendo o bloco inicial o que se refere ao “consumo mínimo faturável” de 5m<sup>3</sup>. Na 1ª RTP foi aventada a possibilidade de sua alteração para um modelo de tarifa binômia na 2ª RTP, porém outras possibilidades podem ser avaliadas.

Cenários a serem avaliados/receberem contribuições:

- a) Manter tarifa em blocos com o consumo mínimo em 5m<sup>3</sup>;
- b) Manter tarifa em blocos e ampliar o consumo mínimo para 10m<sup>3</sup>, conforme estrutura tarifária anterior;
- c) Manter tarifa em blocos e reduzir o consumo mínimo, mas manter algum nível consumo mínimo;
- d) Substituir a tarifa em blocos com consumo mínimo por tarifa binômia (tarifa de custos fixo, sem consumo mínimo atrelado, somada a uma tarifa variável, de acordo com o volume efetivamente consumido);
- e) Outras formas de tarifação.

### **Contribuições ao tema 1**

As contribuições em relação ao tema 1 estão consignadas nas fls. 38/40 do relatório em anexo.

### **Tema 2 – Regionalização de tarifas**

**Contexto:** A estrutura tarifária em vigor apresenta diferenciação regional para a tarifa de esgoto na cidade de Curitiba, mais onerosa que das demais localidades. Adicionalmente, para os municípios abastecidos pelos sistemas dos balneários de Pontal do Paraná, Guaratuba e de Matinhos ocorre uma cobrança sazonal, majorada em 20% em janeiro, fevereiro, março e dezembro, sendo reduzida no mesmo percentual nos meses de abril a novembro.

Carta DP 186/2022 - 1

CARTA 1431/2022. Assinatura Qualificada realizada por: **Abel Demétrio** em 13/04/2022 19:55, **Claudio Stabile** em 14/04/2022 11:43. Inserido ao documento **309.592** por: **Loide Cordeiro Mallo** em: 13/04/2022 17:31. Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura> com o código: **9756c2eda284941330ef8294da5c54c1**.

## Diretoria de Regulação Econômica - DRE



Cenários a serem avaliados/receberem contribuições:

- a) Manutenção do sistema de tarifa uniforme;
- b) Implantar diferenciação de tarifas por região.

### Contribuições ao tema 2

As contribuições em relação ao tema 2 estão consignadas nas fls. 40/43 do relatório em anexo.

### Tema 3 – Tipo de serviço

**Contexto:** As tarifas vigentes são distintas para água e esgoto, sendo para a última, um percentual do valor da primeira.

Cenários a serem avaliados/receberem contribuições:

- a) Manter a forma de cobrança da tarifa de esgoto, como percentual da tarifa de água;
- b) Definir uma tarifa específica para os serviços de esgoto;
- c) Manter unificados as tarifas para coleta e tratamento de esgoto;
- d) Distinguir tarifas para coleta e tratamento de esgoto;
- e) Diferenciação de tarifas de acordo com diferentes padrões de uso ou qualidade requerida.

### Contribuições ao tema 3

As contribuições em relação ao tema 3 estão consignadas nas fls. 43/44 do relatório em anexo.

### Tema 4 – Faixas de consumo

**Contexto:** Com exceção da tarifa social, que dispõe de três faixas de consumo, para as demais categorias de usuários são definidas seis faixas de consumo (ou blocos de consumo), dispostos como: até 5m<sup>3</sup>; 6 a 10m<sup>3</sup>; 11 a 15m<sup>3</sup>; 16 a 20m<sup>3</sup>; 21 a 30m<sup>3</sup>; maior que 30m<sup>3</sup>.

Cenários a serem avaliados/receberem contribuições:

- a) Intensificar o nível de progressividade do aumento das tarifas nas faixas (blocos) de consumo;
- b) Atenuar o nível de progressividade do aumento das tarifas nas faixas (blocos) de consumo;
- c) Ampliar a quantidade de faixas (blocos) de consumo;
- d) Reduzir a quantidade de faixas (blocos) de consumo.

### Contribuições ao tema 4

As contribuições em relação ao tema 4 estão consignadas nas fls. 44/46 do relatório em anexo.

### Tema 5 – Categorias de usuários

**Contexto:** A estrutura tarifária atual distingue valores para cinco categorias de usuários, sendo uma delas a da tarifa social.

Cenários a serem avaliados/receberem contribuições:

- a) Aproximar os valores tarifários cobrados das diferentes categorias de usuários;

Carta DP 186/2022 - 2

## Diretoria de Regulação Econômica - DRE



- b) Intensificar a diferenciação dos valores tarifários cobrados das diferentes categorias de usuários;
- c) Ampliar a quantidade de categorias de usuários;
- d) Reduzir a quantidade de categorias de usuários.

### Contribuições ao tema 5

As contribuições em relação ao tema 5 estão consignadas nas fls. 46/48 do relatório em anexo.

### Tema 6 – Tarifa social

**Contexto:** A tarifa social é calculada como um percentual de cerca de 26% da tarifa de água aplicada à categoria residencial normal na primeira faixa de consumo.

Cenários a serem avaliados/receberem contribuições:

- a) Ampliar a diferença de valor dentre a tarifa social e as residenciais normais;
- b) Reduzir a diferença de valor dentre a tarifa social e as residenciais normais.

### Contribuições ao tema 6

As contribuições em relação ao tema 6 estão consignadas nas fls. 48/49 do relatório em anexo.

### Tema 7 – Outros temas

**Contexto:** Caso seja homologada uma nova estrutura tarifária, é possível que seja implantada de forma progressiva, a exemplo de como está sendo realizado pela Arsesp para a prestadora Sabesp. Além disso, é possível a avaliação de novas formas de tarifa, que possam ser diferentes de acordo com situações de escassez hídrica, horário de consumo, características de qualidade, dentre outros itens.

Cenários a serem avaliados/receberem contribuições:

- a) Forma ou momento para a transição da estrutura tarifária vigente para a versão atualizada;
- b) Estabelecimento de tarifa horosazonal, com diferenciação de valores pelo consumo realizado de acordo com o horário do dia e de acordo com a época do ano;
- c) Adoção de tarifas dinâmicas, considerando situações de escassez hídrica ou outras situações que requeiram maiores ou menores incentivos sobre o consumo.

### Contribuições ao tema 7

As contribuições em relação ao tema 7 estão consignadas na fl. 50 do relatório em anexo.

Colocando-nos à disposição para quaisquer outros esclarecimentos que se fizerem necessários, renovamos protestos de consideração e apreço.

Atenciosamente,

*Assinado Digitalmente*  
Abel Demetrio  
Diretor Financeiro e de  
Relações com Investidores

*Assinado Digitalmente*  
Claudio Stabile  
Diretor-Presidente

Carta DP 186/2022 - 3



Abdo, Ellery & Associados  
Consultoria Empresarial em Energia e Regulação

**Contribuições à Tomada de Subsídios  
AGEPAR nº 001/2022 para Discussão  
da Estrutura Tarifária da 2ª Revisão  
Tarifária Periódica da Sanepar**

Preparada para:



Referência: Tomada de Subsídios nº 001/2022 –  
Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados  
do Paraná - Agepar

Abril/2022

Abdo, Ellery & Associados  
Consultoria Empresarial em Energia e Regulação**Contribuições à Tomada de Subsídios AGEPAR nº 001/2022 para Discussão da  
Estrutura Tarifária da 2ª Revisão Tarifária Periódica da Sanepar****SUMÁRIO**

<b>1</b>	<b>CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....</b>	<b>3</b>
<b>2</b>	<b>ASPECTOS CONCEITUAIS E TEÓRICOS ACERCA DA ESTRUTURA TARIFÁRIA .....</b>	<b>3</b>
2.1	Aspectos Gerais .....	3
2.2	A Importância no Setor de Saneamento .....	6
2.3	Dimensões a Serem Consideradas na Definição da Estrutura Tarifária .....	9
2.3.1	Objetivos da estrutura tarifária .....	9
2.3.2	Interpretação do cliente e elasticidades de preço .....	11
2.3.3	Drivers de política .....	11
2.4	Estruturas Tarifárias no Setor de Saneamento .....	12
2.5	Tratamento dos Subsídios .....	17
<b>3</b>	<b>EXPERIÊNCIAS DE OUTROS REGULADORES .....</b>	<b>20</b>
3.1	União Europeia .....	20
3.2	América Latina .....	23
3.2.1	Colômbia (CRA) .....	23
3.2.2	Peru (SUNASS) .....	24
3.3	Brasil .....	25
3.3.1	Sabesp/SP .....	25
3.3.2	Casan/SC .....	29
3.3.3	Cagece/CE .....	30
3.3.4	Caesb/DF .....	32
3.3.5	Copasa/MG .....	33
3.3.6	Compesa/PE .....	34
3.4	Principais Observações da Experiência de Outros Reguladores .....	36
<b>4</b>	<b>RESPOSTAS ÀS QUESTÕES FORMULADAS .....</b>	<b>38</b>
4.1	Tema 1 – Modelo de composição tarifária .....	38
4.2	Tema 2 – Regionalização de tarifas .....	40
4.3	Tema 3 – Tipo de serviço .....	43
4.4	Tema 4 – Faixas de consumo .....	44
4.5	Tema 5 – Categorias de usuários .....	46
4.6	Tema 6 – Tarifa social .....	48
4.7	Tema 7 – Outros temas .....	50
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>50</b>



Abdo, Ellery & Associados  
Consultoria Empresarial em Energia e Regulação

## 1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

1. Em 14 de março de 2022 foi aberta pela Agência Reguladora do Paraná – AGEPAR a Tomada de Subsídios nº 001/2022, com o objetivo de obter contribuições, sugestões, críticas e demais manifestações pertinentes, por quaisquer interessados, “sobre a alteração e a modernização da estrutura tarifária dos serviços públicos de saneamento básico prestados pela Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR”, com prazo de contribuição de 15 de março de 2022 a 14 de abril de 2022.

2. Essa Tomada de Subsídios compõe a primeira etapa deste processo, com foco na obtenção de diretrizes regulatórias para os estudos e simulações de estrutura tarifária a serem elaborados. Oportunamente, se necessário, são previstas mais duas etapas; uma Consulta Pública onde será disposto um ou mais cenários de estrutura, de forma a obter críticas e sugestões quanto ao disponibilizado inicialmente; e uma Audiência Pública onde, com a definição de uma estrutura tarifária, disponibilizá-la à sociedade para que envie suas contribuições quanto à versão considerada tecnicamente a mais adequada, tendo em vista as informações levantadas durante todo o processo de revisão da estrutura tarifária.

3. Nesse contexto de aperfeiçoamento da regulação setorial e para melhor direcionar a discussão, foram propostos alguns questionamentos no Anexo Único da Nota Técnica nº 5/2021-CES/DRE-AGEPAR da referida Tomada de Subsídios.

4. O objetivo desta ação por parte da AGEPAR é coletar contribuições da sociedade, por meio de sugestões, críticas, propostas e demais manifestações pertinentes para a definição das diretrizes regulatórias para os posteriores estudos e propostas de alteração da estrutura tarifária, descrevendo seus pontos positivos e negativos.

5. Dessa maneira, o presente documento tem como objetivo apresentar respostas, visões e considerações por parte da Sanepar, de modo a contribuir para o debate e aportar visões e experiências.

## 2 ASPECTOS CONCEITUAIS E TEÓRICOS ACERCA DA ESTRUTURA TARIFÁRIA

### 2.1 Aspectos Gerais

6. Antes de conceituar propriamente as tarifas de equilíbrio dentro de uma estrutura tarifária, é preciso diferenciar o processo de revisão das tarifas das concessionárias em dois momentos muito distintos.

7. O primeiro momento refere-se à definição do nível tarifário, que contempla a receita de equilíbrio da concessionária, também conhecida como Receita Requerida. Essa receita é composta basicamente pelos Custos Operacionais Eficientes e pelos Custos com Capital (remuneração de capital, próprio e de terceiros, e a quota de reintegração regulatória).

## Diretoria de Regulação Econômica - DRE



Abdo, Ellery & Associados  
Consultoria Empresarial em Energia e Regulação

8. Após a definição do nível tarifário, passa-se a etapa posterior do processo revisional, que trata de como a receita requerida será recuperada perante as unidades consumidoras da concessão, que se dá por meio da definição de tarifas de equilíbrio a serem aplicadas ao mercado da concessionária.

9. É preciso destacar que diferentes técnicas de precificação são utilizadas em vários tipos de indústrias. No caso específico analisado, a definição das Tarifas de Equilíbrio por meio de uma estrutura tarifária contempla a diferenciação tarifária de um conjunto de usuários de um monopólio natural, que possui características específicas a serem consideradas. Dependendo do tipo de indústria, essa diferenciação também pode ser sazonal, horária, locacional e por diferentes (sub) grupos tarifários.

10. Para definir essa estrutura de forma equitativa e eficiente, é necessário um arcabouço conceitual e metodológico que é amparado em conceitos e pressupostos microeconômicos e sociais.

11. Desse modo, o livro “A Estrutura Tarifária de Energia Elétrica. Teoria e Aplicação”<sup>1</sup> define a estrutura tarifária da seguinte forma:

*“Estrutura Tarifária consiste no conjunto de regras, métodos e processos que definem, de forma mais objetiva possível, a diferenciação de preços aos diversos produtos e/ou consumidores de um determinado mercado.”*

12. Uma análise rápida poderia sugerir que essa diferenciação de tarifas entre os consumidores se daria de forma simples e direta. No entanto, em indústrias de rede, essa tarefa pode ser mais complexa, principalmente porque há elevada heterogeneidade entre os usuários da rede e pelo fato de que os custos de atendimento são muito distintos nas diversas localidades.

13. Nesse sentido, quase sempre são necessárias intervenções *ad hoc* no modelo ou simplesmente aceita-se que uma área de concessão é intrinsecamente uma região de subsídios cruzados, dado que o mercado tende a ser muito heterogêneo entre as regiões da concessão, sendo uma tarefa árdua a definição de tarifas a partir do custo de atendimento.

14. Com relação à abordagem metodológica adotada, uma forma de tarifação utilizada há muito tempo nos serviços regulados, como por exemplo no segmento de distribuição de energia elétrica, é a tarifação pelo custo marginal. Nessa abordagem, os consumidores são agrupados de acordo com suas características típicas e a eles são atribuídos custos de acordo a

---

<sup>1</sup> Fábio S. El Hage, Lucas P. C. Ferraz, Marco A. P. Delgado. “A Estrutura Tarifária de Energia Elétrica. Teoria e Aplicação”. Ed. Synergia; 1ª edição

## Diretoria de Regulação Econômica - DRE



Abdo, Ellery & Associados  
Consultoria Empresarial em Energia e Regulação

responsabilidade na cadeia da indústria de rede e nos custos necessários para expansão do sistema.

15. Embora haja consistência teórica e metodológica, essa abordagem encontra alguns dificultadores para sua aplicação prática direta. Um deles refere-se à disparidade de custos entre as localidades da concessão, o que pode ser ainda mais relevante em modelos verticalizados como é o caso do saneamento básico.

16. Nesse contexto, áreas menos densas são as que apresentam os maiores custos de atendimento e de expansão e também um mercado menor, o que implica tarifas necessariamente mais elevadas para consumidores com essa tipologia.

17. No entanto, via de regra, essas áreas também são as áreas em que os consumidores possuem poder aquisitivo mais baixo. De um lado pode-se afirmar que é mais eficiente cobrar desses consumidores situados em áreas mais afastadas tarifas mais elevadas, pois seus custos são efetivamente mais elevados, porém, sob a ótica do princípio social e da equidade, esse argumento seria facilmente refutado.

18. Analisando-se o ordenamento jurídico brasileiro, identifica-se uma atenção especial para o princípio da equidade, sendo ainda mais importante a sua observação quando se trata de um serviço regulado como é o caso do saneamento básico.

19. O estabelecimento de tarifas por meio de uma estrutura tarifária tem de lidar com uma dicotomia entre eficiência *versus* equidade. Notadamente, o foco em nenhum desses dois extremos é almejado, devendo-se buscar um ponto equilíbrio.

20. Mais uma vez recorrendo ao livro “*A Estrutura Tarifária de Energia Elétrica. Teoria e Aplicação*”, deve-se observar alguns preceitos econômicos e sociais gerais para uma metodologia adequada de Estrutura Tarifária, são eles:

- **Eficiência pelo lado da demanda:** os consumidores devem ser tarifados o mais próximo possível dos custos de serviço para atendê-los;
- **Eficiência pelo lado da oferta:** a concessionária deve obter cobertura suficiente de custos para oferecer os serviços requeridos pelos consumidores;
- **Sólida fundamentação teórica:** qualquer conceito ou metodologia empregada deve ser baseada em critérios objetivos e que resultem em preços justos;
- **Estabilidade:** a aplicação da metodologia deve resultar, na medida do possível, em estabilidade de preços para os consumidores;
- **Transparência e confiabilidade:** o regime de preços deve ser confiável e transparente para os consumidores e defensável pelo órgão Regulador; e
- **Praticidade e aplicabilidade:** o modelo de preços deve ser aplicável e de prática implementação.

## Diretoria de Regulação Econômica - DRE



Abdo, Ellery & Associados  
Consultoria Empresarial em Energia e Regulação

21. Outro aspecto que deve ser observado quando se pretende rever a Estrutura Tarifária é a clareza com relação aos pontos a serem alterados, devendo-se evitar mudanças muito abruptas de preços relativos. Alterações repentinas podem resultar em distorções no sinal econômico e desestabilizar o faturamento e a arrecadação da concessionária.

22. Desse modo, ainda que seja salutar uma análise de como se dão os subsídios entre classes de consumo e entre as regiões da concessionária, a alteração efetiva da Estrutura Tarifária exige parcimônia.

### **2.2 A Importância no Setor de Saneamento**

23. A importância do setor de saneamento, e de sua regulação, pode ser vista através de extensa documentação sobre o tema na literatura internacional. O tema é bastante atual e tem sido objeto de estudo de diversos entes nacionais de cada país e de órgãos de fomento e estudos como Banco Mundial (WB), Agência Europeia do Ambiente (EEA), Nações Unidas (UNEP – UN), além de objeto de pesquisa em universidades.

24. No geral, o foco central dos debates e estudos no tema de regulação se dá em como universalizar os serviços de saneamento (água, coleta e tratamento de esgoto), promovendo o uso racional dos recursos hídricos, preservando o meio ambiente e ao mesmo tempo recuperando os custos operacionais, abrindo espaço para investimentos e buscando praticar níveis tarifários compatíveis com a capacidade de pagamento das populações.

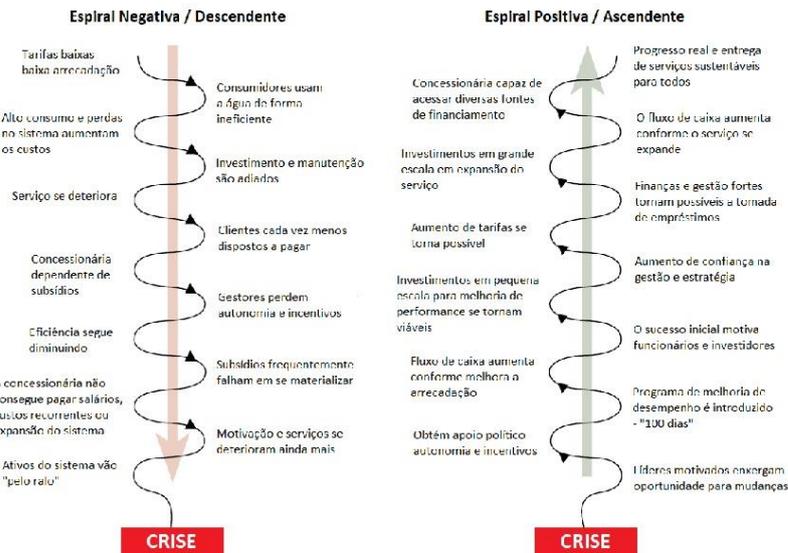
25. É consenso que o caminho mais rápido para a sustentabilidade e prosperidade de longo prazo do setor de saneamento é estabelecer tarifas adequadas. Boa governança técnica e financeira são essenciais para que o setor se torne, no futuro, um setor de serviços universal, moderno e sustentável.

26. A solução para tanto passa necessariamente pela estabilidade financeira das empresas prestadoras de serviço, permitindo que elas atraiam investimentos e mantenham e expandam a rede de infraestrutura, garantindo a qualidade da água, coleta, tratamento de esgoto e ampliando a oferta e qualidade na prestação do serviço.

27. A necessidade de um sistema tarifário que funcione de forma sustentável pode ser demonstrada pelas espirais direcionais de desempenho apresentados na figura a seguir.

28. A origem da espiral negativa são as baixas tarifas e taxas de cobrança, que levam inexoravelmente ao ponto de crise. A espiral ascendente de desempenho mostra que o aumento de tarifas é possível sob liderança transformacional, lado a lado com uma forte governança financeira.

## Diretoria de Regulação Econômica - DRE



29. Há uma série de razões pelas quais as tarifas não fornecem um nível adequado de sustentabilidade financeira para as operações de uma concessionária.

30. A tabela a seguir apresenta algumas das principais barreiras para o estabelecimento de tarifas sustentáveis. Elas incluem motivos tanto do ponto de vista técnico, como político.

31. Tais questões deverão necessariamente ser encaradas na determinação de tarifas e de uma estrutura tarifária eficiente, que atenda aos objetivos de universalização dos serviços, promovendo eficiência das concessionárias, sustentabilidade financeira de longo prazo, fôlego para investimentos e modicidade tarifária.

Categorias	#	Principais razões pelas quais as tarifas falham	Recomendações e Considerações	
			Curto Prazo	Longo Prazo
A necessidade de modernizar sistemas financeiros	1	<p><b>Sistemas de faturamento ruins:</b></p> <p>Quando uma concessionária não sabe quem são seus clientes ou como entrar em contato eles (ausência ou imprecisão registros do cliente).</p>	<p><b>Compile um banco de dados robusto:</b></p> <p>Estabeleça exatamente quem a concessionária atende e com quais serviços.</p> <p>Por exemplo, água potável, coleta, tratamento, etc.</p>	<p><b>Digitalize o faturamento:</b></p> <p>Integrar (ou desenvolver) software que seja específico em sua implantação (instalado ou baseado em nuvem), contingência de faturamento (há algum pagamento pré ou parcial?) e projeção de faturamento (para ajudar o planejamento e comparar receitas).</p>

## Diretoria de Regulação Econômica - DRE



	2	<p><b>Sistemas de coleta pobres:</b></p> <p>Nos casos em que, mesmo que os clientes sejam faturados, e até mesmo faturados com precisão, o dinheiro não chega à conta da concessionária.</p>	<p><b>Analise a água sem receita:</b></p> <p>Nesse contexto, qual é a diferença exata entre o faturamento e arrecadação? Existem tendências nos dados? Isso pode ser mais complicado do que o não pagamento. Ex: questões socioeconômicas ou de infraestrutura em jogo.</p>	<p><b>Digitalize a arrecadação:</b></p> <p>Aproveite o telefone celular e as redes online para o pagamento digital de contas diretamente no sistema de contas a receber da concessionária. Isso inspira transparência e confiança, fechando a lacuna entre o faturamento e a cobrança.</p>
A necessidade de modernizar os sistemas técnicos	3	<p><b>Sistemas de medição ruins:</b></p> <p>A concessionária não sabe quanta água seus clientes usam ou como isso corresponde à quantidade de água que fornece.</p>	<p><b>Decida sobre um sistema de medição localmente relevante:</b></p> <p>Você não pode gerenciar o que você não mede. Frequentemente, para serviços públicos, isso significa instalar medidores de água. Onde aplicável, como abastecimento de água com base na comunidade, sistemas pré-pagos também podem ser uma solução.</p>	<p><b>Amplie para medição:</b></p> <p>À medida que as comunidades locais se tornam mais capacitadas socioeconomicamente, medidores domésticos podem ser instalados. Podem ser básicos ou, numa etapa seguinte, medição com infraestrutura avançada / leitura automática (AMI/AMR).</p>
A necessidade de atender às necessidades locais	4	<p><b>Estrutura tarifária inadequada:</b></p> <p>Os mecanismos embutidos na estrutura tarifária não são adequados e, portanto, não atendem à comunidade local.</p>	<p><b>Decida como a estrutura deve atender às necessidades locais:</b></p> <p>Qual deve ser a tarifa cobrada (opex, provisionamento futuro de capex, precificação de escassez)? Como essas categorias podem ser comunicadas aos pagadores de taxas para garantir que eles compreenderão o perfil de valor do que está sendo fornecido?</p>	<p><b>Evoluir a estrutura proporcionalmente ao desenvolvimento socioeconômico:</b></p> <p>À medida que o desenvolvimento econômico aumenta, as necessidades tarifárias podem se tornar mais ambiciosas. Ex: passando do fornecimento de água potável para a criação de espaços verdes habitáveis / bem-estar.</p>
A necessidade de trabalhar com o ambiente propício	5	<p><b>Politização de tarifas:</b></p> <p>Governo tem ampla competência sobre a definição de tarifas de água. Ex: a tarifa pode ser abolida, reduzida ou estabilizada para uso político. Também pode haver outras urgências políticas que reduzem a vontade de investir ou priorizar a governança e infraestrutura da água.</p>	<p><b>Capacite a liderança de serviços públicos:</b></p> <p>Esta é a base da espiral ascendente de desempenho, ou seja, onde a liderança é motivada para a mudança. Os líderes de serviços públicos precisam reconhecer e alavancar a sobreposição entre eleitores e contribuintes e os objetivos que eles têm em comum. Ex: saúde, bem-estar, desenvolvimento econômico, inclusão social.</p>	<p><b>Indexar a tarifa:</b></p> <p>Uma vez que o cálculo tarifário é decidido (de acordo com a categoria # 4 acima), indexe a tarifa aos custos da concessionária, por exemplo custos de energia, inflação, etc. Isso ajuda a despolitizar aumentos tarifários futuros (ou seja, quando a tarifa é indexada automaticamente, não é mais escolha da concessionária cada vez que haja aumentos de tarifas. É simplesmente devido a fatores externos).</p>

## Diretoria de Regulação Econômica - DRE



Abdo, Ellery & Associados  
Consultoria Empresarial em Energia e Regulação

6	<p><b>Regulação fragmentada:</b></p> <p>Uma vez que a água é uma questão transversal, ela é frequentemente afetada por várias estruturas regulatórias, até mesmo fragmentadas, que impactam, por exemplo, na qualidade da água potável, qualidade ambiental da água, gestão financeira, projeto, instalação e operação de sistemas, reuso de águas residuais.</p>	<p><b>Mapeie o ambiente regulatório:</b></p> <p>A concessionária deve tomar a iniciativa de compreender de forma abrangente sua conformidade e identificar quaisquer lacunas ou contradições no ambiente regulatório. Uma vez que o mapa de regulamentação foi criado, ele pode ser disseminado por toda a equipe da concessionária para garantir o controle de qualidade total.</p>	<p><b>Trabalhe com o regulador:</b></p> <p>Onde houver lacunas, contradições ou desafios com os regulamentos, a concessionária deve entrar em contato e cooperar com o regulador para resolver os déficits. Ex: as regulamentações podem ter se tornado obsoletas para as novas prioridades da concessionária, especialmente à medida que ela se move pela espiral ascendente de desempenho.</p>
---	---	--	--

### 2.3 Dimensões a Serem Consideradas na Definição da Estrutura Tarifária

32. A seguir, são identificados alguns tópicos relevantes na determinação de uma estrutura tarifária por parte dos agentes decisores, sendo observados alguns padrões quanto à sua determinação e escolha, com suas implicações, impactos sociais e de preços em diferentes ambientes regulatórios e econômicos.

- **Objetivos da estrutura tarifária:** o grau em que objetivos específicos são propostos e alcançados.
- **Interpretação do cliente e elasticidades de preço:** como os resultados desejados de uma estrutura particular impactam a sensibilidade dos clientes ao receber um sinal de preço.
- **Drivers de política:** as motivações dos tomadores de decisão no processo de definição de tarifas.

33. Os tópicos e resultados são resumidos brevemente a seguir.

#### 2.3.1 Objetivos da estrutura tarifária

34. O estabelecimento de tarifas de água visa promover múltiplos objetivos, como estabilidade da receita líquida, eficiência econômica, sustentabilidade ambiental, equidade, saúde pública, simplicidade e aceitabilidade.

35. Na tabela a seguir, esses objetivos estão agrupados de acordo com as dimensões da OCDE (2009)<sup>2</sup>.

<sup>2</sup> OECD (2009). *Managing Water for All*. OECD Publishing, Paris

## Diretoria de Regulação Econômica - DRE



Dimensões	Componentes	Exemplos Práticos
<b>Sustentabilidade ambiental</b>	Evitar o esgotamento do capital natural crítico, promovendo um uso eficiente: (1) estimular a economia de água; (2) desencorajar o desperdício de água	Tarifa volumétrica capaz de fornecer incentivos aos consumidores para conservar água.
<b>Eficiência econômica</b>	Alocar água aos usuários para maximizar o bem-estar social: (1) priorizando usos de maior valor para a sociedade; (2) comparar os custos com o valor, ou seja, não alocar recursos econômicos incorretamente.	Uma tarifa volumétrica baseada no princípio dos custos marginais.
<b>Sustentabilidade financeira</b>	Equilibrar as receitas dos usuários com os custos totais de fornecimento (sem permitir situações de ineficiência do lado da oferta).	Uma tarifa fixa capaz de atingir receitas estáveis na quantidade necessária.
<b>Preocupações sociais</b>	Acesso adequado e custo acessível a uma quantidade mínima de água em condições justas e equitativas: igualdade horizontal onde situações semelhantes devem ser tratadas da mesma maneira; equidade vertical onde diferentes situações econômicas são tratadas de forma diferente.	Uma tarifa com medidas sociais (como abatimentos ou prorrogações e descontos nas taxas volumétricas), só funciona se corretamente direcionada.

36. Como consequência desse contexto de múltiplos objetivos, o desenho de tarifas é um procedimento complexo devido a potenciais compensações. Assim, os agentes de serviços públicos terão que priorizar os objetivos dependendo do contexto, conforme apresentado na tabela a seguir.

Trade-offs identificados	Possíveis Situações	Exemplos Práticos
<b>Sustentabilidade ambiental vs. Eficiência econômica</b>	Alocação eficiente de recursos pode não induzir economia de água	Tarifa volumétrica baseada em custos marginais que são insuficientes para criar incentivos de conservação.
<b>Sustentabilidade ambiental vs. Sustentabilidade financeira</b>	Os requisitos ambientais podem não garantir o adequado financiamento, ao aumentar a variabilidade da receita, ou pode aumentar os custos, aumentando as necessidades de receita, o que pode induzir dificuldades para a implementação de tarifas.	Tarifas volumétricas baseadas em tarifas de conservação podem induzir incentivos adequados, mas podem impactar negativamente a receita da concessionária, como aumentar a variabilidade da receita.
<b>Sustentabilidade ambiental vs. Preocupações sociais</b>	Preço volumétrico vs. elasticidade de baixa renda. Reduz o acesso a recursos disponíveis gratuitamente. Quantidade gratuita vs. uso eficiente.	Tarifa volumétrica alta o suficiente para induzir a conservação, mas regressiva em termos de acessibilidade.

## Diretoria de Regulação Econômica - DRE



<b>Eficiência econômica vs. Sustentabilidade financeira</b>	Recuperação total de custos vs. preço de custo marginal.	Uma tarifa volumétrica baseada em custos marginais pode não garantir fluxos de receita estáveis, comprometendo investimentos futuros.
<b>Eficiência econômica vs. Preocupações sociais</b>	Dar prioridade ao acesso por usos de alto valor versus usos de mérito.	Uma taxa volumétrica baseada em custos marginais pode não ser acessível para famílias pobres.
<b>Sustentabilidade financeira vs. Preocupações sociais</b>	Mudar para uma recuperação mais completa de custos por meio de tarifas pode afetar negativamente a acessibilidade.	Uma tarifa fixa que garanta receitas estáveis na quantidade necessária pode não ser acessível para famílias pobres.

### 2.3.2 Interpretação do cliente e elasticidades de preço

37. A ligação entre as estruturas tarifárias e o nível de realização de alguns objetivos depende, em particular, do tipo de preço ao qual os consumidores são sensíveis. Além disso, se o conhecimento do preço for endógeno ao usuário e houver uma fonte potencial de variação na demanda, as suposições sobre suas percepções podem ter variações significativas.

38. O conhecimento dos preços médios e marginais pode levar a diferentes especificações econométricas da função de demanda e, assim, possivelmente gerar expectativas conflitantes dos efeitos da política de preços sobre o consumo.

39. A formulação de políticas de preços adequadas para a água urbana requer conhecimento das elasticidades da demanda de preço, renda e tamanho da família. Essas elasticidades têm implicações na previsão demanda, uma vez que mudanças nas estruturas tarifárias podem ter consequências em, entre outras, estabilidade de receita, conservação e redução de demandas de pico no sistema. A dependência de resposta de preço em informações de preço de faturamento é uma questão importante.

### 2.3.3 Drivers de política

40. Para compreender a seleção de estruturas tarifárias específicas, o papel das atitudes e percepções dos gerentes de serviços públicos de estruturas alternativas são de importância significativa para a probabilidade de sua adoção.

41. A natureza essencial dos gestores de água pode influenciar essa probabilidade, mas também o tamanho da concessionária (quantidade entregue) e a região geográfica/administrativa podem afetar a adoção de uma estrutura tarifária específica. Significativamente, as percepções dos gestores sobre fatores específicos, como o aumento dos custos regulatórios, a necessidade de investimento em infraestrutura, conservação, requisitos de subsídios ou empréstimos do governo e justiça, são preditores significativos para seleção da estrutura tarifária.

42. Alguns estudos identificaram que as contas são significativa e positivamente correlacionadas às contas pagas em concessionárias próximas. Os autores concluíram que, na ausência de uma agência para regular e controlar o desenho das tarifas e os níveis de preços,



Abdo, Ellery & Associados  
Consultoria Empresarial em Energia e Regulação

os municípios próximos aprovam tarifas semelhantes (observando os vizinhos). Nesse sentido, muito provavelmente, os governos locais procuram evitar a percepção de desvantagens comparativas no pagamento das tarifas de água.

## 2.4 Estruturas Tarifárias no Setor de Saneamento

43. Os principais desafios ao selecionar uma estrutura tarifária é que esta corresponda à filosofia e aos objetivos do poder concedente, da concessionária e da comunidade atendida. A importância desta seleção depende de seu papel como uma importante fonte de receita e porque as políticas de preços podem apoiar as preocupações sociais, econômicas, políticas e ambientais da comunidade.

44. A controvérsia ocorre quando a regulação desenvolve métodos falhos ou quando ocorre aplicação incorreta de políticas bem-sucedidas em outros lugares, resultando em uma falha de associação. Na verdade, a adequação da estrutura tarifária deve ser específica do local em que será aplicada.

45. De um ponto de vista mais amplo, as concessionárias devem considerar vários elementos ao tentar projetar uma tarifa adequada, que pode variar desde a consideração de uma classificação de clientes (isto é, residencial / industrial, ou em mais detalhes, como residencial por renda), até o estabelecimento da frequência de faturamento e dos recursos de cobrança aplicáveis a esses clientes. As características mencionadas cobrem o preço real (nível), a estrutura tarifária (principalmente como os clientes são cobrados) e as medidas de acompanhamento.

46. O nível da tarifa, se fundado em uma abordagem baseada em custos, conforme recomendado pela Agência Europeia do Meio Ambiente (EEA, 2013)<sup>3</sup>, é uma função dos custos da concessionária e das demandas do cliente. O desenho, entretanto, é uma função de objetivos às vezes conflitantes. Uma seleção apropriada deve apoiar e otimizar uma combinação de vários objetivos da concessionária, e deve funcionar como uma ferramenta de informação pública na comunicação desses objetivos aos clientes. Portanto, uma estrutura tarifária pode ser função de diferentes componentes, conforme indicado pela equação:

$$\text{Tarifa} = f(\text{Componente Fixa} + \text{Componente Variável} + \text{Componente de Ajustes} + \text{Outros Encargos})$$

47. A interação desses componentes pode dar origem a tarifas diversificadas. A tabela a seguir descreve os principais componentes identificados na literatura<sup>4</sup>. Destacam-se também os ajustes tarifários, bem como uma amostra selecionada de municípios/locais pelo mundo

<sup>3</sup> EEA (2013). *Assessment of cost recovery through water pricing*. EEA Report 16, EEA, Copenhagen.

<sup>4</sup> F. Silva Pinto and R. Cunha Marques. *Tariff structures for water and sanitation urban households: a primer*. Water Policy 17 (2015) 1108–1126

## Diretoria de Regulação Econômica - DRE



Abdo, Ellery & Associados  
 Consultoria Empresarial em Energia e Regulação

onde essas estruturas foram aplicadas e configurações teóricas que deveriam fomentar (ou não) com sua utilização.

Tarifa	Definição	Possíveis Ajustes	Configurações Teóricas	Onde são aplicados <sup>c</sup>
<b>Fixa, flat</b>	Cada usuário paga uma taxa fixa que não muda com o volume de uso de água	Uniforme entre os clientes ou diferenciado com base em algumas características do cliente <sup>a</sup>	Não requer medidor. Simples (administrativamente), estabiliza receitas, baixa eficiência econômica, baixa igualdade	Dublin (Irlanda) <sup>ae</sup> Karachi (Paquistão) <sup>ae</sup> Amsterdan (Holanda) <sup>sa</sup> Johanesburgo (África do Sul) <sup>sa</sup>
<b>Uniforme, bloco único (UT)</b>	Taxas volumétricas únicas, uma taxa única por metro cúbico é aplicada, independentemente do volume consumido	Pode ser utilizado com encargos fixos uniformes ou diferenciados. A cobrança fixa pode ser negativa (cupom) <sup>b</sup>	Administrativamente simples, incentiva a conservação, dá sinais de escassez de água	Pequim (China) <sup>ae</sup> Manchester (UK) <sup>ae</sup> Bangkok (Tailândia) <sup>sa</sup> Munique (Alemanha) <sup>sa</sup>
<b>Blocos crescentes, ascendentes (IBT)</b>	A tarifa volumétrica aumenta em etapas com os volumes consumidos, de um bloco de uso de água para o próximo	Tanto as taxas volumétricas aplicadas a cada bloco ou o tamanho dos blocos são ajustados com base nas características específicas do cliente <sup>a</sup>	Incentiva a conservação, dá sinais de escassez de água, promove a equidade	Lisboa (Portugal) <sup>ae</sup> Dakar (Senegal) <sup>ae</sup> Colombo (Sri Lanka) <sup>sa</sup> Tóquio (Japão) <sup>ae</sup>
<b>Blocos decrescentes, descendentes (DBT)</b>	A tarifa volumétrica diminui em etapas com os volumes consumidos, de um bloco de uso de água para o próximo	Tanto a taxa volumétrica de cada bloco ou o tamanho dos blocos são ajustado a os padrões de uso e requisitos de demanda	Reflete o custo, não incentiva a conservação, se aplica a áreas onde há bastante água para vender	Lille (França) <sup>ae</sup> Toronto (Canadá) <sup>ae</sup> Katmandu (Nepal) <sup>ae</sup> Glasgow (Escócia) <sup>sa</sup>
<b>Tarifa crescente, escala móvel (IRT)</b>	O preço volumétrico unitário aumenta conforme aumenta o uso de água	Pode ser usado com ajustes <i>per capita</i> ou com base em características do cliente <sup>a</sup>	Consideravelmente simples, incentiva a conservação, dá sinais de escassez de água, promove a equidade	Bilbao, Leon (Espanha) <sup>ae</sup> Seixal (Portugal) <sup>ae</sup> Túnis (Tunísia) <sup>ae</sup>
<b>Wbud</b>	Estrutura de tarifas de bloco volumétrico em que os blocos são definidos exclusivamente para cada cliente	Os blocos são baseados em uma determinação de 'necessidade' de cada cliente, pois um grande volume pode não significar desperdício de uso	Conscientização da conservação, difícil de conciliar com o custo do serviço, equidade e princípios eficientes, adm. complexo, regressivo no impacto sobre o cliente	Irvine, Jacinto, Riverside e Los Angeles (EUA)
<b>Sazonal</b>	As tarifas são mais altas durante a temporada de maior demanda do que durante a temporada fora de pico	Pode ser aplicado a qualquer uma das outras estruturas (por exemplo, uma tarifa volumétrica uniforme)	Incentiva a conservação, onde as demandas sazonais são o alvo dos esforços de conservação	Seattle, Tucson (EUA) <sup>ae</sup> Bratislava (Eslováquia) <sup>ae</sup> Madri (Espanha) <sup>ae</sup>
<b>Tempo de uso, pico de consumo</b>	As taxas são mais altas durante os horários de pico ou dias da semana	Pode ser aplicado a qualquer uma das outras estruturas (por exemplo, uma tarifa volumétrica uniforme)	São necessários sistemas de medição avançados. Incentiva a conservação quando a demanda é alta	Hervey Bay, Melbourne (Austrália) <sup>ae</sup> Bristol, Londres (UK) <sup>ae,d</sup>
<b>Espacial</b>	Os usuários pagam pelo custo real do fornecimento de água ao seu estabelecimento	Pode ser aplicado a qualquer uma das outras estruturas (por exemplo, uma tarifa volumétrica uniforme)	Princípios de custo de serviço e eficiência alocativa, baixa equidade, baixa acessibilidade	Denver, Springfield, Napa, Oklahoma (EUA) <sup>ae</sup>

<sup>a</sup> Por exemplo, tamanho do tubo de alimentação ou capacidade de fluxo do medidor; valor da propriedade; número de aparelhos que consomem água; índice de riqueza; tamanho da família e número de dependentes.

<sup>b</sup> O componente fixo pode ser aplicado a qualquer taxa volumétrica, mas pode complicar consideravelmente.

## Diretoria de Regulação Econômica - DRE



Abdo, Ellery & Associados  
Consultoria Empresarial em Energia e Regulação

c Em algumas cidades, os tipos de estrutura se aplicam às tarifas de água, outras em saneamento (coleta/tratamento) (ag: água, sa: saneamento).

d As cidades selecionadas abrangem projetos-piloto específicos relativos ao uso de medidores inteligentes para uso final / análise de demanda ou reformas de preços.

48. Pode-se observar na tabela anterior as diferentes formas aplicáveis de estrutura tarifária, cada qual com sua particularidade e desafios técnicos. A definição de uma estrutura tarifária em detrimento de outra passa necessariamente por um conjunto de fatores, dentre os quais podemos elencar: disponibilidade dos recursos, sinalização de preços, capacidade técnica (medição e faturamento), capacidade de pagamento e definição de subsídios.

49. Dentre as opções listadas, as mais simples e consagradas são as 4 primeiras:

- Fixa, flat;
- Uniforme, bloco único (UT);
- Blocos crescentes, ascendentes (IBT); e
- Blocos decrescentes, descendentes (DBT).

50. A adoção de cada solução apresenta prós e contras. A tabela a seguir apresenta um resumo do desempenho dessas alternativas de estruturas tarifárias em relação aos objetivos.

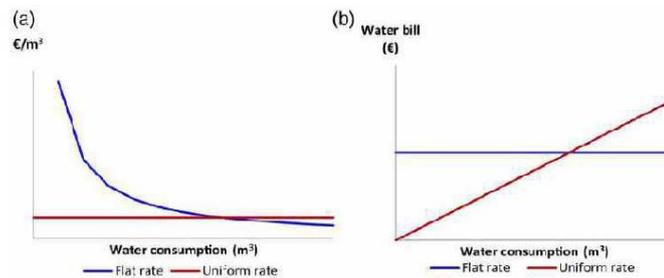
Estrutura Tarifária	Objetivos			
	Recuperação de custos	Eficiência Econômica	Equidade	Acessibilidade
<b>Fixa, flat</b>	<b>Adequado</b> Fornecer fluxo de caixa estável se definido no nível apropriado, mas a concessionária pode ser vulnerável à revenda de água e consumo crescente	<b>Ruim</b> Não dá sinalização sobre o custo adicional de uso da água	<b>Ruim</b> Pessoas que usam grandes quantidades de água pagam o mesmo que aquelas que usam pouco	<b>Adequado</b> Se diferenciado pela capacidade de pagamento, mas as famílias não conseguem reduzir suas contas economizando no uso da água
<b>Uniforme, bloco único (UT)</b>	<b>Adequado</b> Se definido no nível apropriado, além disso, as receitas se ajustam automaticamente à mudança de consumo	<b>Bom</b> Se definido no (ou próximo ao) custo marginal da água	<b>Bom</b> As pessoas pagam de acordo com o quanto realmente usam.	<b>Bom</b> Pode ser diferenciado pela capacidade de pagamento, e as pessoas podem limitar suas contas reduzindo o consumo
<b>Blocos crescentes, ascendentes (IBT)</b>	<b>Bom</b> Mas só se o tamanho e a altura dos blocos forem bem projetados	<b>Ruim</b> Normalmente, pouca água é realmente vendida a um custo marginal.	<b>Ruim</b> As pessoas não pagam de acordo com os custos que seu uso de água impõe à concessionária.	<b>Ruim</b> Penaliza famílias pobres com lares grandes e / ou conexões compartilhadas
<b>Blocos decrescentes, descendentes (DBT)</b>	<b>Bom</b> Mas só se o tamanho e a altura dos blocos forem bem projetados	<b>Ruim</b> Normalmente, pouca água é realmente vendida a um custo marginal.	<b>Ruim</b> As pessoas não pagam de acordo com os custos que seu uso de água impõe à concessionária.	<b>Ruim</b> Penaliza famílias pobres com baixo nível de consumo

Diretoria de Regulação Econômica - DRE

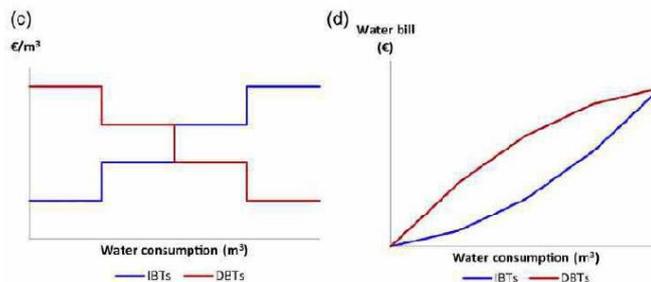


51. Como se observa, não existe uma resposta definitiva. Tendo como enfoque as famílias de mais baixa renda, estruturas que não permitam modulação do consumo, ou que penalizem consumos necessários, são desfavoráveis e esse grupo, o que pode afetar sua capacidade de pagamento.

52. A seguir, seguem as representações gráficas das tarifas, em €/m<sup>3</sup> com os respectivos faturamentos em função do consumo.



53. Os gráficos (a) e (b) apresentam os perfis das tarifas Fixa/flat e Uniforme/bloco único (UT). Como se observa, a tarifa fixa resulta em um valor fixo (em €) por ciclo de faturamento, na prática representando valores decrescentes por m<sup>3</sup>. É simples, mas dá um sinal bastante ruim em relação à racionalização dos recursos. A tarifa volumétrica (uniforme) é a mais intuitiva de todas, sendo o custo por m<sup>3</sup> fixo e o faturamento crescente em função do consumo. Imprime um sinal de racionalização, mas pode pecar no sentido de indicação de escassez.



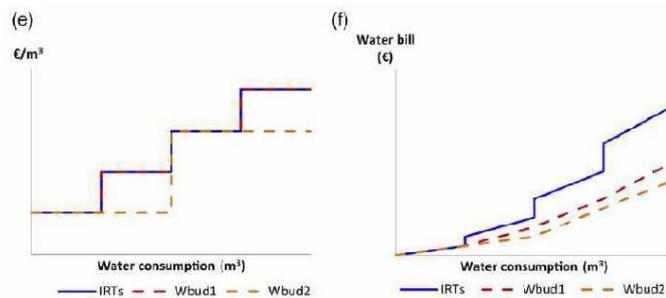
54. Os gráficos (c) e (d) apresentam os perfis de tarifas em Blocos crescentes/ascendentes (IBT) e Blocos decrescentes/descendentes (DBT). A principal diferenciação entre eles se dá na forma da curva de faturamento, onde o IBT sinaliza preços mais baixos para baixos consumos, com incremento significativo para consumos maiores. Já o DBT, sinaliza preços mais altos para baixos consumos, mas um sinal mais suave em consumos maiores.

Diretoria de Regulação Econômica - DRE



55. Na prática, o IBT se aplica em locais onde há escassez de recursos (no caso água, e coleta e tratamento de esgoto). Dito de outra forma, a sinalização é clara para que os consumidores não consumam ou estejam bastante atentos ao seu consumo e aos recursos.

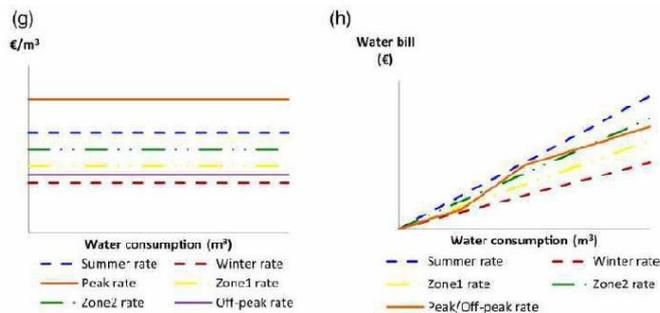
56. O DBT se aplica em locais com abundância de recursos, onde o objetivo é promover o uso de recursos, ideal para setores *greenfield*, onde se deseja promover o consumo ou a cultura de consumo. Induz um aumento no perfil de consumo, sendo boa parte da recuperação de custos fixos pela concessionária alocada em consumos mais baixos. Não se trata de um perfil adequado para realidades como a do setor de saneamento brasileiro.



57. Os gráficos (e) e (f) apresentam os perfis de Tarifa crescente, escala móvel (IRT) e Wbud. Tais tarifas são semelhantes em sinais de preços à tarifa IBT, com perfis ligeiramente distintos.

58. De fato, a tarifa IRT é bastante semelhante à tarifa IBT, incluindo sua aplicabilidade.

59. A tarifa Wbud, apesar de sua semelhança, é mais complexa dada a exclusividade de aplicação para cada cliente. Para nossa realidade, não se vê como factível uma tarifa como essa em grande escala para clientes residenciais e comerciais pequenos, exceto para alguns consumidores industriais e irrigação.



## Diretoria de Regulação Econômica - DRE



Abdo, Ellery & Associados  
Consultoria Empresarial em Energia e Regulação

60. As tarifas sazonais e espaciais, apresentadas nos gráficos (g) e (h) se aplicam a condições específicas em determinadas localidades e devem ser consideradas de forma pontual e, quando definidas, avaliadas de forma ad hoc para dar uma sinalização correta de preço. Podem, e devem, ser aplicadas em zonas com alta demanda sazonal, em localidades com hotéis e pousadas em épocas de alta temporada.

61. As tarifas por tempo de uso e pico de consumo são o estado da arte do tema tarifário. São hoje objeto de estudo de programas piloto e sua aplicação de forma massiva é vista em certas localidades em países desenvolvidos, muito distantes da realidade observada por aqui. No entanto, ficam destacadas como existentes e aplicáveis de forma prática, com a melhor sinalização econômica e de recursos possível, quando disponíveis os recursos técnicos e com as condições adequadas de mercado.

### 2.5 Tratamento dos Subsídios

62. Em muitos países onde os sistemas de bem-estar social não estão totalmente desenvolvidos, os governos entendem que uma das boas opções para ajudar as pessoas de baixa renda está justamente nas estruturas tarifárias dos serviços municipais de água, que podem desempenhar um papel importante na entrega de subsídios aos mais pobres.

63. Nesses casos, é importante entender o que distingue um bom subsídio de um subsídio ruim, porque há muitas maneiras diferentes de os subsídios serem incorporados ao projeto de estruturas tarifárias de água. Existem quatro critérios importantes que precisam ser levados em consideração:

- 1) **Necessidade genuína:** Com muita frequência, no setor de água, os subsídios beneficiam os usuários relativamente abastados. Isso é um desperdício de recursos escassos e, portanto, é importante questionar desde o início se algum determinado grupo de consumidores de água realmente merece um subsídio e, em caso afirmativo, por quê. A necessidade é muitas vezes difícil de testar, mas verificar se uma porcentagem excessiva da renda familiar está sendo gasta em água ou examinar o que as pessoas podem e estão dispostas a pagar por serviços de água aprimorados por meio de estudos de disposição a pagar pode ser útil;
- 2) **Segmentação precisa:** Mesmo que um grupo de clientes genuinamente necessitado tenha sido identificado em um nível agregado, nem sempre é fácil identificar os indivíduos que pertencem a esse grupo-alvo. Alguns esquemas de subsídio têm algum tipo de variável de direcionamento que é usada para identificar famílias que são elegíveis para o benefício, como por exemplo diâmetro da conexão ou o bairro onde a residência está localizada. O risco de uma identificação incorreta é promover subsídios a famílias que por acaso atendem aos critérios de elegibilidade, mas que não são genuinamente necessitadas;

## Diretoria de Regulação Econômica - DRE



Abdo, Ellery & Associados  
Consultoria Empresarial em Energia e Regulação

- 3) **Baixo custo administrativo:** Embora seja importante selecionar cuidadosamente os clientes para elegibilidade ao subsídio, o processo de seleção pode ser bastante caro em termos administrativos. Assim, é importante equilibrar a necessidade de maior precisão de direcionamento em relação aos custos administrativos associados;
- 4) **Sem incentivos perversos:** O uso de estruturas de tarifas de água como meio de redistribuir renda entre diferentes grupos de consumidores pode levar a sérios conflitos com o objetivo de eficiência econômica, sustentabilidade financeira e ambiental, porque muitas vezes introduz incentivos perversos para as famílias usarem ou não usarem água. Por exemplo, consumidores domésticos que recebem água praticamente de graça podem desperdiçá-la. Num outro exemplo, quando os consumidores industriais enfrentam cobranças volumétricas muito altas, eles podem se desconectar completamente do sistema de água, levando a uma séria perda de economia de escala que, em última análise, é prejudicial a todos os clientes. As potenciais consequências negativas precisam ser cuidadosamente consideradas antes de qualquer esquema de subsídio ser adotado.
64. Existem duas maneiras principais para promover o financiamento dos subsídios: de forma direta ou através de subsídios cruzados.
65. No caso de subsídios diretos, o governo, ou alguma outra entidade externa, disponibiliza recursos para cobrir o déficit entre os custos da prestação do serviço e o nível da conta de água. Esses recursos podem ser transferidos diretamente para a concessionária e entregues aos clientes por meio da estrutura tarifária (conhecida como “subsídios do lado da oferta”). Alternativamente, eles podem ser dados diretamente a clientes individuais considerados elegíveis para apoio financeiro especial (conhecido como “subsídios do lado da demanda”); isso geralmente é feito fora do quadro tarifário.
66. Em relação aos subsídios diretos, os “subsídios do lado da oferta”, a experiência mostra que eles são problemáticos. Por um lado, a presença de grandes aportes de recursos torna os gestores de serviços públicos menos preocupados com o controle de custos e, portanto, gera ineficiência. Por outro lado, esse tipo de subsídio tende a reduzir o nível geral da tarifa para todos os clientes e, portanto, muitas vezes não conseguem atingir o público-alvo dos subsídios da maneira adequada.
67. Se o financiamento externo pelo governo não for uma opção, subsídios cruzados podem ser usados. Nesse caso, alguns grupos de clientes são cobrados a mais do que o custo real da prestação do serviço, e esse excedente é usado para cobrir o déficit em outro conjunto de clientes, que pagam menos do que o verdadeiro custo de provisão. Efetivamente, a concessionária está realizando uma redistribuição de renda entre esses dois grupos, dentro de sua área de concessão.
68. Na prática, esses dois tipos de subsídios não são mutuamente exclusivos, e podem ser utilizados de forma simultânea.

## Diretoria de Regulação Econômica - DRE



Abdo, Ellery & Associados  
Consultoria Empresarial em Energia e Regulação

69. Em termos gerais, existem três maneiras de identificar beneficiários para direcionar subsídios:

70. O primeiro, e talvez o mais comumente aplicado no setor de água, é a quantidade de água que uma família usa. Um problema é que o uso doméstico de água frequentemente não é um bom indicador de pobreza. As famílias pobres podem, na verdade, consumir quantidades relativamente grandes de água, por exemplo, se tiverem famílias maiores. Outro problema é que várias famílias podem compartilhar uma única conexão, dividindo, assim, um único subsídio entre elas.

71. A segunda abordagem é baseada nas características da família (por exemplo, localização geográfica, tipo de moradia, nível de renda ou elegibilidade da família para outros programas de assistência governamental). Na prática, quaisquer critérios que não sejam puramente geográficos podem exigir que as famílias sejam examinadas diretamente por meio de um procedimento administrativo de entrevista. Os critérios geográficos só funcionam em cidades onde existem áreas bem definidas de pobreza, como favelas por exemplo. No entanto, mesmo assim, muitas vezes acontece que uma grande proporção do público a que se deveria destinar o subsídio não vive necessariamente em favelas, mas está espalhada pela cidade. Além disso, os critérios geográficos podem ficar desatualizados - uma área habitada principalmente por pessoas de baixa renda pode tornar-se uma área muito melhor dentro de alguns anos, ou vice-versa. Outra é que o valor dos subsídios pode ser capitalizado em valores de propriedade e aluguéis e, portanto, capturado pelos proprietários, não pelos inquilinos.

72. A terceira abordagem é baseada na auto seleção e funciona da seguinte maneira. A concessionária oferece dois níveis distintos de serviço, um serviço de maior qualidade oferecido a custo total e um serviço de menor qualidade oferecido a custo subsidiado. A ideia é que só uma pessoa que realmente faz jus à uma tarifa social escolherá o serviço subsidiado de menor qualidade porque, quem pudesse pagar, preferiria o serviço de maior qualidade. Um exemplo seria subsidiar conexões de tubos muito estreitos que fornecem apenas um fluxo limitado de água para a casa.

73. A observação geral é que se as tarifas de água urbana devem ser usadas para fornecer subsídios às famílias pobres, os esquemas de subsídios precisam ser elaborados com muito cuidado, pois muitas vezes eles não conseguem atingir a maioria das famílias pobres, criando um grande dreno financeiro para setor e introduzindo graves distorções comportamentais.

74. Uma série de questões-chave precisam ser consideradas no desenho do subsídio.

- Quem é realmente carente?
- Quais serviços são os melhores candidatos para subsídio?
- Como a população de baixa renda será identificada?
- Como o subsídio será financiado?

## Diretoria de Regulação Econômica - DRE



Abdo, Ellery & Associados  
Consultoria Empresarial em Energia e Regulação

75. Dessa maneira, a questão relevante é: “Quais mecanismos de subsídio alcançam os público-alvo de forma mais eficiente e eficaz?”, e não “Como os serviços de água encanada podem ser subsidiados de forma mais eficaz?”.

### 3 EXPERIÊNCIAS DE OUTROS REGULADORES

#### 3.1 União Europeia

76. De acordo com a *European Water Regulators – WAREG*<sup>5</sup> – a tabela a seguir apresenta os serviços cujas tarifas são aprovadas, para abastecimento de água potável, não potável, fornecimento para outras concessionárias, coleta e tratamento de esgoto.

Escopo de serviços para aprovação de tarifa	Abastecimento de água - potável	Abastecimento de água - não potável	Abastecimento de água - para outra concessionária	Coleta de esgoto	Tratamento de esgoto
Bulgária / EWRC	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Georgia / GNERC	SIM	NÃO	NÃO	SIM	SIM
Albânia / ERRU	SIM	NÃO	SIM	SIM	SIM
Espanha / MITECO	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Montenegro / RAE	SIM	NÃO	SIM	SIM	SIM
Hungria / HEA	SIM	NÃO	SIM	SIM	SIM
Romênia / ANRSC	SIM	NÃO	SIM	SIM	SIM
Malta / REWS	SIM	SIM	NÃO	SIM	SIM
Letônia / PUC	SIM	NÃO	NÃO	SIM	SIM
Lituânia / VERT	SIM	NÃO	NÃO	SIM	SIM
Estônia / ECA	SIM	NÃO	SIM	SIM	SIM
Bélgica, Flandres / VMM	SIM	NÃO	NÃO	SIM	SIM
Bélgica, Bruxelas / BRUGEL	SIM	NÃO	NÃO	SIM	SIM
Croácia / VVU	SIM	NÃO	SIM	SIM	SIM
Polônia / PW	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Itália / ARERA	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Armênia / PSRC	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Macedônia do Norte / ERC	SIM	NÃO	SIM	SIM	SIM
UK, Escócia / WICS	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
UK, Inglaterra e Gales / OFWAT	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Irlanda / CRU	SIM	SIM	NÃO	SIM	SIM
Kosovo / ARRU	SIM	NÃO	SIM	SIM	SIM

<sup>5</sup> European Water Regulators. *Tariff Regulatory Frameworks In WAREG Member Countries*, WAREG Task Force Group (2019)

## Diretoria de Regulação Econômica - DRE



Escopo de serviços para aprovação de tarifa	Abastecimento de água - potável	Abastecimento de água - não potável	Abastecimento de água - para outra concessionária	Coleta de esgoto	Tratamento de esgoto
Moldávia / ANRE	SIM	SIM	NÃO	SIM	SIM
<b>TOTAL (SIM)</b>	23	10	15	23	23
<b>TOTAL (NÃO)</b>	-	13	8	-	-

77. Em todos os casos, os reguladores ou outras autoridades competentes aprovam os preços da água fornecida à população para necessidades de consumo potável, bem como os preços para a coleta e tratamento de águas residuais.

78. Em 10 casos, os preços da água fornecida por concessionárias para necessidades não potáveis (água não tratada para as necessidades da indústria fornecida pela concessionária na área urbana) são aprovados e em 15 casos as autoridades aprovam o preço da água fornecida de uma concessionária para outra (concessionária que fornece água tratada para redes de concessionárias próximas).

79. Em seguida, são apresentados os seguintes pontos relevantes na determinação das tarifas e estruturas tarifárias:

- 1) Qual é a estrutura tarifária - é apenas volumétrica, ou há encargos fixos e variáveis?
- 2) Existem blocos tarifários baseados no consumo?

80. Os objetivos de uma estrutura tarifária devem ser eficiência econômica, acessibilidade social e sustentabilidade ambiental. Geralmente, a tarifa é para gerar a receita que a concessionária deve receber para realizar as atividades operacionais, de capital e de atendimento aos clientes.

81. Conforme já mencionado anteriormente, essas receitas necessárias podem ser distribuídas aos clientes de diferentes maneiras:

- Quando as receitas necessárias são distribuídas apenas por consumo, a tarifa é apenas volumétrica (por exemplo, valor por m<sup>3</sup>). Nestes casos a tarifa depende do consumo, e os clientes sem consumo (propriedades abandonadas ou sazonais) não apoiam a manutenção do sistema. Em alguns casos, a tarifa volumétrica pode ser dividida ainda em blocos tarifários, dependendo do consumo.
- Quando as receitas necessárias são distribuídas apenas às propriedades, é aplicada uma taxa fixa (por exemplo, valor por propriedade), normalmente anualmente. Nestes casos a cobrança não está relacionada com o consumo no imóvel, podendo depender do seu valor, por exemplo. Clientes com propriedades mais caras suportam mais a manutenção do sistema.

## Diretoria de Regulação Econômica - DRE



Abdo, Ellery & Associados  
Consultoria Empresarial em Energia e Regulação

- Quando as receitas necessárias são distribuídas às propriedades e ao consumo, é aplicada uma abordagem combinada - custo fixo (por exemplo, valor por propriedade) mais tarifa volumétrica (por exemplo, valor por m<sup>3</sup>). O encargo fixo deve recuperar parte dos custos das concessionárias, enquanto a tarifa volumétrica deve recuperar o restante das receitas necessárias.

82. As informações sobre as estruturas tarifárias comumente aplicadas na Europa são apresentadas na tabela a seguir.

Informações sobre a estrutura tarifária	A tarifa é apenas volumétrica	Existe cobrança fixa + volumétrica	Existem blocos tarifários com base nos volumes usados	A fórmula da tarifa é a mesma para cada serviço
Bulgária / EWRC	SIM	NÃO	NÃO	SIM
Georgia / GNERC	NÃO	SIM	NÃO	SIM
Albânia / ERU	NÃO	SIM	SIM	SIM
Espanha / MITECO	NÃO	SIM	SIM	NÃO
Montenegro / RAE	NÃO	SIM	NÃO	NÃO
Hungria / HEA	NÃO	SIM	NÃO	SIM
Romênia / ANRSC	SIM	NÃO	NÃO	SIM
Malta / REWS	NÃO	SIM	SIM	N.D.
Letônia / PUC	SIM	NÃO	NÃO	SIM
Lituânia / VERT	NÃO	SIM	NÃO	SIM
Estônia / ECA	SIM	SIM *	NÃO	SIM
Bélgica, Flandres / VMM	NÃO	SIM	SIM	NÃO
Bélgica, Bruxelas / BRUGEL	NÃO	SIM	SIM	SIM
Croácia / VVU	NÃO	SIM	SIM	SIM
Polônia / PW	NÃO	SIM	NÃO	N.D.
Itália / ARERA	NÃO	SIM	SIM	SIM
Armênia / PSRC	SIM	NÃO	N.D.	SIM
Macedônia do Norte / ERC	NÃO	SIM	SIM	SIM
UK, Escócia / WICS	NÃO	SIM	SIM	NÃO
UK, Inglaterra e Gales / OFWAT	NÃO	SIM	SIM	NÃO
Irlanda / CRU	NÃO	SIM	SIM	SIM
Kosovo / ARRU	NÃO	SIM	NÃO	SIM
Moldávia / ANRE	NÃO	SIM	NÃO	NÃO
<b>TOTAL (SIM)</b>	<b>5</b>	<b>19</b>	<b>11</b>	<b>16</b>
<b>TOTAL (NÃO)</b>	<b>18</b>	<b>4</b>	<b>11</b>	<b>6</b>

83. A grande maioria dos países europeus em análise (19) apresentaram estruturas tarifárias com tarifas fixas aplicadas em conjunto com as tarifas volumétricas. Somente 5 países

## Diretoria de Regulação Econômica - DRE



Abdo, Ellery & Associados  
Consultoria Empresarial em Energia e Regulação

apresentaram tarifas exclusivamente volumétricas. 11 países apresentaram tarifas com blocos tarifários com base no volume (blocos crescentes (IBT), blocos decrescentes (DBT), ou variantes). Também se verifica que a maioria dos países (16) possui a mesma fórmula tarifária (forma da estrutura) para os serviços de água, coleta e tratamento de esgoto.

### 3.2 América Latina

#### 3.2.1 Colômbia (CRA)

84. As tarifas são compostas por dois elementos. Em primeiro lugar, os custos de referência do serviço, que são calculados com base nas metodologias emitidas pela *Comisión de Regulación de Agua Potable Y Saneamiento* (CRA). Em segundo lugar, esses custos são afetados pelos percentuais de subsídio e contribuição, que são estabelecidos de forma autônoma pelas autoridades municipais.

85. Os usuários residenciais dos estratos 1, 2 e 3 recebem subsídios, enquanto os usuários residenciais dos estratos 5 e 6 e os comerciais e industriais pagam uma contribuição solidária para obter recursos adicionais para a concessão desses subsídios.

86. Os usuários residenciais do estrato 4, assim como os usuários do setor oficial, pagam o custo de referência do serviço, ou seja, não recebem subsídio nem contribuem.

87. As tarifas têm uma parcela fixa e uma parcela variável por m<sup>3</sup> e são fixadas autonomamente pelos conselhos de administração das empresas quando os serviços são prestados diretamente pela Administração Municipal.

88. As tarifas devem ser calculadas com base nas metodologias estabelecidas pela CRA, a menos que o prestador esteja em alguma das exceções previstas na lei (tarifas estabelecidas por meio de contratos). A CRA não aprova as tarifas, as tarefas são aprovadas pelos Municípios.

89. Um exemplo de estrutura tarifária adotada na Colômbia é a seguinte:

## Diretoria de Regulação Econômica - DRE



RESIDENCIAL	PARCELA FIXA \$/Subscritor/2 meses
	Estrato 1
	Estrato 2
	Estrato 3
	Estrato 4
	Estrato 5
	Estrato 6
	CONSUMO BÁSICO \$/m <sup>3</sup>
	Estrato 1
	Estrato 2
	Estrato 3
	Estrato 4
	Estrato 5
	Estrato 6
	CONSUMO NAO BÁSICO \$/m <sup>3</sup>
	Estrato 1
	Estrato 2
	Estrato 3
Estrato 4	
Estrato 5	
Estrato 6	
PARCELA FIXA \$/Subscritor/2 meses	
COMERCIAL	
INDUSTRIAL	
OFICIAL	
CONSUMO NAO RESIDENCIAL \$/m <sup>3</sup>	
COMERCIAL	
INDUSTRIAL	
OFICIAL	

90. A tarifa de esgoto (*alcantarillado*) tem uma estrutura igual e é definida de forma independente nas localidades que prestam o serviço. A tarifa de esgoto inclui os processos de coleta e tratamento.

### 3.2.2 Peru (SUNASS)

91. No Peru, a estrutura tarifária da *Servicio de Agua Potable y Alcantarillado de Lima – SEDAPAL* está baseada numa tarifa diferencial crescente por unidade de consumo. Dentro de cada categoria, há progressividade de tarifas, conforme as faixas de consumo.

92. Os consumidores são classificados em categorias de usuários com diferentes faixas de consumo.

## Diretoria de Regulação Econômica - DRE



Abdo, Ellery & Associados  
Consultoria Empresarial em Energia e Regulação

93. A estrutura está composta de uma parcela fixa por mês por consumidor e uma parcela variável segundo a classificação seguinte:

Estrutura Tarifaria		
Tarifa	Faixa	Volume m <sup>3</sup>
Residencial social	1	00 - ou mais
Residencial subsidiado	1	00 - 10
	2	10-20
	3	20-50
	4	> 50
Residencial não subsidiado	1	00 - 20
	3	20-50
	4	> 50
Comercial	1	0 - 1000
	2	> 1000
Industrial	1	00 - a mais
Pública	1	00 - a mais

94. A tarifa de esgoto tem a mesma estrutura. A cobrança separada para cada serviço deve representar os custos envolvidos na geração de cada serviço em particular. A tarifa de esgoto inclui os processos de coleta e tratamento.

### 3.3 Brasil

#### 3.3.1 Sabesp/SP

##### *Tipo de tarifa*

95. A 3ª Revisão Tarifária Ordinária (RTO) de 08 de abril de 2021 referente ao ciclo tarifário de 2021 a 2024, determinou uma tarifa binômica – composta por uma parcela fixa (R\$/mês) – suficiente para cobrir uma parte dos custos fixos relacionados à implantação e disponibilização da infraestrutura, que não varia com o consumo, e uma segunda parte variável (R\$/m<sup>3</sup>), que é proporcional ao consumo efetivo da ligação e deve cobrir os custos eficientes variáveis da prestação dos serviços). Há, portanto, uma tarifa com blocos, com progressividade das tarifas entre blocos.

96. A Sabesp possui uma tarifa social em que os usuários devem ser registrados no CadÚnico com renda mensal per capita até a segunda faixa do cadastro e estão na categoria Residencial Vulnerável. Também possuem a tarifa Residencial Social. Vale ressaltar que é subsidiada pelas demais categorias.

##### *Categorias de faixas de consumo*

97. Quanto as categorias de faixas de consumo, tem-se:

## Diretoria de Regulação Econômica - DRE



Abdo, Ellery & Associados  
Consultoria Empresarial em Energia e Regulação

- i. **Residencial Individual:** 04 faixas de consumo: 0 – 5 m<sup>3</sup>; 5 – 15 m<sup>3</sup>; 15 – 30 m<sup>3</sup>; Acima de 30 m<sup>3</sup>; Alocação de 50% dos custos fixos de tratamento de esgoto no componente fixo de água e 50% no componente fixo de coleta de esgoto; Primeira faixa: componente fixo e variável econômicos (resultantes dos cálculos anteriores, sem subsídios); Progressividade: 30% de aumento a cada faixa, introduzindo sinal de escassez.
- ii. **Residencial Social:** 04 faixas de consumo: 0 – 10 m<sup>3</sup>; 10 – 20 m<sup>3</sup>; 20 – 30 m<sup>3</sup>; Acima de 30 m<sup>3</sup>; Primeira faixa: componente fixo e variável econômicos iguais a 50% das tarifas econômicas da categoria Residencial Individual; Progressividade: 50% de aumento a cada faixa, introduzindo sinal de escassez.
- iii. **Residencial Vulnerável:** 04 faixas de consumo: 0 – 10 m<sup>3</sup>; 10 – 20 m<sup>3</sup>; 20 – 30 m<sup>3</sup>; Acima de 30 m<sup>3</sup>; Primeira faixa: componente fixo e variável econômicos iguais a 10% das tarifas econômicas da categoria Residencial Individual; Progressividade: 60% de aumento a cada faixa, introduzindo sinal de escassez.
- iv. **Residencial Coletivo:** 04 categorias baseadas nas características dos hidrômetros (CPH). Para cada categoria serão adotadas 03 faixas de consumo: Critério 01: 0 – 15 m<sup>3</sup>; 15 – 50 m<sup>3</sup>; Acima de 50 m<sup>3</sup>. Critério 02: 0 – 200 m<sup>3</sup>; 200 – 600 m<sup>3</sup>; Acima de 600 m<sup>3</sup>. Critério 03: 0 – 600 m<sup>3</sup>; 600 – 2.000 m<sup>3</sup>; Acima de 2.000 m<sup>3</sup>. Critério 04: 0 – 2.000 m<sup>3</sup>; 2.000 – 6.000 m<sup>3</sup>; Acima de 6.000 m<sup>3</sup>. Primeira faixa: componente fixo e variável econômicos ajustados para serem equivalentes à primeira faixa do residencial individual, considerando o número médio de economias por ligação da tabela anterior; Progressividade: 30% de aumento a cada faixa, introduzindo sinal de escassez.
- v. **Comercial Individual:** 05 faixas de consumo: 0 – 5 m<sup>3</sup>; 5 – 15 m<sup>3</sup>; 15 – 30 m<sup>3</sup>; 30 – 100 m<sup>3</sup>; Acima de 100 m<sup>3</sup>; Alocação de 50% dos custos fixos de tratamento de esgoto no componente fixo de água e 50% no componente fixo de coleta de esgoto; Primeira faixa: componente fixo e variável econômicos; Progressividade: 0% de aumento a cada faixa.
- vi. **Comercial Coletivo:** A Sabesp atualmente não possui uma base de dados de economias por ligação no caso de usuários não residenciais. Ao longo do primeiro ano de aplicação da nova estrutura tarifária, a empresa deverá elaborar tal base de dados, em moldes similares ao disponibilizado para o caso do residencial, de modo que a Arsesp possa propor tabela tarifária para este caso, para sua aplicação a partir de maio de 2022.
- vii. **Comercial Assistencial:** Tarifas equivalentes a 50% das tarifas do Comercial Individual.
- viii. **Industrial:** 05 faixas de consumo: 0 – 10 m<sup>3</sup>; 10 – 50 m<sup>3</sup>; 50 – 100 m<sup>3</sup>; 100 – 500 m<sup>3</sup>; Acima de 500 m<sup>3</sup>; Alocação de 50% dos custos fixos de tratamento de esgoto no

## Diretoria de Regulação Econômica - DRE



componente fixo de água e 50% no componente fixo de coleta de esgoto; Primeira faixa: componente fixo e variável econômicos; Progressividade: 5% de redução a cada faixa, introduzindo sinal de escala. A Arsesp entende que no uso industrial, esteja presente a lógica da racionalidade econômica. Por essa razão, propõe tarifas decrescentes.

- ix. **Pública:** 05 faixas de consumo: 0 – 10 m<sup>3</sup>; 10 – 50 m<sup>3</sup>; 50 – 100 m<sup>3</sup>; 100 – 500 m<sup>3</sup>; Acima de 500 m<sup>3</sup>; Alocação de 50% dos custos fixos de tratamento de esgoto no componente fixo de água e 50% no componente fixo de coleta de esgoto; Primeira faixa: componente fixo e variável econômicos; Progressividade: 0% de aumento a cada faixa.
- x. **Permissionários, Caminhão-Pipa, Limpa-Fossa e ligações temporárias:** Para permissionários (venda no atacado) serão adotadas tarifas monômias volumétricas iguais a 50% da tarifa máxima calculada no último processo de revisão tarifária para água e 25% da tarifa máxima para esgoto, em linha com os estudos de custos. Para os serviços de caminhão-pipa e limpa-fossa serão mantidas as tarifas monômias volumétricas vigentes.

### Regionalização da tarifa

98. Quanto a regionalização de tarifas, não há. A estrutura tarifária da companhia apresenta uma tarifa única para todas as regiões (em relação ao custo por regiões). No entanto, há uma etapa cujo objetivo é garantir a neutralidade, com ajustes em termos da composição das tarifas, cujas tarifas fixas ajustadas linearmente, pelo mesmo fator. Os efeitos esperados da aplicação da Tabela 1 abaixo diferem por segmento, nível de consumo e região. E haverá unificação das tabelas tarifárias, com isso, os aumentos tarifários variam para cada área de prestação. Além disso, houve redução dos subsídios cruzados entre regiões a tarifa Residencial Social.

99. As tarifas apresentadas abaixo para os usuários não residenciais não incluem os descontos relativos aos programas comerciais. Porém, as tarifas residenciais já contemplam a compensação destes valores. As tarifas também não incluem impostos.

Estrutura tarifária de aplicação (R\$ de fev/2021, sem impostos)

Residencial Individual	Água		Coleta de Esgoto		Tratamento de Esgoto	
	Tarifa Fixa (R\$/mês)	Tarifa Variável (R\$/m <sup>3</sup> )	Tarifa Fixa (R\$/mês)	Tarifa Variável (R\$/m <sup>3</sup> )	Tarifa Fixa (R\$/mês)	Tarifa Variável (R\$/m <sup>3</sup> )
0 a 5	8,34	2,91	6,22	1,62	-	1,46
5 a 15	8,34	1,13	6,22	0,63	-	0,57
15 a 30	36,13	7,86	26,97	4,37	-	3,93
Mais de 30	75,16	16,60	56,10	9,24	-	8,31

## Diretoria de Regulação Econômica - DRE


 Abdo, Ellery & Associados  
 Consultoria Empresarial em Energia e Regulação

Residencial Coletivo - CPH 0-1	Água	Água	Coleta de Esgoto	Coleta de Esgoto	Tratamento de Esgoto	Tratamento de Esgoto
Faixas (m³)	Tarifa Fixa (R\$/mês)	Tarifa Variável (R\$/m³)	Tarifa Fixa (R\$/mês)	Tarifa Variável (R\$/m³)	Tarifa Fixa (R\$/mês)	Tarifa Variável (R\$/m³)
0 a 15	8,34	2,91	6,22	1,62	-	1,46
15 a 50	9,17	16,22	6,84	9,06	-	5,18
Mais de 50	13,76	32,99	10,26	18,42	-	10,53

Residencial Coletivo - CPH 2-4	Água	Água	Coleta de Esgoto	Coleta de Esgoto	Tratamento de Esgoto	Tratamento de Esgoto
Faixas (m³)	Tarifa Fixa (R\$/mês)	Tarifa Variável (R\$/m³)	Tarifa Fixa (R\$/mês)	Tarifa Variável (R\$/m³)	Tarifa Fixa (R\$/mês)	Tarifa Variável (R\$/m³)
0 a 200	124,53	43,45	92,87	24,19	-	21,80
200 a 600	111,92	197,91	83,47	110,49	-	63,14
Mais de 600	167,88	402,50	125,21	224,71	-	128,41

Residencial Coletivo - CPH 5-7	Água	Água	Coleta de Esgoto	Coleta de Esgoto	Tratamento de Esgoto	Tratamento de Esgoto
Faixas (m³)	Tarifa Fixa (R\$/mês)	Tarifa Variável (R\$/m³)	Tarifa Fixa (R\$/mês)	Tarifa Variável (R\$/m³)	Tarifa Fixa (R\$/mês)	Tarifa Variável (R\$/m³)
0 a 600	261,51	91,24	195,03	50,80	-	45,78
600 a 2.000	358,15	633,31	267,11	353,57	-	202,04
Mais de 2.000	483,51	1.159,21	360,60	647,17	-	369,81

Residencial Coletivo - CPH 8-11	Água	Água	Coleta de Esgoto	Coleta de Esgoto	Tratamento de Esgoto	Tratamento de Esgoto
Faixas (m³)	Tarifa Fixa (R\$/mês)	Tarifa Variável (R\$/m³)	Tarifa Fixa (R\$/mês)	Tarifa Variável (R\$/m³)	Tarifa Fixa (R\$/mês)	Tarifa Variável (R\$/m³)
0 a 2.000	836,82	291,98	624,10	162,55	-	146,49
2.000 a 6.000	1.164,00	2.058,27	868,11	1.149,09	-	656,63
Mais de 6.000	1.450,52	3.477,63	1.081,80	1.941,50	-	1.109,43

Residencial Social	Água	Água	Coleta de Esgoto	Coleta de Esgoto	Tratamento de Esgoto	Tratamento de Esgoto
Faixas (m³)	Tarifa Fixa (R\$/mês)	Tarifa Variável (R\$/m³)	Tarifa Fixa (R\$/mês)	Tarifa Variável (R\$/m³)	Tarifa Fixa (R\$/mês)	Tarifa Variável (R\$/m³)
0 a 10	2,60	0,71	1,94	0,39	-	0,23
10 a 20	4,17	1,13	3,11	0,63	-	0,36
20 a 30	16,66	2,94	12,44	1,64	-	0,94
Mais de 30	45,09	9,96	33,66	5,54	-	4,99

Residencial Vulnerável	Água	Água	Coleta de Esgoto	Coleta de Esgoto	Tratamento de Esgoto	Tratamento de Esgoto
Faixas (m³)	Tarifa Fixa (R\$/mês)	Tarifa Variável (R\$/m³)	Tarifa Fixa (R\$/mês)	Tarifa Variável (R\$/m³)	Tarifa Fixa (R\$/mês)	Tarifa Variável (R\$/m³)
0 a 10	0,30	0,08	0,23	0,05	-	0,03
10 a 20	0,48	0,13	0,36	0,07	-	0,04
20 a 30	1,94	0,34	1,45	0,19	-	0,11
Mais de 30	37,58	8,30	28,05	4,62	-	4,16

**Cobrança do esgoto**

100. No que se refere a cobrança do esgoto, a Arsesp determinou que sejam diferenciadas as tarifas de água e esgoto, passando a ser calculadas pela referência de seus valores econômicos, refletindo os custos de prestação. Para a água, não há separação da tarifa para produção e distribuição; para o esgoto, há a tarifa de coleta e de tratamento. Os custos fixos, que refletem o custo de expansão do tratamento de esgoto, são distribuídos nas tarifas fixas dos serviços de água e de coleta de esgoto, já o custo variável do é financiado apenas pelos usuários com serviço de tratamento e é a única composição da tarifa de tratamento de esgoto.

## Diretoria de Regulação Econômica - DRE



Abdo, Ellery & Associados  
Consultoria Empresarial em Energia e Regulação

### 3.3.2 Casan/SC

#### Tipo de tarifa

101. O novo modelo foi aprovado pelo conjunto das agências atuantes nas regiões atendidas pela CASAN: Agência de Regulação de Serviços Públicos de Santa Catarina (ARESC), por meio da Resolução nº 115 de 02/09/2019; Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), Deliberação nº 26/2019 de 09/10/2019; a Agência Intermunicipal de Regulação do Médio Vale do Itajaí (AGIR), Decisão nº 077/2019 de 15/10/2019 e pelo o Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental (CISAM SUL), por meio de sua Resolução 022/2019 de 31/10/2019.

102. Quanto ao tipo de tarifa, a Casan extinguiu da taxa de volume mínimo de 10 metros cúbicos, que era de R\$ 45,19. Atualmente tem-se a Tarifa Fixa de Disponibilidade de Infraestrutura (TFDI) que é de R\$ 29,49 + Parcela Variável: Tarifa por m3 consumido, diferenciada para cada categoria.

103. No que se refere a tarifa social, o usuário tem direito caso se enquadre nos critérios abaixo:

- i. É enquadrado na Categoria Residencial;
- ii. Possuir rendimento familiar total de até 02 (dois) salários-mínimos;
- iii. Ser inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico).

104. Vale destacar que a Tarifa Social, para usuários enquadrados dentro dessa faixa, é 80% mais barata do que a Residencial convencional.

#### Categorias de faixas de consumo

105. Quanto as categorias e faixas de consumo, tem-se:

Nova estrutura tarifária dos municípios atendidos pela CASAN desde março de 2020

Intervalo RS / m <sup>3</sup>	Residencial	Residencial Social	Comercial	Micro Peq. Comércio	Industrial	Pública <small>Agências públicas federais, estaduais e municipais</small>	Pública Especial <small>Entidades associativas e não-fitas beneficiárias</small>
TFDI* R\$ / mês	29,49	5,50	29,49	29,49	29,49	29,49	8,84
1 a 10	1,96	0,37	4,34	3,06	4,34	4,34	1,30
11 a 25	9,11	2,61	12,18	12,18	12,18	12,18	3,65
26 a 50	12,18	12,18					
Acima de 50	15,32	15,32	15,32				

\* TFDI: Tarifa Fixa de Disponibilidade de Infraestrutura - para unidades com hidromedidaçao única composta por: casa ou mais unidades de consumo (concorrentes), a TFDI será cobrada pela quantidade de unidades e o volume medido distribuído proporcionalmente e calculado de acordo com as categorias e faixas de consumo desta tabela. Para as unidades atendidas com Serviço de Escoamento Sanitário, a TFDI também será cobrada.

## Diretoria de Regulação Econômica - DRE



Abdo, Ellery & Associados  
Consultoria Empresarial em Energia e Regulação

### **Regionalização da tarifa**

106. Cada agência regula um grupo de municípios.

### **Cobrança do esgoto**

107. Quanto à cobrança do esgoto, utiliza-se as mesmas tarifas de água e o volume faturado de água nas unidades onde o mesmo estiver disponível e operante.

### **3.3.3 Cagece/CE**

#### **Tipo de tarifa**

108. A Primeira Revisão Tarifária Periódica (RTP) da CAGECE foi realizada em dez/2021, onde foi adotado um modelo híbrido, que combina a aplicação do modelo de Taxa de Retorno com os instrumentos de incentivo à eficiência da Regulação por Preço Teto (Price Cap).

109. Quanto a tarifa social, a companhia adota os seguintes critérios:

- i. Categoria residencial;
- ii. 1 (uma) economia por ligação;
- iii. Imóvel com padrão de construção básica;
- iv. Consumo presumido menor ou igual a 10 m<sup>3</sup>;
- v. Consumo medido mensal menor ou igual a 10 m<sup>3</sup>.
- vi. Atender às características de construção padrão básico

## Diretoria de Regulação Econômica - DRE



Abdo, Ellery & Associados  
 Consultoria Empresarial em Energia e Regulação

### **Categorias de faixas de consumo**

Tarifas de água e esgoto praticadas pela Cagece a partir de 30 de janeiro de 2022

Categoria	Faixa de Consumo (m³)	Tarifa Água (R\$/m³)	Tarifa Esgoto (R\$/m³)
Residencial Social Demanda máxima de 10m³ água e 8m³ esgoto	0 a 10	1,65	1,65
	0 a 10	3,39	3,39
Residencial Popular Demanda mínima de 10m³ água e 8m³ esgoto	11 a 15	5,77	5,77
	16 a 20	6,26	6,26
	21 a 50	10,77	10,77
	>50	19,18	19,18
Residencial Normal Demanda mínima de 10m³ água e 8m³ esgoto	0 a 10	4,82	5,35
	11 a 15	6,26	6,85
	16 a 20	6,76	7,43
	21 a 50	11,61	12,75
>50	20,50	22,54	
Comercial Popular Demanda mínima de 7m³ água e 5m³ esgoto	0 a 13	5,77	6,36
Comercial II Demanda mínima de 10m³ água e 8m³ esgoto	0 a 50	12,10	13,37
	>50	19,18	21,10
Industrial Demanda mínima de 15m³ água e 12m³ esgoto	0 a 15	10,69	11,79
	16 a 50	12,69	13,92
	> 50	19,72	21,68
Pública Demanda mínima de 15m³ água e 12m³ esgoto	0 a 15	7,05	7,76
	16 a 50	10,50	11,53
	> 50	16,85	18,52
Entidade Filantrópica Demanda mínima de 10m³ água e 8m³ esgoto	0 a 10	3,39	3,39
	11 a 15	5,70	5,70
	16 a 20	6,13	6,13
	21 a 50	10,50	10,50
> 50	18,52	18,52	

### **Regionalização da tarifa**

110. Não há regionalização da tarifa.

### **Cobrança do esgoto**

111. O usuário da rede de esgoto paga 80% do volume faturado de água pelo serviço de coleta e tratamento do esgoto. Na prática, a Cagece continua tratando 100% do esgoto produzido nas residências, mas fatura 20% a menos do volume na emissão de suas faturas, estimulando o uso do serviço de esgotamento sanitário.

## Diretoria de Regulação Econômica - DRE



Abdo, Ellery & Associados  
 Consultoria Empresarial em Energia e Regulação

### 3.3.4 Caesb/DF

#### Tipo de tarifa

112. A partir de junho/2020 foi determinado que não haveria a cobrança de consumo mínimo. Passou a ser cobrado, então, a tarifa fixa de água e de esgoto (quando for o caso e expresso em R\$/mês), mais a tarifa variável (expresso em R\$/m³).

113. Quanto a tarifa social, tem direito aquele titular da conta da Caesb que pertença a família pobre ou extremamente pobre e seja beneficiário do bolsa família. Além do mais, os condomínios não individualizados pertencentes ao Morar Bem Faixa 1 também tem o direito de ser beneficiado pela tarifa social.

#### Categorias de faixas de consumo

114. A tarifa da Caesb é progressiva, a fim de incentivar o consumo consciente da água.

Tarifas de água e esgoto praticadas pela Caesb.

Categoria	Classe	Faixa de Consumo (m³)	Parte Fixa (R\$)	Parte Variável (R\$/m³)
Residencial	Residencial Padrão	0 a 7	R\$ 8,00	R\$ 2,99
		8 a 13		R\$ 3,59
		14 a 20		R\$ 7,10
		21 a 30		R\$ 10,66
		31 a 45		R\$ 17,05
	Acima de 45	R\$ 23,87		
	Residencial Social	0 a 7	R\$ 4,00	R\$ 1,49
		8 a 13		R\$ 1,79
		14 a 20		R\$ 3,55
		21 a 30		R\$ 5,33
31 a 45		R\$ 17,05		
Acima de 45	R\$ 23,87			
Não-Residencial	Comercial, Industrial e Pública	0 a 4	R\$ 21,00	R\$ 6,14
		5 a 7		R\$ 7,68
		8 a 10		R\$ 9,98
		11 a 40		R\$ 12,48
		Acima de 40		R\$ 14,97
	Paisagismo	0 a 4	R\$ 31,50	R\$ 9,21
		5 a 7		R\$ 11,52
		8 a 10		R\$ 14,97
		11 a 40		R\$ 18,72
		Acima de 40		R\$ 22,46

Fonte: Resolução Adasa nº 12/2019

## Diretoria de Regulação Econômica - DRE



### **Cobrança do esgoto**

115. A tarifa de esgoto corresponde a 100% da tarifa de água, para a maioria dos casos.

### **3.3.5 Copasa/MG**

#### **Tipo de tarifa**

116. De acordo com a Resolução ARSAE/MG 154 de 28 de junho de 2021, passou-se a ser cobrada uma tarifa fixa de água e de esgoto, mais a tarifa variável por metro cúbico.

117. Quanto a tarifa social, há alguns critérios que o usuário precisa se enquadrar para poder ter o benefício da tarifa, conforme segue:

- i. unidade usuária classificada como residencial;
- ii. pertencer a uma família inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais;
- iii. A família deve ter uma renda mensal por pessoa de menor ou igual a meio salário-mínimo nacional.

#### **Categorias de faixas de consumo**

118. A tarifa da Copasa apresenta 5 categorias, apresentando faixa fixa + variável, tanto para água quanto para esgoto.

Tarifas de água e esgoto praticadas pela Copasa/MG.

<b>TABELA TARIFÁRIA DE APLICAÇÃO - COPASA</b>				
<b>Categorias</b>	<b>Faixas</b>	<b>Água</b>	<b>Esgoto</b>	<b>Unidade</b>
Residencial Social	Fixa	7,92	5,86	R\$/mês
	0 a 5 m <sup>3</sup>	0,91	0,68	R\$/m <sup>3</sup>
	> 5 a 10 m <sup>3</sup>	1,943	1,438	R\$/m <sup>3</sup>
	> 10 a 15 m <sup>3</sup>	3,011	2,228	R\$/m <sup>3</sup>
	> 15 a 20 m <sup>3</sup>	4,111	3,043	R\$/m <sup>3</sup>
	> 20 a 40 m <sup>3</sup>	10,458	7,739	R\$/m <sup>3</sup>
Residencial	> 40 m <sup>3</sup>	12,759	9,441	R\$/m <sup>3</sup>
	Fixa	17,61	13,03	R\$/mês
	0 a 5 m <sup>3</sup>	1,82	1,35	R\$/m <sup>3</sup>
	> 5 a 10 m <sup>3</sup>	3,886	2,876	R\$/m <sup>3</sup>
	> 10 a 15 m <sup>3</sup>	6,023	4,457	R\$/m <sup>3</sup>
	> 15 a 20 m <sup>3</sup>	8,222	6,084	R\$/m <sup>3</sup>
> 20 a 40 m <sup>3</sup>	10,458	7,739	R\$/m <sup>3</sup>	
> 40 m <sup>3</sup>	12,759	9,441	R\$/m <sup>3</sup>	

Diretoria de Regulação Econômica - DRE



TABELA TARIFÁRIA DE APLICAÇÃO - COPASA				
Categorias	Faixas	Água	Esgoto	Unidade
Comercial	Fixa	28,52	21,11	R\$/mês
	0 a 5 m <sup>3</sup>	3,95	2,92	R\$/m <sup>3</sup>
	> 5 a 10 m <sup>3</sup>	5,922	4,382	R\$/m <sup>3</sup>
	> 10 a 20 m <sup>3</sup>	7,966	5,895	R\$/m <sup>3</sup>
	> 20 a 40 m <sup>3</sup>	10,036	7,427	R\$/m <sup>3</sup>
	> 40 a 200 m <sup>3</sup>	12,164	9,001	R\$/m <sup>3</sup>
Industrial	Fixa	28,52	21,11	R\$/mês
	0 a 5 m <sup>3</sup>	3,95	2,92	R\$/m <sup>3</sup>
	> 5 a 10 m <sup>3</sup>	5,922	4,382	R\$/m <sup>3</sup>
	> 10 a 20 m <sup>3</sup>	7,966	5,895	R\$/m <sup>3</sup>
	> 20 a 40 m <sup>3</sup>	10,036	7,427	R\$/m <sup>3</sup>
	> 40 a 200 m <sup>3</sup>	12,164	9,001	R\$/m <sup>3</sup>
Pública	Fixa	24,24	17,94	R\$/mês
	0 a 5 m <sup>3</sup>	3,74	2,77	R\$/m <sup>3</sup>
	> 5 a 10 m <sup>3</sup>	5,611	4,151	R\$/m <sup>3</sup>
	> 10 a 20 m <sup>3</sup>	7,546	5,584	R\$/m <sup>3</sup>
	> 20 a 40 m <sup>3</sup>	9,508	7,036	R\$/m <sup>3</sup>
	> 40 a 200 m <sup>3</sup>	11,525	8,529	R\$/m <sup>3</sup>
	> 200 m <sup>3</sup>	13,552	10,029	R\$/m <sup>3</sup>

RESOLUÇÃO ARSAE-MG 154, DE 28 DE JUNHO DE 2021

Vigência: agosto/2021 a julho/2022

**Cobrança do esgoto**

119. A tarifa de esgoto da Copasa apresenta faixa fixa + variável, conforme volume faturado de água.

**3.3.6 Compesa/PE**

**Tipo de tarifa**

120. É cobrada uma tarifa fixa de água tratada, mais a tarifa variável por metro cúbico. Além do mais, é realizada a cobrança de uma tarifa de água bruta que varia conforme a faixa de consumo. Quanto a cobrança de esgoto, os valores são diferentes para cada tipo de sistema implementado.

**Categorias de faixas de consumo**

121. A tarifa da Compesa apresenta faixa fixa + variável, conforme tabela abaixo.

## Diretoria de Regulação Econômica - DRE



### Tarifas de água tratada praticada pela Compesa/PE.

ÁGUA TRATADA		
Consumidores Medidos		
Categoria	Faixa de Consumo (litros)	Valor Reajustado (R\$)
Residencial - Tarifa Social	Até 10.000	10,56 por mês
Residencial	Até 10.000	50,50 por mês
	De 10.001 a 20.000	5,79 por 1.000 l
	De 20.001 a 30.000	6,88 por 1.000 l
	De 30.001 a 50.000	9,48 por 1.000 l
	De 50.001 a 90.000	11,23 por 1.000 l
Comercial	Até 10.000	74,30 por mês
	Acima de 10.000	14,73 por 1.000 l
Industrial	Até 10.000	93,10 por mês
	Acima de 10.000	19,73 por 1.000 l
Pública	Até 10.000	71,81 por mês
	Acima de 10.000	10,89 por 1.000 l
Consumidores Não Medidos		
Categoria	Faixa de Consumo	Valor Reajustado (R\$)
Residencial - Tarifa Social	Única	10,56 por mês
Residencial	Única	50,50 por mês
Comercial	Única	74,30 por mês
Industrial	Única	93,10 por mês
Público	Única	71,81 por mês
Fornecimento por Carro-pipa		19,71 por 1.000 l
Fornecimento por Carro-pipa - Órgão Público		2,74 por 1.000 l
Chafariz Público		2,74 por 1.000 l

### Tarifas de água bruta e esgotamento sanitário praticadas pela Compesa/PE.

ÁGUA BRUTA		
Categoria	Faixa de Consumo (m³)	Valor Reajustado (R\$)
Comercial e Industrial	De 5 l a 5.000	2,75 por m³
	Acima de 5.000 até 2.000	2,26 por m³
	Acima de 2.000	1,26 por m³

ESGOTAMENTO SANITÁRIO	
<b>Sistema Convencional</b>	
Ligação Convencional ou Ramal de Calçada - 100% da tarifa de água	
Ramal Condominial (operado pela comunidade) - 50% da tarifa de água	
<b>Sistema Simplificado</b>	
Ligação Convencional ou Ramal de Calçada - 80% da tarifa de água	
Ramal Condominial (operado pela comunidade) - 40% da tarifa de água	
<b>Dreno</b>	
Ligação Convencional ou Ramal de Calçada - 50% da tarifa de água	
Ramal Condominial (operado pela comunidade) - 30% da tarifa de água	
<b>Prédios em Construção</b>	
50% do valor dos serviços de esgotos estipulados no momento da ligação, cobrados até a concessão do Habite-se.	



Abdo, Ellery & Associados  
Consultoria Empresarial em Energia e Regulação

#### **Cobrança do esgoto**

122. A tarifa de esgoto da Compesa varia de acordo com o sistema implementado, o que significa dizer que em casos de sistemas convencionais, isto é, aqueles que atendem a diversas localidades, possuindo tratamento centralizado em uma única estação de tratamento, a cobrança é 100% da tarifa de água – casos com ligação convencional ou ramal de calçada.

123. Em sistemas descentralizados, onde normalmente se utilizam sistemas convencionais simplificados ou sistemas compactos que englobam as técnicas como lodos ativados, filtros percoladores, biodiscos, lagoas, wetlands, e filtros de areia enterrados, a cobrança é 80% da tarifa de água – casos com ligação convencional ou ramal de calçada.

124. Nesse sentido, observa-se que a estrutura tarifária da companhia para esgotamento sanitário leva em consideração o tipo de coleta e tratamento do efluente.

#### **3.4 Principais Observações da Experiência de Outros Reguladores**

125. A observação de outras experiências nacionais e internacionais mostra que não existe uma "fórmula mágica" que possa satisfazer todos os objetivos múltiplos e às vezes contraditórios que os reguladores/gestores procuram ao definir tarifas.

126. Ainda assim, existem estruturas tarifárias adequadas às diferentes necessidades, podendo haver diversos tipos de ganhos e perdas para os clientes e empresa. O sucesso pode ser alcançado ao "custo" de determinados grupos de consumidores que, na verdade, fornecem o subsídio cruzado. Portanto, uma questão fundamental é se esses subsídios cruzados são direcionados da forma mais apropriada. Os estudos de caso que buscam pesquisar as melhores soluções sob as perspectivas política, econômica, sociais e ambientais, são geralmente exigentes em dados, uma vez que cada caso depende do seu próprio contexto.

127. Portanto, suposições e conclusões devem ser consideradas com cuidado.

128. Além disso, os conflitos e as prioridades nas estruturas tarifárias, bem como a capacidade dos sistemas institucionais e físicos de lidar com eles, evoluem ao longo do tempo. Conforme afirma Martins et al. (2013)<sup>6</sup>:

*'A renda melhorada pode permitir que uma comunidade enfrente os custos necessários para obter serviços anteriormente inacessíveis, melhorias tecnológicas podem tornar seu fornecimento mais barato, instituições de governança mais eficazes podem surgir e processos de aprendizagem social podem gerar novas estruturas culturais que permitem que a comunidade aceite anteriormente inaceitáveis soluções.'*

---

<sup>6</sup> Martins, R., Cruz, L., Barata, E. & Quintal, C. (2013). *Assessing social concerns in water tariffs*. Water Policy 15, 193–211

## Diretoria de Regulação Econômica - DRE



Abdo, Ellery & Associados  
Consultoria Empresarial em Energia e Regulação

129. O objetivo de destacar as características-chave e o grau em que as estruturas tarifárias específicas atingem os objetivos locais leva os tomadores de decisão a propor soluções diferentes para avaliar as compensações inerentes e, portanto, o valor do estudo das estruturas tarifárias. Às vezes, os objetivos tarifários são escolhidos de forma inapropriada e com aplicação incorreta, colocando em risco o atendimento de outros objetivos conflitantes.

130. No que diz respeito a como os resultados desejados de uma determinada estrutura dependem da sensibilidade dos clientes ao receberem um sinal de preço, é necessário contextualizar, pois também podem depender das elasticidades de demanda de renda e tamanho do domicílio, reconhecer os métodos utilizados e como eles podem afetar os resultados alcançados.

131. Quanto aos tomadores de decisão no processo de fixação das tarifas, pode-se destacar que é comum a adoção de estruturas tarifárias semelhantes às praticadas no entorno das concessionárias, baseando-se em soluções semelhantes, e que tarifas específicas podem ser selecionadas de acordo com os propósitos dos gestores ou fatores exógenos específicos.

132. Na prática, devido a estratégias gerais *ad hoc*, algumas atividades regulatórias poderiam ser orientadas a fim de evitar situações de injustiça no acesso à água. Portanto, uma recomendação importante pode ser feita de acordo com Martínez-Espiñeira et al. (2012)<sup>7</sup>, que se baseia no estabelecimento de critérios vinculativos para orientar o desenho das tarifas. Esse tipo de regulação deve estabelecer diretrizes sobre aspectos como o número de blocos da estrutura tarifária, volumes de consumo por bloco e o estabelecimento de um preço mais homogêneo para o valor de tarifas de baixa renda.

133. Em suma, o regulamento deve introduzir elementos para promover justiça no estabelecimento das tarifas, mitigando preços excessivos para consumos básicos de água, evitando situações de injustiça entre os cidadãos no acesso à água potável.

134. O papel das estruturas tarifárias não pode ser negado como uma política valiosa na promoção da conservação da água e no aumento da igualdade social. De qualquer forma, embora o tipo de estrutura tarifária tenha um impacto significativo na demanda de água, o preço cobrado pela água deve estar relacionado, em grande parte, ao quanto é consumido. Sem dúvida, os atores responsáveis pela determinação da estrutura tarifária devem sempre dar ênfase considerável ao nível de preços das distintas classes de consumo e faixa de uso..

135. Além disso, diferentes países possuem diferentes necessidades. Existem vários países (principalmente os em desenvolvimento) que ainda requerem uma expansão significativa do sistema e, de forma concomitante, enfrentam escassez de água. Portanto, a disposição a pagar

---

<sup>7</sup> Martínez-Espiñeira, R., García-Valiñas, M. & González-Gómez, F. (2012). *Is the pricing of urban water services justifiably perceived as unequal among Spanish cities?* International Journal of Water Resources Development 28, 107–121.



Abdo, Ellery & Associados  
Consultoria Empresarial em Energia e Regulação

precisa ser medida em uma base local, o que certamente não é o mesmo para as diferentes culturas e características hidrológicas.

136. Mas, embora abordagens relativamente sofisticadas tenham sido desenvolvidas para simular ex-ante os impactos de vários sistemas tarifários, poucas dessas abordagens podem ser facilmente implantadas em nível local, sem envolver análises econométricas complexas, destacando, às vezes, um elo perdido entre acadêmicos e profissionais. Assim, é sugerido aqui um amplo conhecimento sobre fixação e desenho de tarifas, lembrando que todo o potencial ou mesmo, boas práticas, são inatingíveis se instituídos de forma isolada.

137. Se considerados cuidadosamente, os resultados obtidos na literatura podem ser agrupados de forma que o todo seja muito mais do que a soma das partes.

#### 4 RESPOSTAS ÀS QUESTÕES FORMULADAS

##### 4.1 Tema 1 – Modelo de composição tarifária

**Contexto:** Atualmente o modelo de composição vigente é o de tarifa “simples” por meio de blocos crescentes de consumo, sendo o bloco inicial o que se refere ao “consumo mínimo faturável” de 5m<sup>3</sup>. Na 1ª RTP foi aventada a possibilidade de sua alteração para um modelo de tarifa binômia na 2ª RTP, porém outras possibilidades podem ser avaliadas.

##### **Cenários a serem avaliados/receberem contribuições:**

- a) Manter tarifa em blocos com o consumo mínimo em 5m<sup>3</sup>;
- b) Manter tarifa em blocos e ampliar o consumo mínimo para 10m<sup>3</sup>, conforme estrutura tarifária anterior;
- c) Manter tarifa em blocos e reduzir o consumo mínimo, mas manter algum nível consumo mínimo;
- d) Substituir a tarifa em blocos com consumo mínimo por tarifa binômia (tarifa de custos fixo, sem consumo mínimo atrelado, somada a uma tarifa variável, de acordo com o volume efetivamente consumido);
- e) Outras formas de tarifação.

##### **Nossos comentários**

138. A estrutura tarifária construída em blocos crescentes de consumo (BCC) é a mais empregada na precificação dos serviços de saneamento. Segundo levantamento do Banco Mundial cerca de 70% das estruturas tarifárias do mundo são do tipo BCC, sendo que essa estatística também é observada na pesquisa internacional e em casos nacionais apresentados no decorrer do documento.

## Diretoria de Regulação Econômica - DRE



Abdo, Ellery & Associados  
Consultoria Empresarial em Energia e Regulação

139. Existem algumas razões que tornam esta estrutura bastante popular. A primeira delas é porque ela incentiva o consumo racional da água, na medida em que seus preços sobem quando aumenta o consumo dando assim um sinal de preço da escassez hídrica.

140. Outra razão muito relevante é que grande parte dos economistas associa o consumo de água ao nível de renda da população, ou seja, existe a crença de que a população de baixa renda tem consumos mais baixos do que os de alta renda pelo baixo poder aquisitivo. Desta forma, busca-se atender aspectos de equidade quando se fixa preços baixos para os níveis mais baixos de consumo. Esse ponto parece já estar bem consolidado tanto na literatura como com o que vem sendo praticado pela maioria pela maioria das Agências Reguladoras.

141. Com relação à tarifa binômica, houve uma grande discussão teórica se o melhor modelo de estrutura tarifária não seria uma estrutura binômica composta por uma parcela fixa e outra volumétrica.

142. A estrutura binômica surgiu na realidade como uma forma sub ótima de precificar os serviços pelo custo marginal, na medida que a parcela variável deve ser estabelecida com base neste custo. Como a cobrança baseada somente no custo marginal muitas vezes não permite alcançar o equilíbrio econômico-financeiro da concessionária, criou-se uma parcela fixa que é estabelecida pelo rateio uniforme dos custos fixos da prestação.

143. Muitas estruturas do tipo BCC passaram a incluir um volume inicial de consumo mínimo. A instituição desse consumo mínimo visa estabelecer uma espécie de franquia para recuperar uma parcela dos Custos Fixos para disponibilização da infraestrutura da rede. Nesse contexto, caso o usuário consuma dentro da faixa estabelecida, ele paga exatamente o mesmo valor de fatura.

144. Há duas principais críticas quanto a instituição dessa franquia. A primeira é que pode desincentivar um consumo mais consciente e eficiente, na medida em que o consumidor paga o mesmo valor se consumir pouco ou até o limite da faixa. Outro aspecto relevante é que pode haver algum subsídio cruzado às avessas dentro do limite do faturamento mínimo, o que pode ser crítico em uma faixa de consumo com unidades consumidoras de maior vulnerabilidade.

145. Por outro lado, instituir uma tarifa integralmente volumétrica também traz alguns efeitos deletérios, pois o maior custo da prestação do serviço de saneamento básicos consiste na disponibilização da infraestrutura.

146. Assim, se por um lado há um sinal de desincentivo na instituição de um consumo mínimo, por outro a adoção de uma tarifa totalmente volumétrica também traz sinais tarifários inadequados.

147. No caso da SANEPAR esse consumo mínimo era de 10 m<sup>3</sup> e passou a ser de 5 m<sup>3</sup>. Essa mudança tende a reduzir as duas externalidades negativas citadas, limitou a possibilidade de um consumo ineficiente e reduziu um pouco o efeito do subsídio cruzado às avessas dentro da mesma faixa inicial.

## Diretoria de Regulação Econômica - DRE



Abdo, Ellery & Associados  
Consultoria Empresarial em Energia e Regulação

148. Uma saída que vem sendo adotada por alguns Reguladores em algumas concessionárias, dentre os quais se destacam CAESB, SABESP e COPASA é adoção de uma tarifa com uma parte fixa (R\$/mês) e outra volumétrica (R\$/m<sup>3</sup>) em blocos crescentes e com diferenciação por classe.

149. Entende-se que essa pode ser uma solução interessante, que endereça a maioria dos problemas existentes na atual estrutura. No entanto, entende-se que a parte fixa deve ser muito bem calibrada, no sentido de não onerar em demasia os consumidores de menor poder aquisitivo.

150. Assim, entende-se que a opção que mais se amolda as necessidades apresentadas é a D), que sugere substituir a tarifa em blocos com consumo mínimo por tarifa binômica (tarifa de custos fixo, sem consumo mínimo atrelado, somada a uma tarifa variável, de acordo com o volume efetivamente consumido), ressaltando que a componente fixa de custos a ser estabelecida não poderá ter um valor expressivo, sob o risco de onerar as famílias de menor renda e gerar um efeito indesejado no aumento da inadimplência.

### 4.2 Tema 2 – Regionalização de tarifas

**Contexto:** A estrutura tarifária em vigor apresenta diferenciação regional para a tarifa de esgoto na cidade de Curitiba, mais onerosa que das demais localidades. Adicionalmente, para os municípios abastecidos pelos sistemas dos balneários de Pontal do Paraná, Guaratuba e de Matinhos ocorre uma cobrança sazonal, majorada em 20% em janeiro, fevereiro, março e dezembro, sendo reduzida no mesmo percentual nos meses de abril a novembro.

#### Cenários a serem avaliados/receberem contribuições:

- a) Manutenção do sistema de tarifa uniforme;
- b) Implantar diferenciação de tarifas por região.

#### Nossos comentários

151. O estado da arte diz que a precificação mais justa ocorre quando se cobra de cada consumidor o custo real da prestação de serviço em regime de eficiência. No entanto, muitas vezes existem dificuldades práticas para adotar este critério. Elas podem ocorrer, por exemplo, quando um concessionário opera uma área de serviço relativamente grande composta de muitos municípios que podem apresentar uma certa disparidade de renda, de densidade de consumidores e de disponibilidade de mananciais hídricos. Assim, a precificação de cada município baseada em seus próprios custos pode resultar uma tarifa que está acima do poder aquisitivo de sua população principalmente para aqueles de pequena população.

152. Para solucionar este impasse é necessário estabelecer um subsídio que pode ser feito por meio de duas alternativas: a primeira de forma direta através de recursos externos à empresa, com aportes do orçamento municipal ou do governo estadual; e a segunda de forma

## Diretoria de Regulação Econômica - DRE



Abdo, Ellery & Associados  
Consultoria Empresarial em Energia e Regulação

indireta através de um sistema de descontos e sobrepreços entre os usuários de todos os sistemas.

153. A primeira alternativa é mais neutra do ponto de vista microeconômico, pois não distorce o sinal de preços. No entanto, a presença de aportes de recursos externos torna os gestores menos preocupados com o controle de custos e, portanto, gera ineficiência. Adicionalmente, esse tipo de sistemática geraria vulnerabilidade do concessionário com relação à dependência de recursos públicos. Por outro lado, esse tipo de subsídio tende a reduzir o nível geral da tarifa para todos os clientes e, portanto, muitas vezes não conseguem atingir o público-alvo dos subsídios da maneira adequada

154. A segunda alternativa, denominada subsídio cruzado entre municípios, altera o sinal de preços e torna necessário a criação de tarifas regionais. Se as de distorções de preços produzidas por uma tarifa regional não forem muito significativas não devem ocorrer problemas.

155. Caso contrário deve-se procurar um modelo misto combinando subsídio cruzado com subsídios diretos. Para verificar o risco da ocorrência de problemas deve-se verificar como se distribuem em torno da tarifa média da concessionária. A análise desta faixa de variação é que pode determinar a aceitabilidade das tarifas regionais a serem propostas.

156. De forma mais direta, cabe destacar alguns pontos sobre a pertinência e capacidade de estabelecimento de tarifas regionalizadas.

157. Do ponto de vista conceitual, pode-se afirmar que a área de concessão é uma área de subsídios cruzados intrínsecos. Quanto maior a área de atendimento de um determinado provedor de serviços de água e esgoto, maior a possibilidade de compartilhamento de custos e despesas de consumidores de áreas mais distantes, onde há menos clientes e maiores custos marginais, com clientes de grande áreas, com maior quantidade de consumidores e custos marginais inferiores, permitindo que clientes dessas áreas possam contribuir de forma a equilibrar a arrecadação, com baixo impacto em suas tarifas, e promover tarifas mais adequadas e estáveis.

158. Outro aspecto de destaque é que a regionalização das tarifas pode trazer uma instabilidade tarifária, tornando-se muito onerosa para alguns consumidores. Tomemos como exemplo a necessidade de uma obra para atender o crescimento de demanda de um determinado município, caso esse município seja muito pequeno, ainda que a obra seja necessária e que os beneficie diretamente, na prática poderá se tornar inviável a sua cobrança por meio de regionalização de tarifas.

159. Nesse contexto, a adoção de uma tarifa única se coaduna com uma maior capacidade de absorção de impactos tarifários, o que é benéfico na redução de distorções e para propiciar maior estabilidade das tarifas.

## Diretoria de Regulação Econômica - DRE



Abdo, Ellery & Associados  
Consultoria Empresarial em Energia e Regulação

160. De fato, a adoção da mesma tarifa para uma mesma concessão é um fator de viabilização da concessão do ponto de vista econômico-financeiro e da capacidade de a concessionária realizar os investimentos previstos, levando-se em consideração à capacidade de pagamento dos consumidores, que é algo bem crítico no Brasil.

161. Isso não significa dizer que os subsídios cruzados não devam ser conhecidos, estudados e explicitados, pois pode-se constituir uma rica informação de inteligência de negócios. No entanto, entende-se que a aplicação de tarifas regionais deve ser evitada.

162. No entanto, cabe destacar uma questão importante sobre a tarifa aplicada aos municípios abastecidos pelos sistemas dos balneários de Pontal do Paraná, Guaratuba e de Matinhos, onde ocorre uma cobrança sazonal, majorada em 20% em janeiro, fevereiro, março e dezembro, sendo reduzida no mesmo percentual nos meses de abril a novembro. Aqui, não se trata de tarifas regionais, mas sim tarifas sazonais.

163. A diferença básica entre elas se dá devido às seguintes características: (i) não há determinação de uma tarifa para esses municípios que reflita seus custos de atendimento (água, coleta e tratamento de esgoto), sendo os valores cobrados associados a um percentual da tarifa de água e esgoto das demais localidades – fora de Curitiba; (ii) a tarifa acrescida de 20% é aplicada somente a 4 meses do ano, enquanto que a tarifa reduzida é aplicada nos demais meses, indicando uma sazonalidade associada ao aumento de população nos meses de verão. Sua concepção tem claramente o objetivo de dar um sinal de escassez nos meses de maior população (evitando assim desperdícios) e atribuir maior pagamento aos não residentes (responsáveis pelo fluxo de pessoas nesse período), compensando nos demais meses os residentes permanentes nessas localidades.

164. Entende-se, portanto, que embora as tarifas regionais devam ser evitadas pelas razões expostas, não há razão para coibir tarifas sazonais como as existentes para os municípios supracitados, desde que sejam estabelecidas a partir de tarifas homologadas.

165. Em resumo, do ponto de vista prático, a criação de tarifas regionais pode não ser justificável por várias razões:

- a. ausência de informação contábil e regulatória confiável e de uma sistemática de contabilidade regulatória bem estabelecida para promover a segregação de custos entre as diferentes regiões de atendimento, tanto no fornecimento de água, quanto no de esgoto;
- b. dificuldade em cobrar valores distintos a consumidores ditos “iguais”; em outras palavras, cobrar de um cliente em um local afastado, valores muito superiores ao cobrados perto dos grandes centros;
- c. apesar de mais caro o atendimento, a capacidade de pagamento de consumidores em localidades mais afastadas geralmente é menor, o que acarretaria tarifas maiores a clientes com menor capacidade de pagamento.

## Diretoria de Regulação Econômica - DRE



Abdo, Ellery & Associados  
Consultoria Empresarial em Energia e Regulação

166. No setor elétrico, onde a qualidade da informação contábil e regulatória vem se consolidando por décadas, não há diferenciação de tarifas entre regiões numa mesma área de concessão. Mesmo sendo setores distintos, com formas distintas de atendimento, o entendimento é que as mesmas áreas atendidas por uma empresa deverão promover tarifas idênticas para cada tipo de consumo (ex: residencial, comercial, industrial, etc.).

167. Assim, entende-se que a alternativa que sugere que manutenção do sistema de tarifa uniforme é a que melhor se adequa às características do setor de saneamento básico brasileiro e a que melhor atende aos princípios básicos de equidade e acesso ao serviço.

### 4.3 Tema 3 – Tipo de serviço

**Contexto:** As tarifas vigentes são distintas para água e esgoto, sendo para a última, um percentual do valor da primeira.

#### Cenários a serem avaliados/receberem contribuições:

- a) Manter a forma de cobrança da tarifa de esgoto, como percentual da tarifa de água;
- b) Definir uma tarifa específica para os serviços de esgoto;
- c) Manter unificados as tarifas para coleta e tratamento de esgoto;
- d) Distinguir tarifas para coleta e tratamento de esgoto;
- e) Diferenciação de tarifas de acordo com diferentes padrões de uso ou qualidade requerida.

#### Nossos comentários

168. Do ponto de vista teórico, considerando que a tarifa deve refletir o custo da prestação de cada tipo de serviço e que eles em geral apresentam grande diferenciação entre si, a aplicação de uma tarifa por tipo de serviços é algo razoável.

169. Contudo, como o custo do serviço de esgoto tende a ser superior ao de água, existe uma tendência a fixar sua tarifa dissociada dos seus custos e com base na tarifa de água. Esta prática de subsídios cruzados entre serviços é generalizada muitas vezes pela ausência de uma contabilidade custos apropriados para mensurar devidamente o custo dos serviços de forma separada.

170. Adicionalmente, a prática de adotar a mesma tarifa para água e esgoto também propicia um colchão tarifário para absorção do impacto tarifário dos investimentos em tratamento de esgoto, que tendem a ser mais onerosos do que os de tratamento de água. Aqui há um subsídio cruzado entre os serviços, que é importante para viabilizar a universalização do serviço de tratamento de esgoto.

## Diretoria de Regulação Econômica - DRE



Abdo, Ellery & Associados  
Consultoria Empresarial em Energia e Regulação

171. É preciso destacar que o novo marco do saneamento deu uma relevância muito grande para a universalização do saneamento básico, que pode ser prejudicado pela definição de tarifas de água e de esgoto dissociadas, pois haveria uma tendência de elevação tarifária para os consumidores que já tivessem o serviço de esgoto.

172. Conforme apresentado na pesquisa, a maioria das companhias de saneamento faz a cobrança da tarifa de esgoto como percentual da tarifa de água, como por exemplo no caso da CAESB e da ADASA.

173. A definição de uma tarifa específica para esgoto exige alguns pressupostos básicos, sendo o principal uma contabilidade regulatória estabelecida, com uma sistemática definida que permita a segregação dos custos por serviço prestado a partir de um critério de rateio.

174. Diante da experiência de outros reguladores, observa-se que muitos adotam a cobrança de esgoto baseada no percentual da tarifa de água, a fim de determinar uma tarifa justa tanto para a prestadora que oferece o serviço quanto para o usuário que o utiliza, mantendo, com isso, o equilíbrio econômico-financeiro.

175. Ainda que a sugestão seja de manter a tarifa de água e esgoto, entende-se ser salutar uma discussão sobre critérios de rateio para segregação de custos de água e esgoto. Com isso, em um primeiro momento, os subsídios cruzados podem ser conhecidos para, em um segundo momento, haver uma dissociação das tarifas de água e de esgoto.

176. Portanto, entende-se que a continuidade da tarifa de esgoto baseada no percentual da tarifa de água é o caminho mais simples, factível e recomendado para a SANEPAR nesse momento.

#### 4.4 Tema 4 – Faixas de consumo

**Contexto:** Com exceção da tarifa social, que dispõe de três faixas de consumo, para as demais categorias de usuários são definidas seis faixas de consumo (ou blocos de consumo), dispostos como: até 5m<sup>3</sup>; 6 a 10m<sup>3</sup>; 11 a 15m<sup>3</sup>; 16 a 20m<sup>3</sup>; 21 a 30m<sup>3</sup>; maior que 30m<sup>3</sup>.

##### Cenários a serem avaliados/receberem contribuições:

- a) Intensificar o nível de progressividade do aumento das tarifas nas faixas (blocos) de consumo;
- b) Atenuar o nível de progressividade do aumento das tarifas nas faixas (blocos) de consumo;
- c) Ampliar a quantidade de faixas (blocos) de consumo;
- d) Reduzir a quantidade de faixas (blocos) de consumo.

##### Nossos comentários

## Diretoria de Regulação Econômica - DRE



Abdo, Ellery & Associados  
Consultoria Empresarial em Energia e Regulação

177. As faixas de consumo procuram refletir um perfil de demanda adequado e representativo dos clientes de uma companhia. Nesse contexto, o consumo médio de cada faixa deve necessariamente representar os consumos típicos e passar pela curva de demanda desse perfil de consumo. Dessa maneira, ao se estabelecer estas faixas de forma aderente, seria possível fixar valores próximos aos preços pelos quais estes serviços seriam demandados segundo a curva de demanda daquele grupo de consumidores.

178. O grande problema no estabelecimento das faixas de consumo consiste no fato de que, em geral, não se conhece perfeitamente as curvas de demanda. Dessa maneira, são realizadas análises gerais de perfil de consumo por classe, resultando em faixas estipuladas de forma arbitrária, mas que refletem de certa forma o comportamento dos consumidores. Porém, sempre há o risco de distorção do sinal de preço correto que a tarifa deveria representar.

179. A quantidade de faixas estabelecidas não é muito relevante, sendo mais importante estabelecer certos limites para variação dos valores tarifários entre as faixas de modo a que se evite perder o sinal de preços.

180. Quando esta perda de sinal ocorre, podemos intuir, no caso de uma tarifa excessivamente alta, a saída da rede de grandes consumidores, que geralmente são os principais financiadores do subsídio cruzado implícito neste tipo de precificação. Por outro lado, ao fixar valores muito baixos para as faixas iniciais de consumo, pode-se estar induzindo os consumidores de baixa renda a um consumo além dos necessários para o uso racional da água.

181. Uma forma de diminuir este problema seria realizar uma pesquisa domiciliar para estimar as curvas de demanda para cada tipo de serviço e para cada categoria de consumidor. Na impossibilidade de realizar esta pesquisa, a alternativa é utilizar os resultados de outros estudos que tenham sido realizados adotando os valores estimados de suas elasticidades para cada grupo de consumidor.

182. De forma mais objetiva em relação os questionamentos propostos, sobre a intensificação ou atenuação do nível de progressividade das tarifas nas faixas (blocos) de consumo, entendemos que, para consumos básicos, os valores a serem cobrados devem ser módicos. Consumos básicos de água para subsistência não deverão ter tarifas excessivas, sob pena de onerar consumidores de menor poder aquisitivo.

183. Na estrutura tarifária atual, há uma franquia de  $5\text{m}^3$  de consumo. Na faixa seguinte, consumos até  $10\text{m}^3$  possuem valores baixos na tarifa volumétrica, pois representam boa parte do consumo usual de água. O primeiro bloco de consumo, para todas as classes, de  $5\text{m}^3$  a  $10\text{m}^3$ , possui tarifas volumétricas cerca de 5 vezes menores do que o bloco seguinte de  $11\text{m}^3$  a  $16\text{m}^3$ . Tal relação entre tarifas não é inadequada, uma vez que a sinalização tarifária é de permissão de consumo até  $10\text{m}^3$ , destinado a usos básicos, já considerando a franquia de  $5\text{m}^3$ . No entanto, as tarifas volumétricas acima de  $11\text{m}^3$  indicam um sinal saudável de racionalização dos recursos.

184. Sobre a ampliação ou redução da quantidade de faixas de consumo, entendemos que é uma possibilidade a ser explorada. Para tal, são necessários estudos onde se elaborem

## Diretoria de Regulação Econômica - DRE



Abdo, Ellery & Associados  
Consultoria Empresarial em Energia e Regulação

histogramas de quantidade de clientes e consumos, por classe de consumo, enquadráveis em cada faixa, de modo a se determinar se as atuais faixas são adequadas para cobrança, e se refletem de fato o perfil de consumo dos clientes.

185. Em análise preliminar, nota-se que a atual estrutura tarifária é bastante homogênea, possuindo a mesma quantidade de faixas de consumo e intervalos das faixas para todos os tipos de consumidores, exceto os aplicáveis à tarifa social. Tal estrutura não parece adequada, uma vez que clientes comerciais e industriais, por exemplo, tendem a ter consumos maiores do que clientes residenciais. Dessa maneira, é possível unificar e criar novas faixas de consumo para certas classes de consumo, em função do mencionado estudo.

186. Nesse sentido, cabe destacar que as perguntas propostas para esse tema não devem ser respondidas de forma separada, mas sim de maneira conjunta, uma vez que qualquer ampliação de sinal tarifário ou mudança nas faixas de consumo poderá impactar no faturamento da companhia. Ademais, a adoção de uma tarifa fixa cobrada por clientes, com a extinção da franquia de consumo de  $5\text{m}^3$ , também deve necessariamente ser considerada nesse contexto.

Assim, a conclusão é que as opções deverão ser consideradas de maneira conjunta, sempre avaliando a capacidade de pagamento das classes menos favorecidas, o volume básico de uso, e a representatividade da quantidade de clientes e perfil de consumo nas distintas classes propostas.

### 4.5 Tema 5 – Categorias de usuários

**Contexto:** A estrutura tarifária atual distingue valores para cinco categorias de usuários, sendo uma delas a da tarifa social.

#### **Cenários a serem avaliados/receberem contribuições:**

- a) Aproximar os valores tarifários cobrados das diferentes categorias de usuários;
- b) Intensificar a diferenciação dos valores tarifários cobrados das diferentes categorias de usuários;
- c) Ampliar a quantidade de categorias de usuários;
- d) Reduzir a quantidade de categorias de usuários.

#### **Nossos comentários**

187. A utilização de categorias de consumidores para efeitos de precificação dos serviços é uma forma de abordagem que busca adequar as tarifas as curvas de demanda. A experiência demonstra que existe uma tendência a estabelecer uma quantidade de categorias que reflita os diferentes tipos de uso e atividades econômicas envolvidas. Devido à falta de um adequado conhecimento da curva de demanda dos diferentes tipos de consumidores, assume-se que,

## Diretoria de Regulação Econômica - DRE



Abdo, Ellery & Associados  
Consultoria Empresarial em Energia e Regulação

para usos e atividades econômicas semelhantes, o perfil de consumo também deve ser semelhante, o que torna a segregação tarifária por classe de consumo uma boa proxy para a expectativa de uso e faturamento de clientes semelhantes.

188. A criação de muitas classes de consumo não é garantia de uma boa representação do mercado, mas pode mitigar potenciais riscos de arrecadação. Por outro lado, a adoção de tarifas únicas para todos os tipos de clientes, pode gerar distorções significativas no sinal de preço.

189. Neste sentido a maneira mais simples de diminuir este risco seria estabelecer, como mínimo, duas categorias: uma categoria residencial e outra categoria não residencial. Dentro de cada uma delas, pode-se estabelecer subcategorias que reflitam, como por exemplo, no caso residencial, o poder aquisitivo dos consumidores (baixa e alta renda) e no caso não residencial a escala do empreendimento (pequeno, médio e grande). Dessa maneira, essa forma de categorização diminuí muito a necessidade de estabelecer múltiplas tabelas facilitando um melhor entendimento das tarifas que estão sendo praticadas.

190. Atualmente, a estrutura tarifária da Sanepar possui tarifas aplicáveis a 5 classes de consumo: (i) Tarifa Social; (ii) Residencial Normal, (iii) Micro e Pequeno Comércio, (iv) Comercial, Utilidade Pública e Poder Público; e (v) Industrial; além de um desconto de 50% associado à tarifa volumétrica para Entidades Filantrópicas, em relação às tarifas da classe Comercial.

191. Da análise, as classes de consumo hoje disponíveis são bastante comuns, e encontram respaldo nas demais experiência verificadas em outras empresas. Dessa maneira, por uma questão de estabilidade e previsibilidade de recuperação de receitas, não entendemos como crítico ou adequada a extinção de classes nesse momento.

192. Por outro lado, a aproximação ou intensificação da diferenciação dos valores tarifários cobrados das distintas categorias de usuários não pode ser respondida de forma categórica. Para sua correta determinação seria necessária a realização de um estudo específico sobre os custos refletidos de atendimento para cada classe de consumo hoje existentes, de modo a identificar se as diferenças relativas entre valores cobrados nas tarifas são adequadas.

193. Embora o estado da arte preceitue que tal estudo é fundamental, atualmente as tarifas não guardam esse conceito de custos refletidos. De forma complementar, é sabido que há a existência de subsídios cruzados na estrutura e, mudanças significativas no sinal tarifário, podem acarretar incentivos perversos, onerar a capacidade de pagamento de certas classes e comprometer a capacidade de arrecadação da companhia.

194. Dessa maneira, recomenda-se num primeiro momento a manutenção de uma proporção relativa semelhante à atual praticada, de modo a promover maior previsibilidade de pagamento para os consumidores e de faturamento para a Sanepar.

195. Por fim, cabe sempre destacar que a discussão aqui proposta é de amplo espectro e possui diferentes soluções corretas, não sendo recomendável que tais análises sejam

## Diretoria de Regulação Econômica - DRE



Abdo, Ellery & Associados  
Consultoria Empresarial em Energia e Regulação

promovidas de maneira individual por tema, mas sim considerando todas as questões propostas de forma unificada, de modo a se analisar os benefícios e prejuízos decorrentes das alterações para ambas as partes.

### 4.6 Tema 6 – Tarifa social

**Contexto:** A tarifa social é calculada como um percentual de cerca de 26% da tarifa de água aplicada à categoria residencial normal na primeira faixa de consumo.

#### Cenários a serem avaliados/receberem contribuições:

- a) Ampliar a diferença de valor dentre a tarifa social e as residenciais normais;
- b) Reduzir a diferença de valor dentre a tarifa social e as residenciais normais.

#### Nossos comentários

196. Para estabelecer uma tarifa social mais justa possível o regulador deve ter em conta dois aspectos importantes.

197. O primeiro é dar a mesma um caráter inclusivo. Para tal, é importante revisitar os conceitos sobre tratamento dos subsídios já comentados nesse documento. Em linha gerais, para atender os objetivos de inclusão, é necessário observar os seguintes pontos:

- (i) Necessidade genuína: É importante questionar desde o início se algum um determinado grupo de consumidores de água realmente merece um subsídio e, em caso afirmativo, por quê;
- (ii) Segmentação precisa: Identificar os indivíduos que pertencem a esse grupo-alvo. O risco de uma identificação incorreta é promover subsídios a famílias que por acaso atendem aos critérios de elegibilidade, mas que não são genuinamente necessitadas;
- (iii) Baixo custo administrativo: Embora seja importante selecionar cuidadosamente os clientes para elegibilidade ao subsídio, o processo de seleção pode ser bastante caro em termos administrativos; e
- (iv) Sem incentivos perversos: O uso de estruturas de tarifas de água como meio de redistribuir renda entre diferentes grupos de consumidores pode levar a sérios conflitos com o objetivo de eficiência econômica, sustentabilidade financeira e ambiental, porque muitas vezes introduz incentivos perversos para as famílias usarem ou não usarem água.

198. O segundo, é garantir sua modicidade atrelada ao poder aquisitivo da população a ser beneficiada. Ou seja, os consumos básicos devem ser tarifados necessariamente de maneira módica, permitindo que a população de baixo poder aquisitivo possa fazer uso da água

## Diretoria de Regulação Econômica - DRE



Abdo, Ellery & Associados  
Consultoria Empresarial em Energia e Regulação

necessária para sua subsistência, sem, no entanto, comprometer uma parte importante de seu orçamento familiar

199. Para o primeiro aspecto é necessário inicialmente verificar que parcela da população necessita de subsídio e qual o tipo de subsídio é necessário. Para os usuários ainda não conectados à rede, por exemplo, é necessário o subsídio do custo da conexão e/ou o subsídio do custo das instalações intradomiciliárias. Para o usuário já conectado, o subsídio pode ser desenhado para que ele possa usar os serviços na forma que seja sanitariamente adequada: com garantias de uso mínimo de água e coleta tratamento de esgoto. Identificadas as demandas, será necessário identificar efetivamente toda a população que teria direito ao benefício que esta política pública de inclusão tem por objetivo.

200. Para a segunda questão, a fixação do valor deve ser atrelada ao poder aquisitivo da população alvo da tarifa social. Em outras palavras a tarifa social não deve ser mensurado em função de quantos por cento da tarifa de água, mas sim em porcentagem da renda média comunidade a ser beneficiada. No entanto, a fixação desta porcentagem deve necessariamente considerar o equilíbrio econômico-financeiro da concessionária, ou seja, levando em consideração o número de pessoas cadastradas e o desconto que vai ser dado para que onde o indivíduo de baixa renda tenha acesso ao serviço.

201. Sobre ampliar ou reduzir a diferença de valor entre a tarifa social e a residencial, entendemos que essa questão não pode ser tratada de forma independente. Várias questões propostas tratam de mudanças significativas, como a extinção da franquia hoje atualmente praticada de 5m<sup>3</sup>, inclusão de uma tarifa de custo fixo, ampliação ou redução das tarifas de consumo e ampliação ou redução de faixas e mudança nas classes. Uma resposta categórica nesse tema não seria pertinente. O tratamento deve necessariamente ser realizado de forma conjunta, observando todas as alterações propostas e analisando os impactos nessa classe.

202. Para uma resposta mais assertiva, o correto é determinar a capacidade de pagamento dos consumidores aplicáveis à tarifa social, identificando o custo associado a seus usos de água e esgoto em comparação à renda familiar, além da definição de um consumo mínimo de subsistência. Com base nisso, é possível determinar se a tarifa é adequada para o volume de consumo permitido para essas famílias, e desenhar o restante da estrutura de modo a atender os objetivos econômico-financeiros da companhia.

203. Por prudência, recomenda-se que, nesse momento, seja mantida uma proporção semelhante entre as tarifas aplicáveis aos consumidores residenciais e sociais, uma vez que tal diferença já é percebida hoje e, em tese, promoveria impactos menos significativos para os consumidores e para o faturamento da empresa.

204. No entanto, destaca-se mais uma vez, a alteração de quaisquer valores cobrados aos clientes de tarifa social, deverão ser estudados de forma conjunta com as demais mudanças propostas.

## Diretoria de Regulação Econômica - DRE



Abdo, Ellery & Associados  
Consultoria Empresarial em Energia e Regulação

### 4.7 Tema 7 – Outros temas

**Contexto:** Caso seja homologada uma nova estrutura tarifária, é possível que seja implantada de forma progressiva, a exemplo de como está sendo realizado pela Arsesp para a prestadora Sabesp. Além disso, é possível a avaliação de novas formas de tarifa, que possam ser diferentes de acordo com situações de escassez hídrica, horário de consumo, características de qualidade, dentre outros itens.

#### Cenários a serem avaliados/receberem contribuições:

- a) Forma ou momento para a transição da estrutura tarifária vigente para a versão atualizada;
- b) Estabelecimento de tarifa horosazonal, com diferenciação de valores pelo consumo realizado de acordo com o horário do dia e de acordo com a época do ano;
- c) Adoção de tarifas dinâmicas, considerando situações de escassez hídrica ou outras
- d) Situações que requeiram maiores ou menores incentivos sobre o consumo.

#### Nossos comentários

205. Entende-se importante a adoção de uma transição suave da estrutura tarifária vigente para atualizada, onde o prazo para atingimento do alvo estabelecido deve estar associado ao impacto tarifário nas classes de consumo e nos seus estratos.

206. Sobre a adoção de uma tarifa horosazonal, ainda se entende que não é o momento para o setor de saneamento, principalmente pelo custo de substituição dos medidores sem um benefício claro. O atual momento do setor exigirá recursos substanciais para promover a universalização dos serviços, que não podem concorrer com outros investimentos.

207. Sobre a tarifa de escassez hídrica, entende-se que pode ser uma boa iniciativa para dar sinal de preços adequados aos consumidores. A adoção de um componente externo à estrutura tarifária, como o adotado no setor elétrico por meio das bandeiras tarifárias, pode sinalizar de forma mais adequada o custo da escassez, fomentando uma melhor eficiência alocativa. Os recursos oriundos dessa tarifa seriam externos à receita requerida da concessionária e seriam revertidos periodicamente, por exemplo a cada reajuste/revisão tarifária, para a modicidade tarifária.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

208. O presente documento teve como objetivo principal apresentar algumas orientações e respostas aos questionamentos propostos no âmbito Tomada de Subsídios AGEPAR nº 001/2022 para Discussão da Estrutura Tarifária da 2ª Revisão Tarifária Periódica da Sanepar.

209. Para tal, entendeu-se como fundamental, antes de adentrar às questões propriamente ditas, apresentar aspectos conceituais e teóricos acerca do estado da arte da definição de

## Diretoria de Regulação Econômica - DRE



Abdo, Ellery & Associados  
Consultoria Empresarial em Energia e Regulação

estruturas tarifárias, identificando os objetivos, dimensões a serem consideradas e como se relacionam, diferentes tipos de estrutura tarifárias existentes na teoria, com suas vantagens, desvantagens e aplicações, e na prática, através da apresentação da experiência de outros reguladores no Brasil e pelo mundo, além de uma breve discussão sobre o tratamento dos subsídios.

210. Com base no exposto, as respostas e considerações de cada tema tiveram algumas premissas básicas.

211. A primeira delas foi o embasamento ao estado da arte do que vem sendo praticado no Brasil e no Mundo. Pelo observado, a prática para determinação de estruturas tarifárias não é extremamente heterogênea, respeitando em linhas gerais alguns desenhos básicos como consumo por faixa, tarifas fixas e volumétricas, tarifas distintas por classe de consumo, existência de tarifas sociais e subsídios cruzados.

212. A segunda premissa foi simplicidade e estabilidade regulatória. Atualmente, a estrutura tarifária contém um sinal de preços conhecido por parte dos consumidores e empresa. Alterações profundas poderão impactar a percepção de custos por parte dos consumidores, levando à efeitos indesejados como inadimplência e, por conseguinte, afetar de forma importante a arrecadação por parte da prestadora do serviço. Dito de outra forma, todas as contribuições vão no sentido de prudência e parcimônia ao se propor alterações na estrutura e valores cobrados, de modo a não promover grandes alterações nos valores cobrados aos clientes e preservar a receita da concessionária.

213. A terceira premissa foi capacidade de pagamento dos consumidores de menor renda. Entende-se que a água é um bem essencial à vida. Dessa maneira, deve-se garantir que a estrutura tarifária permita um acesso não excessivamente caro a consumos menores para subsistência. Ademais, o serviço de esgotamento sanitário é essencial para o bem-estar da população e saúde pública, de modo que seu acesso à população de menor renda, que geralmente é mais afetada por questões de falta de saneamento, também deve considerar necessariamente a capacidade de pagamento.

214. A quarta premissa foi uma sinalização adequada para a escassez do recurso água. De forma complementar à premissa anterior, entende-se que os consumidores em geral deverão ter acesso a determinado volume de água, para seus diferentes usos, com valores adequados, não excessivamente altos. No entanto, para consumos acima de certos patamares, entende-se que a sinalização de preços deve indicar aos consumidores um uso racional.

215. A seguir, é apresentado um breve resumo das principais considerações para cada um dos temas, indicando quando possível uma opção recomendada, com algumas observações adicionais.

## Diretoria de Regulação Econômica - DRE



Tema	Opção Recomendada (Se aplicável)	Observações
Tema 1 – Modelo de composição tarifária	d) Substituir a tarifa em blocos com consumo mínimo por tarifa binômica (tarifa de custos fixo, sem consumo mínimo atrelado, somada a uma tarifa variável, de acordo com o volume efetivamente consumido).	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Desde que a tarifa fixa seja baixa, de modo a não onerar os consumidores de baixa renda, nem comprometer pagamento.</li> <li>- As tarifas variáveis (volumétricas) para consumos básicos também não deverão ser elevadas.</li> </ul>
Tema 2 – Regionalização de tarifas	a) Manutenção do sistema de tarifa uniforme.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Do ponto de vista conceitual, a área de concessão é uma área de subsídios cruzados intrínsecos.</li> <li>- Difícil explicar e promover tarifas distintas a consumidores semelhantes.</li> </ul>
Tema 3 – Tipo de serviço	a) Manter a forma de cobrança da tarifa de esgoto, como percentual da tarifa de água.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- O setor no geral, não possui detalhamento suficiente para promover esse tipo de abertura tarifária.</li> <li>- É prática comum a adoção de uma relação percentual das tarifas de esgoto em relação às tarifas de água (chegando a uma relação de 1 para 1 em alguns casos).</li> </ul>
Tema 4 – Faixas de consumo	Sem opção definida. São necessários estudos complementares.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Sobre a intensificação ou atenuação do nível de progressividade das tarifas nas faixas (blocos) de consumo, entendemos que, para consumos básicos, os valores a serem cobrados devem ser módicos.</li> <li>- Sobre a ampliação ou redução da quantidade de faixas de consumo, entendemos que é uma possibilidade a ser explorada, principalmente para as classes comercial e industrial.</li> </ul>
Tema 5 – Categorias de usuários	<p>Sem opção definida para aproximação ou intensificação da diferenciação dos valores tarifários cobrados das distintas categorias de usuários.</p> <p>Manter as atuais classes de consumo.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Recomenda-se num primeiro momento a manutenção de uma proporção relativa semelhante à atual praticada, de modo a promover maior previsibilidade de pagamento e de faturamento.</li> <li>- Por uma questão de estabilidade e previsibilidade de recuperação de receitas, não entendemos como crítico ou adequada a extinção de classes nesse momento.</li> </ul>
Tema 6 – Tarifa social	Sem opção definida. São necessários estudos complementares.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Para uma resposta mais assertiva, o correto é determinar a capacidade de pagamento dos consumidores aplicáveis à tarifa social, identificando o custo associado a seus usos de água e esgoto em comparação à renda familiar, além da definição de um consumo mínimo de subsistência</li> </ul>
Tema 7 – Outros temas	São necessários estudos complementares para as diferentes questões propostas	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Entende-se importante a adoção de uma transição suave da estrutura tarifária vigente para atualizada.</li> <li>- Sobre a adoção de uma tarifa horosazonal, ainda se entende que não é o momento para o setor de saneamento, principalmente pelo custo de substituição dos medidores sem um benefício claro.</li> <li>- Sobre a tarifa de escassez hídrica, entende-se que pode ser uma boa iniciativa para dar sinal de preços adequados aos consumidores.</li> </ul>

216. Sobre as questões colocadas nessa tomada de subsídios, entende-se no geral que os temas propostos pela Agepar estão adequados e são pertinentes nesse tipo de discussão. No entanto, cabe ressaltar que algumas questões ainda estão longe da realidade do setor de saneamento, como por exemplo, a regionalização de tarifas, tarifas horosazonais e outras

## Diretoria de Regulação Econômica - DRE



Abdo, Ellery & Associados  
Consultoria Empresarial em Energia e Regulação

formas de tarifação, tarifas separadas de coleta e tratamento de esgoto e tarifas por diferentes padrões de qualidade.

217. Muitas das questões levantadas acima requerem uma grande preparação teórica, com amplo debate e elaboração de arcabouço regulatório específico (como implementação de uma contabilidade regulatória), e preparação prática, com mudanças nos sistemas de controle e contabilidade da empresa e substituição de medidores.

218. Entende-se que mudanças dessa natureza seriam disruptivas, devendo ser amplamente debatidas de forma prévia, com estudos de impacto regulatório e previsão em agenda regulatória e, quando implementadas, feitas de forma mais parcimoniosa e estruturada.

219. Dessa forma, os mecanismos necessários para promoção das mudanças devem ser feitos necessariamente antes das mudanças propriamente ditas, podendo eventuais testes serem feitos de forma mais localizada por meio de *sandboxes* regulatórios<sup>8</sup>, possibilitando ambiente isolados e seguro de novas aplicações/funcionalidades.

220. Por fim, para as etapas posteriores decorrentes dessa presente discussão, entende-se que a melhor condução é trabalhar sobre uma proposta concreta de estrutura tarifária realizada em conjunto pela prestadora de serviços e o ente regulador. A partir das interações pertinentes então se processaria a Consulta Pública para contribuições da sociedade. A razão para tal reside no fato de que a prestadora de serviços é a melhor conhecedora do seu mercado e, dessa maneira, pode contribuir com uma proposta que melhor atenda os objetivos tanto da sociedade quanto os apresentados nesse documento, ponderando através de estudos, soluções de menor impacto para seus consumidores e mitigando potenciais efeitos de faturamento.

221. Em função dos resultados obtidos e do grau de mudanças decorrentes dos debates, será possível estabelecer uma forma de implementação da nova estrutura tarifária, que deverá necessariamente considerar os impactos no pagamento dos consumidores e faturamento da empresa. De qualquer maneira, cabe destacar que mudanças profundas na estrutura implicam necessariamente em um maior período de transição sua para implementação, promovendo impactos mais gradativos. Por outro lado, quanto menor forem os ajustes e os impactos decorrentes, mais rápida serão implementadas as mudanças, podendo, no limite, ser feita de maneira imediata.

---

<sup>8</sup> O *Sandbox* Regulatório é uma iniciativa prática em que, por meio de um ambiente controlado pelos reguladores, permite que as empresas possam testar projetos e situações inovadoras, englobando produtos ou serviços experimentais, dentro de um mercado real.

**Contribuição nº: 332**

CPF/CNPJ: [REDACTED]

Nome/Razão Social: Instituto de Conservação Ambiental The Nature Conservancy do Brasil

E-mail: [REDACTED]

Contribuição ao tema 1:

-

Contribuição ao tema 2:

-

Contribuição ao tema 3:

-

Contribuição ao tema 4:

-

Contribuição ao tema 5:

-

Contribuição ao tema 6:

-

Contribuição ao tema 7:

Em atenção à Tomada de Subsídios nº 001/2022 que trata da alteração e a modernização da estrutura tarifária dos serviços públicos de saneamento básico prestados pela Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR, apresentamos aqui as sugestões do Instituto de Conservação Ambiental The Nature Conservancy do Brasil (TNC). Dentro do saneamento, particularmente o componente de abastecimento público passa por um momento bastante sensível, onde a crise hídrica ainda não esmaeceu de nossas memórias e as mudanças climáticas deixam evidente que o setor precisa adaptar-se a uma nova realidade para mitigar o cenário de escassez e risco hídrico. O papel da regulação, neste sentido, é de mais alta relevância. A Nota Técnica no 5/2021 é bastante clara quanto ao foco desta tomada de subsídios e quanto à conceituação de estrutura tarifária. No entanto, como a tomada de subsídios dá início às discussões para a modernização da estrutura tarifária da Sanepar, optamos por não deixar de apresentar nosso ponto de vista, que julgamos ser oportuno e relevante para o debate relativo à modernização do setor de saneamento. Neste momento de escolhas estratégicas, a contribuição da TNC é bastante específica no sentido de sugerir a atualização de alguns conceitos inerentes ao setor

## Diretoria de Regulação Econômica - DRE

de saneamento. Atualmente, mais da metade da população mundial vive em cidades e bacias hidrográficas estão sendo degradadas em todo o mundo em função da conversão de ambientes naturais, do inadequado planejamento territorial e da expansão urbana. Sinais de alerta relativos à segurança climática e hídrica são diversos. Os relatórios de avaliação do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas da ONU referentes ao estado da arte sobre as mudanças climáticas, seus impactos e riscos futuros, acumulam evidências de que eventos climáticos extremos estão se tornando mais frequentes e mais intensos (IPCC, 2022). Segundo o Fórum Econômico Mundial (WEF), garantir o abastecimento adequado de água potável é um dos desafios globais mais urgentes. Em seu último relatório de riscos à economia global, as falhas de tomada de ação relacionados a extremos climáticos e hidrológicos são classificadas entre os dez principais riscos, tanto em termos de probabilidade quanto de impacto (WEF, 2021). Nos últimos 10 anos, os relatórios de risco do WEF vêm destacando crises de abastecimento relacionados a condições meteorológicas extremas dentre os riscos globais mais significativos (WEF, 2019). Esta situação não é novidade para a Região Metropolitana de Curitiba nem para outras regiões do estado, que vem recorrentemente enfrentando situações de escassez hídrica levando seus sistemas de abastecimento de água ao limite da capacidade, causando perdas econômicas e impactando a qualidade de vida da população. Estratégias convencionais de gestão de recursos hídricos focadas principalmente em intervenções de engenharia (barragens e reservatórios, integração de sistemas/transferências entre bacias, etc.) têm limites para garantir a segurança hídrica, especialmente com as mudanças climáticas e a crescente demanda de água. Por outro lado, a conservação e a restauração de bacias hidrográficas, principalmente aquelas que abastecem as cidades – os mananciais – é indispensável para garantir o suprimento de água no longo prazo com qualidade e em quantidade, provendo resiliência aos sistemas de abastecimento. Portanto, as soluções baseadas na natureza (SbN) - ou infraestrutura verde - surgem como uma opção adicional no portfólio de políticas das cidades para buscar a segurança hídrica e como objeto necessário e essencial à operação do setor de saneamento. Estudos da TNC, realizados no Sistema Cantareira, no estado de São Paulo, indicam o potencial das SbN em reduzir significativamente, tanto picos de vazão, quanto extremos de estiagem. Nos estudos também indicam a potencial redução de perdas econômicas em casos de estiagem. Especificamente, sugerimos à AGEPAR incorporar o tema da proteção de mananciais como parte integrante da operação das concessionárias de água e, por consequência, refletir este tema também na composição da tarifa de água. Embora não diretamente ligado à questão da estrutura tarifária, objeto central desta tomada de subsídios, vemos o tema que trazemos ao debate relacionado a alguns dos princípios mencionados na Nota Técnica a serem considerados pela AGEPAR. Citamos:

- O princípio da modicidade tarifária: investimentos da Sanepar e de outras concessionárias na proteção de mananciais tendem a se reverter em benefícios hidrológicos e econômicos que vêm contribuir para modicidade tarifária no longo prazo, especialmente nas situações de escassez hídrica;
- O princípio da previsibilidade: ao prever de antemão os investimentos na proteção de mananciais, a AGEPAR atenta a este princípio, mesmo que um efetivo programa de proteção de ma

## Diretoria de Regulação Econômica - DRE

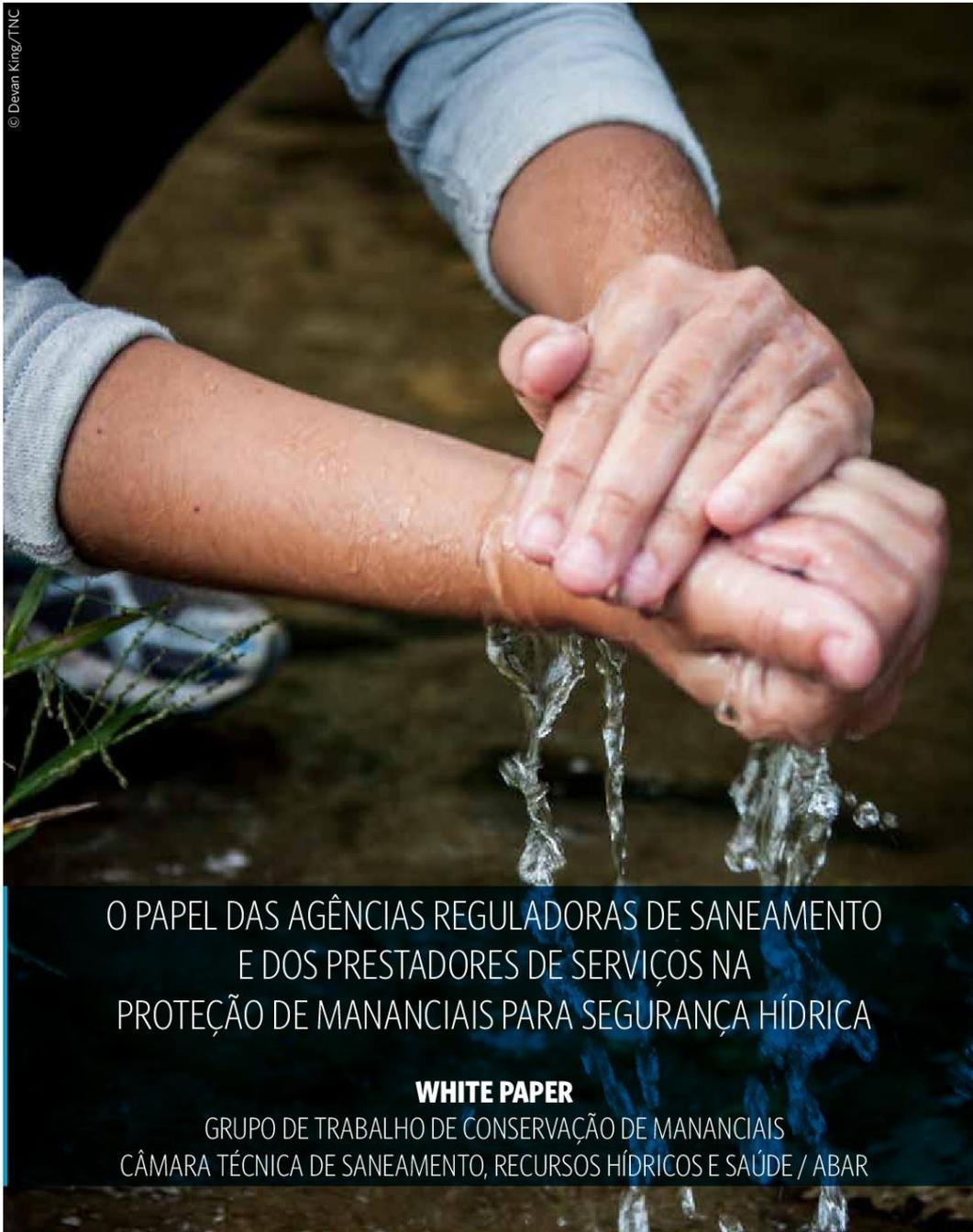
nanciais ainda venha a ser objeto de discussão específica e detalhada;• O princípio da Responsabilidade pelos Custos: como argumentado abaixo, a incorporação dos custos de proteção de mananciais é parte integrante do modelo de negócio de um setor de saneamento eficiente e moderno. Por ainda não fazer parte da prática comum do setor, a proteção de mananciais tende a não aparecer dentro das demandas de receita requerida das prestadoras. Como tampouco é assunto de conhecimento aprofundado ou consolidado entre gestores de concessionárias de saneamento e tomadores de decisão, cabe muito bem à regulação trazê-lo ao foco de análise. Uma vez que tal temática ainda é tratada como externalidade, bem faz a regulação ao incentivar tal inovação no setor de saneamento, contribuindo para sua modernização. Tal modernização é necessária tanto no campo da adequação preventiva e prudente da atividade frente às condições ambientais atuais e projetadas para o futuro, mas também no campo da adequação ao mercado, que cada vez mais valoriza e considera os negócios de forma completa e compreensiva. Estar obsoleto, neste sentido, representa risco à atração de investimentos que tanto se fazem necessários para o avanço do saneamento rumo à universalização dos serviços de saneamento básico, tema que acreditamos ser sensível à Sanepar. O papel da regulação do saneamento na proteção de mananciais foi extensamente explorado em estudo coordenado pela Câmara Técnica de Saneamento/Grupo de Trabalho de Proteção de Mananciais da Associação Brasileira de Agências (ABAR) em conjunto com a TNC. Este documento é oferecido à análise da AGEPAR na forma de anexo a esta contribuição. Durante o ano de 2020, foram reunidos diversos reguladores e prestadores para discutir o tema da conservação de mananciais como parte do saneamento em workshops organizados pela TNC. Algumas conclusões extraídas destes debates sugerem que, de acordo com as experiências já em andamento no Brasil, a utilização de fundos para concentrar a gestão de recursos financeiros para proteção de mananciais é preterida frente à utilização de um fluxo de caixa. Portanto, o gerenciamento dos custos decorrentes de investimentos na proteção de mananciais através de ajustes compensatórios na tarifa vem de encontro à prática das experiências que têm tido mais sucesso, como o caso liderado pela ARESC, em Santa Catarina. Como pode ser inferido a partir da experiência de Minas Gerais, é recomendável o estabelecimento de obrigatoriedade de a prestadora efetivamente investir na proteção de seus mananciais, seja por mecanismos de incentivo ou por multa, do contrário, a prestadora pode acabar priorizando outros investimentos e relegando a proteção dos mananciais ao segundo plano. Outro ponto de destaque é que tais investimentos não devem limitar-se somente às áreas de propriedade da prestadora ou entorno de reservatórios, mas devem considerar a integração com as políticas já existentes de gestão de recursos hídricos, saúde e saneamento. O regulador deve ainda ficar atento para que obrigações legais, como multas ou a compensação ambiental decorrente de processos de licenciamento ambiental de obras ou a cobrança pelo uso da água, não sejam confundidas com a iniciativa de proteção do manancial, legítima e necessária à segurança hídrica da população e à sustentabilidade do negócio da prestadora. Com estas sugestões, a TNC espera contribuir positivamente para o debate da modernização, não somente da estrutura tarifária da Sanepar, mas também, da modernização do modo de operação mais a

Diretoria de Regulação Econômica - DRE

mplo do setor de saneamento em favor da econômica e da qualidade de vida dos paranaenses.

Anexos:

[https://www.agepar.pr.gov.br/system/files/webform/tomada\\_de\\_subsidios\\_no\\_01\\_2022\\_a/2245/WhitePaper%20Saneamento\\_Mananciais\\_oct21.pdf](https://www.agepar.pr.gov.br/system/files/webform/tomada_de_subsidios_no_01_2022_a/2245/WhitePaper%20Saneamento_Mananciais_oct21.pdf)



O PAPEL DAS AGÊNCIAS REGULADORAS DE SANEAMENTO  
E DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS NA  
PROTEÇÃO DE MANANCIAIS PARA SEGURANÇA HÍDRICA

**WHITE PAPER**

GRUPO DE TRABALHO DE CONSERVAÇÃO DE MANANCIAIS  
CÂMARA TÉCNICA DE SANEAMENTO, RECURSOS HÍDRICOS E SAÚDE / ABAR

Realização:



O papel das  
Agências  
Reguladoras de  
Saneamento e  
dos prestadores  
de serviços na  
proteção de  
mananciais para  
segurança hídrica



Este documento aborda aspectos conceituais e legais sobre o papel do setor de saneamento na proteção de mananciais.

O serviço de abastecimento de água potável é atividade que implica primariamente na captação de água em um corpo hídrico (rio, lago, reservatório ou fonte subterrânea), portanto, depende essencialmente da qualidade do manancial. Os argumentos aqui apresentados visam a segurança hídrica de longo prazo e fundamentam o investimento de companhias de saneamento na conservação de mananciais usando recursos provenientes da tarifa de água.

Tanto a gestão dos recursos hídricos quanto o saneamento básico são políticas de Estado. São temas do interesse de todos os setores usuários envolvidos, dentre eles o setor do saneamento, pois todos necessitam de quantidade e de qualidade de água suficientes para seu negócio no longo prazo. Ao facultar o investimento de recursos financeiros em ações de proteção de mananciais, a regulação permite a ação direta das concessionárias de saneamento em seu próprio benefício. Embasar o debate sobre a incorporação do conceito de soluções baseadas na natureza à prática do setor do saneamento é objetivo deste documento.

Saneamento básico, recursos hídricos, saúde e meio ambiente, no campo das políticas públicas, são temas intrinsecamente inter-relacionados. Embora sejam abordados por leis distintas, estes temas não são estanques e se faz necessário considerar a integração de esforços entre políticas e beneficiários da conservação de mananciais. Assim, para garantir a melhoria da qualidade e a quantidade de água disponível para todos os segmentos usuários, inclusive o abastecimento público, é desejável que a implementação das políticas seja feita de modo integrado a fim de ampliar a segurança hídrica.

## Diretoria de Regulação Econômica - DRE



### SEGURANÇA HÍDRICA

4

Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), segurança hídrica existe quando há disponibilidade de água em quantidade e qualidade suficientes para o atendimento às necessidades humanas, à prática das atividades econômicas e à conservação dos ecossistemas aquáticos, devendo ser consideradas quatro dimensões como balizadoras do planejamento da oferta e do uso da água em um país.

THE NATURE CONSERVANCY - BRASIL

#### As quatro dimensões da segurança hídrica



Dentre os 17 objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) estabelecidos na "Agenda 2030", destaca-se o objetivo 6 que busca assegurar a disponibilidade e a gestão sustentável da água e saneamento para todos. O ODS 6 estabelece metas para o alcance do acesso universal e equitativo à água potável e segura para todos, para a implementação da gestão integrada dos recursos hídricos em todos os níveis, e para a proteção e restauração dos ecossistemas relacionados com a água.

Em outro campo, os relatórios globais de riscos do Fórum Econômico Mundial incluíram por anos consecutivos a crise hídrica entre os cinco principais riscos à economia global.

*É no campo da busca pela ampliação da segurança hídrica e da mitigação e adaptação às mudanças climáticas que emerge o papel do setor de saneamento para com a proteção, conservação e recuperação das fontes hídricas.*

Segundo este fórum de especialistas na área econômica, o risco hídrico é classificado como de muito alta probabilidade e de muito alto impacto. Isso inclui eventos climáticos extremos, desastres naturais, falha na adaptação e mitigação às mudanças climáticas, colapso de ecossistemas, entre outros.

Tais alertas de risco são válidos também para o Brasil. Nas diversas regiões do país, eventos opostos de secas, escassez e de chuvas intensas e com maior frequência têm sido registrados em curtos espaços de tempo. Este é o caso da região Sudeste, por exemplo, motor nacional da economia industrial, comercial e de serviços. Porém, a maioria das grandes cidades brasileiras já convive com eventos climáticos extremos, direta ou indiretamente associados aos impactos decorrentes da mudança no uso do solo em áreas de mananciais, com graves efeitos na economia e na qualidade de vida de milhões de pessoas.

Sendo o cenário climático de extremos a tendência mais provável para os anos vindouros, as cidades precisam adaptar-se o quanto antes para mitigar efeitos negativos para a economia e para a população e aumentar sua capacidade de resiliência.

5

THE NATURE CONSERVANCY - BRASIL

## Diretoria de Regulação Econômica - DRE



CONCEITOS E PREMISSAS

### Conceituação de manancial

Tendo em conta o papel do setor de saneamento em garantir a segurança hídrica, adota-se o conceito de manancial como sendo **“toda a fonte de água superficial ou subterrânea passível de ser destinada ao abastecimento público.”**

### Viabilidade econômica do negócio abastecimento público de água

O serviço público de abastecimento de água é atividade econômica que tem especial relevância social e diferencia-se de outras atividades econômicas por ser essencial para a comunidade. Pode ser exercido através da administração pública direta, de autarquias e também é passível de concessão a empresas públicas, mistas ou privadas, tendo o município como poder concedente.

O abastecimento de água é objeto de regulação pelo Estado através das agências reguladoras de serviços públicos que prezam pela qualidade do serviço prestado, pela modicidade tarifária e pela adequada e justa remuneração pelos serviços prestados.

**Considerado o cenário de risco hídrico e a necessidade de segurança hídrica, ao setor de saneamento implica preocupar-se com o suprimento de sua matéria-prima tendo em foco:**

1. a segurança hídrica para a população; e
2. a sustentabilidade financeira do seu negócio.

A qualidade e a quantidade da água são condições *sine qua non* para garantir a sustentabilidade de longo prazo de ambos. Portanto, ocupam-se ativamente com as condições do manancial é do interesse de qualquer setor usuário de recursos hídricos, em especial para o serviço de abastecimento de água.

### Universalização

A universalização do acesso à água é princípio estabelecido tanto na legislação brasileira, como em marcos políticos internacionais, como os ODS. Significa a ampliação progressiva do acesso de todos os domicílios ocupados ao saneamento básico.

Fator essencial para o suprimento hídrico é a existência de mananciais bem conservados em condições de fornecer água suficiente para garantir a entrega desse recurso à população e aos setores usuários. Portanto, para alcançar a meta de universalização é premente que esses setores invistam também na proteção de mananciais, podendo os investimentos serem considerados na base de cálculo tarifária, a depender do entendimento do ente regulador.

### Fonte de financiamento

Apesar de o Estado ser responsável por instituir os instrumentos de gestão de recursos hídricos, a realização de investimentos necessários para a proteção de mananciais é inerente a todos os usuários, inclusive ao setor de saneamento e, portanto, podendo ser adequadamente reconhecida e quantificada dentro da composição tarifária, a depender do entendimento do ente regulador.

Outras fontes de recursos também existem para conservação de mananciais, de modo que o setor de saneamento pode compor seus investimentos com outros beneficiários dos mananciais, sejam eles públicos ou privados.

*Acesso implica não somente na instalação da infraestrutura física, mas também na disponibilidade constante e segura de água.*



### Soluções Baseadas na Natureza

**Ações para proteger, gerenciar de forma sustentável e restaurar ecossistemas naturais ou modificados, que abordem os desafios sociais de forma eficaz e adaptativa, proporcionando simultaneamente benefícios ao bem-estar humano e à biodiversidade.**

Para atingir objetivos como a melhoria, adequação e ampliação de sistemas de captação, armazenamento e distribuição de água, geralmente se lança mão de investimentos em infraestrutura convencional. No entanto, cada vez mais faz sentido adotar, de modo complementar, também as soluções baseadas nos recursos naturais.

Os serviços decorrentes de ecossistemas

funcionais são diversos, mas limitando-se aos serviços hidrológicos, pode-se esperar o aumento do tempo de retenção da água no manancial, a recarga de aquíferos, a redução da sedimentação e o aumento da vida útil de reservatórios.

Além da conservação e restauração de ambientes naturais, o correto manejo do solo em áreas de produção e o manejo adequado de estradas rurais contribuem com resultados não oferecidos pela infraestrutura convencional, implicando na integração de esforços e políticas. Uma vez que a água seja bem manejada no manancial na bacia hidrográfica, menores são os riscos tanto da falta quanto do excesso de água conferindo maior resiliência às cidades.

## Diretoria de Regulação Econômica - DRE



Mananciais e suas águas são utilizadas pelos municípios como fontes de abastecimento público.

A natureza jurídica dos mananciais é a de bem público, independentemente de quem os explora e mesmo de quem os construiu, no caso de reservatórios ou captações para o abastecimento público. A natureza de bem público das águas, inclusive dos mananciais, tem como característica essencial a obtenção da tutela do Estado.

Há um interesse de alguns municípios e concessionárias de água na proteção desses corpos hídricos. Esse interesse reside não apenas no direito de uso, mas também e principalmente na sua proteção, visando melhorar as vazões necessárias em qualidade adequada no longo prazo.

*Serviços de abastecimento de água dependem de um corpo hídrico no qual seja possível captar água em qualidade e quantidade para tratamento e abastecimento público, caracterizando-se, portanto, como manancial.*

9

O Ministério da Saúde, define **sistemas de abastecimento de água** como sendo compostos por: manancial, captação, adução, tratamento, reservação ou reservatório, rede de distribuição e ligações prediais, estações elevatórias ou de recalque."

Já a norma que trata do abastecimento público urbano é a Lei nº 11.445/2007, recentemente revisada e atualizada através da Lei nº 14.026/2020 que introduziu a reservação de água bruta entre as atividades que compõem o serviço de abastecimento de água potável.

A reservação de água bruta acontece a partir dos corpos hídricos cuja drenagem é eventualmente acumulada em barramentos de regularização de vazão, bem como na parcela da bacia hidrográfica que conforma o manancial. Se bem manejados, tais corpos hídricos tornam-se aptos para servir de fonte de abastecimento público e objeto de captação por um determinado prestador de serviço de abastecimento de água constituindo-se, enfim, como manancial de abastecimento público.

Assim, a recente atualização do marco legal do saneamento, cria uma relação mais próxima do setor de saneamento com a proteção do manancial, o qual é utilizado pelo prestador de serviços em seu negócio.

## Diretoria de Regulação Econômica - DRE



10

THE NATURE CONSERVANCY - BRASIL

O marco legal brasileiro incorpora o conceito de segurança hídrica nas diversas normas constitucionais, legais e infralegais. Especificamente na conservação de mananciais para realizar os investimentos necessários para garantir segurança hídrica usando recursos provenientes da cobrança pelo uso da água, instituída por comitês de bacias hidrográficas, e também pela tarifa de água, instituída pelas agências reguladoras.

Meio ambiente, saúde, recursos hídricos e saneamento básico são temas intrinsecamente correlacionados. São regrados por leis distintas, com princípios, diretrizes e objetivos específicos, instrumentos e sistemas de gestão próprios e ainda promulgadas em épocas diferentes. Portanto, cabe evitar uma impressão equivocada de que estes temas são independentes, estanques e compartimentados.

Para garantir a melhoria da qualidade e da quantidade de água disponível para os seus usos múltiplos é necessário que a sua implementação seja feita de modo integrado com todos os setores usuários, dentre eles o setor de saneamento

básico responsável pelo abastecimento público.

Na **Constituição Federal de 1988**, o capítulo sobre a Ordem Econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, e cujo fim é assegurar a todos existência digna, traz a defesa do meio ambiente como um dos princípios a serem observados. O meio ambiente é também objeto de proteção constitucional como um bem de uso comum do povo (de interesse geral) e essencial à sadia qualidade de vida, "impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações" (art. 225, caput, CF).

A Constituição define competências legislativas e administrativas aos entes da federação. Estabeleceu para a União a atribuição de instituir diretrizes para o "desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico e transportes urbanos" (art. 21, XX).

A **Lei nº 11.445/2007**, recentemente atualizada pela **Lei nº 14.026/2020**, é o marco normativo que regulamentou tal dispositivo constitucional, estabelecendo as Diretrizes Nacionais para

o Saneamento Básico e para a política federal de Saneamento Básico no Brasil.

Os mananciais são formados por corpos hídricos de domínio da União ou dos Estados, portanto, regidos pela Lei nº 9.433/1997 e por leis estaduais. Regras específicas sobre padrões de potabilidade, com vista na saúde pública também se aplicam aos mananciais. Por fim, como qualquer corpo hídrico, também se caracterizam como recursos ambientais, regidos pela Lei nº 6.938/1981.

Ainda que a competência para criar normas de abrangência nacional sobre o saneamento básico e recursos hídricos pertença à União, todos os entes federativos são competentes para tomar as medidas necessárias atinentes à implantação dos serviços de saneamento no país, à saúde e à proteção ambiental o que inclui os mananciais utilizados para o abastecimento público.

No âmbito dos municípios, outras políticas públicas previstas na Constituição também dialogam com a proteção de mananciais e os serviços de saneamento básico. Destacam-se duas competências que impactam diretamente o meio ambiente e os mananciais: o "adequado ordenamento territorial, mediante planejamento

e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano" (art. 30, VIII) e a política de desenvolvimento urbano, que visa "ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes" (art. 182), o que está relacionado não só ao acesso aos serviços de saneamento, mas também à proteção de áreas de interesse ambiental para o saneamento, incluídos os mananciais.

Segundo o **Estatuto da Cidade**, Lei nº 10.257/2001, a política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante, entre outros, a "garantia do direito à cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações" (art. 20, I).

A **Política Nacional do Meio Ambiente**, Lei nº 6.938/1981, estabeleceu como princípios a manutenção do equilíbrio ecológico, considerando o meio ambiente como um "patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido," tendo em vista o uso coletivo (art. 20, I); o planejamento e fiscalização do uso dos recursos ambientais (art. 20, III); a proteção de

11

THE NATURE CONSERVANCY - BRASIL



## Diretoria de Regulação Econômica - DRE

áreas ameaçadas de degradação (art. 2o, IX) e a recuperação das áreas já degradadas (art. 2o, VIII), além de um constante acompanhamento do estado da qualidade ambiental (art. 2o, VII).

Na **Política Nacional de Recursos Hídricos**, essa mesma proteção aparece diretamente nos objetivos da Lei nº 9.433/1997, no que toca à utilização racional e integrada dos recursos hídricos, com vistas ao desenvolvimento sustentável (art. 2o, II); e a assegurar à atual e às futuras gerações a necessária disponibilidade de água, em padrões de qualidade adequados aos respectivos usos (art. 2o, I). Tal proteção é fundamental,

diversos tipos de desinfecção ou tratamento, são as de classe Especial, 1, 2 e 3. Já as águas de classe 4 destinam-se apenas à navegação e à harmonia paisagística, não sendo permitida a captação para fins de abastecimento público nessas águas. Isso vale também para a **Resolução CONAMA no 396/2008**, que dispõe sobre o enquadramento de águas subterrâneas.

Significa que a legislação ambiental interfere nos serviços de saneamento básico, apontando qual o nível de qualidade exigido nos corpos hídricos para o consumo humano e o respectivo tratamento para cada classe. Se as águas de

**técnica e institucional** entre todos os atores envolvidos, em um ambiente de **governança permanente e sistemática**.

Por fim, a **Lei nº 11.445/2007**, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico é a norma geral vigente para todo o território nacional e estabelece os conceitos, os princípios fundamentais, as regras para o exercício da titularidade e para a prestação regionalizada dos serviços públicos de saneamento básico, assim como as diretrizes para o planejamento. Trata também da regulação dos serviços em seus aspectos econômicos, sociais e técnicos,

acesso de todos os domicílios ocupados ao saneamento básico (art. 3o, III). Para tanto, são necessários mananciais capazes de assegurar o fornecimento firme de água para os sistemas de abastecimento.

O **Decreto nº 7.217/2010**, ao regulamentar a Lei de Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico, estipulou que os serviços públicos de saneamento básico serão prestados com base na articulação com as políticas de desenvolvimento urbano e regional, de habitação, de combate à pobreza e de sua erradicação, de proteção ambiental, de recursos hídricos, de promoção

12

THE NATURE CONSERVANCY - BRASIL  
© Paulo Perry/FNC



*Os serviços de abastecimento de água potável dependem em sua totalidade dos mananciais. Se os corpos hídricos perdem sua condição de equilíbrio ambiental, como é o caso do assoreamento ou da poluição, o uso das águas para fins mais nobres, como o abastecimento humano, fica comprometido.*

13

THE NATURE CONSERVANCY - BRASIL  
© Paulo Perry/FNC

tendo em vista que a água é um recurso natural limitado (art. 1o), de domínio público e que deve estar disponível para proporcionar o uso múltiplo (art. 1o, IV), sendo que o seu uso prioritário, em caso de escassez, deve ser o consumo humano e a dessedentação de animais (art. 1o, III).

A relação intrínseca com a legislação ambiental é também observada na **Resolução CONAMA no 357/2005**, que dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento em classes. Estabelece em seu art. 4o que as águas doces destinadas ao abastecimento para consumo humano, com

uma possível fonte de abastecimento estão fora das classes que permitem a captação, o abastecimento fica vedado, porque se entende que, a partir de um certo grau de poluição, não é seguro captar água para o abastecimento público. Em outras palavras, o corpo hídrico não pode servir como manancial.

Enquanto a gestão de recursos hídricos compete aos detentores de seu domínio, juntamente com os órgãos colegiados – conselhos e comitês, o saneamento básico tem como titulares os Municípios. Tal relação institucional pressupõe que deve haver uma necessária **articulação**

da participação de órgãos colegiados no controle social e das diretrizes para a política federal de saneamento básico.

Esta lei estabeleceu treze princípios fundamentais que devem ser a base da prestação dos serviços. Entre eles, destaca-se a universalização do acesso e efetiva prestação do serviço (art. 2o, I) que, no âmbito dos serviços públicos é entendido como a "obrigação de assegurar, a todos, o acesso a certas prestações essenciais, de qualidade e a preço acessível." A universalização consiste na ampliação progressiva do

da saúde e outras de relevante interesse social voltadas para a melhoria da qualidade de vida, para as quais o saneamento básico seja fator determinante (art. 2o, VI, Lei nº 11.445/2007 e art. 3o, VI, Decreto nº 7.217/2010).

Os incisos acima dialogam diretamente com a proteção de mananciais não apenas por se tratar de um recurso hídrico, mas também porque articulam o saneamento básico às políticas de desenvolvimento urbano e regional, de habitação e de proteção ambiental.



*Ao facultar que a proteção dos mananciais figure dentre as atividades do setor de saneamento, agências reguladoras e prestadores de serviços de abastecimento de água salvaguardam tanto a viabilidade econômica do negócio do saneamento, na medida em que a água é a matéria-prima deste setor, como também a segurança hídrica em sua definição mais ampla.*

14

THE NATURE CONSERVANCY - BRASIL

Os objetivos da regulação previstos no art. 22 da Lei no 11.445/2007 e no art. 27 do Decreto no 7.217/2010 e atualizado pelo novo marco legal do saneamento, tratam tanto da regulação como de atividades de fiscalização, conforme segue:

- Estabelecer **padrões e normas para a adequada prestação dos serviços** e para a satisfação dos usuários, com observação das normas de referência editadas pela ANA;
- Garantir o cumprimento das condições e metas estabelecidas nos contratos de prestação de serviços e nos planos municipais ou de prestação regionalizada de saneamento básico;
- Prevenir e reprimir o abuso do poder econômico, ressalvada a competência dos órgãos integrantes do sistema nacional de defesa da concorrência;
- Definir tarifas que assegurem tanto o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos quanto a modicidade tarifária, por mecanismos que gerem **eficiência e eficácia dos**

**serviços** e que permitam o compartilhamento dos ganhos de produtividade com os usuários. A regulação implica o estabelecimento de normas específicas, com o objetivo de garantir que a prestação dos serviços seja adequada às necessidades locais, devendo-se **considerar a universalização como princípio** primordial do saneamento básico. No caso de consórcios públicos, a regulação deve ser elaborada de forma a atender ao conjunto de Municípios, considerando-se as especificidades e necessidades locais.

Os municípios, como titulares dos serviços de saneamento básico, definem o ente responsável pela sua regulação e fiscalização e os respectivos procedimentos (Lei no 11.445/2007, art. 9º, II). No modelo brasileiro, optou-se pela definição de um ente autônomo para exercer a regulação (arts. 8º, 11, inc. III, e art. 21), ou seja, de uma entidade reguladora que detenha independência decisória, incluindo autonomia administrativa, orçamentária e financeira.

Com a inclusão do **princípio da eficiência** na

Constituição, estabeleceu-se um novo dever para os agentes públicos, qual seja o de "realizar suas atribuições com presteza, perfeição e rendimento funcional" com o objetivo de atender aos anseios e necessidades da sociedade. A eficiência na prestação dos serviços públicos de saneamento básico envolve não apenas relações de consumo, mas está relacionada, também, com a saúde pública e a proteção ambiental, sobretudo dos recursos hídricos.

As agências reguladoras buscam, dentro de suas competências legais, assegurar que os serviços de saneamento sejam prestados de forma eficiente, o que significa que podem garantir a melhoria tanto das condições sanitárias como ambientais. Esta atuação do ente regulador também tem uma importante vertente econômico-financeira, no que se refere à definição das tarifas relativas dos serviços.

Como a regulação tem independência decisória, as normas de regulação são obrigatórias e vinculantes para os prestadores de serviços. Assim, a Agência Reguladora, no momento da

revisão tarifária, pode autorizar investimentos na proteção do manancial por parte do prestador de serviço incorporando-os à composição tarifária da água.

Nas revisões tarifárias de algumas Agências Reguladoras já está sendo discutida incorporação da proteção de mananciais à composição tarifária dos prestadores de serviços. No momento da redação deste documento, pelo menos duas, ARES e ARSAE/MG, já incorporaram este mecanismo; assim como a ADASA/DF e ARSESP estão em processo de planejamento.

Para a regulação é fundamental a compreensão da integralidade das questões relacionadas com saneamento, recursos hídricos, meio ambiente e mesmo sobre saúde, embora, tais matérias sejam regidas por normas distintas. Os termos articulação e integração mencionados nos diversos dispositivos legais ensejam o exercício da governança entre os gestores responsáveis pelos serviços e demais ações e atividades relacionadas com as políticas públicas.

15

THE NATURE CONSERVANCY - BRASIL

## Diretoria de Regulação Econômica - DRE



© Deane King/PHC

Considerando as experiências de sucesso tanto no Brasil quanto em outros países, cabe definir em que consistem atividades de proteção e a conservação de mananciais.

As ações aqui consideradas referem-se à conservação e à preservação dos corpos de água, à restauração dos ambientes naturais, com a manutenção da cobertura vegetal das margens de rios e encostas de morros, recuperação de áreas degradadas como nascentes e áreas de recarga de aquíferos, a conservação dos remanescentes vegetais nativos, o manejo adequado do solo e a adequação e conservação de estradas rurais, entre outros.

Considerando a diversidade geográfica brasileira, não é possível definir as ações necessárias à proteção de mananciais de uma forma única. Em cada caso cabe estabelecer, de acordo com a situação do corpo hídrico, quais ações são adequadas e se mostram eficientes para proteger ou recuperar o(s) manancial(is).

A viabilidade de investimentos na proteção de mananciais deve ser objeto de

*O termo "soluções baseadas na natureza" tem sido usado para se referir a estas atividades, que têm em sua essência a funcionalidade ecossistêmica e os serviços ambientais dela decorrentes.*



análise técnica. Limitações podem existir tanto na viabilidade das soluções baseadas na natureza propriamente ditas - alguns mananciais podem responder melhor do que outros - bem como na viabilidade econômica, quando a base de usuários ou capacidade de pagamento for reduzida.

Portanto, estudos técnicos são o ponto de partida para quaisquer iniciativas que objetivem a proteção de mananciais. As informações dos Planos Municipais de Saneamento Básico e dos planos de bacia hidrográfica, quando disponíveis, podem ser úteis para subsidiar a tomada de decisão por parte do usuário de recursos hídricos. Quando não disponíveis ou insuficientes para atender à necessidade, inclusive do prestador de serviço de abastecimento, este poderá realizar estudos específicos de viabilidade do manancial em questão, estudos estes que podem ser financiados pela tarifa de água.

17

PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO - 2014



LIDERANÇA NA  
PROTEÇÃO DOS  
MANANCIAIS



*A aplicação de recursos provenientes da tarifa no manancial é localizada e tem outra dimensão, mais específica: a melhoria da qualidade da água nas captações, impactando a sustentabilidade do setor de saneamento e a segurança hídrica para a população.*

19

O investimento de recursos em ações de proteção do manancial faculta a ação direta da concessionária de saneamento no sentido de garantir a quantidade e a qualidade de sua matéria prima no longo prazo.

Em uma situação ideal, as diversas políticas públicas deveriam atender com precisão as demandas de gestão territorial, de recursos hídricos, da saúde etc. Porém, existe vasto campo para aprimoramento das políticas públicas no Brasil.

A ação direta do saneamento na conservação de mananciais se complementa, não se sobrepõe e não exclui outras iniciativas, tendo em vista o volume expressivo dos montantes necessários para garantir a sustentabilidade hídrica.

Investimentos na proteção dos mananciais podem se caracterizar como parte integrante das atividades do prestador de serviço de abastecimento de água. Assim sendo, a depender do entendimento do ente regulador, podem ser cobertos e incluídos na composição da tarifa de

água visando a garantia da prestação de serviço público.

Não se confundem nem se sobrepõe, portanto, com a cobrança pelo uso da água, instrumento de gestão dos recursos hídricos estabelecida pela Lei 9.433/1997, que é vinculada ao plano de bacia aprovado pelo comitê de bacia hidrográfica. Esta caracteriza-se como um **preço público pago pelo usuário em função do uso privativo do recurso natural**. Os valores da cobrança só se aplicam em mananciais quando o plano de bacia hidrográfica indicar propostas de ações específicas e houver disponibilidade de recursos.

Assim, a regulação pode facultar às prestadoras dos serviços de água a assumir um papel mais ativo na conservação de seus mananciais, principalmente pelo fato de que se trata de uma atividade econômica com impacto social e, portanto, é sua responsabilidade garantir água potável para a população.

# CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

A segurança hídrica das grandes cidades brasileiras e do mundo depende de planejamento e investimentos de longo prazo. A proteção dos mananciais tem de ser vista como um dos passos essenciais para garantir o abastecimento de água potável e para a resiliência das cidades, bem como para os demais setores usuários dos recursos hídricos.

Para tanto, é desejável a articulação técnica e institucional entre todos os atores envolvidos, em um ambiente de governança permanente e sistemática.

Com disponibilidade de matéria-prima, menores são os riscos operacionais, financeiros e reputacionais dos prestadores de serviço de abastecimento público.

A natureza de longo prazo de retorno dos

investimentos na conservação de mananciais, que implicam na recuperação de funções ecossistêmicas para geração de resultados hidrológicos, demanda a alocação dimensionada e firme de recursos ao longo do tempo.

Portanto, a tarifa de água e cobrança pelo uso da água podem ser os mecanismos financeiros para que prestadores de serviço de abastecimento de água e os demais setores usuários dos recursos hídricos, respectivamente, mobilizem os recursos necessários para tais investimentos. Tanto como fonte direta de investimentos por parte dos setores usuários, como na forma de garantia de pagamento de operações de financiamento dessas atividades e ações conservacionistas.

20

THE NATURE CONSERVANCY - BRASIL

Este documento é produto do Grupo de Trabalho sobre Conservação de Mananciais coordenado por Luíza Kaschny Borges Burgardt<sup>a</sup> e Alessandro Silva de Oliveira<sup>b</sup> no âmbito da Câmara Técnica de Saneamento, Recursos Hídricos e Saúde da Associação Brasileira de Agências de Regulação (ABAR), com base no trabalho contratado pela The Nature Conservancy Brasil sob a coordenação de Claudio Klemz<sup>c</sup> e Samuel Roiphe Barreto<sup>d</sup>, executado M. Granziera Consultoria Ltda e financiado pela Aliança Latino-Americana de Fundos de Água, uma iniciativa conjunta da TNC, Fundação FEMSA, BID, GEF e a Iniciativa Internacional de Proteção do Clima (IKI). As opiniões expressas neste whitepaper são as dos autores e não refletem necessariamente as opiniões do IKI, BMU ou BID, de seu Conselho de Administração ou dos países que representam.

- a. Gerente de Fiscalização na Agência de Regulação de Serviços Públicos de Santa Catarina - ARESC
- b. Gerente de Métodos, Controles e Dados - ARSESP
- c. Especialista em Políticas Públicas para Água da The Nature Conservancy
- d. Gerente Nacional de Água da The Nature Conservancy

Realização:



Apoio:



### **3. Conclusão**

O presente relatório visa tão somente divulgar os subsídios recebidos no período da Tomada de Subsídio 001/2022, ocorrido entre os dias 15 de março e 14 de abril de 2022.

As respostas da Agência com relação aos subsídios recebidos serão divulgadas oportunamente. Tal situação decorre da necessidade de se evitar a antecipação de seu entendimento, o que somente poderá ser divulgado após a apreciação pelo Conselho Diretor da AGEPAR.

Da mesma forma que o presente relatório, as respostas da Agência serão divulgadas no mesmo formato e disponibilizadas no sítio eletrônico da AGEPAR: [www.agepar.pr.gov.br](http://www.agepar.pr.gov.br).

**É o relatório.**

**Luciano Ricardo Menegazzo**  
*Especialista em Regulação*